

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Gerações Militantes: Bases Partidárias Petistas e Tucanas em São Paulo.

Luís Gustavo Bruno Locatelli

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciência Política

Orientador: Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro

SÃO CARLOS

2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Luis Gustavo Bruno Locatelli, realizada em 29/03/2017:

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
UFSCar

Profa. Dra. Simone Diniz
UFSCar

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro
UEM

Agradecimentos

Dedico esse trabalho à minha família, pelo apoio incondicional aos meus projetos, ideias e sonhos. Agradeço à mamãe, papai e ao Luís Felipe por compartilharem afetos, conquistas, conselhos, tristezas, dificuldades, enfim, tudo.

Agradeço ao amigo e orientador Pedro pela longa parceria de sucesso, que já dura quase sete anos, com excelente relação pessoal e de aprendizado. Agradeço especialmente pela paciência, por ter despertado o gosto pela pesquisa, auxiliado nos momentos mais difíceis e também pelas oportunidades, além de sempre me incentivar, animar e aconselhar.

Agradeço também aos demais amigos, pelos muitos momentos felizes compartilhados e também pelo companheirismo. Sou particularmente grato pelo auxílio direto e imprescindível da Brina, que literalmente foi comigo ao fim do mundo aplicar os *surveys*, seguramente sem o seu auxílio os resultados seriam bem menos enriquecedores.

Agradeço à professora Simone Diniz pelas sugestões e dicas importantes na banca qualificação e ao professor Ednaldo Ribeiro por ter aceitado gentilmente o convite para participar da banca. Sou grato também aos demais professores, em especial ao Thales, Noronha e a Socorro, que influenciaram diretamente na minha formação e colaboraram para o meu desenvolvimento como pesquisador.

E, por último, agradeço a CAPES pelo subsídio financeiro para realização dessa pesquisa.

“As correntes democráticas, ao longo da história, fazem lembrar a rebentação contínua das ondas. Quebram sempre em que se enrolam e se abatem com fragor. Mas renascem sempre. O espetáculo que oferecem contém factores de encorajamento e de desespero. Logo que a democracia atinge um certo estágio de desenvolvimento, inicia-se um processo de degeneração, adopta um espírito aristocrático, em parte adquire também formas aristocráticas e torna-se idêntica àquilo que procurara combater. É então que do seu próprio seio se levantam as vozes que a acusam dos privilégios oligárquicos. Mas depois de um período de combates gloriosos e de um período de participação cinzenta na dominação, também estes antigos acusadores acabam por se dissolver na classe dominante. E, contudo, contra eles levantam-se uma vez mais novos combatentes pela liberdade empunhando a bandeira da democracia. E não encontra fim este drama que ferozmente se desenrola. Entre o incansável idealismo dos mais jovens e a incurável sede de poder dos mais velhos. Sempre novas ondas a rugir no mesmo ponto de rebentação. É esta a marca mais profunda e mais característica da história dos partidos políticos”.

Robert Michels.

Resumo

A pesquisa investiga os filiados do PT e do PSDB no estado de São Paulo, comparando os filiados e os filiados jovens – enfatizando a dimensão "*party on the ground*" – cuja finalidade é suprir dois hiatos da atual literatura: primeiro, contribuir para a compreensão dos partidos paulistas como organizações de filiados, analisando o seu perfil e conteúdo na atuação nos partidos políticos. Segundo, determinar os impactos das diferenças geracionais na democracia brasileira, em especial nas relações entre os jovens e as instituições democráticas, analisando comparativamente as transformações etárias dos filiados e suas ressonâncias na função representativa dos partidos. Para isso, foram utilizados múltiplos enfoques: *surveys* realizados com militantes e com militantes jovens de ambos os partidos, além de dados obtidos no TSE referentes às faixas etárias dos filiados (2008 até 2016) e a idade de entrada dos membros ativos em 2014. Os principais achados apontam para uma tendência de envelhecimento de ambas as *memberships* no estado; disparidade de recursos cívicos dos membros e membros jovens frente ao eleitorado; predominância da mobilização via incentivos coletivos de participação em ambos os *surveys*; além dos impactos relevantes dos sistemas de crenças e das regras internas nos diferentes níveis de mobilização.

Palavras-chave: Partidos Políticos, Participação Política, Organização Partidária, Juventude e Militância Partidária.

Abstract

This research investigates the current militant frame of the PT and PSDB in Sao Paulo state, comparing them at different moments of their party path: youth and adult militancy – emphasizing the dimension "party on the ground face". The research aims to fill two gaps of the current literature: first, contribute to the understanding of the profile and to the content of the performance of affiliated people in political parties; second, determine what are the impacts of generational changes in the Brazilian democracy, particularly in relations between young people and democratic institutions, specifically the man effects on internal life of the Sao Paulo's political parties. For this objective, we compared two surveys: one with young militants (respondents with a means age of 24 years) and another with adults (mean age 44 years) and the data obtained at Electoral Court (TSE) regarding the age groups of the members (2008 to 2016) and the age of entry of active members in 2014. The main findings are: aging tendency of both party memberships; disparity of civic resources of members and young members' vis-à-vis the electorate; predominance of the mobilization by the collective incentives in both surveys. In addition, the relevant impacts of belief systems and internal rules at different levels of mobilization.

Key words: Political parties, Political participation, Party organization, Party membership and Youth political participation.

Lista de Tabelas

Tabela I - Perfil da amostra dos <i>surveys</i> com filiados e filiados jovens do PT e PSDB em São Paulo.....	22
Tabela II - Diretórios e comissões provisórias do PT e PSDB em São Paulo.....	24
Tabela III - Filiados e Eleitores Paulistas por Faixas Etárias em 2008 e 2016.....	78
Tabela IV - Filiados ao PT e Eleitores Paulistas por Faixas Etárias em 2008 e 2016 (%).....	79
Tabela V - Filiados ao PT e Eleitores Paulistas por Faixas Etárias em 2008 e 2016 (%).....	79
Tabela VI - Filiados do PT e PSDB por gênero e grupos etários em São Paulo (%).....	92
Tabela VII - Filiadas ao PT e PSDB por faixa etária em São Paulo (%).....	92
Tabela VIII - Filiados do PT e PSDB não ocupantes de cargos por gênero em São Paulo (%).....	94
Tabela IX - Filiados ao PT e PSDB por etnia em São Paulo (%).....	98
Tabela X - Filiados do PT e PSDB por nível de escolaridade em São Paulo (%).....	102
Tabela XI - Filiados do PT e PSDB por ocupação em São Paulo (%).....	104
Tabela XII -Filiados do PT e PSDB por ocupação de cargos nos partidos em São Paulo (%).....	105
Tabela XIII - Filiados jovens do PT e PSDB por nível de associativismo em São Paulo (%).....	107
Tabela XIV - Formas de ocorrência da filiação no PT e PSDB em São Paulo (%).....	114
Tabela XV - Principais métodos de recrutamento de filiados no PT e PSDB em São Paulo (%).....	115
Tabela XVI - Jovens filiados ao PT-SP e PSDB-SP com familiares nos partidos (%).....	116
Tabela XVII - Filiados ao PT-SP e PSDB-SP por níveis de engajamento em horas (%).....	119
Tabela XVIII - Tipos de filiados no PT-SP e PSDB-SP (%).....	120
Tabela XIX - Características dos filiados ao PT-SP e ao PSDB-SP por nível de atividade – <i>Survey CESOP</i> (%).....	123
Tabela XX - Resultados das regressões logísticas em relação ao total de respondentes do PT e PSDB <i>Survey</i> com filiados <i>CESOP</i>	124
Tabela XXI - Características dos filiados ao PT-SP e ao PSDB-SP por nível de atividade <i>Survey Jovens</i> . (%).....	127

Tabela XXII - Resultados das regressões logísticas com jovens filiados do PT e PSDB em São Paulo.....	128
Tabela XXIII - Resultados das regressões logísticas com jovens filiados do PT e PSDB em São Paulo (analisados separadamente).....	130
Tabela XXIV - Resultado da regressão sobre os efeitos das correntes internas na participação dos jovens petistas em São Paulo.....	132
Tabela XXV - Membros jovens do PT-SP por correntes (%).....	132
Tabela XXVI - Atividades desempenhadas pelos filiados do PT-SP e PSDB-SP nos últimos doze meses (%).....	137
Tabela XXVII -Tipo de filiado pelos custos de participação desempenhada do PT e PSDB em São Paulo (%).....	140
Tabela XXVIII - Membros do PT-SP e PSDB-SP: auto-percepções ideológicas e dos partidos (%).....	152
Tabela XXIX - Opiniões dos membros do PT-SP e PSDB-SP (%).....	158
Tabela XXX - Matriz Componente Rotativa.....	159
Tabela XXXI - Teste T com amostras independentes com base nos escores dos fatores....	160

Lista de Gráficos

Gráfico I - Participação de São Paulo no total de filiados do PT de 2002 até 2016 (%).....	24
Gráfico II - Participação de São Paulo no total de filiados do PSDB de 2002 até 2016 (%)..	25
Gráfico III - Filiados do PT e PSDB por faixas etárias em São Paulo (2008,2014).....	82
Gráfico IV - Filiados do PT e PSDB por faixas etárias em São Paulo (2008,2014).....	82
Gráfico V - Membros que se filiaram ao PT e PSDB na faixa etária anos 24-35 (1980,2014).....	83
Gráfico VI - Nível de atividade em horas no PT e PSDB por gênero em São Paulo.....	94
Gráfico VII - Filiados ao PT e PSDB em São Paulo por rendimentos (%).....	107
Gráfico VIII - Auto-localização ideológica dos filiados ao PT-SP (%).....	148
Gráfico IX - Auto-localização ideológica dos filiados ao PSDB-SP (%).....	149
Gráfico X - Posicionamento ideológico do PT de acordo com seus filiados em São Paulo (%).....	150
Gráfico XI - Posicionamento ideológico do PSDB de acordo com seus filiados em São Paulo (%).....	150
Gráfico XII - <i>Misfits Members</i> do PSDB-SP distribuídos na escala de auto-localização ideológica.....	154
Gráfico XIII - <i>Misfits Members</i> do PSDB-SP distribuídos na escala de auto-localização ideológica.....	154

Lista de Quadros

Quadro I - Comparativo de Custos e Benefícios de filiação/participação na perspectiva partidária.....	60
Quadro II - Comparativo de requisitos, direitos e deveres para filiação e participação no PSDB.....	169
Quadro III - Comparativo de requisitos, direitos e deveres para filiação e participação no PT.....	169
Quadro IV - Matriz comparativa entre questões de pesquisa, hipóteses, tipos de variáveis e indicadores.....	195

Lista de Figuras

Figura I - Modelo dos Círculos Concêntricos de Duverger.....	37
Figura II - Modelo Geral dos Incentivos.....	52

Lista de Siglas e Abreviaturas

CEB: Comunidade Eclesial de Base

CESOP: Centro de Estudos de Opinião Pública

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DS: Democracia Socialista

EPS: Esquerda Popular Socialista

FHC: Fernando Henrique Cardoso

IP: Identificação Partidária

JPSDB: Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira

JPT: Juventude do Partido dos Trabalhadores

JPSDB: Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira

LOPP: Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei 5.682 - 21/07/1971)

LPP: Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096 -19/09/1995)

M/E: *Membership/ Electorate*

M5S: Movimento Cinco Estrelas (Itália).

MBL: Movimento Brasil Livre

NB: Núcleo de Base

PC: Conservative Party (Canadá)

PD: Partido Democrático (Itália)

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PED: Processo de Eleições Diretas

PSDB-SP: Partido da Social Democracia Brasileira no estado de São Paulo

PT: Partido dos Trabalhadores

TLM: PT de Luta e de Massas

PT-SP: Partido dos Trabalhadores no estado de São Paulo.

SF: Partido Popular Socialista da Dinamarca

SES: *Socioeconomic Status*

SNCR: Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

1. Introdução	13
1.1 Objetivos e hipóteses.....	18
1.2 Metodologia.....	20
1.3 Organização dos capítulos.....	26
2. Organização, participação e poder: os partidos políticos pelas suas bases	28
2.1. Introdução.....	28
2.2. Os filiados importam para democracia? Perspectivas normativas sobre memberships partidárias.....	29
2.3. Os membros dos partidos políticos: o modelo dos círculos concêntricos.....	33
2.4. Quem adere aos partidos políticos? Do modelo da centralidade ao voluntarismo cívico.....	39
2.5. O porquê os cidadãos aderem aos partidos políticos? O paradoxo da ação coletiva.....	45
2.6. Como os membros participam? Os custos e benefícios da filiação na perspectiva dos partidos.....	54
3. Partidos, filiados e filiados jovens em São Paulo: os casos do PSDB e do PT	62
3.1. Partidos e sistema partidário no Brasil: breve síntese do debate.....	62
3.2. Apresentação dos casos: O PT e o PSDB.....	66
3.3. H1: Os novos “velhos” partidos paulistas	75
4. Quem são os militantes do PT e do PSDB em São Paulo? Militantes como elites sociais	87
4.1. Introdução.....	87
4.2. <i>Social Background</i> e <i>membership</i>	88
4.3. <i>Membership</i> e etnias	96
4.4- <i>Membership</i> , educação, renda, profissão e associativismo.....	100

5.	O porquê os militantes do PT e PSDB em São Paulo participam? Narrativas do engajamento partidário.....	111
5.1.	Introdução.....	111
5.2.	Os caminhos até os partidos.....	112
5.3.	As razões da participação e a taxonomia dos membros: o modelo tricotômico de engajamento partidário.....	117
5.4.	Correntes, facções e como participam os membros do PT e PSDB em São Paulo.....	131
6.	Entre regras e valores: estímulos e constrangimentos à participação dos filiados do PT e PSDB em São Paulo.....	145
6.1.	Introdução.....	145
6.2.	Atitudes, opiniões e ideologias dos filiados do PT e PSDB em São Paulo...	146
6.3.	As regras importam: direitos e deveres dos filiados tucanos e petistas em perspectiva comparada.....	161
7.	Considerações Finais.....	174
8.	Bibliografia.....	183
9.	Anexo I.....	193

Introdução

Análises clássicas quase sempre enfatizaram a *party membership* como uma das dimensões cruciais para avaliar as transformações dos partidos e suas relações imediatas com a sociedade. Em geral, uma das principais atribuições das organizações partidárias é atuar como *linkage* entre a elite política e a massa de eleitores dispersa e atomizada. Para isso, líderes de movimentos populares ou elites parlamentares formam partidos e mobilizam diversos apoiadores. Esses adeptos assumem variadas tarefas e incumbências, como trabalhar nas campanhas e pagar cotas periodicamente (KATZ, 1990; SCARROW, 2007; HEIDAR, 2007).

Análises sobre *party membership* são dificilmente encontradas no Brasil e em países latino-americanos; algo raro num fenômeno que apresenta elevada relevância teórica, vastíssima tradição analítica em diversas democracias, e abarca milhões de adeptos conforme os registros oficiais. No estado de São Paulo, Ribeiro (2014), Amaral (2014), apontam para razoáveis níveis de participação nos partidos paulistas, mas com diferenças de intensidade entre eles – com índices mais elevados no PT, seguido do PSDB e outros.

Diante disso, o objetivo dessa pesquisa é investigar os partidos como organizações de filiados, analisando PSDB e PT, dois dos mais importantes partidos políticos brasileiros, no estado de São Paulo, através de um recorte geracional (jovens e os demais membros) entre os anos de 2013 e 2016¹. Procura-se retratar comparativamente a militância mediante análise de seu perfil, intensidade, crenças, motivações e interesses pelos quais participam e as razões por que as organizações partidárias ainda incentivam adesão de militantes, além dos impactos na vida interna dos partidos políticos paulistas, mesmo em um contexto de desincentivo à filiação e participação de alta intensidade. Os principais resultados apontam para o envelhecimento de ambos os partidos, diferenças de recursos cívicos dos membros e membros jovens diante do eleitorado; predominância da mobilização via incentivos coletivos, além de impactos relevantes dos sistemas de crenças e das regras internas nos diferentes níveis de participação.

Ambos os partidos constituem ótimos casos de comparação, pois operam no mesmo sistema institucional e possuem pretensões majoritárias na esfera nacional (presidencial) e no estado de São Paulo. Ao longo do período analisado, ocupavam os

¹ O recorte temporal está inteiramente vinculado à disponibilidade dos dados, visto que não há séries temporais derivadas de surveys aplicados regularmente nas bases dos partidos.

executivos mais relevantes, ricos e poderosos do país – Presidência da República e Governo do Estado de São Paulo. A clivagem entre PT e PSDB também influi (ou influenciou, considerando as transformações recentes) no conjunto do sistema partidário, posto que ambos os partidos também lideravam os blocos oposicionistas e estruturavam eleições estaduais majoritárias nos últimos anos; o multipartidarismo parecia mais restrito às eleições proporcionais (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.37).

Conforme propõe Roma (2006) ambos os partidos ofertam agendas de políticas díspares, elaboradas no interior de cada organização, disputando no âmbito ideológico e programático. Ademais representam signos distintos para o eleitorado, influenciando diretamente no comportamento eleitoral (BRAGA e PIMENTEL, 2011), e também polarizam no debate público e nos meios culturais. Maria Celina D’Araújo (2011) demonstrou que ambos os partidos “ocuparam” o executivo com estratégias e critérios distintos de distribuição de cargos e poder: o PSDB priorizou eficiência na gestão pública e o PT aproximou os movimentos sociais do Estado.

No âmbito organizacional, PT e PSDB possuem diferenças mais acentuadas (ROMA, 2006) com modelos originários distintos: o PSDB nasce de uma facção parlamentar de esquerda do PMDB, durante o processo constituinte de 1988. O PT segue trajetória próxima da socialdemocracia europeia, emergindo durante a transição democrática, desde os sindicatos, movimentos sociais, com a particularidade de também incluir setores da igreja católica (elemento pouco comum na esquerda europeia).

Influenciados por modelos originários e estratégias distintas, o PSDB é mais descentralizado, adaptado ao federalismo e delega maior autonomia às lideranças regionais, comparado ao PT, que é mais centralizado e possui maior penetração social das suas bases nas decisões internas. (ROMA, 2006; BRAGA, 2008; RIBEIRO, 2014). Em que pese, como propõe Ribeiro (2010), que o PT tenha passado por profundas transformações nos últimos anos:

“Se compararmos o PT de 2006 ao de 1980, ou ao paradigma do partido de massa, veremos um partido mais próximo ao Estado e com vínculos mais frouxos com a sociedade civil. Porém, se situarmos esse esfriamento dos vínculos societários no quadro geral da estrutura partidária, pode-se considerar que o PT ainda desfruta de uma posição privilegiada em relação a seus principais concorrentes.” (RIBEIRO, 2010, p.178).

Os principais achados acerca da relação entre os partidos e a sociedade civil estão ancorados nas análises dos delegados presentes nas convenções e encontros partidários, que

são considerados líderes intermediários (elites médias) dos partidos e não propriamente militantes (NOVAES, 1993; MENEGUELLO e AMARAL, 2008; AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010; MENEGUELLO, AMARAL e BIZZARRO, 2014). Ou ainda, centram-se nos simpatizantes, através das pesquisas de opinião pública com o eleitorado (CARREIRÃO e KINZO, 2004; KINZO, 2005; SAMUELS, 2004; SINGER, 2010).

A proposta é analisar comparativamente as bases pela inserção dos *filiados* e *militantes* nas máquinas partidárias, em busca de delinear diferenças e semelhanças entre os casos, considerando os impactos das origens e trajetórias dos partidos nas *memberships*. Ou seja, o quão distinta é ainda “a lógica da diferença” ou está em curso uma dinâmica de “normalização” do PT na esfera extraparlamentar com aproximações em relação ao PSDB, além de delinear tendências relativas ao longo-prazo, observando jovens militantes de ambos os partidos.

A finalidade é verificar comparativamente: (1) perfil etário dos filiados; (2) suas características sociodemográficas; (3) suas motivações e objetivos; (4) a intensidade e modo com que participam; (5) o impacto das crenças e regras partidárias sobre os níveis de ativismo. Deste modo, observando as diferenças entre os partidos e entre as gerações, via utilização de dois bancos de dados, o primeiro contendo as faixas etárias dos membros de 2008 até 2016 e o segundo a idade de filiação de cada um dos membros “ativos” em 2014, além de dois *surveys*: o primeiro representativo dos filiados de ambos os partidos em São Paulo realizado pelo CESOP, e o segundo apenas com jovens filiados realizados pelo autor.

A conformação da *membership* sempre ocupou posição crucial nos estudos sobre organizações partidárias, sob ela está assentada a distinção modelar entre partidos de massas e quadros. Os conceitos de *filiados* e *militantes* estão inseridos na tipologia clássica dos *círculos concêntricos* de Duverger (1985), utilizado para descrever o tipo de vínculos e o grau de envolvimento nos partidos políticos.

A dinâmica geracional é central no estabelecimento de vínculos entre partidos e sociedade, conforme aponta Pizzorno (1966, *apud* SPECK *at al*, 2015) é necessário ao menos *uma geração e meia* para maturação de tais laços – cerca de 30 anos (SPECK, BRAGA e COSTA, 2015). No caso brasileiro, a atual geração de jovens – entre 16 e 30 anos – é nascida já no transcurso da democracia e está começando a interagir com as instituições representativas e democráticas.

O aumento das filiações no Brasil (atualmente cerca de 11,3% do eleitorado) transcorre paralelamente à profissionalização das campanhas e o incremento do acesso dos partidos aos recursos públicos, o que indicaria um desestímulo ao aumento de filiados e à

participação militante. Na Europa, a filiação está em declínio (MAIR, 2005) e indica ser algo perecível, em razão do envelhecimento da *membership* (SCARROW e GEZGOR, 2010; VAN HAUTE e GAUJA, 2015). Tais circunstâncias evidenciam um sintoma de retração no papel representativo e de socialização política dos partidos políticos (MAIR, 2005).

Diante da posição brasileira, que expõe traços de confluência e de desvio frente às tendências internacionais, e dada à importância que a *membership* ocupa, duas questões emergem:

1. O que estimula as organizações partidárias a ainda continuarem permitindo entrada de novos adeptos? Quais são a intensidade e o tipo da participação que buscam incentivar?

2. O que motiva indivíduos a buscarem os partidos políticos? E se tornarem ativos? Quais são seus objetivos? Como participam?

Os fatores que incidem no quadro de filiação e participação dos partidos devem ser compreendidos em dois níveis (PEDERSEN, SCARROW e HAUTE, 2014):

A. *Nível agregado*, perspectiva dos partidos, ou seja, do “lado da demanda” análise a partir da *abordagem organizacional*, observando como e quanto cada partido estimula ou não a participação dos filiados (ou militantes).

B. *Nível individual*, perspectiva daquele que participa (indivíduo), isso é, o “lado da oferta”, análise a partir das *teorias da participação política*, especialmente o *voluntarismo cívico*, observando os recursos e habilidades cívicas dos indivíduos e sua interação com o “ambiente”. Os interesses e objetivos individuais também serão considerados, entendidos, sobretudo, como percepção dos custos e benefícios privados da participação (*rational choice*).

O que motiva indivíduos a buscarem os partidos políticos? Essa questão foi respondida de diversas maneiras, dentre elas, através das teorias dos incentivos organizacionais, na qual as organizações permutam incentivos por participação. Panebianco (2005) destaca dois tipos de incentivos: *coletivos* e *seletivos*. Whiteley e Seyd (1992) qualificam e expandem a caracterização dos incentivos, e repartem os seletivos em duas qualidades: *resultados* e *processo*. O primeiro está relacionado aos benefícios privados auferidos na participação, como um processo estimulante e desvinculado dos objetivos oficiais e causas defendidas. O segundo aparece atrelado aos bens individuais, objetivos tais como *benefícios materiais* e *status* (cargos, dinheiro e contatos privilegiados).

Ao tratar dos incentivos coletivos, os autores ampliam a possibilidade de racionalidade no cálculo individual dos benefícios da participação para “racionalidade coletiva”, na qual o indivíduo avaliaria o melhor para o grupo, deslocando o eixo do cálculo de custo-benefício

em favor do partido. Os incentivos coletivos estão estreitamente relacionados aos "*objetivos oficiais*" dos partidos, conseqüentemente suas ideologias. Segundo Whiteley e Seyd (1992), esse tipo de incentivo divide-se em duas espécies: incentivos coletivos positivos e negativos. O primeiro relacionado à promoção de políticas, e o segundo através do sentido de alteridade frente a outro partido.

Considerados os tipos de incentivos de participação é praticável desdobrá-los em modelos de participação dos integrantes dos partidos políticos, a fim de compreender os tipos de motivações predominantes de determinada *membership*, que incidiria no conteúdo do envolvimento partidário. A partir dos modelos desenvolvidos por Bruter e Harrison (2009) para jovens membros na Europa, são identificáveis três tipos ideais de envolvimento *The moral-, social-, professional-minded members* – o modelo empregado na comparação dos dois partidos em São Paulo.

1.1-Objetivos e Hipóteses

O Objetivo da pesquisa é comparar *filiados* e *militantes* petistas e tucanos no Estado de São Paulo, unidade federativa com os maiores colégio eleitoral e bancada na Câmara dos Deputados, em diferentes pontos de suas trajetórias e níveis de vinculação na atividade partidária, enquanto jovens e os demais membros. Além de traçar o perfil dentro do recorte geracional e partidário, pretende-se elucidar quatro questões centrais: Qual é evolução etária no quadro de *filiados* de ambos os partidos no estado? Há diferenças relativas a gerações e partidos entre aqueles que participam de modo *militante* de acordo com os modelos propostos? Ambos os partidos paulistas ainda estimulam e/ou permitem a entrada e a participação de *militantes*? Frente a tais questões, ancorado tanto nos achados nacionais como internacionais, segue-se as seguintes hipóteses:

H1-) O PT-SP apresenta quadro de filiados mais “jovem” do que o PSDB-SP, reflexo da origem, trajetória, vínculos orgânicos e o tipo de inserção social entre o partido e a juventude paulista. Todavia, a idade dos filiados de ambos os partidos tende a aumentar ao longo dos anos (2008 até 2016), revelando crescente processo de dissociação entre jovens e os partidos no estado. A hipótese segue tendências apontadas por Scarrow e Gezgor (2010), Van Haute e Gauja (2015) e Ribeiro e Locatelli (2016), que constata o envelhecimento da *membership*, tanto nas democracias europeias como no cenário brasileiro. Por outra perspectiva, Whiteley (2007) indica que os jovens preferem outros tipos de formas de engajamento aos partidos políticos² (DALTON e WATTENBERG, 2000; NORRIS,2002; INGLEHART e WELZEL, 2005).

H2-) Ambos os partidos possuem militantes jovens com perfil socioeconômico elevado comparativamente ao eleitorado; entretanto, o PT possui maior inserção entre os jovens com menores recursos, considerando a origem e o desenvolvimento do partido próximo aos sindicatos e os movimentos sociais, especialmente em São Paulo (MENEGUELLO, 1989)³. A hipótese segue os achados de Ribeiro (2014) e Amaral (2014), que apontam para o perfil discrepante em termos sociais dos filiados paulistas em relação ao eleitorado, ainda que apresente certas similitudes em relação aos padrões de filiados

² Derivar dos interesses dos atores padrões de comportamento ideais está vinculado à tradição teórica weberiana, que propôs tipos-ideais de burocrata, políticos profissionais, seguidores etc. Os distintos interesses e constrangimentos moldam o “comportamento típico” do ator social, exemplo: políticos ou seguidores que vivem *da* ou *para* política possuem características, comprometimentos e comportamentos específicos e distintos. (WEBER, 2013, p.78)

³ Samuels (2004) testou hipótese análoga, porém com os simpatizantes do PT entrevistados pelo ESEB em 2002.

encontrados nas democracias consolidadas – de acordo com Van Haute e Gauja (2015, p.10) “Clearly, in this regard, members belong to a social elite if not fully to a political elite” ou conforme Whiteley (2010, p.27) “according to the *civic voluntarism model*, highly educated individuals with high social status should be more likely to join and become active in a political party”.

H3-) Os militantes paulistas do PSDB-SP e do PT-SP participam dos partidos prioritariamente por motivações ideológicas e estão mais próximos do modelo de participação *moral-minded*, com diferenças entre militantes jovens e os demais, sendo os primeiros ainda mais próximos ao modelo de participação *moral-minded* (BRUTHER e HARRISON, 2009). Os militantes petistas possuem posições ideológicas mais distantes do centro do espectro ideológico que os tucanos, aspecto correlacionado a um nível maior de participação interna, sendo os militantes petistas mais ativos que os tucanos, e os jovens mais ativos que os demais. Essa hipótese segue o apontamento teórico existente na literatura internacional que assinala para prevalência dos incentivos coletivos na explicação da participação nos partidos políticos. (PANEBIANCO, 2005; WARE, 2004; CROSS e YOUNG, 2004; BRUTER e HARRISON, 2009; YOUNG, 2013).

H4-) O PT dispõe de regras de filiação menos fluídas e atribui maiores prerrogativas formais de participação aos filiados do que o PSDB, resultando em maiores *níveis* e *variedades*⁴ de formas de engajamento por parte dos militantes⁵. Tal hipótese ancora-se nos achados de Amaral (2010, 2013) e Ribeiro (2010), que ao analisarem o declínio dos NB e a ascensão do PED⁶, como forma preponderante de participação no PT, sublinham o *trade-off* entre inclusão e intensidade participativa. No âmbito internacional, hipóteses de Scarrow, Van Haute e Pedersen (2014, p.7) também vão nessa direção: “at aggregate, this implies that parties with higher barriers to entry are expected to have higher aggregated levels of party activity and lower levels of party membership”. O pressuposto básico é: organizações importam, o modo como os partidos estão organizados formalmente é crucial para entender diferenças no engajamento partidário⁷.

⁴ Variedade entendida como modalidades de atividades exercidas pelos membros. Exemplo: reunião no diretório, passeatas, escolha de candidatos, indicação para instrumentalização de conselhos municipais.

⁵ As regras serão comparadas seguindo os critérios de inclusividade, participação e níveis de vinculação, definidos por Mendez Lago (2000).

⁶ NB = *núcleos de base, alma mater* da organização petista no seu início e diluída posteriormente. Para uma análise, grosso modo, mais “otimista” dos NB ver Amaral (2010) e pessimista ver Ribeiro (2010). PED = *processo de eleição direta*, implantado em 2001 pelo Campo Majoritário (RIBEIRO, 2010).

⁷ Pode-se considerar o modelo leninista e o *catch-all* como dois modelos extremos e opostos de influência e controle de outros atores organizacionais sobre a membership.

1.2 – Metodologia

Em conformidade com outras pesquisas sobre membership e filiação partidária em diversos partidos, famílias de partidos e países, opta-se pelo método comparativo (ou comparado), entretanto selecionando dois casos no mesmo estado da federação e país. Como argumenta Lijphart (1971), a abordagem comparada é uma forma de descobrir relações entre diversas variáveis e não uma forma de mensuração.

O método comparado, enquanto método semi-experimental, permite entender de modo sistemático não apenas as principais semelhanças, mas também diferenças de cada partido, viabilizando isolar variáveis responsáveis pelas diferenças. A realização de comparações exige “objetos comparáveis”, que são aqueles com: “similar in a large number of important characteristics (variables) which one wants to treat as constants, but dissimilar as far as those variables are concerned which one wants to relate to each other” (LIJPHART, 1971, p.687).

Ambos os partidos selecionados (casos), conforme já destacado, partilham semelhanças importantes, particularmente em seus principais objetivos políticos (disputa presidencial e nos estados), cargos que ocupam ou ocuparam (Presidência da República, liderança do governo, oposição no Congresso Nacional e no estado), e dentro do ambiente em que operam (institucional e social). As diferenças estão nas variáveis internas aos partidos, como origem, trajetória e transformações organizacionais, aspectos ideológicos e estratégias de interação com o estado e a sociedade. Ademais, a comparação PT e PSDB foi proposta por trabalhos relevantes como os de Roma (2006), D’Araújo (2011) e Meneguello, Amaral e Bizzarro Neto (2014).

Robert Harmel (2002, p.141) destaca que parcela majoritária das pesquisas sobre partidos políticos é focada apenas em um caso (no Brasil, especialmente o PT) ou em análises comparativas envolvendo múltiplos países. Há um *gap* na compreensão de como características ambientais semelhantes atuam sobre diferentes partidos no mesmo sistema partidário e político. Talvez seja preciso considerar que alterações ambientais não produzam somente efeitos simétricos em todos os partidos operando no mesmo sistema; algumas estratégias de interação com o ambiente são mais vantajosas (menos custosas) para alguns do que para outros.

O segundo eixo de comparação é o geracional, entre jovens e os demais filiados, tal opção permite avaliar o nível de diálogo entre os partidos e essa fração da sociedade. Os “grupos especiais” aumentam o senso de legitimidade interna e externa dos partidos. Internamente, incluir os cidadãos que usualmente os partidos dizem privilegiar pode tornar os

fins menos distantes e mais palpáveis aos outros membros. No âmbito externo, acrescenta senso de representatividade social diante do eleitorado, além de favorecer a formação de quadros e diversificar os laços com organizações da sociedade civil (HEIDAR, 2007, p.7).

O recorte geracional é também um artifício metodológico de comparação, inspirado, sobretudo, no artigo seminal de Richard Katz (1990), que divide filiados entre jovens e “não jovens” como alternativa ao uso de séries temporais, principalmente em face da ausência de dados longitudinais, buscando inferir comparativamente transformações nas memberships europeias⁸.

De acordo com Heidar (1994; 2007) há três níveis que devem ser considerados na investigação das memberships partidárias: a) *nível sistêmico*, composto basicamente pelos fatores ambientais (instituições, cultura política e alterações conjunturais); b) partido, o *nível organizacional* (“lado da demanda”); c) o membro, *nível individual* (“lado da oferta”). As variáveis do *nível sistêmico* impactam tanto no “lado da oferta” como do “lado da demanda”, porém não de forma mecânica. Há estratégias de interação da organização com o ambiente e escolhas, interesses ou agência por parte dos indivíduos. A análise abrangerá variáveis dos três níveis, buscando responder as hipóteses (ver anexo II),

A principal técnica de pesquisa para imergir no mundo dos filiados e subsidiar as inferências comparadas é o *survey*; Scarrow (2000) pontua que são incompletas análises somente restritas ao *nível agregado* (usualmente interessadas nas variações dos níveis filiação), ausentes maiores aprofundamentos com pesquisas de opinião pública aplicadas nos membros. Richard Katz (1990, p.149) afirma: “in particular, the surveys provide insight into the pluses and minuses of party membership, both directly from the perspective of the would-be member and indirectly from the perspective of the party”.

Diante disso, para responder às questões e validar as hipóteses (2, 3 e 4) serão utilizados *surveys* com militantes jovens e com militantes em geral; aplicaram-se as mesmas questões em ambos os grupos (ver o questionário completo no anexo I). O primeiro *survey* foi aplicado em diversos partidos paulistas (445 respostas) em 2013, através de um projeto temático da FAPESP (nº 2012/19330-8), que obteve dados do PT (63 respostas) e do PSDB (51 respostas), a coleta ocorreu entre os meses de outubro e dezembro, abrangendo 22 municípios, a amostragem aleatória foi realizada com base no quantitativo de filiados registrados no TSE e é representativa de todo o Estado de São Paulo. O segundo foi aplicado

⁸ Tal alternativa não é uma substituição definitiva, como o próprio Richard Katz pondera: “Given the inevitable confounding of life-cycle with period effects, all such comparisons should be regarded as indicative rather than definitive” (KATZ, 1990, p.160, nota 3).

pelo autor (replicando grande parte das perguntas do primeiro) na Convenção Estadual do PSDB- realizada em junho de 2015 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (71 respostas) e no Congresso de juventude da JPT-SP- realizada em outubro de 2015 na cidade de Presidente Prudente num local privado (74 respostas⁹), exclusivamente nos segmentos jovens, abrangendo respondentes de 36 municípios do estado. A definição de juventude adotada segue os critérios dos próprios partidos, sendo considerados jovens os membros com até 29 anos no PT e 30 anos no PSDB, levando em conta que somente os filiados dentro dessas respectivas faixas etárias podem participar das decisões nos setoriais de juventude.

É fundamental pontuar que em ambos os *surveys* as entrevistas foram realizadas durante atividades partidárias e/ou nos diretórios, abarcando principalmente os membros com participação de “alevada intensidade”, podendo não ser uma amostra representativa de todos os oficialmente inscritos (WHITELEY e SEYD, 2002). Abaixo a distribuição da amostra pela idade, primeira filiação e duração média da filiação dos respondentes.

Tabela 1 - Perfil da amostra dos *surveys* com filiados e filiados jovens do PT e PSDB em São Paulo.

	Idade média (anos)	Primeira Filiação (%)	Idade média da filiação	Duração média da filiação
PT-SP (CESOP)	43,21	-	28,32	15,33
Jovens PT-SP	24,66	95,9 (71) ¹	22	5,6
PSDB-SP (CESOP)	43,46	-	34,24	11,72
Jovens PSDB-SP	23,18	91,5 (65)	18	2,6
Total jovens de ambos os partidos	24	-	20	3,9
Total de filiados de ambos os partidos (CESOP)	43,30	-	31,28	13,5

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013 e Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015. 1- Os valores entre parênteses estão em números absultos durante toda a dissertação.

A tabela I demonstra robusta diferença de idade média entre os dois *surveys*, aproximadamente vinte anos entre as duas amostras de filiados, viabilizando, com efeito, a comparação etária. Em razão do tipo de aplicação, no caso do *survey* com jovens, não foi

⁹ Foram impressos 250 questionários para aplicação em ambos os partidos.

possível realizar amostragem aleatória, algo que limita o poder de inferência e das conclusões. Outras pesquisas também relatam problemas com a amostragem, Bruter e Harrison (2009) apontam dificuldades na construção de *surveys* com amostras aleatórias de jovens nos partidos europeus, devido à natureza altamente circunscrita do fenômeno¹⁰ e, no caso deste trabalho, também aos custos elevados envolvido.

Por fim, para testar a hipótese I serão utilizados dois bancos de dados; o primeiro contendo o quantitativo de filiados de ambos os partidos divididos em faixas etárias; os partidos serão comparados entre si e em relação ao eleitorado entre os anos de 2008 e 2016. O segundo banco de dados contém a data de nascimento e de filiação dos membros do PT-SP e do PSDB-SP em 2014, facultando extrair a idade de filiação dos membros com a finalidade de comparar a capacidade de atração dos filiados pelo perfil etário.

Os membros que deixaram os partidos ou morreram antes do respectivo ano estão fora do banco de dados, elemento que limita a capacidade de inferência devido à sobre-representação dos jovens: quando mais próximo de 2014, acresce o número de jovens comparativamente aos membros mais velhos na base. No entanto, como o viés está distribuído igualmente entre os partidos, torna-se viável produzir inferências comparadas acerca da capacidade de recrutamento dos filiados de diferentes faixas-etárias.

No caso da hipótese IV, após a análise dos estatutos, o nível de inclusividade será comparado ao de atividade dos membros de cada partido. Outros dados secundários podem agregados ao longo de toda a análise, tais como documentos, depoimentos de filiados jovens, blogs, web sites etc.

Acerca da escolha do estado, além dos aspectos óbvios relativos à relevância política e econômica, São Paulo foi escolhido pela importância histórica na trajetória de ambos os partidos¹¹, bem como o peso elevadíssimo do volume de filiação no estado em relação ao cenário nacional. Os filiados do PT e PSDB em São Paulo representam quase 1/4 do total de filiados em todo o país, cerca de 384.672 mil no PT e 295.037 mil no PSDB (gráficos I e II).

Conforme apontou Braga (2008), ambos os partidos também possuem sólida difusão territorial no estado, abrangendo quase a totalidade dos municípios, com prevalência maciça dos diretórios municipais: estruturas organizacionais relativamente mais autônomas em

¹⁰ Cross e Young (2008) também relataram dificuldades semelhantes ao estimar amostra no caso dos filiados e grupos de pressão de jovens canadenses. Segundo os autores, que também aplicaram os *surveys* durante reuniões de filiados, é muito difícil precisar os números de participantes jovens efetivos nos partidos. A certeza possível é que os respondentes são minimamente ativos.

¹¹ “A estreita relação do PT com as mobilizações no novo sindicalismo fez com que a organização do partido entre 1979 e 1982 ocorresse em função da crise política da região do ABC, e fez ainda que seus processos de forças nos níveis nacional e estadual paulista coincidiram” Meneguello (1989, p.62).

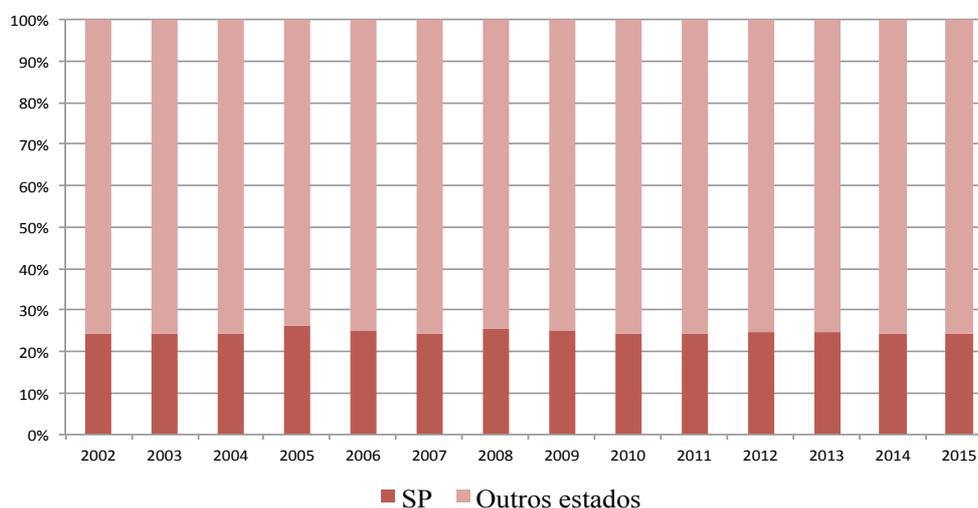
relação às comissões provisórias. Algo fundamental, visto que o ato de filiação e parcela substantiva da participação ocorre na esfera municipal¹².

Tabela II - Diretórios e comissões provisórias do PT e PSDB em São Paulo

	2006			2016		
	Diretórios Municipais	Comissões Provisórias	Total	Diretórios Municipais	Comissões Provisórias	Total
PT	299	323	622	392	192	584
PSDB	615	15	630	558	82	640

Fonte: TSE. (o total de municípios é de 645 no estado de São Paulo)

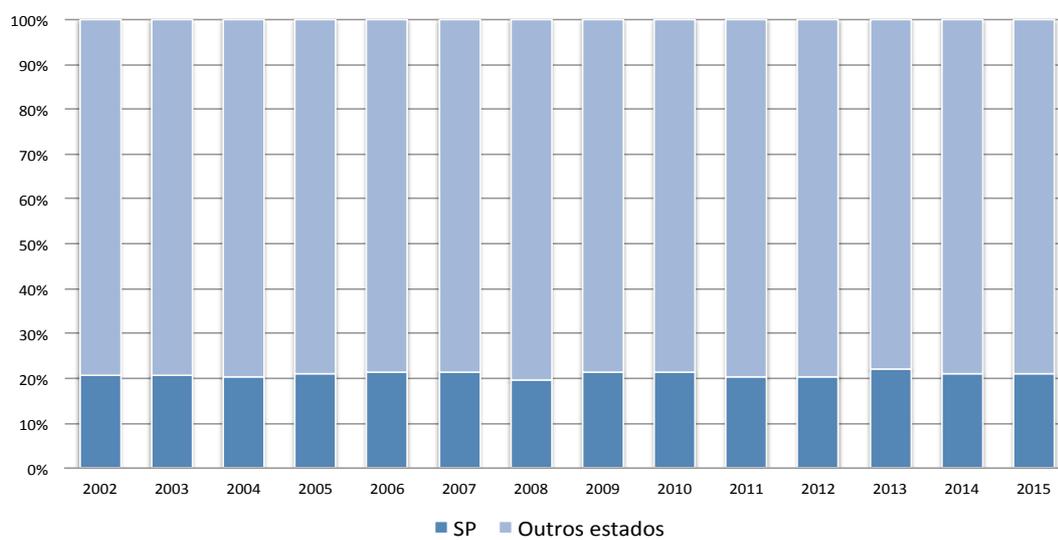
Gráfico I - Participação de São Paulo no total de filiados do PT de 2002 até 2016 (%).



Fonte: TSE

¹² As organizações municipais e estaduais, ainda que hierarquicamente subordinadas aos órgãos partidários nacionais (diretório nacional), desfrutam de substantiva autonomia no caso brasileiro, principalmente no tocante aos filiados. O recrutamento e o controle sobre cadastro de filiação são feitos pelos diretórios municipais. Os DMs também são responsáveis pela seleção de delegados para convenções dos outros níveis da organização e seleção de candidatos; tal autonomia organizacional sofre grande influência do federalismo e da autonomia municipal como ente federado. Partidos como organizações de filiados vivos e fortes significam partidos localmente organizados.

Gráfico II - Participação de São Paulo no total de filiados do PSDB de 2002 até 2016 (%).



Fonte: TSE

1.3 - Organização dos capítulos

A dissertação terá o total de cinco capítulos: o primeiro realizará o enquadramento do conceito de *membership* partidária, apresentando o debate normativo sobre sua relevância para o funcionamento da democracia. Então, será discutido o modelo dos *círculos concêntricos*, que descreve os níveis de inserção partidária dos membros, pontuando, contudo, suas principais limitações, após mais de meio século de existência. Finalmente, serão abordados teoricamente os três níveis de análise propostos e relacionados às principais questões de pesquisa – Quem participa? O porquê participa? E como participa? Primeiro, o perfil de “quem participa” com base nas teorias da *escola de Michigan*, apresentando suas principais transformações, através de alguns dos seus cânones: desde Milbrath com *modelo da centralidade*, passando pelo *standard socioeconomic model* (VERBA e NIE, 1972) até o *voluntarismo cívico* de Verba *at al* (1995), elaborado na metade dos anos noventa. Segundo, trata-se dos “*motivos*” ou “*razões*” individuais da participação, discutidos pela teoria da *rational choice* e o *modelo tricotômico de engajamento* proposto por Bruter e Harrison (2009), derivado dos incentivos organizacionais. Por último, o modo *como* se participa, invertendo o lado da equação para análise da “*demanda*” dos partidos e a maneira que o contexto organizacional constrange os tipos de engajamento.

O segundo capítulo será dedicado à apresentação de ambos os casos, com breve discussão do sistema partidário brasileiro e a marginalização da variável filiação pela literatura tradicional. Em seguida, será realizada uma breve discussão/apresentação dos casos escolhidos, enfatizando suas trajetórias e principais transformações. Por último, o capítulo buscará validar a hipótese I, situando os partidos *de forma agregada* em suas relações com a juventude no estado de São Paulo, mediante análise da variação no quantitativo de filiados no tempo (2008 até 2016). A finalidade é verificar comparativamente a capacidade de recrutamento e manutenção dos filiados jovens pelos dois partidos.

O terceiro capítulo apresentará um *overview* das relações entre juventude, democracia e os partidos políticos no Brasil e em São Paulo. Além disso, testará também a hipótese II, utilizando os *surveys* com filiados e dados socioeconômicos do eleitorado adulto e jovem no estado. O objetivo será discutir diferenças de *recursos cívicos* entre os militantes e o eleitorado, militantes jovens do PSDB e do PT, e, finalmente, diferenças entre gerações de filiados. A análise incluirá variáveis como: gênero, etnia, escolaridade, ocupação, histórico de participação familiar e, no caso dos não jovens, renda.

O quarto capítulo discutirá os principais motivos que levam à filiação (hipótese III), buscando verificar comparativamente o *tipo-ideal* predominante de militante entre

partidos e gerações de filiados, em face dos incentivos organizacionais e o modelo tricotômico de engajamento.

O quinto capítulo será dedicado à análise comparada do grau de coesão e as diferenças dos sistemas de crenças de ambos os partidos e do arranjo organizacional de cada partido (hipótese IV), em particular com os interesses da coalizão dominante. O objetivo é identificar o elo entre o exercício das atividades pela militância, os interesses dos dirigentes e os constrangimentos/estímulos à participação. A ideologia também será considerada de forma subjetiva e objetiva, mediante comparação entre direita e esquerda no posicionamento dos militantes, através do confronto entre escala de autodeclaração e escala de preferências sobre política econômica.

Por último, as considerações finais.

2 -Organização, participação e poder: os partidos políticos pelas suas bases.

“For parties are linkage structures, not only connecting the citizen to the policy elites, but playing much broader integrating roles in political communication, socialization, recruitment, and conflict management processes of modern societies. We study the party activist, therefore, because he or she is a vital operator in the modern system.” (ELDERSVELD e MARVICK, 1983)

2.1-Introdução

O primeiro momento desse capítulo é dedicado ao debate normativo acerca da relevância da *membership* para o funcionamento dos partidos e da própria democracia: serão os filiados e militantes partidários imprescindíveis para o funcionamento adequado dos partidos políticos e da democracia liberal? Posteriormente, apresentam-se os conceitos e definições sobre os objetos em questão – *membership*, filiados e militantes – mobilizados ao longo de toda a pesquisa, retratando suas origens, usos e também algumas limitações.

Delimitado conceitualmente o fenômeno, o segundo momento discutirá *quem, o porquê e como* cidadãos escolhem aderir e participar dos partidos políticos. Mesmo que enuncie certa trivialidade, tais questionamentos suscitam ampla gama de respostas, geralmente fundamentadas em múltiplas opções teóricas – *cross-theories*. O fenômeno do engajamento em atividades políticas de alta intensidade é multifacetado, do ponto de vista dos cidadãos, envolve interação entre os recursos, habilidades cívicas, escolhas participativas, tanto quanto, no caso dos partidos políticos, o tipo de organização, trajetória e os incentivos organizacionais ofertados.

Não obstante é necessário ir além das descrições acerca das características sociais, familiares, econômicas e o modo como cidadãos conheceram os partidos para viabilizar explicações sobre a ação de filiação (WHITELEY e SEYD, 1992). Conforme já enunciado na introdução, os incentivos são permutados entre os distintos níveis da hierarquia partidária, visando garantir certa modalidade de participação, muitas vezes em consonância prioritária com os interesses das elites – conformando hierarquias fundadas nas relações rotineiras e formalização das trocas assimétricas.

De fato, além de descrever padrões de relacionamento entre os níveis hierárquicos, a teoria geral dos incentivos aliado à *rational choice* viabiliza estabelecer o nexos causal da ação participativa, propiciando explicar o mecanismo inerente ao “*porquê*” determinado cidadão opta pela adesão. O pressuposto básico é: o indivíduo escolhe aderir ou se envolver em

atividades partidárias, respondendo aos variados tipos de incentivos organizacionais ofertados pelos partidos políticos.

Entretanto, como observa Whiteley (1995; 2010), parte substantiva dos trabalhos clássicos de participação política se desenvolveram fora do escopo da *rational choice*, e apresentam alguns achados relevantes acerca das características da participação partidária. Os estudos comportamentais descrevem o caráter circunscrito e minoritário da participação em partidos políticos; os adeptos acumulam certos atributos partilhados pelas elites políticas e também sociais (SCARROW e GEZGOR, 2010; WHITELEY, 2010; VAN BIEZEN e GAUJA, 2015).

Tal constatação pode ser flexibilizada, ainda que em circunstâncias mais específicas, especialmente relacionadas ao formato, origem e inserção social das organizações. Os casos exemplares são os partidos operários, étnicos ou religiosos – mesmo assim com presença marcante dos setores abastados¹³. Pode-se, pois, dizer se a *rational choice* enfatiza a decisão do agente, os benefícios percebidos e sua vinculação com a organização via incentivos; a literatura comportamental destaca a interação dos “custos” e recursos individuais com o contexto social. Alguns fatores observados de forma agregada demostrem que o engajamento é mais acentuado em determinados grupos sociais.

2.2– Os filiados importam para democracia? Perspectivas normativas sobre memberships partidárias.

Os partidos políticos são indispensáveis para o funcionamento da democracia representativa liberal, sob uma perspectiva funcional, dispõem da incumbência elementar de traduzir votos (preferência do eleitorado) em políticas públicas. Ou seja, são essenciais na articulação e representação dos diferentes interesses sociais, responsáveis pela apresentação de programas, organização de campanhas, recrutamento e socialização das elites políticas, estruturação das preferências, competição política, formação, estruturação e controle dos governos. Na interface direta com a sociedade, cabe aos partidos também o desempenho das funções de integração, participação e socialização dos cidadãos ao longo do processo de agregação dos interesses (SAEZ, 1997; DALTON e WATTENBERG, 2000; HEIDAR, 2007).

Parcela relevante da literatura assinala que a membership partidária é um dos

¹³ Panebianco (2005, p.462) em sua tipologia de profissionais e dirigentes destaca o papel do semiprofissional, aquele que dispõe de independência econômica e tempo livre para assumir responsabilidades nos partidos, usualmente profissionais liberais e “pequenos burgueses”. Há também a figura do intelectual vinculado à máquina, usualmente mais radical do que o restante da burocracia ou os políticos profissionais.

elementos fundamentais para avaliação da capacidade dos partidos políticos de atuarem como mediadores entre o Estado e a sociedade (KATZ, 1990; KATZ e MAIR, 1994; MAIR, 2005). Organizações partidárias funcionam como canais de comunicação, visto que conectam elites políticas aos eleitores massificados e dispersos - “*linkage function*” (SCARROW, 2000, p.83).

De acordo com Richard Katz (2013, p.61), dentro do *modelo principal-agente* de democracia, o eleitorado, como o principal, atua como derradeiro juiz dos partidos políticos durante o processo eleitoral e as organizações partidárias, como agentes, oferecem propostas de políticas baseadas nos seus manifestos ou primícias ideológicas. No âmbito da organização interna dos partidos, a *party on the ground* é o principal da *central office*, que controla a atuação da *public office*. No caso do parlamentarismo, o gabinete é agente da *public office*; em contraste, no presidencialismo, a *central office* é o principal tanto do executivo como dos parlamentares (SAMUELS e SHUGART, 2010). A burocracia é agente do governo em ambos os sistemas de governo, encerrando parte da cadeia delegativa.

Portanto, existem duas fontes elementares de legitimidade e *accountability* na democracia representativa, que buscam influenciar e controlar a *public office* e os resultados das políticas. Os cidadãos, de um lado, podem participar dos processos decisórios integrando os partidos e cooperando na formulação e implementação das políticas públicas e legislações. E, do outro, participam também pela via eleitoral selecionando os partidos políticos, a primeira concepção, que o autor denomina de Heidar (1994) identifica duas posturas teórico-normativas em relação à relevância ou não da participação partidária: *os realistas* e *os idealistas*. Similarmente, Richard Katz (2014) também distingue dois modelos: *Downsian principal-agent model* e o *Mass party principal-agent model*.

Para os identificados com o paradigma “schumpeteriano” de democracia, a competição eleitoral é suficiente para garantir o seu funcionamento, conseqüentemente o estímulo ao engajamento partidário seria apenas uma estratégia das elites políticas a fim de vencerem eleições. Os partidos, como máquinas eleitorais ou time de políticos, não dependem necessariamente da existência de filiados na escolha das suas estratégias competitivas: a legitimação ocorre exclusivamente pela via eleitoral, através da competição entre elites¹⁴. Ou como salienta Katz (2014, p.3), nessa perspectiva a *party on the ground* não passa de uma “*organized cheerleader*” e a *central-office* um comitê de campanha subordinado à *public-office*.

¹⁴ Com doses de influência de Michels, E.E Shattscheider é taxativo: “Democracy is not be found in the parties, but between the parties (1942.p. 60; *apud* Scarrow, Webb e Farwell, 2000)

Assim, estratégias partidárias de penetração social são apenas mais uma tática competitiva, cuja ausência não acarretaria em adversidades ao desempenho democrático. A participação política nos partidos é somente um dentre outros elementos que conforma o mosaico da democracia; Leon Epstein (1967), por exemplo, acredita que os partidos podem prescindir das estruturas formais de filiação e programas escritos, sem afetar a competição eleitoral¹⁵. O eleitorado pode ser descrito por uma curva normal de preferências e os filiados ocupariam suas extremidades.

Outros elitistas (realistas)¹⁶, fundamentados na “lei da disparidade curvilínea”, argumentam que os membros provocam distorções na representação política, uma vez que muitos são mais radicais do que o eleitorado e a *public office*. As formas de recrutamento e socialização dos filiados empurram para militância de feição mais “ideológica”, promovendo rasos comprometimentos com os resultados eleitorais e pouca adequação às preferências do eleitor médio. De maneira oposta, as elites necessitam dialogar com grupos de interesses diversificados e eleitores moderados, resultando em estímulos para moderação.

Nessa perspectiva, memberships não são apenas prescindíveis, mas intrinsecamente prejudiciais, pois os interesses predominantes enquanto “principal” estão em conflito com os do eleitorado, algo que pode resultar em baixo desempenho eleitoral e/ou transparecer ausência de coesão partidária. Os membros pressionariam os líderes, encorajando estratégias eleitoralmente equivocadas. Ainda não há consenso na literatura empírica, com testes consolidados, acerca da factibilidade da “lei de May”¹⁷ (SCARROW, 2000; HEIDAR, 2007; KATZ, 2014). De acordo com Katz (2014, p.4) “If the two models were combined, however, it is possible that the party in public office would be put in the position of having two different principals, and moreover that the demands made by those principals would be incompatible.”.

No polo oposto, os participacionistas (idealistas), advogam a relevância primordial da participação política, visto que imprime vitalidade ao regime democrático. Os debates e discussões abrangendo os diversos pontos de vista são fundamentais para construção de maiorias ou consensos no processo decisório. A participação não pode ficar restrita ao voto,

¹⁵ Richard Katz (1997) respondendo aos questionamentos de Muller (1997) sobre o seminal artigo de 1990 aponta para duas concepções do conceito *linkage*: a primeira restrita ao âmbito eleitoral, se os partidos, enquanto “coleção de líderes”, são capazes de oferecer opções eleitorais ao eleitorado (*parties as labels*), então há links sendo estabelecidos (Schumpeter, Downs etc). A segunda concepção está vinculada ao âmbito organizacional e entende *linkage* como oportunidades para os cidadãos influenciarem nas decisões públicas, participando ativamente no interior dos partidos.

¹⁶ May (1973) e Kitschelt (1989)

¹⁷ Para um teste empírico robusto crítico contrário as hipóteses de May, ver Pippa Norris (1995) analisando os partidos ingleses (Labour e Conservadores).

os cidadãos precisam tomar “parte” engajando-se nos partidos políticos. A atividade partidária não seria apenas relevante, mas imprescindível para tornar políticas públicas eficientes e a “sociedade melhor”. Os partidos são uma associação de cidadãos, normalmente diretamente ligados a grupos sociais e como canais participativos são superiores à participação eleitoral, pois promovem o debate e o engajamento cotidiano.

Por fim, os participacionistas argumentam que os partidos precisam de organizações robustas a fim de abrigar os filiados e favorecer sua inserção nos processos decisórios via forte democracia interna, abrangendo no seu interior variados seguimentos sociais e interesses. De acordo com Heidar (2007, p.4) nessa perspectiva, a participação partidária imprime vitalidade no regime democrático, compreender o que se passa com os filiados dentro dos partidos é entender um dos fenômenos fundamentais da democracia. Stuart Mill (1981), por exemplo, acredita que o engajamento cívico ativo promove o crescimento e o aprendizado dos cidadãos, principalmente na defesa dos seus próprios interesses. Em síntese, para os autores dessa tradição: “in real sense party members make democratic politics possible” (WHITELEY e SEYD, 1992, p.3).

Do prejudicial ao fundamental, os partidos como organizações de filiados precisam ser analisados; assume-se aqui uma posição intermediária no debate, compreendendo que os partidos podem prescindir de bases ativas de filiados e militantes e obterem sucesso eleitoral (Exemplo: Forza Itália¹⁸). Entretanto, também acredita-se que isso pode produzir impactos negativos em termos de legitimidade e apoio ao regime democrático¹⁹ no longo prazo.

De fato, alto nível de participação partidária não é sinônimo de boa democracia ou de “sociedade ideal”. Houve partidos em regimes autoritários, totalitários ou em democracias de baixa competitividade (o caso mexicano é um exemplo modelar) com grande amplitude de adeptos ativos e militantes aguerridos. Acerca das limitações de perspectivas restritivas nas elaborações sobre participação política dentro do paradigma democrático, argumenta Norris (2002, p.5 e 6):

¹⁸ Embora o Forza Italia tenha fundado recentemente o Forza Silvio Club, com três tipos de adesão: voluntário, apoiador e sócio benemérito, que podem ser considerados como um tipo de filiação.

¹⁹ Katz e Mair (1994) apontam como indicador da perda de relevância da *party on the ground*, o crescimento do sentimento antipartido.

“But at least some minimal opportunity for electoral choice is one of the necessary but not sufficient conditions for Schumpeterian democracies. Widespread disengagement from civic life is problematic if political participation functions as a mechanism to hold elected officials to account, to articulate and express public demands grievances, and train and educate future political leaders. There should be concern if lack of participation undermines confidence in the legitimacy of representative governments, drains the lifeblood from the more fragile democracies, and reinforces social inequality and the disadvantages facing poorer groups, woman and ethnic minor populations already at the margins of power”.

Sob o ponto de vista pluralista liberal, a participação partidária é importante como controle da “sociedade” em relação às elites políticas, pois amplia os mecanismos de *checks and balances*. Ao contrário do proposto por John D. May, pode-se obter ganhos mútuos: do ponto de vista das elites, o cultivo de bases partidárias ativas, mediante reuniões e integrações, permite transmitir, coordenar e afinar orientações aos filiados e simpatizantes, assim como propicia obtenção de *feedback* em relação às aspirações do eleitorado, além de facultar rastrear possíveis deserções e/ou o grau de força das facções rivais. No prisma dos filiados, proporciona comunicar e interagir ativamente na vida política, adensando laços com os líderes de forma mais intensa do que a habitual aquiescência experimentada na participação eleitoral (KATZ, 1990).

2.3– Os membros dos partidos políticos: o modelo dos círculos concêntricos.

Que é um membro de um partido? É a primeira indagação colocada no capítulo II, chamado “os membros dos partidos” do clássico “Os partidos Políticos” de Maurice Duverger. A proposição preliminar do autor sugere que os elos estabelecidos entre os partidos e os cidadãos são resultantes dos arquétipos das organizações, em outras palavras, os tipos de memberships são desdobramentos das características dos partidos. A definição de participação, como “o limiar de solidariedade que conecta o filiado ao seu partido” é ampla, visto que o “elo” pode variar assumindo significado e importância diversos.

O grau de solidariedade heterogêneo presente nas organizações influí no volume, formas de engajamento e níveis de lealdade da comunidade partidária. Elementos que permitem estratificar cidadãos conforme seus posicionamentos na órbita de influência da hierarquia, segundo os seus níveis de envolvimento partidário: no crescente desde o eleitor até o militante (HEIDAR, 1994).

Conforme aponta Scarrow (2014, p.8), o modelo de Duverger é um fio condutor para começar a pensar a conformação da *membership* na história dos partidos políticos, o seu arquétipo é integralmente derivado das ciências naturais, do modelo atômico de Neils Bohr,

cientificamente vigente naquele período (ver anexo II). O diálogo é definitivo; o núcleo do “átomo partidário” é composto pelos líderes e os eleitos (elites), os militantes ocupam a camada imediatamente posterior, e assim sucessivamente entre filiados, simpatizantes e eleitores. Os mais próximos ao núcleo são aqueles que mais doam ou “trocam” energia e tempo à causa, sendo a composição hierárquica diretamente proporcional ao nível de envolvimento, dependência e fidelidade do membro.

Há alguns pressupostos basilares no Modelo dos Círculos Concêntricos ou “atômico” de *membership*: 1-) todos os ativistas ou militantes são filiados aos partidos; 2-) todos os simpatizantes e filiados sempre votam nos seus respectivos partidos; 3-) o modelo é estático e composto por fronteiras rígidas e definidas. A oscilação na centralidade assumida pelas bases dos diferentes partidos segue majoritariamente determinantes ambientais, os partidos de massas derivam das metamorfoses na conformação sociológica do eleitorado – consequência do alargamento do sufrágio. (SCARROW, 2014).

O modelo dos círculos concêntricos está incorporado no contexto amplo da tipologia dos partidos de massas, abaixo algumas das principais diferenças entre os modelos de partido de quadros e de massas propostos por Duverger (1985), que norteou o debate sobre partidos políticos, especialmente pela centralidade atribuída aos adeptos e aos tipos de engajamento:

A-) *Origem parlamentar x origem extra parlamentar:* a gênese dos partidos de massas provêm de organizações da sociedade civil, como igrejas, sindicatos e movimentos sociais. Os laços sociais desempenham particular relevância permeando outras instâncias partidárias; em contraste os partidos de quadros possuem origem interna ao parlamento, alocam ênfase na personalidade e nos atributos das suas principais lideranças.

B-) *Centralização e articulação forte x descentralização e articulação débil:* partidos de massas possuem estruturas hierarquizadas, complexas, especializadas, de articulação orgânica rígida entre as múltiplas instâncias partidárias e processo decisório centralizado. As estruturas dos partidos de quadros são fluídas, com elementos orgânicos apresentando baixa articulação estrutural, além do processo decisório centrado nas elites.

C-) *Financiamento pelas bases x financiamento privado:* os partidos de massas possuem como principal meio de financiamento os seus adeptos via pagamento de cotas periódicas; os partidos de quadros são financiados pelas suas elites ou por patrocinadores externos de maneira intermitente.

D-) *Organização burocratizada com participação perene de alta intensidade x organização transitória vinculada aos ciclos eleitorais:* partidos de massas são caracterizados

pela duradoura capacidade de mobilização, como resultado possuem largo corpo burocrático estável, mesmo que os cargos de direção sejam eleitos pela *membership* periodicamente. Ao que tudo indica, os partidos de quadros são organizações montadas com exclusiva finalidade eleitoral e, por isso, possuem funcionamento e mobilização intermitentes vinculados aos ciclos eleitorais.

E-) Critérios de adesão formais rígidos x informais: Os partidos de massas possuem critérios padronizados de adesão, usualmente formalizados em estatutos ou documentos oficiais, que requisitam comprometimento do filiado com postulados doutrinários. Em contraste, os partidos de quadros dependem das relações de afinidade entre o militante e a liderança notável – o critério é apenas pessoal e não institucional.

Para Duverger o modelo de partido de massas como antítese aos partidos de quadros não possui apenas caráter hermenêutico, ambas as estruturas estariam em competição, refletindo a clivagem classista das democracias modernas. O partido de massas seria expressão da classe operária, e por consequência, caberia cumprir o determinado “destino ético” suplantando sua alternativa de organização política eminentemente burguesa. (WARE, 2004)

Os partidos de massas possuem “adeptos” em seu significado mais estrito, devido à institucionalização dos vínculos com os filiados, decorrente dos processos de formalização e fortalecimento dos laços orgânicos. De fato, a dinâmica de complexificação interna provém da expansão burocrática, cuja finalidade era converter amplas fileiras de adeptos em recursos organizacionais e de poder. A dualidade básica subjacente aos vínculos orgânicos opõe a “adesão pela escolha” (*Gesellschaft* – sociedade de interesses), típica dos partidos de quadros, à solidariedade de classe dos partidos de massas (*Gemeinschaft* – comunidade), desdobramento dos interesses “reais” da estrutura social. O momento de formalização do vínculo é fundamental para constituição da consciência de classe – conversão da classe em si para classe para si – aspecto que resulta, por exemplo, na avaliação crítica de Duverger ao modelo de organização indireta do *Labour Party*.

Segundo Duverger o grau de formalização da *membership* pode ser avaliado pelos níveis de padronização dos critérios de recrutamento, oficialização e padronização dos processos contidos nos documentos internos – que abarcam os direitos e atribuições dos membros, controle sobre contribuições e variedade das organizações ancilares. A possibilidade de dimensionar o número de filiados é outro indicador indireto de formalização relevante, uma vez que denota a capacidade de enquadramento dos partidos em relação às bases (DUVERGER, 1985; KATZ e MAIR, 1995).

As diferenças do modelo de partido de massa e quadros estão prioritariamente relacionadas às características da institucionalização e dos níveis de envolvimento, e menos centradas na extensão do número de integrantes (HEIDAR, 1994, p.64) Diante disso, expõe-se o detalhamento taxionômico dos níveis de envolvimento partidário – militantes, filiados e simpatizantes – em busca de evidenciar as nuances dos vínculos entre cidadãos e partidos (ver figura I abaixo). Segundo Duverger. Segundo Duverger:

“Não constitui exagero figurando-se o partido no seguinte esquema: os militantes dirigem os adeptos, estes dirigem os simpatizantes, estes os eleitores. Os membros dos partidos não são uma sociedade igualitária e uniforme, porém uma comunidade complexa e hierarquizada; do mesmo modo, uma comunidade diversificada: pois a natureza da participação não é a mesma para todos.” (DUVERGER, 1985, p.151).

Os *simpatizantes*, segundo Duverger, são aqueles que se encontram no limiar de tornarem-se filiados, e participam de modo intermitente, tal relação “assemelha-se ao membro como o concubinato ao casamento” (DUVERGER, 1985, p.138). A condição de simpatizante é sempre fluída, imersa no *continuum* de difícil precisão, pois oscila entre o eleitor fiel e que opta por expor o voto até aquele que participa de modo reiterado das reuniões, campanhas, lê o jornal do partido, além de realizar aportes financeiros. Ao contrário dos eleitores, os simpatizantes conformam uma precária comunidade, muitas vezes transitória, de solidariedade tênue, ainda que indispensável durante os ciclos eleitorais.

Os *filiados* ou *adeptos* são os que optam pela oficialização dos vínculos com os partidos, localizam-se entre os *simpatizantes* e os *militantes*; esporadicamente ativos, detém direitos e deveres explícitos, tais como: pagar mensalidades ou anuidades, consentir com as crenças partidárias, candidatar-se, participar das eleições dos diretórios ou da seleção de candidatos. A época de maior apelo à mobilização dos filiados acontece durante o processo eleitoral, na qual muitos contribuem com trabalho voluntário.

Os *militantes* são os *adeptos* ou *filiados* “ativos”, extremo oposto dos simpatizantes, encontram-se intimamente integrados à máquina partidária e aos seus assuntos. A *intensidade* e *regularidade* com que participam são suas particularidades mais concretas e metrificáveis. Os militantes são os “executores”, o “núcleo duro do partido”, aqueles responsáveis por tornarem vinculantes decisões das elites partidárias – o seu número é frequentemente inferior ao dos filiados. Na prática, o envolvimento partidário dos filiados é apenas uma esfera social complementar, para os militantes, tais atividades dividem posição com questões centrais do cotidiano. Ainda não há critérios bem delimitados e amplamente aceitos para diferenciar filiados e militantes, a distinção empírica usual é: filiados inativos e

filiados ativos (militantes).

Panebianco (2005) acrescenta o elemento dinâmico das trocas assimétricas na interação entre os distintos níveis de envolvimento partidário, enfatizando as relações entre militantes e a coalizão dominante. Para o autor, o poder é recíproco, relacional, assimétrico e se manifesta através das relações de trocas desequilibradas entre atores organizacionais hierarquicamente dispostos. A gênese da assimetria está no maior grau de liberdade das lideranças, principalmente por controlarem montantes superiores de recursos fundamentais para sobrevivência organizativa (zonas de incertezas).

Figura I – Modelo dos Círculos Concêntricos de Duverger



Fonte: autoria própria.

As lideranças “entram” nos jogos de poder internos, portando recursos comparativamente maiores, dispõem de determinados bens cobiçados pelos membros (incentivos organizacionais), assim como auferem outros, e “saem” das trocas ainda mais fortalecidas. A ordem organizativa é composta pela cristalização dos ciclos de trocas assimétricas: a cada “rodada” os líderes consolidam suas posições diante dos outros atores partidários. Ainda assim, trata-se de uma dinâmica de transação, e conforme ocorre em outras associações voluntárias, os filiados podem optar pela saída quando descontentes (HIRSCHMAN, 1970).

O sentido da ação participativa é relevante, os interesses das lideranças partidárias

não estão apenas centrados na realização de atividades fortuitas, mas na sua concretização de “certa maneira” – atividades facciosas, por exemplo, podem ser um tipo de envolvimento pouco desejado. A participação extraída pelos jogos de poderes verticais é quase sempre direcionada; os atores buscam ampliar ao máximo sua liberdade interna de manobra. Os ciclos recorrentes, formados pelas trocas assimétricas institucionalmente mediadas entre os níveis de envolvimento, conforma o que Richard Katz (1990) denominou de *economia da membership*.

Da perspectiva das elites, a troca ótima é aquela que imprime no sentido da ação do militante os seus interesses, resultando na manutenção e reprodução do equilíbrio organizativo. O nível de especificidade do incentivo define o preço da lealdade: quanto mais insubstituíveis forem os incentivos, maiores os níveis de liberdade da liderança em impor sua vontade sobre os demais membros.

“Para os seguidores, quanto menores as possibilidades de obter em outro lugar benefícios equiparáveis às remunerações distribuídas pelos líderes, mais o jogo de poder vertical se desequilibra em favor dos líderes nos termos descritos. Isso se explica pelo fato que, neste caso, os militantes não dispoendo de remunerações alternativas para substituírem os incentivos ficarão numa posição de extrema dependência da organização”. (PANEBIANCO, 2005, p. 61)

O modelo dos círculos concêntricos é o único que descreve com precisão os níveis de envolvimento da membership e “viaja” para outras tipologias de partidos e/ou no tempo sem maiores adaptações, mesmo que apresente algumas limitações históricas. Scarrow (2014) observa que atualmente os níveis de envolvimento apresentam fronteiras frágeis, os pressupostos do modelo de Duverger não mais captam com semelhante precisão parcela relevantes do engajamento partidário. O advento dos novos meios de comunicação, mais horizontais e interativos, influíram nas modalidades de engajamento, particularmente pela flexibilização das barreiras “espaço-tempo”.

Determinados simpatizantes podem atuar de modo incisivo e com resultados mais eficientes em determinadas frentes, quando comparados aos membros “formalizados” de baixa atividade, mesmo considerando aqueles que pagam regulamente suas cotas (Exemplo: cidadãos nas redes sociais angariando votos). Os círculos estão cada vez menos sobrepostos, e os métodos tradicionais amalgamam-se aos novos. Os partidos captam membros tradicionais pela internet e também disponibilizam incentivos coletivos diários em suas páginas para os milhares de simpatizantes e seguidores.

A literatura contemporânea sobre filiados está em processo de transição, buscando adaptar os conceitos ao novo contexto de dissolução das fronteiras entre filiados e não

filiados, e diante dos novos padrões de interação entre partidos e cidadãos. Tal fato suscita perguntas sem conclusões sedimentadas: As novas formas de integração passam pela formalização dos laços ou são completamente fluídas, informais e intermitentes? Partidos financiados pelos Estados preferem membros que pagam cotas regularmente ou simpatizantes ativos na internet angariando votos? Quais os conceitos úteis para pensar membership no século XXI? As possíveis respostas e os novos conceitos estão ainda em construção.

2.4- Quem adere aos partidos políticos? Do modelo da centralidade ao voluntarismo cívico.

Para parcela substantiva da literatura comportamental sobre participação política as modalidades ativismo, filiação, campanha e militância partidária são consideradas de elevados custos individuais, ou seja, demandam muitos recursos materiais, organizacionais e/ou cognitivos (HEIDAR, 2007, p.5). Achados da escola de Michigan abordam a interface entre os custos participativos e condições “ambientais” dos atores. Lester Milbrath (1971), ao analisar as determinantes da participação política, tendo como referência o contexto norte-americano, demonstra que poucos daqueles que “torcem” para um lado na disputa eleitoral-partidária, optam por aderir à própria disputa.

Dentro da dimensão ativo-inativo, o autor categoriza os cidadãos em três tipos, observando os tipos de participação política que desenvolvem: a-) *os apáticos*, aqueles que não participam de qualquer forma de atividade; b-) *os espectadores*, são cidadãos que participam minimamente buscando informações, votando, discutindo sobre política e defendendo suas preferências; c-) *os gladiadores*, categoria dos altamente envolvidos, que inclui os políticos profissionais, usualmente participam de reuniões, campanhas e podem ser filiados aos partidos políticos. Cabe aos *gladiadores* “disputarem” a preferência dos *espectadores* nas eleições em busca de votos (MILBRATH, 1971.p. 20).

O desenvolvimento de disposições favoráveis à participação de alta intensidade envolve o acúmulo de certos atributos estratégicos e relacionados à socialização política. Dimensões relevantes, tais como condições familiares, de moradia e classe social são correlatas ao desenvolvimento de crenças e atitudes, que quando agrupadas, conformam substrato fundamental para participação política (MILBRATH, 1971, p.110). Ainda segundo Milbrath (1971), tal relação pode ser resumida pela dimensão centro-periferia (ou grau de centralidade), que descreve a forte correlação entre disposições participativas e variáveis

relativas aos níveis educacionais²⁰, renda e profissão.

Os portadores de tais atributos ocupam posição no “centro” e estão mais propensos ao desenvolvimento de estímulos psicológicos favoráveis às práticas participativas, especialmente aquelas mais custosas. Os indivíduos localizados na “periferia” tendem ao desenvolvimento da apatia política. Os critérios de classificação abrangem dimensões “objetivas” e “subjetivas”; a variação na dimensão ativo-inativo é explicada pela variação na dimensão centro-periferia.

Acerca dos impactos da variável organizacional na participação, Milbrath acredita que os partidos detentores de organizações robustas influem no crescimento da participação, embora não aponte indicadores ou evidências empíricas (MILBRATH, 1971, p.99). O autor não descarta o papel fundamental das regras internas no estímulo ao engajamento: “Organizations facilitate turnout, recruit candidates, and boost party membership. This holds, of course, only for organizations that desire to mobilize their membership politically; some organizations may have norms favoring apathy”. (MILBRATH, 1971, p.131).

Ainda no âmbito das abordagens comportamentais, Verba e Nie (1972) reiteram a relevância do *standart socioeconomic model*, ou seja, de como variáveis educacionais, renda e profissão (SES)²¹, mediadas pelas *attitudes cívicas*, impactam nos tipos e níveis de participação política, mesmo que de forma não linear e cumulativa, contrastando com o que sugeriu Milbrath anteriormente. Para os autores, a participação é multidimensional: diferentes disposições e atitudes incitam distintas formas de engajamento político. Nesse sentido, o ativismo partidário ainda se encontra entre os tipos mais custosos de engajamento, visto que exige elevado nível de envolvimento psicológico, informacional, de inteligibilidade política, senso de eficácia e necessidade de referendar um “lado” do conflito político.:

Os militantes partidários (*campaigners*) possuem menos interesses em *issues* específicas e questões comunitárias, priorizando conflitos e clivagens de tons mais generalistas. Os cidadãos, que incorporam todos os atributos anteriores, mas possuem uma visão “paroquial” dos problemas (*single-issue*), escolhem participar de grupos de pressão ao invés dos partidos políticos. Em face dos múltiplos canais de participação política, a militância partidária exibe o maior potencial conflitivo, principalmente pela vinculação direta com a dinâmica eleitoral, que atua ressaltando diferenças entre os séquitos partidários em

²⁰ No clássico trabalho de Almond e Verba, *The Civic Culture* (1963), demonstra, nos cinco países analisados, o maior impacto do aspecto educacional sobre renda e ocupação. Dentre outros aspectos, os cidadãos mais educados são mais propensos ao engajamento ativo em organizações.

²¹ *Socioeconomic Status*. Para uma síntese ampla dos diversos matizes teóricos sobre participação política na literatura internacional, ver Borba (2012).

termos de valores, *issues* e narrativas.

Verba e Nie (1972) propõem verificar a força da organização partidária através da sua capacidade de romper ou mitigar o modelo da centralidade, mobilizando grupos portadores de baixos recursos e equalizando suas oportunidades participativas (VERBA e NIE, 1972, p. 210). Desde o seminal trabalho de Campbell e Rokkan de 1960, que analisa comparativamente partidos *class-based* na Noruega e *broad-based* nos EUA, achados assinalam como diferenças de moldura organizacional estão diretamente ajustados às características do ativismo partidário²².

O engajamento em partidos é altamente influenciado pelo contexto dos cidadãos, porém não redutível ao simples reflexo das variáveis ambientais e da estratificação social. Outras variáveis intervenientes como crenças, atitudes, condição familiar e a socialização política na infância e juventude atuam como mediadoras indispensáveis ao engajamento político. Ademais, a densidade assumida pelas organizações exerce influência relevante, visto que nenhuma atividade de natureza política é puramente espontânea, e sempre envolve algum grau de mobilização.

A principal restrição do modelo orientado pelo SES é sua incapacidade de estabelecer elos de causalidade na análise da participação política, considerando que enfatiza somente dimensões como status socioeconômico, atitudes e orientações cívicas²³. O *standart socioeconomic model* descreve certas características partilhadas por aqueles indivíduos que mais participam, contudo não é capaz de explicar o “porquê” alguns tipos de cidadãos escolhem participar ao contrário de outros. (VERBA, BRADY e SCHLOZMAN, 1995).

O *voluntarismo cívico* é sucessor do *standart socioeconomic model*, porquanto retoma algumas das características principais do modelo anterior, propondo deslocar ênfase das atitudes e do contexto para os *recursos e habilidades individuais* dos cidadãos. Os núcleos dos modelos anteriores eram orientados pela ênfase no *SES* como dimensão abrangente e pela observação do desenvolvimento de predisposições e atitudes cívicas nos cidadãos. O modelo

²² A hipótese de Campbell e Rokkan (1960,p.380) é: “that formal education and occupational position will make less difference in the level of political activity in a class-distinct party system such as the Norwegian and more difference in a system of two socially and economically highly heterogeneous parties such as the American”

²³ Outra abordagem alternativa é a proposta por Alessandro Pizzorno (1975), dentro do marxismo, sugere historicizar ou colocar o diagnóstico do modelo da centralidade em movimento, através dos conceitos de sistema de interesses, solidariedade e consciência de classe. Para o autor “Cuanto más un individuo está inserto en un grupo homogéneo tanto mayor, a paridad de condiciones, será su participación política” (PIZZORNO,1975,p.62). À medida que as redes de solidariedade genéticas dos partidos arrefecem pela complexificação dos interesses organizativos (algo que Panebianco retoma e desenvolve posteriormente no conceito de institucionalização, embora fora do léxico marxista), a identidade de classe diminui, tornando viável o diagnóstico de “aburguesamento” dos partidos. Quanto mais próximo de movimento for o partido, mais participação da classe operária poderá ser identificada.

do voluntarismo cívico prioriza os *recursos pessoais*, de uma perspectiva mais restrita ao indivíduo e suas capacidades, que compreendem a presença de elementos como habilidades cívicas, tempo e dinheiro.

As atitudes cívicas encontram-se mais próximas da própria dinâmica participativa, produzindo explicações circulares, por exemplo: o elevado senso de eficácia da ação política aumenta a probabilidade de participação, bem como a participação também acrescenta senso de eficácia da ação política. O pressuposto que atitudes precedem determinados comportamentos pode não ser totalmente válido empiricamente. Os indicadores atitudinais carecem de objetividade e apresentam alguns problemas de metrificação, algo distinto dos recursos individuais, cuja empiria é mais factível – tempo, escolaridade, dinheiro etc.

Segundo Verba, Brady e Scholzman (1995, p. 273) o modelo do *voluntarismo cívico* combina duas tradições importantes: a primeira mais próxima das teorias da estratificação social, cujo *status* e a posição na hierarquia social são fundamentais para prever formas de participação política. De fato, dá-se continuidade aos modelos anteriores, enfatizando os *custos* da participação e sua interação com o contexto social dos cidadãos, ainda que não seja possível inferir o mecanismo causal da ação participativa – aquilo que leva o cidadão a dizer “sim” e assinar a ficha de filiação.

A segunda tradição é a *rational choice*, que entende os indivíduos como auto-interessados e maximizadores, observando os *benefícios* (ou objetivos) provindos da participação. Os cálculos individuais e a decisão de participar viabilizam o estabelecimento do nexo de causalidade da adesão, mesmo com certas lacunas, principalmente ao não enfatizar os custos participativos na sua interação com o “ambiente”, visto que existem múltiplas “redes de custos” - que variam a cada participante. (WHITELEY, 1995; VERBA, BRADY, SCHLOZMAN, 1995, 1999).

Os três recursos essenciais – tempo, dinheiro e habilidades cívicas – são alocados distintamente pelos cidadãos, o que viabiliza diferentes tipos de indicadores. O tempo pode ser doado para política na participação de campanhas, reuniões, escrevendo petições, discutindo e convencendo outros cidadãos²⁴; o dinheiro, mais objetivo na metrificação, pode ser empregado de diferentes formas, desde doação direta ao partido até custos colaterais, por exemplo, os recursos gastos para o comparecimento nas reuniões do diretório (elemento

²⁴ Conforme destaca Verba, Brady e Scholzman (1995, p.274). O tempo não está diretamente relacionado ao modelo anterior referenciado no SES: pessoas ricas podem ter recursos para contratar outras pessoas para trabalharem para si, permitindo dedicar o tempo livre para atividades participativas, entretanto, o contrário também é válido, pois também podem dedicar quase todo o seu tempo buscando aumentar ainda mais sua riqueza.

frequentemente pouco enfatizado pela literatura inspirada em Duverger). O tempo é distribuído de forma mais equânime entre os cidadãos, enquanto o dinheiro é altamente variável e estreitamente vinculado à estratificação social e diferenças de renda.

As habilidades cívicas são desdobráveis em duas variedades: habilidades comunicacionais e organizacionais. A primeira, usualmente manifesta pelo uso estratégico dos canais de comunicação interpessoal e públicos, refere-se à capacidade de expressar ideias e opiniões. A segunda se relaciona ao conforto ou *expertise* na participação de atividades cotidianas exigidas pelas organizações, que geralmente envolvem o uso estratégico de normatizações e estatutos, comparecimento nas reuniões e assembleias, além da elaboração de atas e outros documentos, etc.

Vê-se que a família e a escola são ambientes “extra-políticos” de especial importância para obtenção e replicação das habilidades cívicas, fundamentais na participação política. (VERBA, BRADY, SCHOLZMAN, 1995; WHITELEY, 2010). Nesse sentido, o processo de socialização ao longo da juventude impacta na transmissão de determinados valores e “bens” políticos com influência para toda vida. O acúmulo de habilidades cívicas significa dispor de modo cumulativo de habilidades e disposições favoráveis à participação, capacitando, com efeito, para integração nas atividades de “base” e, enfaticamente, impactando na formação ou manutenção de elites.

A socialização juvenil e o ambiente familiar não podem ser compreendidos deterministicamente, os cidadãos podem adquirir e desenvolver habilidades ao longo da vida. A participação comunitária, atrelado de modo indireto à participação política institucional, auxilia no desenvolvimento de habilidades cívicas – mesmo que isso envolva custos comparativamente mais elevados (VERBA, BRADY, SCHOLZMAN, 1995; DALTON, 2008; WHITELEY, 2010). O núcleo do modelo do *voluntarismo cívico* atribui centralidade aos recursos e habilidades, entretanto entende que eles podem ser adquiridos de modo indireto, em atividades não diretamente relacionadas ao ambiente familiar ou ao contexto político institucional.

Determinados tipos de atividades participativas exigem dos indivíduos diferentes recursos e habilidades cívicas; os “candidatos” ao engajamento, portadores das características valorizadas, são filtrados pelas *redes de recrutamento*, *organizações* ou *agencies*. (LEIGHLEY; 1995, NORRIS, 2002). Segundo Verba, Scholzman, Brady e Nie (1999) os cidadãos optam pela não adesão “because they can’t, because they don’t want to or *because nobody asked*”.

As diferentes estratégias de mobilização conformam distintas estruturas de

oportunidades favoráveis ao engajamento; alguns cidadãos participam mais ou de modo distinto também pelo efeito das oscilações na recepção dos incentivos. No caso dos partidos políticos, determinadas características e estratégias podem reforçar ou atenuar os custos participativos e/ou incentivar certas formas de ativismo em detrimento de outras.

Os autores propõem acessar propriedades das organizações partidárias via participação política, mediante análise dos seus membros. Organizações não apenas são variáveis dependentes em relação às características dos seus membros, mas também atuam como variáveis independentes. Partidos altamente hierarquizados e socialmente pouco permeáveis impõem elevados custos de recrutamento e participação para determinados cidadãos, pois exigem maiores recursos, habilidades e acesso às redes interpessoais mais exclusivas. Além disso, certas práticas e atividades de participação são pouco encorajadas, resultando em baixo potencial agregativo em termos de habilidades e recursos dos membros.

O contrário ocorre entre os partidos que possuem identidades atreladas aos setores sociais com menos recursos e habilidades, além de mais ativos, mobilizam e incluem os membros em atividades regulares, fomentando o desenvolvimento de habilidades cívicas. Algumas estratégias organizacionais de mobilização podem ser empregadas visando suplantar tais assimetrias, através de atividades educacionais, vínculos com outras organizações (sindicatos, igrejas e associações), mobilização em campanhas e presença territorial nos bairros periféricos: “Organization – and we might add ideology – is the weapon of the weak”. (VERBA *at al*, 1978, p. 15). Nas democracias em sociedades industriais avançadas, tal capacidade está regredindo, tanto em razão de transformações organizacionais dos partidos como comportamentais dos cidadãos, principalmente entre os mais jovens. (INGLEHART e WELZEL, 2005; KATZ, 1990; KATZ e MAIR, 1994; NORRIS, 2002).

Pode-se sintetizar o modelo do voluntarismo cívico nos seguintes preditores de engajamento (LEIGHLEY, 1995; DALTON, 2008):

1. Cidadãos de status social elevado tendem a participar mais, pois possuem maiores recursos e habilidades cívicas, normalmente adquiridas na escola, família ou redes associativas.
2. Certos valores e atitudes, principalmente ideologia no caso dos partidos políticos, estão associados à participação. Anexo também o senso de eficácia, crença que a ação individual daquele que participa pode afetar a dinâmica política.
3. Participação em certas comunidades, grupos e associações acresce a possibilidade de engajamento político. Indivíduos ativos em outras

organizações aumentam seus recursos e habilidades cívicas. No caso dos partidos políticos, memberships também tendem a ser influenciadas por outras organizações de forma indireta. (PANEBIANCO, 2005; VAN BIEZEN, 2005).

O breve relato da literatura discutiu a relevância dos custos participativos dos cidadãos e também os aspectos diretamente atrelados aos partidos políticos e sua importância do contexto na obtenção de recursos cívicos. Os recursos são mensurados pelas características da família, profissão, renda, tempo de participação, escolaridade, e participação comunitária.

O *voluntarismo cívico* propicia responder satisfatoriamente *quem* participa dos partidos políticos, ou seja, o perfil e os recursos cívicos da militância, considerando certas especificidades organizacionais, que podem alterar toda balança de custos do engajamento. Agora, passa-se a discutir **o porquê** alguns indivíduos optam pela adesão aos partidos políticos.

2.5- O porquê o cidadão adere aos partidos políticos? O paradoxo da ação coletiva.

A filiação partidária sempre foi restrita em termos de extensão de adeptos quando comparada à participação eleitoral, mesmo durante o período conhecido como “golden age of parties” nas democracias europeias. O número de filiados nunca superou ou se aproximou da metade do eleitorado (SCARROW, 2000, p. 90)²⁵. Sabe-se que os níveis atuais de filiação na Europa estão em perene declínio, o mesmo não ocorre em muitos dos países de democratização recente. Não obstante, mesmo nas classificadas democracias de terceira-onda, nenhuma alcançou patamares de filiação muito elevados (NORRIS, 2002; MAIR e VAN BIEZEN, 2001; MAIR, VAN BIEZEN e POGUNTKE, 2012).

Além disso, apenas uma fração dos adeptos participam ativamente, muitos apenas pagam suas mensalidades e recebem correspondências e/ou e-mails dos partidos (HEIDAR, 2007; WHITELEY, 2010; YOUNG, 2013). Subjacente às macro variações nos níveis de filiação em diferentes democracias, cabe o seguinte questionamento: “o porquê cidadãos optam pela adesão aos partidos políticos?”.

Dentre as respostas cabíveis, a mais imediata seria para auxiliar o partido político a promover certos objetivos, ajudando a eleger os seus candidatos e a implementação de

²⁵ O maior nível de filiação registrado foi na Áustria com 25,9% do eleitorado filiado nos anos 70. O maior patamar atingido pela Itália foi de 13,9% do eleitorado nos anos 50, e pela Alemanha de 4,5% nos anos 80. Como salienta Scarrow, existe uma tendência de subdimensionar o tamanho das memberships da primeira metade do século passado na Europa. (SCARROW, 2000, p.100)

determinadas políticas, consonantes com as expectativas do filiado. Contudo, se assumirmos que os indivíduos agem racionalmente, ou seja, buscam maximizar os benefícios e minimizar os custos, tal resposta carece de plena validade, tendo em vista o paradoxo da ação coletiva.

Os partidos políticos podem ser classificados como produtores de bens-públicos; Samuelson (1954), no âmbito da teoria econômica, dividiu os bens em duas classes: bens de consumo privado e bens de consumo público. Os bens de consumo público são aqueles que: “all enjoy in common in the sense that each individual’s consumption of such a good lead’s to no subtraction form any other individual’s consumption that good” (SAMUELSON, 1954, p. 387). No que tange aos bens de consumo privado, eles são, por suposto, satisfatoriamente divididos e alocados espontaneamente pelo mercado entre agentes auto-interessados. O mesmo pode não ocorrer de forma idêntica na produção dos bens-públicos. Em 1959, Richard Musgrave propôs que a divisão dos bens pelos seus atributos está centrada em quem pode consumi-los²⁶, apelando ao princípio da exclusão. Ambos os autores estavam interessados em verificar as fronteiras de funcionamento da economia de mercado em produzir e alocar bens.

Mancur Olson (2011), que adere ao princípio de exclusão de Musgrave, reconhece que os bens ofertados pelos partidos, sindicatos e outros grupos de pressão são públicos ou beneficiam elevado número de pessoas. Conforme destacam Whiteley e Seyd (1992), para Olson, o enigma não é explicar o número reduzido de adeptos, mas o porquê alguém ainda opta pela filiação. O argumento de Olson, quando aplicado aos partidos, é bastante razoável: se determinado partido propõe ofertar certa política pública e os indivíduos são racionais, logo, quando o partido é eleito, os indivíduos podem receber os benefícios ou bens ofertados sem quaisquer custos de participação – *free riders*.

Em consequência, tal argumento classifica como irracional quaisquer militância visando atingir certos fins públicos. Considerando também, toda discussão prévia sobre os elevados custos e barreiras sociais envolvidas na participação em partidos, algo que, considerado em conjunto, pode diminuir ainda mais os eventuais benefícios advindos da filiação. De certo, para Olson, o indivíduo que age racionalmente possui largos incentivos para escolher não aderir aos partidos²⁷.

Desde o seminal trabalho de Antony Downs, pesquisas sobre participação política são desdobramentos do paradoxo da ação coletiva. A modalidade de participação política mais explorada sob o prisma da *rational choice* é o comportamento eleitoral, entretanto os

²⁶ Em síntese, aquilo que difere os bens-públicos dos bens privados é: “Jointness supply and impossibility of exclusion”. (WHITELEY e SEYD, 1992, p.57).

²⁷ “O importante aqui é que o homem médio não estará disposto a fazer um sacrifício significativo pelo partido de sua preferência, dado que uma vitória do seu partido proverá um benefício coletivo”. (OLSON, 2011, p. 179)

testes são frágeis, principalmente ponderado o baixo custo do voto (ALDRICH, 1993, WHITELEY, 1995). O próprio exercício do cálculo de custo-benefício impõe custos não negligenciáveis, no caso do comportamento eleitoral, os custos seriam irrelevantes e não caberia realização do cálculo individual. As modalidades de participação de custo intensivo foram quase que marginalizadas pelas pesquisas posteriores ao trabalho de Olson (2011).

Ainda segundo Whiteley (1995), desenvolvimentos posteriores, utilizando a teoria dos jogos, evidenciam que o paradoxo da ação coletiva é um problema de cooperação clássico envolvendo elevado número de pessoas. A utilização de sanções, estratégia usualmente exequível na indução da cooperação em jogos de múltiplas rodadas, encontra-se indisponível nos grupos “grandes” (*large n*) de participação voluntária – caso dos partidos políticos.²⁸. Outros autores propõem introduzir elementos altruísticos no cálculo da participação política, Muller e Opp (1989) acreditam que os agentes agem motivados pelo misto de auto-interesse e a crença no bem estar da sua comunidade, componente que também atua como incentivo relevante para participação

Muller e Opp (1986)²⁹ propõem ampliar a noção de racionalidade afirmando a existência de formas de “racionalidade coletiva”, que compõem o cálculo no âmbito da ação individual. Os interesses podem não ser puramente egoístas e os bens almejados somente individuais, algo análogo a um “cálculo kantiano” ou imperativo ético de cooperação. Os cidadãos, uma vez capazes de objetivar o melhor para o seu grupo ou comunidade, optam, em consequência, pela participação, vinculando racionalmente meios e fins. As crenças e os valores apresentam relevância, influenciando na definição dos fins almejados. (WHITELEY, 1995; WHITELEY e SEYD, 1992; WHITELEY, SEYD e RICHARDSON, 1994; KATZ, 2013).

Dos dois postulados básicos da *rational choice*: 1-) os indivíduos são auto-interessados e 2-) racionais, portanto, conectam os meios aos fins; os autores privilegiam o segundo em detrimento do primeiro, tendo em vista que acreditam na possibilidade do indivíduo considerar a maximização dos interesses de determinado grupo. (KLOSKO, MULLER e OPP, 1987, p. 558). Analisando casos de rebeliões coletivas, os autores sugerem:

²⁸O mesmo não ocorre no caso de processos eleitorais com voto obrigatório, que geralmente resultam em elevado nível de participação eleitoral.

²⁹O autor propõe analogia com o clássico livro de Louis Stevenson: O Médico e o Mostro (1886), Jekyll e Hyde, para descrever a ambiguidade do “padrão de comportamento” ou da “natureza humana”, oscilando entre o egoísmo e o altruísmo. Margolis (1982) argumenta na mesma direção ao apontar o auto-interesse e o altruísmo como motores na tomada de decisão - “fair shares”.

The preference assumption and the utility maximization assumption clearly imply that individuals will seek to satisfy their own interests and are therefore self-interested. We do not introduce any restrictions on the kind of preferences that may be included in a rational-choice explanation of rebellious collective action (or of any other kind of behavior). In particular, the preference assumption does not imply that the interests of individuals are purely egoistic in the sense of being limited to their own private welfare. The exact nature of preferences is left open: they may include public goods, which will benefit all members of a group or broader society, including the individual; and they may include the private welfare of others. (MULLER e OPP, 1987, p.561).

Richard Katz (2013, p.52) acresce dois pré-requisitos para as pessoas optarem por participar pela influência do que ele conceitua como *social rational choice*; primeiro os indivíduos devem esperar que os laços que os unem ao grupo sejam razoavelmente fortes – algo que não necessariamente significa concordância ou afinidade com todos os adeptos; segundo, que os seus interesses e do grupo sejam congruentes e/ou possuam forte compatibilidade.

Para Whiteley (1995, p. 216) o escopo teórico proposto escapa ao da *rational choice* clássica, mesmo que opere no âmbito do individualismo metodológico, visto que o cidadão não contabiliza os custos individuais e também não controla os resultados coletivos do grupo. Ainda assim, pouco impede de considerar como alternativa factível que indivíduos adotem cálculos políticos interessados e ao mesmo tempo altruísticos, porém fora do escopo clássico da *rational choice*. De fato, para alguns autores, o modelo da “racionalidade coletiva” apenas soluciona o *paradoxo da ação coletiva* modificando os seus pressupostos elementares. (WHITELEY e SEYD, 1992; WHITELEY, SEYD e RICHARDSON, 1994).

A teoria dos incentivos é a resposta mais eficiente ao paradoxo da ação coletiva, sobretudo nos casos em que não cabe uso de coerção³⁰. Em princípio, sugerida pelo próprio Olson, denominada de “teoria do subproduto”, demonstra fôlego, tanto nos estudos sobre comportamento eleitoral como aplicada a outras modalidades de participação. A solução é aparentemente trivial: os incentivos são permutados em troca de colaboração e o bem público obtido.

Por outro lado, conforme observa Leighley (1995, p. 193 e 194), o problema está no enquadramento fluído (ou pouco positivo) dado os vários tipos de incentivos pelas diferentes perspectivas teóricas, resultando em baixa conexão com os bens produzidos.

³⁰ No caso dos partidos políticos, Olson (2011) claramente limita ao contexto democrático o uso de incentivos “positivos” para obter participação. Ver Olson p.148

A transição entre incentivos como conceito, depois variável até os indicadores empíricos exige certa parcimônia, particularmente no tocante aos incentivos imateriais como desejos de expressão sentimental, estímulos de integração comunitária e ambição de manifestação de determinado valor ou crença – incentivos psicológicos como incentivos seletivos, ações instrumentais visando expressar sentimentos³¹.

Imprescindível pelo *insight* de que indivíduos respondem aos diferentes incentivos através de cálculos de custo-benefício, a *rational choice*, do modo usualmente empregado pela teoria econômica, é incompleta nas análises sobre participação em partidos políticos (ou demais tipos de participação de alta intensidade). Determinadas concessões são necessárias em termos de valores, crenças, “racionalidade coletiva”, formação de expectativas, contingências históricas, bens psicológicos, socialização e influência dos grupos³². (BRUTHER e HARRISON, 2009; KATZ, 2013).

Caso a teoria dos incentivos fosse aplicada somente na modalidade mais restritiva, parcela substantiva do engajamento partidário seria posta na irracionalidade, considerando que muitos dos membros não declaram interesse apenas por cargos (e também não possuem cargos), entretenimento ou outros benefícios exclusivamente de “consumo” privado. A contribuição mais substantiva da *rational choice* para explicação da participação política é a ênfase na percepção individual dos custos e benefícios. (PANEBIANCO, 2005; WARE, 2004; WHITELEY e SEYD, 1992; WHITELEY, 1995; KATZ, 2013).

The essence of the theory is that, in order to explain political participation, we need to consider a wider array of incentives than narrowly defined individual incentives. Thus the Olson model, while plausible and insightful, is too narrowly focused to give an advert, in making this point, we are not ignoring the central insight of Olson’s theory, which is the idea that individuals become politically active in response to incentives of various kinds (WHITELEY, SEYD e RICHARDSON, 1994, p.84)

³¹ O debate subjacente é acerca da possibilidade de utilizar incentivos psicológicos como incentivos seletivos, alguns autores são céticos como Whiteley e colocam *social norms* e *valores altruístas* fora do âmbito da racionalidade como na figura abaixo (página 43). Em contraposição autores vinculados aos estudos de movimentos sociais como Muller, Opp e outros possuem uma concepção mais fluída de *rational choice* e acreditam na racionalização da expressão dos sentimentos como indutores do engajamento. O próprio Olson enfrenta a questão somente de forma marginal, em princípio não descarta essa possibilidade, porém sugere dificuldades empíricas na comprovação da satisfação psicológica. Ver Olson, p. 145, nota 91.

³² Whiteley prefere qualificar o seu modelo (modelo geral do incentivos) como uma alternativa ao modelo da escolha racional clássico. Eu prefiro diferenciar em *rational choice* em sentido “forte” (utilizada pelos economistas) e em sentido “fraco”, que permite empregar ações instrumentais em diversas circunstâncias – *soft rational choice*, como nomeia Norris (2002). Os agentes são detentores de racionalidade “limitada”, geralmente utilizada por muitos cientistas sociais, de diferentes matizes, como Weber, Verba, North, Coleman, Boudon, Panebianco, Norris, Katz etc. Para amplo debate sobre o conceito de racionalidade na ciência política, ver Farejohn e Pasquino (2001).

No âmbito da teoria das organizações, Wilson e Clarke (1961) tipificam em três os conjuntos dos incentivos organizacionais a partir dos seus atributos: 1-) materiais, bens (*spoils*), bens específicos ou vantagens que organizações distribuem aos membros; 2-) propósito (ou intencionalidade – *purposive*) relativo aos objetivos que às organizações propõem alcançar; 3-) solidários, benefícios advindos da interação social entre os membros.

Em 1988, Panebianco incorpora a teoria dos incentivos organizacionais à análise dos partidos políticos, em específico, ao modelo de transformação organizativa, promovendo algumas adequações nas proposições de Wilson e Clarke. O autor entende os partidos como "organizações mistas", contendo burocracia interna, que busca a continuidade e a estabilidade organizativa das hierarquias internas, e como *associações voluntárias*, com participação auferida pela combinação de incentivos de natureza tanto coletiva como seletiva.

Em cenários de estabilidade, conforme destacado anteriormente, o poder nas organizações flui pela permuta assimétrica dos incentivos em favor das elites. Tal fato salvaguarda o equilíbrio organizativo, que nada mais é do que a capacidade da coalizão dominante em equilibrar a oferta de incentivos seletivos e coletivos, cristalizando determinada formação hierárquica. Os incentivos não apenas desatam o dilema da ação coletiva, mas estão diretamente vinculados à dinâmica do poder e a “guerra de posições” no interior dos partidos políticos.

Os incentivos coletivos são constituídos tanto por incentivos de solidariedade como de identidade, ambos estão vinculados aos objetivos oficiais ou ideologia dos partidos: o enfraquecimento da identidade coletiva pode levar ao arrefecimento da solidariedade, que sustenta o “elo” entre partidos e filiados. Em contraste, os incentivos seletivos são subdivididos em incentivos materiais e de *status*; o primeiro abrange compensações do tipo privada, desde financeiras e redes de assistência até múltiplas formas de patronagem.

O segundo se relaciona ao prestígio pessoal, honra e notoriedade pública – *status symbol*. A definição de incentivos coletivos e seletivos é ancorada na extensão daqueles que os recebem³³; os incentivos coletivos são distribuídos igualmente entre os membros e têm como função justificar ou “encobrir” assimetrias no interior da organização. Ainda que essencialmente contraditórios, os incentivos operam de modo complementar em cenários de equilíbrio organizativo.

Panebianco (2005, p.54) também propôs tipologias de membros, deduzindo dos

³³ Conforme destaca Panebianco (2005, p.57) os partidos, muitas vezes, criam redes de incentivos seletivos adicionais buscando obter participação e/ou anuência dos filiados.

tipos de incentivos os padrões de inserção e engajamento partidários; os *carreiristas* são motivados predominantemente pelos incentivos seletivos e os *crentes* motivados pelos coletivos. Nesse sentido, tal tipologia aprofunda os modelos tradicionais de participação política, usualmente concentrado apenas nos recursos cívicos, aspectos atitudinais e intensidade do envolvimento. O eixo é deslocado para o âmbito da ação instrumental, mais próximo aos interesses e escolhas dos atores, repercutindo nos tipos de inserção e atividades desenvolvidas.

Whiteley e Seyd (1992) desenvolveram modelo de incentivos ampliado e próximo de Clark e Wilson, denominado *modelo geral dos incentivos*, acrescentando elementos comportamentais externos ao cálculo de custo-benefício. Os autores distinguem os incentivos seletivos em dois tipos: *processo* e *resultados*. O primeiro está relacionado aos benefícios privados do próprio processo de participação, como uma dinâmica estimulante e desvinculada dos objetivos oficiais e causas defendidas. O segundo relaciona-se aos bens privados, tais como *benefícios materiais* e *status* (cargos, dinheiro, etc.) ou redes de contatos privilegiados.

Ao tratar dos incentivos coletivos, seguindo Muller e Opp (1986; 1987), os autores ampliam a possibilidade de racionalidade no cálculo individual dos benefícios de participação para “racionalidade coletiva”, na qual o indivíduo avaliaria o que é melhor para o grupo. Os custos e benefícios privados são relativizados em um processo de reconhecimento, favorecendo a substituição dos interesses individuais pelos coletivos. (WHITELEY e SEYD, 1992, p.61).

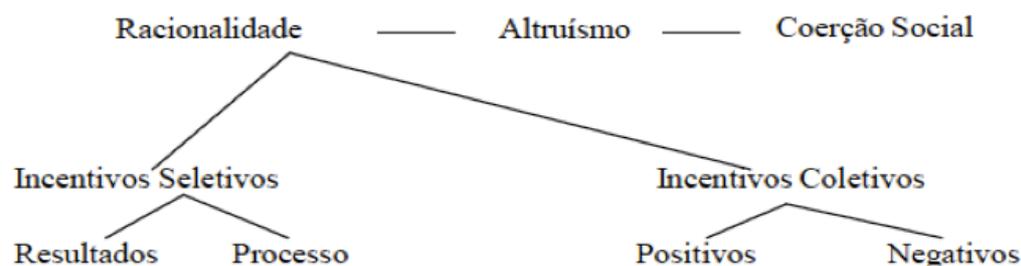
Os incentivos coletivos estão estreitamente relacionados aos "objetivos oficiais" defendidos pelos partidos, conseqüentemente suas ideologias e valores professados. De acordo com Whiteley e Seyd (1992), os incentivos coletivos dividem-se em dois tipos: *incentivos coletivos positivos* e *negativos*. O primeiro vinculado aos estímulos resultantes dos “objetivos oficiais” defendidos pelo partido, e o segundo através do sentido de alteridade e/ou adversidade frente a outro partido, ideologia, políticas e/ou interesses organizados.

Em importante diálogo com o modelo do *voluntarismo cívico* e externamente ao âmbito da racionalidade (basicamente, cálculos de custo-benefício) outros dois tipos de motivações para participação são relevantes: coação social (*social norms*) e altruísmo. A adesão e participação por coação social referem-se aos indivíduos motivados pela aprovação de outros indivíduos ou grupo. Exemplo: família, amigos, comunidade religiosa ou de credo, etc.

A adesão por altruísmo, embora aparentemente análoga aos incentivos coletivos, desenvolve-se no nível das crenças de valores últimos, admiração pública e/ou desejos pouco

palpáveis e não suscetíveis a cálculos políticos. Assim, fora de um nível de racionalidade tangível, algo semelhante a uma experiência religiosa – ato de *expressão política* e não uma *ação instrumental*, em que os objetivos e eventuais resultados são ignorados, análogo a uma situação de excitação e/ou frenesi ideológico.

Figura II – Modelo Geral dos Incentivos



Fonte: Whiteley e Seyd, (1992, p.64)

A maior parte da literatura sustenta a prevalência dos incentivos coletivos como principais indutores do engajamento partidário (BRUTER e HARRISON, 2009; YOUNG, 2013). Na perspectiva de quem adere, o pressuposto básico é que os partidos fazem a diferença no provimento de certos bens públicos³⁴. Por outro lado, analisando o Partido Conservador britânico, Whiteley, Seyd e Richardson (1994) sugerem que ações de expressão ideológicas são multidimensionais: atividades de engajamento partidário, quando centradas nos valores, podem atuar também como *incentivo seletivo de processo*. De certo, determinados indivíduos buscam os partidos apenas objetivando expressar suas convicções, através de reuniões, campanhas ou outras atividades cotidianas.

O partido como “canal” de expressão ideológica apresenta similitude com o funcionamento de comunidades religiosas: os fiéis buscam igrejas visando expressar suas crenças e convicções. A coerência com os meios de concretização é sempre facultativa, embora o processo de engajamento proveja certo “bem-estar” psicológico. Em face do ator político, a objetividade dos benefícios é pouco relevante, visto que prevalece a percepção pessoal do filiado sobre os custos e benefícios – *subjective rational choice* (KATZ, 2013, p. 51).

Na esteira de Panebianco, Bruter e Harrison (2009), a partir dos tipos de incentivos organizacionais, deduziram modelos de participação dos integrantes jovens nos partidos

³⁴ A questão alterna do “o que é melhor para mim?” para “o que é melhor para nós?”.

políticos europeus, em busca de compreender os tipos de motivação predominantes de determinada *membership*, além dos elementos que afetam o tipo de inserção, atividades e nível de envolvimento partidário. Com base nos modelos desenvolvidos para jovens membros, podem-se identificar **três tipos ideais de envolvimento** (*modelo tricotômico de envolvimento*)³⁵:

A-) *The moral-minded members*: são cidadãos que priorizam e buscam incentivos coletivos e podem agregar o *altruísmo* às motivações de adesão, ou seja, aderem aos partidos cativados pela ideologia ou por valores morais, normalmente vinculados aos objetivos manifestos dos partidos e querem influenciar a elaboração e os resultados de políticas. Eles podem encontrar no ambiente partidário um acolhimento importante entre aqueles que compartilham esses valores, tendo, portanto, na criação dos vínculos com os partidos, o modo de expressar seu engajamento social e suas crenças, normalmente atrelado a uma participação radical ou contestatória (protestos, passeatas, até desavenças) e/ou crítica. Some-se a isso a possibilidade de participar de movimentos sociais, ONG(s), fundações ligadas aos partidos.

B-) *The social-minded members*: são indivíduos que enfatizam incentivos seletivos de processo: querem participar para se integrar socialmente a um grupo específico, podendo agregar a “coação social” na tomada de decisão de se filiar e participar. Buscam amizades, contatos e participação em discussões, integrações e reuniões e outras formas de entretenimento coletivo que as organizações partidárias podem proporcionar. Seu nível de atividade e envolvimento tende a ser grande devido à possibilidade de ampliar o “*fun factor*” do processo de participação, além de evitar sectarismos que levem a divisões.

C-) *The professional-minded members*: são indivíduos que enfatizam prioritariamente a busca por incentivos seletivos dos tipos materiais e de status, com o intuito de conquistar espaços na hierarquia e obter prestígio. Eles assumem a participação no partido como meio de galgar posições e se tornarem políticos profissionais ou conseguir posições e cargos. Outra possibilidade está na instrumentalização do vínculo partidário para construir redes de relacionamentos profissionais e que proporcionem ganhos dentro ou fora dos partidos. Portanto, tendem a ser mais pragmáticos e moderados, legitimam a organização, buscam manter ligações com os membros mais influentes, circundam e ocupam os cargos de liderança. Por esses motivos, estão mais propensos a trabalhar por votos, ou seja, veem a política como profissão na qual pretendem ingressar e, para isso, buscam mostrar eficiência.

³⁵ É importante enfatizar que os modelos de membros não estão restritos ao momento do recrutamento, mas sim ao tipo de inserção e a forma de participação do militante. Conforme ressalta Mendez Lago (2000) os partidos devem ser capazes de recrutar, manter e “ativar” suas bases.

No caso dos jovens, a prospectiva de se tornar político profissional ou ocupar os milhares de postos na administração pública, pode atuar positivamente na opção pela adesão partidária, principalmente com a crescente competitividade no mercado de trabalho.

Para Bruter e Harrison (2009, p.21), a distribuição dos incentivos não segue lógica randômica na explicação da filiação, cada membro é caracterizado pela predominância estrutural de determinado tipo de incentivo. Há tipos distintos de membros, que realizam diferentes escolhas participativas, culminando em padrões diferenciados de inserção, atitudes e comportamentos. Os critérios de distribuição dos incentivos variam em cada caso, visto que obedecem a parâmetros internos da organização e também tendências ambientais; ambos modelam **como** cada partido estrutura a participação.

Discutido **o porquê** os membros aderem aos partidos, agora passo a discutir **como** os membros participam, principalmente considerando os custos e benefícios da perspectiva dos próprios partidos, no contexto das novas democracias como a brasileira (ou democracias de terceira-onda).

2.6 - Como os membros participam? Os custos e benefícios da filiação na perspectiva dos partidos.

A compreensão da membership partidária implica no uso de micro e macro abordagens; a primeira orientada para decisão individual do ator e a segunda centrada nas *agencies*, que incentivam e dão suporte à participação política (NORRIS, 2002). Até o momento, foi apresentado teoricamente como recursos, valores e incentivos impactam nas decisões dos atores que optam pelo engajamento partidário. Agora, o objetivo é compreender o modo como os partidos mobilizam os membros como recurso organizacional. As *memberships* são relações de trocas mais ou menos institucionalizadas, que envolvem, de um lado, os partidos e seus líderes, e do outro, indivíduos e organizações da sociedade civil.

É cabível distinguir, grosso modo, ao menos três grandes abordagens, que embora não excludentes, tentam enquadrar o fenômeno da *membership* (VAN HAUTE *et al*, 2015 p. 3):

A-) Ênfase nos fatores sistêmicos e estruturais, especialmente como os partidos se adaptam ao ambiente, tanto na fase genética como ao longo dos processos de transformação organizacionais (VAN BIEZEN, 2005). As variáveis usualmente mobilizadas são: valores, demografia, fatores geracionais, tecnológicas, níveis de educação e qualidade de vida, etc. Ou seja, elementos de maior conteúdo sociológico e comportamental, que afeta diretamente a economia da membership e de toda a organização. Na Europa, alterações recentes tornaram os

indivíduos relutantes em entrar nos partidos políticos, achados sugerem que alterações ambientais modificaram o “*lado da oferta*”, mudanças tais como: emergência do pós-materialismo, individualismo, desinteresse pelo engajamento em partidos pelas novas gerações, alteração nos repertórios de participação e a inserção de novas tecnologias. Por sua vez, os partidos se adaptaram ao novo contexto buscando formas alternativas de recursos e legitimidade, mais próximas do Estado. (KATZ, 1994, 2013; NORRIS, 2002; MAIR, 2005; VAN BIEZEN, MAIR e POGUNTKE, 2011).

B-) Ênfase nos fatores sistêmicos de caráter institucional, variáveis como regime político, *polity size*, sistema partidário, partidos no governo ou oposição, leis eleitorais e orgânicas também são elementos ambientais que auxiliam explicar variações na filiação, às vezes em diferentes níveis, especialmente nos países federativos (municípios, estados e nacional). (NORRIS, 2002; WELDON, 2006; SPECK, 2014; VAN HAUTE, PAULIS e SIERENS, 2016; RIBEIRO e LOCATELLI, 2016).

C-) Ênfase na dimensão organizacional e suas transformações pelo “lado da demanda”, privilegiando estratégias e percepções das elites partidárias sobre os custos e benefícios da participação. Tal perspectiva tende a considerar os partidos como atores razoavelmente coesos e capazes de ações estratégicas sobre o recrutamento e mobilização dos filiados e militantes. Os partidos não apenas se adaptam, mas reagem aos diferentes estímulos e mudanças ambientais; em face de novos desafios externos podem flexibilizar ou enrijecer regras de filiação e/ou alterar a composição dos incentivos, objetivando obter determinado perfil, tipo e volume de participação. (SCARROW, 1994; MENDEZ LAGO, 2000; VAN HAUTE e GAUJA, 2015; VAN HAUTE, SCARROW e PEDERSEN, 2014).

O primeiro *template* teórico é o mais influente, elaborado para compreensão dos partidos europeus, procura resgatar as transformações experimentadas pelas agremiações na esfera extraparlamentar. Os diversos momentos do declínio da *party on the ground* são retratados pelos distintos modelos de organização: *catch-all party*, partido profissional-eleitoral e o partido cartel (SCARROW, 2000). Em sua grande maioria, os partidos políticos nas novas democracias possuem padrões de formação, adaptação, desenvolvimento e mudança distintos das democracias mais estáveis, principalmente nos aspectos que envolvem a membership (KATZ e MAIR, 2007; VAN BIEZEN, 2000, 2005).

Ao associar a emergência da membership com alterações ambientais, Duverger apresentou duas razões para os partidos buscarem grandes quantidades de membros: *trabalho voluntário* e *dinheiro*. Análises que priorizam fatores externos como introdutores de mudanças organizacionais (*System-Level Trends Approach*) retratam o progressivo processo

de marginalização dos membros como provedores desses recursos. A proposição de fundo reside na alteração das fontes dos dois principais ativos, progressivamente substituídas por alternativas mais eficientes: financiamento estatal e os técnicos conjugados aos modernos meios de comunicação (PANEBIANCO, 2005; KATZ, 1990; KATZ e MAIR, 1994; DALTON e WATTENBERG, 2000).

As transformações nos Estados nacionais e na cultura política das principais democracias europeias alteraram o relacionamento entre os partidos e bases, de um lado pela retração dos serviços do *welfare state*, que indispôs parcela significativa dos filiados e ativistas em relação às principais lideranças – principalmente nos partidos de esquerda. Por outro, o desdobramento do próprio sucesso decorrente da elevação nos padrões médios de vida e educacionais dos cidadãos: os jovens, portadores de maiores recursos que a média da geração precedente, também adotam perspectivas mais céticas em relação aos partidos políticos. (KATZ, 1990; NORRIS, 2002; WHITELEY, 2007).

Lipset e Rokkan (1967) demonstraram que a origem dos partidos nas democracias europeias possuiu correspondência estrutural a partir de clivagens sociais bem delimitadas, resultando em rígido alinhamento entre os grupos sociais e os seus representantes. De maneira oposta, os partidos nas novas democracias possuem origem institucional, criados durante os períodos de transição, foram responsáveis pelo suporte procedimental aos primeiros processos eleitorais.

O desenvolvimento organizacional dos novos partidos possui maior contiguidade com o âmbito estatal, grande parte deles não são produto de vínculos sociais pré-estabelecidos e cultivados antes da entrada na arena eleitoral. Desde o Estado, os partidos em novas democracias criaram estratégias de interface com a sociedade priorizando o amplo apelo eleitoral (arena eleitoral), em detrimento das estratégias de intensa inserção social via mobilização das bases.

“While mass parties in the old democracies generally started out as organizations of society demanding participation, parties in the new democracies were faced with the challenge of enticing citizens who already have rights of participation to exercise those rights [...] The relatively time-consuming and labor-intensive strategy of partisan mobilization by which parties create a structural and permanent anchoring of the party within society through an active recruitment of members and the expansion of the organization on the ground is usually only chosen when no other feasible options are available. Parties in new democracies were rather inclined to turn to the electorate at large, which, assisted by the availability of modern mass media, was generally perceived as the most effective strategy for creating alignments with the electorate and enhancing the chances for party survival” (VAN BIEZEN, 2005, p.155).

Na Europa, o equilíbrio hierárquico inicial existente entre *party on the ground*, *central office* e *public office*, correspondeu ao período em que as funções constitucionais e representativas dos partidos estavam equiparadas: os membros legitimavam as ações e decisões das elites e dos partidos nas esferas legislativas e de governo (MAIR, 2005). O momento considerado de maior relevo das memberships no cenário europeu – a emergência dos partidos de massas – foi resultante de algumas contingências históricas, que culminaram no enlace entre as três faces.

O equilíbrio foi rompido, sobretudo em favor da *public office*, os filiados perderam relevância *vis-à-vis* à flexibilização das suas prerrogativas exclusivas de participação, irrelevância econômica da membership e modernização das campanhas eleitorais (KATZ e MAIR, 1994; KATZ, 2013 MAIR, 2005; YOUNG; 2013; MAIR, BIEZEN e POGUNTKE, 2012).

Nas novas democracias é inexistente o itinerário seguido pelas organizações partidárias da sociedade em direção ao Estado, indícios apontam para prevalência inaugural da *public office* e da *central office* nas novas democracias, (VAN BIEZEN, 2000). Além da “precocidade” da entrada na arena eleitoral, poucos partidos nas novas democracias possuem origem externa ao parlamento: as exceções, mesmo pontuais, foram logo incorporadas à dinâmica eleitoral (VAN BIEZEN, 2000; 2005). Os partidos usufruíram de fundos públicos desde o nascimento, elemento que tornou marginal a membership como fonte indispensável de recursos financeiros. O desenvolvimento *top-down* das organizações, atrelado à presença dos modernos meios de comunicação-, bloquearam as oportunidades de fortalecimento da *party on the ground*.

Katz e Mair (2002, p.117) avaliam a existência atual das memberships nas democracias consolidadas como herança ou sobrevivência de outras formas passadas de organização; legado que os líderes não podem ignorar ou amputar completamente. Em outras palavras, elites até podem nutrir perspectivas benevolentes sobre o engajamento, elemento próximo do cultivo de uma tradição, porém as bases não mais representam núcleos de poder real. A inexistência de culturas organizacionais vinculadas à membership dificulta noções de filiação como sobrevivência organizativa em novas democracias, além de introduzir nos líderes perspectivas desconfiadas e cínicas sobre a atuação dos filiados.

Permeadas pela profissionalização, baixa atividade e insignificância para sobrevivência organizacional, memberships em novas democracias não desenvolveram rígidos vínculos formais ou informais com organizações externas: sindicatos, grupos de interesses, entidades da sociedade civil e movimentos sociais. Conforme sugere Van Biezen

(2005, p.160), o tipo de interação ambiental na origem das organizações partidárias não proporcionou os incentivos necessários para eventuais aproximações com organizações colaterais da sociedade. A legitimidade foi prioritariamente conferida aos partidos somente enquanto dimensão procedimental da democracia, tornando-os alheios ao desenvolvimento de vínculos orgânicos com grupos sociais. Isso também foi agravado pelos mecanismos de financiamento estatal e a personalização excessiva da *public office*, que assegurou auto-suficiência e conforto de recursos aos partidos emergentes.

Em síntese, de acordo com Van Biezen (2000, p.396) nos partidos em democracias recentes não há estruturas organizacionais que vão muito além da *public e central office*: a origem estatal associado às condições ambientais não produziram incentivos ou necessidade de estratégias de penetração social pela via do desenvolvimento da *membership*. Explicações sobre eventuais “amorfismos” ou insipiência da sociedade civil carecem de pleno sentido, pois não consideram o elemento organizacional dos partidos: os contextos de origem, tipos de transformação e de adaptação ao ambiente.

Apesar disso, isto é, apesar da relativa homogeneidade ambiental contemporânea – em termos de comunicação e financiamento público – os partidos em novas e “velhas” democracias carregam diferenças de “pontos de partida”, diferenciando os custos das estratégias envolvendo os filiados. A inserção social é o “caminho” mais eficiente apenas quando todos os outros “itinerários” são inviáveis – partidos com origem extraparlamentar são exceções históricas. A opção pela “penetração social” está associada ao ambiente hostil e/ou ausência de escolhas de fontes de recursos mais eficientes.

Diante do exposto até o momento, similarmente aos outros países de democratização recente na América Latina, grande parte dos partidos brasileiros partilha de tais características genéticas e de desenvolvimento organizacional³⁶. Tal quadro explicativo contrasta com os elevados níveis de filiação no continente; o Brasil apresenta certa musculatura no número de filiados com tendências de crescimento, cerca de 11,3% do eleitorado de acordo com TSE. (WHITELEY, 2011; DOSEK, 2014). Nesse sentido, o diagnóstico feito somente com base nas abordagens sistêmicas (do tipo A), precise ser matizado pelos dois outros *templates* teóricos, considerando tanto democracias mais estáveis, como os casos dos países de redemocratização recente.

Mendez Lago (2000, p.158) assinala que deduzir diretamente das condições

³⁶ É importante enfatizar que o diagnóstico elaborado foi feito analisando os partidos do sul da Europa e do Leste europeu. A América Latina é mencionada de passagem, geralmente para reforçar os argumentos sobre debilidade dos laços entre partidos e sociedade.

ambientais estratégias sobre membership pode resultar em parâmetros analíticos pouco realistas. A predominância dos dados agregados de filiação e outros indicadores estruturais precisam ser balanceados com pesquisas de opinião com os filiados, análise das regras intrapartidária e abordagens qualitativas alternativas. Recorrendo aos conceitos de Harmel (2002) sobre mudança organizacional, é preciso incorporar elementos das chamadas *discret changes* nas explicações que priorizam as *system-level changes*.

Como sugerem Scarrow, Pedersen e Van Haute (2015, p.2), diante do binômio interno e externo, análises sobre filiação partidária enfatizam somente aspectos externos (ou exógenos) como indutores de transformações organizacionais. Os fatores ambientais são condicionantes significativos para mobilização dos filiados, porém não suficientes para explicar diferenças entre os partidos no mesmo sistema partidário e a oscilação das adesões no tempo. Dimensões como cultura política, fundos estatais e ciclos eleitorais são preteridas em detrimento do “lado da demanda”, ou seja, os diferentes atores organizacionais e seus interesses. (SCARROW, 2000; HARMEL, 2002; HEIDAR, 2007; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

Os partidos funcionam como filtros das mudanças ambientais e adotam estratégias mais ou menos efetivas para atrair e/ou reter filiados. Outros indicadores precisam ser incorporados, tais como: regras de filiação, tipos de incentivos predominantes e atividades cotidianas que os membros desempenham. Nesse sentido, reduzir os filiados e militantes exclusivamente aos recursos financeiros e de campanha pode ser uma perspectiva estreita, diante das nuances existentes entre os partidos. (SCARROW, 1994, 2000, 2010; HEIDAR, 2007).

A decisão de manter ou não uma extensa base de filiados, com maiores ou menores graus de participação, envolve cálculos de custo-benefício e estratégias definidas pelas lideranças partidárias frente às oscilações conjunturais. (HEIDAR, 1994; SCARROW, 1994; MENDEZ LAGO, 2000; AMARAL 2011; YOUNG, 2013). Tal avaliação não desconsidera totalmente alguns limitantes que operam restringindo quadro de alternativas, como gênese, estrutura decisória, etc.

Ao contrário de outras modalidades de recursos organizacionais, os partidos necessitam mobilizar os filiados para transformá-los em recursos ativos e úteis. Os tipos de incentivos ofertados estão diretamente vinculados às expectativas dos partidos sobre os atributos dos membros, além das atividades que esperam (ou não) que eles desenvolvam (SCARROW, 1994, p.43). Os incentivos organizacionais podem ser operacionalizados através dos tipos de atividades e o tempo que os membros participam. Exemplo: caso

lideranças desejem incentivar participação do tipo profissional, podem aumentar a oferta dos incentivos seletivos via patronagem.

De acordo com Scarrow (1994, p.50 e 51) certas atividades requeridas dos filiados são mais custosas do que outras para os partidos, acarretando em “gastos” variáveis de recursos e poder. Os pressupostos da autora são: (1) se os partidos querem membros, eles querem de determinado perfil; (2) para isso, ofertam incentivos de diferentes tipos; (3) como já demonstramos teoricamente, os indivíduos possuem interesses diversificados e são estimulados por diferentes tipos de incentivos; (4) os partidos (entendidos principalmente como elites partidárias) moldam os incentivos de forma a obterem o tipo de participação dos filiados que ambicionam, visando cristalizar ou alterar o equilíbrio organizativo (coalizão dominante ou minoritária) – os cálculos de custo-benefício da filiação são distintos dependendo da posição ocupada por determinada coalizão.

Abaixo o quadro dos principais custos e benefícios da filiação do ponto de vista dos partidos:

Quadro II - Comparativo de Custos e Benefícios de filiação/participação na perspectiva partidária.

Custos	Benefícios
<i>Potencial de instabilidade interna:</i> muitos membros com possibilidade de participação nas tomadas de decisões podem comprometer o controle e a coesão do partido, gerando incertezas à <i>coalizão dominante</i> (PANEBIANCO, 2005).	<i>Legitimidade:</i> partidos podem se "orgulhar" de ter grandes quantidades de filiados (ativos ou não), o que transpareceria apoio popular. Em caso de prévias ou eleição de lideranças internas, os candidatos eleitos saem extremamente fortalecidos.
<i>Riscos eleitorais:</i> os filiados podem apresentar altas tendências radicais e influenciar o partido a assumir posições distantes dos eleitores médios, aumentando o risco eleitoral, seguindo a “Lei de May” ou “Lei da disparidade curvilínea” (MAY, 1973).	<i>Conexões com a sociedade:</i> os filiados são "embaixadores" dos partidos na sociedade, sendo uma ponte de informações entre os eleitores e as lideranças, o que as torna, portanto, mais informadas e/ou sensíveis às demandas do eleitorado, através das distintas vinculações que as bases possam vir a ter (empresas, igrejas, sindicatos etc.).
<i>Desperdícios de recursos:</i> manter e ampliar o número de filiados demanda dispêndio de recursos materiais, de pessoal e organizativo, algo que pode engessar a eficiência nas decisões sobre múltiplas alocações possíveis.	<i>Apoio financeiro e trabalho voluntário:</i> Um grande número de filiados pode significar uma quantidade maior de recursos financeiros arrecadados ou trabalho voluntário.
	<i>Candidaturas e ocupação de cargos:</i> Filiados podem ampliar a gama de novos candidatos, cargos internos, assessorias parlamentares ou secretarias de governos etc.

Fonte: Scarrow (1994); Mendez Lago (2000); Amaral (2011).

Baseada em Scarrow (1994), Mendez Lago (2000, p.163) sugere ao menos três parâmetros para avaliar como os partidos (basicamente suas elites) se relacionam com os

filiados e o ambiente externo, algo que passa pelos critérios estatutários de adesão:

1-) *Inclusividade*, refere-se ao quão permeável é a estrutura partidária, ou seja, o nível de facilidade ou dificuldade de ingresso e participação, medidos através dos seguintes pré-requisitos: barreiras formais de filiação, presença dos partidos na comunidade, nível de acessibilidade (inclusive visibilidade e conservação física dos diretórios), e facilidade de contato com os membros. No âmbito interno, trata-se dos direitos e deveres dos filiados, por exemplo, direito de participar de eleições para os diretórios e executivas ou o dever de pagar cotas e ajudar em campanhas eleitorais, etc.

2-) *níveis de vinculação*, são oportunidades de integração dos filiados nas atividades partidárias em busca de promover algum nível de convivência e solidariedade nos períodos não eleitorais. Para isso, é necessário transparência e divulgação das oportunidades de engajamento. Os partidos pouco interessados na vida militante ativa, simplesmente ignoram suas bases nos períodos não eleitorais, assim como não desenvolvem pontos de contato entre elites e bases e entre os próprios filiados.

3-) *Participação*, o grau de intervenção das bases nos processos decisórios em diversos níveis: seleção de candidatos, eleições de órgãos deliberativos e executivos, confecção de cartas e declarações de grande impacto, mudança de programa e reorientação ideológica etc. De um lado, é preciso considerar as estruturas de oportunidades formais de participação, barreiras, contrapartidas, requisitos, direitos e deveres formais dos membros. Do outro, cabe verificar o nível de engajamento de fato dos filiados, e se realmente são levados em conta nas decisões mais importantes e finais. Os partidos com maiores níveis de participação interna tendem a apresentar maior rigidez no controle disciplinar, recrutamento e atividades dos seus membros. Ainda são raros os estudos no Brasil cujos objetivos analíticos são centrados na “micropolítica” interna dos partidos, na percepção ou no “mundo” daqueles que optam por integrá-los. A membership de qualquer partido é síntese de escolhas confluentes e interessadas entre indivíduos e organizações, através de uma relação de troca institucionalmente mediada, que terminam por estabelecer um vínculo mais ou menos duradouro, com maiores ou menores efeitos mútuos.

O objetivo empírico desse trabalho é tentar mapear *os mecanismos* pelos quais se estabelecem os elos e verificar os seus respectivos impactos: *partidos políticos nos indivíduos e os indivíduos nos partidos políticos*. A membership partidária é um tipo de fenômeno político circunscrito e ao mesmo tempo rico e diverso, nem todos os cidadãos aderem e aqueles que optam pela adesão não participam da mesma maneira. (VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

3 – Partidos, filiados e filiados jovens no Brasil contemporâneo: os casos do PSDB e do PT.

3.1– Introdução

Este capítulo será dedicado à apresentação do contexto partidário brasileiro e dos casos analisados, mediante sintética revisão da literatura e de alguns dos seus desenvolvimentos recentes. As trajetórias de PT e PSDB serão avaliadas tentando privilegiar o tema das memberships, através dos estudos mais “clássicos” e também dos contemporâneos. Por fim, será discutida a hipótese I objetivando traçar o cenário de *caráter agregado* sobre o relacionamento entre juventude e partidos políticos no estado de São Paulo – considerando, comparativamente a variação dos níveis de filiação por faixa etária, de todos os partidos PT e do PSDB – que servirá de substrato fundamental para introdução dos surveys nos próximos capítulos.

É importante frisar que essa é uma agenda de pesquisa extremamente incipiente, os partidos como organização de filiados sempre ocuparam status de menor grandeza nos estudos partidários no Brasil, principalmente no tocante à militância partidária e atividades de participação de alta intensidade. Os números oficiais de filiados são substantivos, ainda assim, sabe-se pouco sobre o comportamento e modo como os partidos brasileiros mobilizam suas bases como recurso organizacional. Em parte, a marginalização dos estudos sobre filiação pode ser atribuída ao diagnóstico sobre a indiferenciação e irrelevância das organizações partidárias brasileiras.

3.2 Partidos e sistema partidário no Brasil: breve síntese de um debate.

Os diagnósticos feitos após a transição democrática colocavam os partidos e o sistema partidário como alguns dos principais entraves à consolidação e estabilização da democracia no Brasil. A questão frequentemente assinalada é o chamado baixo "enraizamento" social dos partidos políticos brasileiros, que, relacionado à debilidade organizacional e a baixa legitimidade, resultariam em sistema partidário pouco institucionalizado e incapaz de assimilar o conflito político (LAMOUNIER e MENEGUELLO, 1986; LAMOUNIER, 1989; MAINWARING, 2001).

A vida interna dos partidos políticos brasileiros tem sido descrita – embora sem um volume substancial de estudos – como análoga a uma confederação de oligarcas, sem capacidade de estruturar interesses e demandas, dominados por redes e vínculos clientelistas,

com uma participação interna precária e sem muita clareza dos seus vínculos sociais. Mainwaring (2001) considera que:

“Fora do Congresso e de períodos de campanha eleitoral, os partidos têm uma existência apagada. Promovem poucos eventos, tem corpo reduzido de profissionais e seus recursos são minguados”. (MAINWARING, 2001, p.208).

Samuels e Zucco (2014), por sua vez, assinalam, com exceção do PT:

Other parties are known as partidos de cartório – a “notary public parties,” legal fictions in which higher-level party elites file papers at the courthouse and parachute someone in to take over. (SAMUELS e ZUCCO, 2014, p. 19).

Nessa perspectiva, os partidos brasileiros são pouco diferenciados e mais próximos ao o *catch-all party* (MAINWARING, 2001); em que pese o limitado volume de evidências empíricas, principalmente sobre o comportamento e os interesses dos filiados, bem como sua relação com as lideranças. As análises acerca dos partidos sobre a tangente de relações com a sociedade restringem-se à identificação partidária ou níveis de volatilidade eleitoral, que somente abrangem a dimensão dos *simpatizantes* e do *eleitorado* – arena eleitoral.

Os dois outros componentes do *modelo dos círculos concêntricos* e internos à organização permanecem quase desconhecidos: os *filiados* e *militantes* – que para Duverger eram os mais analiticamente relevantes. Desse modo, existe uma espessa faixa inexplorada e crescente, localizada entre os eleitores e elites partidárias, que envolve milhões de cidadãos ativamente inscritos nos partidos políticos brasileiros. A filiação é uma das variáveis cruciais para verificar o “enraizamento social” dos partidos, influenciando, dentre outras coisas, diretamente na capacidade de agregar, filtrar e plasmar os interesses sociais. Os filiados e militantes funcionam como os “*embaixadores*” dos partidos na sociedade (SCARROW, 1994; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

Portanto, a literatura mais “clássica” e “pessimista” avalia o “enraizamento dos partidos” no Brasil utilizando parâmetros normativos derivados dos partidos de massas – o PT seria o único partido que atenderia aos requisitos – e, ao mesmo tempo, marginaliza a *membership* (filiados e militantes) como variável analítica. Tal contradição somente pode ser explicada pelo diagnóstico da “fraqueza” dos partidos ser derivado apenas dos indicadores sistêmicos, que secundariza as especificidades de cada partido como subunidade complexa.

A permeabilidade dos partidos em relação à sociedade pode ser verificada via inserção dos *partidos na sociedade*, priorizando a arena eleitoral (indicadores como identificação partidária e volatilidade eleitoral), ou através da *sociedade nos partidos*, com

ênfase na organização, e nas possibilidades de influência dos membros nas decisões internas e entre das elites partidárias (indicadores relativos aos filiados e militantes).

Nesse aspecto, as pesquisas têm privilegiado majoritariamente a relação partido/sociedade (ou eleitorado) de maneira “reativa”, analisando a imagem que os eleitores possuem dos competidores (identidade partidária) e/ou como reagem à própria competição, estabelecendo eventuais vínculos de lealdade com as legendas (nível de volatilidade eleitoral). A finalidade desse trabalho é buscar um ângulo alternativo quase inexplorado, clássico dos estudos partidários e vastamente pesquisado em outras democracias: analisar a relação partido/sociedade com base na conformação da *grass roots face* – que verifica a capacidade “ativa” do cidadão de interferir nas decisões via participação nos partidos políticos.

A literatura clássica sobre os partidos brasileiros é orientada para os efeitos do sistema eleitoral sobre o sistema partidário e, por extensão, aos partidos políticos – destacando o sistema proporcional de lista aberta, cujos estados são os distritos eleitorais, além dos baixos custos de entrada para novos competidores. Tal ajuste institucional seria problemático, primeiro por não estimular estratégias de cooperação entre candidatos, exacerbando o individualismo e reduzindo os partidos apenas a suportes formais para candidaturas – tudo regado por doses significativas de clientelismo. (AMES, 2003).

O segundo elemento seria relativo aos baixos vínculos entre cidadãos e partidos, demonstrados pela identificação partidária (IP) e/ou pela volatilidade eleitoral. A hiperfragmentação partidária bloquearia o cultivo de densos laços entre organizações e cidadãos, exacerbando o personalismo das lideranças. (KINZO, 2005). Em síntese, o sistema eleitoral proporcional de lista aberta resulta na incapacidade dos partidos de tecerem identidades consistentes com o eleitorado, e não estimula as elites cooperarem entre si visando fortalecer as organizações – ambas são explicações/variáveis são exclusivamente sistêmicas.

Braga (2010) afirma relevância dos partidos políticos e demonstra que o sistema partidário está em processo de paulatina consolidação no Brasil. Tal constatação é verificável, primeiro, pelas dimensões relacionadas ao comportamento eleitoral: semelhança dos níveis de volatilidade eleitoral com democracias mais estáveis e diminuição das distâncias ideológicas (volatilidade ideológica).

Segundo, através da relativa estabilização da estrutura de competição – mais fechada nos últimos anos – além da capacidade das organizações partidárias competirem apresentando candidatos regularmente em âmbito nacional. Portanto, ainda segundo Braga (2010), é possível denotar regularidade nos padrões de competição e estabilidade no sistema partidário brasileiro.

Decorridos mais de trinta e cinco anos da redemocratização é possível começar inaugurar uma agenda consistente de pesquisa que enfatize o papel dos partidos como organização de filiados no Brasil. Ainda assim, afastando como parâmetro normativo imagens rígidas do modelo de partidos de massas, pouco presente atualmente nas democracias pelo mundo. Como observam Speck, Braga e Gomes (2015, p.129):

passados mais de 35 anos da criação dos nossos principais partidos não há consenso na bibliografia nacional sobre a sua capacidade de criar vínculos com o eleitorado, formar identidades partidárias cruciais para a estruturação das preferências eleitorais e, mesmo, atrair filiados que são fundamentais à sobrevivência do partido como organização. Esta última dimensão nem sequer foi levada em conta na maior parte dos estudos sobre o partidarismo no Brasil, o que revela a baixa importância que vem se dando à análise dessas variáveis organizacionais.

O cenário brasileiro e paulista é promissor em termos de quantidade de filiação (11,3 % do total do eleitorado com tendências de crescimento conforme dados do TSE). Os números absolutos de filiados de alguns dos principais partidos políticos brasileiros estão em ascensão – caso do PSDB e do PT. Fato análogo ocorre no estado de São Paulo: em doze anos (2004 até 2016) o PSDB-SP ampliou o número de filiados para aproximadamente 17% e o PT-SP em 38% – o índice de filiados brasileiros supera índices de países como França, Alemanha e Espanha (WHITELEY, 2011), além de ser algo apontado como incomum em países de proporções continentais tal qual o Brasil (SCARROW e GEZGOR, 2010; VAN BIEZEN; MAIR e POGUNTKE, 2012).

No âmbito nacional, Speck (2013) identificou ciclos de filiações, em que o aumento da adesão aos partidos possui vinculação direta com o calendário eleitoral. Segundo o autor, os picos de crescimento ocorrem nos períodos que antecedem ao encerramento do prazo de registro das candidaturas, e de ocorrência das convenções – conformando um “cardiograma de filiações”. Posto o volume maior de cargos que estão em disputa, às eleições municipais impulsionam com maior intensidade o índice de filiações. Os candidatos são os principais promotores dessa dinâmica (prefeitos e principalmente vereadores), seja em razão de ambicionarem concorrer e não possuírem filiação, migração partidária ou para firmar posição, em uma eventual competição pela inclusão na lista.

Speck, Braga e Costa (2015) analisaram os cidadãos com base na auto-identificação sobre empatia, proximidade e filiação em relação aos partidos políticos brasileiros. Os autores encontraram assimetrias acerca do perfil médio dos filiados em relação ao eleitorado, identificou-se a prevalência de homens, entre 45 e 61 anos, de nível

universitário e com autopercepção de ascensão social.

Os resultados também assinalam para relevância das crenças na filiação: os partidos de esquerda possuem dois quintos do total de filiados, e os cidadãos que gostam de algum partido têm duas vezes mais chances de efetuar a adesão. Ainda segundo os autores, a filiação como variável independente também impacta de modo significativo o comportamento: os filiados possuem maior conhecimento político e vida associativa intensa, são mais capazes de distinguir ideologias e votam partidariamente.

Em São Paulo, segundo Ribeiro (2014), o perfil da militância paulista está muito próximo daquele encontrado pela literatura internacional nos países europeus. Há uma predominância masculina, com maiores rendimentos, idade, educação e confiança nas instituições, além de perceberem os partidos como canais de representação de interesses e ideologias. Ainda de acordo com Ribeiro (2014), existem substanciosos indícios de uma correlação entre o aumento do poder dos filiados e um índice de participação mais contundente. O PT, no qual os filiados possuem maiores prerrogativas e influência, também dispõe de uma militância mais ativa, seguido pelo PSDB e outros partidos.

3.3– Apresentação dos casos: O PT e o PSDB

A finalidade desse tópico não é realizar uma remontagem histórica minuciosa ou mesmo análises exaustivas de cada caso, quando se opta pelo *approach* comparativo, abre-se mão da validade interna em favor da validade externa. Outro ponto está na assimetria das pesquisas precedentes sobre os dois casos: o Partido dos Trabalhadores é o partido brasileiro mais estudado tanto nacionalmente como internacionalmente, sob os mais diferentes ângulos disciplinares e teóricos (RIBEIRO, 2010). Os outros partidos, ainda tidos como “cartoriais”, ainda são como caixas-pretas, especialmente no tocante aos filiados e militantes.

O pressuposto fundamental dessa pesquisa é que existe militância nos casos analisados, respaldo tal constatação na literatura sobre delegados e nos desenvolvimentos recentes sobre filiados brasileiros, além de diversas experiências de campo – observação participante em alguns eventos, tais como: campanha de Rui Falcão para o PED com jovens da JPT-SP em São Paulo e feijoada beneficente da JPSDB-SP na região de Campinas. O mergulho nas especificidades do PT poderia simplesmente marginalizar o PSDB; aspirando certo equilíbrio, opta-se por uma breve perspectiva de ambos os casos, e à medida que diferenças ou semelhanças forem identificadas, retornar-se-á literatura em busca de estabelecer pontes e paralelos.

Em linhas gerais, o Partido dos Trabalhadores ainda é caracterizado como uma inovação na política brasileira, dentre outras razões, pois se notabilizou em erigir densos vínculos de identidade e mobilização com os cidadãos de estratos sociais mais baixos. Oriundo dos sindicatos, o partido amalgamou organizações de variados matizes: parte da igreja católica via ação pastoral das CEB(s) (comunidades eclesiais de base); setores da esquerda organizada “retornando” da resistência armada ao regime militar; estudantes e alguns dissidentes do (P)MDB. O PT é caracterizado como o mais próximo ao modelo duvergeriano de partido de massas (MENEGUELLO,1989). De acordo com Samuels (2004, p.1001):

The PT fits Katz and Mair’s (1995) description of a “mass” party perfectly: It was founded Externally to the legislature; it has a relatively large membership; there is a strong mobilizational element to its organizational and campaign work; its campaigns are highly labor intensive; much of its resources come from members’ fees, not public coffers; it has well-established channels of internal communication; it possesses an institutionalized, hierarchical structure linking local to state to national organizations in which decisions at higher levels supersede those taken at lower levels; and it can and does discipline its members and legislators.

Assim como no início de muitos outros partidos de origem análoga, o PT vivenciou e geriu o dilema enunciado por Przeworski (1988, p.41) “A escolha crucial era se se devia participar”. A condução da ambiguidade de um partido de esquerda, que lutou pelo retorno da democracia, aceitando os fatores inicialmente colocados (reconhecimento e legitimidade da existência dos diferentes contendores e o respeito às regras do jogo), mas que também se dizia socialista, abrigando em suas fileiras setores de esquerda e que vislumbravam outros projetos tidos como “avançados”, ainda que fosse um socialismo “por ser construído”.

As transformações do PT podem ser descritas sob o ângulo dos conflitos e acomodações entre os setores da base militante e os demais atores partidários. A tensão entre a “militância” e a “política institucional” permeia a trajetória do partido, de modo mais expressivo até a consolidação do Campo Majoritário (atual CNB) em 1995.

Em consonância com os seus principais intérpretes, como observou Novaes (1993), o PT é um partido que se autodefine pela negação das práticas ou características dos outros atores políticos e partidários – o slogan era ser “contra tudo que aí está”. Tal fluidez programática permitiu amalgamar no seu interior grupos heterogêneos, estratégia inicialmente bem-sucedida, visto os amplos canais de inserção social cultivados. Ao mesmo tempo,

também abriu mais espaços para *articulação dos fins*, percebida como essencial para unir e tornar o partido “governável”.

A pluralidade foi aos poucos sendo contrabalançada pelo fortalecimento da máquina e das suas lideranças; dinâmica azeitada pelos mecanismos internos de cooptação. Dizendo-o de outro modo, a ideologia mais “flexível” atuou como pivô e uniu o “partido frente”, permitindo, por um lado, a ampliação do *market share* dos vínculos sociais e por outro, a lubrificação das engrenagens da máquina eleitoral. (RIBEIRO, 2010).

Conforme demonstra Meneguello (1989) o núcleo da liderança sindical do “*novo sindicalismo*”, espinha dorsal da coalizão dominante (Articulação dos 113), era pouco inclinado ao radicalismo – que permeava os setores da classe média da esquerda organizada. A ala dos sindicalistas buscava obter melhorias nas condições sociais e dos assalariados. De fato, os sindicalistas advogavam mudanças nos termos de relação entre trabalhadores e o Estado, visando responder à política econômica nacional-desenvolvimentista e inflacionista do regime militar.

O diagnóstico das lideranças sindicais sobre os limites dos mecanismos de defesa dos interesses dos trabalhadores ganhou notoriedade pública através das greves dos anos de 1978, 1979 e 1980 (KECK, 1991). A ditadura militar aprofundou os mecanismos autoritários varguistas, desarticulando o potencial de projeção dos interesses dos assalariados nas esferas decisórias e de Estado. O modo como foi reorganizado o setor sindical pelos militares alienou quaisquer autonomia na defesa dos salários, principalmente devido à proibição do direito de greve. (MENEGUELLO, 1989, p. 35).

Ainda conforme Meneguello (1989) ficou patente aos atores os limites institucionais presentes nas estruturas sindicais viciadas, elemento que alavancou pretensões de transposição da “luta sindical” para “luta institucional-partidária”. O PT foi fundado em 10 de fevereiro de 1980 em São Paulo, após a reforma na legislação partidária que extinguiu o bipartidarismo em 1979 – alteração promovida pelo regime militar visando atenuar o “plebiscitarismo eleitoral” e “sangrar” o MDB.

Como demonstra Keck (1991 p.130) o PT absorveu parte da efervescência social mobilizada durante o processo de transição, através de uma organização que transcendia os limites estabelecidos pela LOPP de 1979. Os dois maiores diferenciais da organização petista eram: as estruturas dos Encontros, instância deliberativa máxima do partido, e os núcleos de base, unidades básicas da organização partidária, logo incorporados com a finalidade de promoção da socialização e participação política da militância, como uma herança da mobilização católica.

Proveniente de um ambiente “hostil”, o partido optou pela estratégia inicial de penetração social, com desenvolvimento de uma organização mais adaptada ao estabelecimento de vínculos sociais sólidos. Os recursos dos filiados eram auferidos diretamente pela cobrança de cotas no valor de um “cafezinho” ou de modo indireto via trabalho voluntário. De acordo com Meneguello (1989 p 98). “em linhas gerais, os núcleos de base procuram traduzir a essência da atividade partidária petista: uma atividade permanente, com atividades regulares, fundada na militância dos seus membros, e que dá preferência às ligações dos seus membros com os movimentos sociais frente às atividades especificamente eleitorais”.

Como se percebeu, o PT desenvolveu uma organização permeável à participação “vinda de baixo”, através de uma rígida articulação orgânica, circunscrevendo o papel de cada ator partidário no interior da organização. Destaca-se o processo decisório centralizado, dominado pelo Diretório Nacional (com níveis importantes de discricionariedade gozado pela executiva nacional), atuando assim, como vetor contrário à fragmentação, além de assegurar o controle sobre os mandatários (RIBEIRO, 2010, p.75 e 76). De acordo com Ribeiro (2010, p.277), os Encontros garantiram prerrogativas importantes aos filiados, assegurando seu poder de influência, mediante introdução de parcela considerável de incerteza durante o desenrolar do processo, robustecendo os mecanismos verticais de *accountability* da *party on the ground* sobre a *central office*. (SAMUELS, 2004; RIBEIRO, 2010)

Ainda como demonstra Ribeiro (2010, p. 109 e 115), antes das reformas promovidas na “era do Campo Majoritário”, o partido dependia acentuadamente da militância para realização das campanhas eleitorais (tipo de *campanha trabalho-intensivo* com promoção de “campanhas militantes”) e possuía parte significativa dos seus recursos advindos dos militantes, porém nunca de modo predominante, devido à prevalência das contribuições estatutárias e do fundo partidário. Em síntese, de origem externa ao parlamento, na sua fase genética, o desenho da organização petista foi inteiramente impactado pela forte presença dos filiados, de acordo com Keck (1991):

“Como notaram os comentaristas brasileiros, a boa vontade com que tantas pessoas se dispuseram dedicar o seu tempo ao PT provavelmente tem muito a ver com fato de se considerarem de um processo de deliberação no interior do partido [...] os debates nos seus diretórios e encontros são acalorados e a posição apoiada pelos líderes partidários (inclusive Lula) acaba, com certa frequência, sendo rejeitada pelo voto dos seus membros.” (KECK, 1991, p. 143 e 144).

Samuels (2004) também atribui importância decisiva às escolhas iniciais das

lideranças em moldarem um arranjo institucional garantido espaço para militância influir nas decisões internas, elemento que reverbera na trajetória do partido:

“The main mechanisms of leadership accountability are formal institutions of internal participation and contestation at all levels of the party. This makes leaders aware that they must be responsive to the rank and file, or else they will be deposed from party office. These mechanisms also endow the rank and file with strategic capacity, making the critical variable for determining whether and how the PT would strategically adapt the preferences of the rank and file.” (SAMUELS, 2004, p. 1014).

O PT sofreu transformações importantes, principalmente nos últimos vinte e um anos (desde 1995), analisadas sob distintas perspectivas pela ciência política. O partido não apenas assumiu posições centristas diante do eleitorado, como promoveu reformas internas importantes, tornando-se uma formidável máquina política, profissionalizada, altamente competitiva eleitoralmente.

Singer (2010) identificou quatro frentes dedicadas ao empreendimento analítico das transformações petistas: a primeira observa como o discurso petista moderou-se nos últimos anos, o partido não mais estaria empenhado na atividade de revolucionar o Brasil, promovendo uma dinâmica clara de negociação dos seus fins. A segunda salienta suas transformações na arena eleitoral, o PT tornou-se eleitoralmente “cosmético” e calibrado para conquista do “eleitor médio”, além de tecer alianças (coligações “heterodoxas”) com partidos exógenos aos setores tradicionais da esquerda, adotando uma perspectiva maximalista de votos, principalmente durante e depois das eleições de 2002. (ROMA, 2006).

O terceiro tipo de abordagem caracteriza o processo de deslocamento sócio-ideológico do núcleo de simpatizantes e do eleitorado “tradicional”, mediante análise da preferência partidária (IP), apontando para perda de fôlego do partido entre o eleitorado de classe média *vis-à-vis* ao avanço entre os mais pobres. O crescimento ocorreu principalmente nos grotões do norte e nordeste brasileiro – reduto conhecido pelas práticas políticas menos progressistas (SINGER, 2010; SAMUELS, 2004).

E por último, transformações de natureza organizacional, de acordo com Ribeiro (2010), houve um paulatino processo de enfraquecimento dos laços do partido frente à sociedade e aos movimentos sociais. O PT passou a priorizar o desenvolvimento de estratégias via fortalecimento dos vínculos com o Estado; dentre os principais indicadores dessas mudanças, destaque: prevalência do financiamento público e empresarial; contratação de técnicos nas campanhas eleitorais; oligarquização com autonomização relativa da *public*

office; extinção dos núcleos de base ainda nos anos 80; enfraquecimento das correntes internas – principalmente de esquerda, profissionalização da militância e, finalmente, alteração do sistema político interno, dissolvendo os mecanismos de controle da militância, via atomização/massificação dos filiados (RIBEIRO, 2010, p.179).

O PT de hoje pode ser caracterizado como um *partido-anfíbio*: embora ainda consiga nadar na sociedade civil, está cada vez, mas ajustado ao sólido terreno estatal, em um processo de adaptação evolutiva, trata-se de um modelo híbrido e, em grande medida, ainda singular no quadro partidário nacional.

Os impactos de tais transformações na conformação da base de filiados do PT são pouco claros, principalmente em termos dos perfis, tipos de adesão, profissionalização, perspectivas ideológicas e percepções políticas. Nesse sentido, buscando analisar o quanto os militantes petistas ainda são singulares em face de tais transformações, parece necessário recorrer ao método comparativo. No âmbito das elites médias, esse cenário é mais claro: analisando longitudinalmente os perfis dos delegados, Meneguello e Amaral (2008) e Amaral (2010) acreditam, que mesmo diante das transformações elencadas, o PT ainda permanece fortemente conectado à sociedade, através da participação social das suas elites médias, o autor também aponta (2010, p.101):

O PT que chega ao final do governo Lula é comandado, na sua maioria, por lideranças do sexo masculino, católicas, com mais de 40 anos, que frequentaram algum curso superior e estão ligadas ao serviço público. Dada à estabilidade nos dados, especialmente entre 2001 e 2007, acreditamos que esse perfil deva se manter por algum tempo.

Na esteira de Novaes (1993); Samuels (2004), por sua vez, acredita que as bases também passaram por mudanças no sentido da moderação em razão dos sucessos eleitorais nos estados e municípios. Os militantes passaram a priorizar *incentivos seletivos*, e também atuam como causa das principais transformações petistas.

Meneguello, Amaral e Bizarro (2014) comparam os delegados do PSDB e PT e encontram perfis semelhantes nos níveis de participação social e engajamento nas atividades partidárias, além de diferenças substantivas em termos ideológicos. O conjunto desses achados precisa ser apreciado também em relação às bases, portanto é necessário descer um degrau na análise e comparar os perfis dos militantes – o *grupo ativo* de fronteira entre as elites partidárias e a sociedade civil.

Em resumo, o PT atual é bastante afeito ao cotidiano do poder e aos seus elementos

pragmáticos, com evolução próxima aos partidos socialdemocrata europeia – de surgimento idêntico, conforme enquadrado Meneguello (1989) – com posições iniciais mais “dogmáticas” e altos níveis de participação social, seguido de flexibilizações, como a dissolução parcial dos mecanismos de *accountability* internos e o processo acentuado de oligarquização. Ou como descreveram os jovens militantes trotskistas remanescentes no partido, com uma perspectiva crítica e muito rica das suas principais transformações: “no PT de hoje predomina o “caciquismo” sobre a militância” na busca e no exercício do poder.

O PSDB surge como desdobramento do PMDB já na República de 1988, seus membros fundadores foram figuras proeminentes e combativas durante o processo de redemocratização. O partido tem origem derivada do fim do “represamento institucional” imposto pela ditadura militar e o rumo assumido pelo PMDB na presidência Sarney. Nascido na oposição, o aparecimento do PSDB está ligado a dois fatores amplos: o primeiro *ideológico e de valores* e o segundo *pragmático*, vinculado aos arranjos de forças parlamentares e às disputas estaduais.

O fator *ideológico* é uma dimensão central da gênese partidária dos tucanos, o papel de frente exercido pelo PMDB acabou aglutinando os setores descontentes com o partido do regime pelos mais sincréticos motivos. Dentre esses atores, muitos rendiam apoio ao regime militar anteriormente, optando pelo entrincheiramento na oposição por casuismo eleitoral (KINZO, 1989). Isso gerou descontentamentos em alguns “pemedebistas” históricos (ou autênticos), que foram obrigados a disputar espaços com adversários políticos e ideológicos no mesmo bloco político (MARQUES e FLEISCHER, 1996).

O caso mais emblemático foi o embate no PMDB paulista com Orestes Quécia. De acordo com o diagnóstico traçado pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso, em seu último discurso como senador pelo PMDB: “O PMDB está se transformando em um grande partido republicano da república velha, com uma cara diferente em cada estado, conforme o rosto de seus governadores”.

O descolamento do PSDB aconteceu no auge do profundo desgaste gerado pelo conflito entre *parlamentaristas vs presidencialistas* durante o processo constituinte, inflacionado pela situação do presidente Sarney, que enfrentava, ao mesmo tempo, o agravamento do cenário de crises econômicas e política, além de tentar emplacar um mandato de cinco anos. Os setores históricos do MDB, juntamente com a esquerda democrática concentrada no MUP (movimento unificado progressista) optaram por abandonar o partido, e estruturaram o núcleo duro do novo partido (MARQUES e FLEISCHER, 1996).

A segunda dimensão é a pragmática e de disputas por espaços políticos, o

primeiro fator de dissenso estava no reduzido espaço oferecido para aqueles que viriam a fundar o PSDB no governo Sarney (ROMA, 2002; 2006). Aliados tanto em termos de cargos no executivo como de recursos no partido, eles vislumbraram o comprometimento das suas posições de poder nos próximos pleitos. A conjuntura ficou insustentável com a efetivação do prolongamento do mandato de Sarney para cinco anos, encorajando avaliações políticas favoráveis à criação de um novo partido.

Outros dois fatores pragmáticos podem ser levantados, principalmente focando na corrida eleitoral de 1989. O primeiro estava na viabilização da candidatura do senador e líder do PMDB na constituinte Mário Covas, dado sua considerável preferência no eleitorado. Uma candidatura de Covas só seria possível fora do PMDB, devido à dinâmica das forças internas e a maior viabilidade de outros presidenciais, principalmente na composição de alianças com o “centrão”.

O segundo fator relaciona-se ao vácuo de representatividade no eleitorado de centro e centro-esquerda, visto o contexto de rejeição ao governo Sarney e sua incapacidade de concretizar reformas econômicas. Tal circunstância abriu eleitoralmente espaço para constituição de um novo partido, com chances ampliadas de emplacar um novo discurso e formar bancadas razoáveis (ROMA, 2002).

A literatura tende a colocar o fator ideológico e o pragmático como excludentes ou opostos, em contraposição avalia-se ambos como complementares: traçar um quadro puramente ideológico do surgimento do PSDB seria irrealismo, principalmente advindo de um partido com origem parlamentar em momento de *crafting institucional*. O contrário também é pouco provável, posto à dimensão que o PSDB assumiu na defesa de certas concepções ideológicas e reformistas, finalizadas principalmente durante os governos FHC, culminando na construção de um programa partidário coeso.

Conforme propõe Roma (2002; 2006) o PSDB desenvolveu uma estrutura organizacional descentralizada em adequação à LOPP de 1979 (em vigor até 1995), que assegurava, dentre outras coisas, ampla autonomia às esferas estaduais e locais. O partido se adequou buscando maximizar os dividendos eleitorais em ambos os níveis: o nível local pode selecionar candidatos, fazer alianças e traçar estratégias sem maiores interferências dos outros níveis. A autonomia decisória nos assuntos locais é trocada pela liberdade da cúpula no âmbito nacional; as decisões tomadas no nível local não afetam deliberações nacionais: as instâncias nacionais do partido são majoritariamente controladas pela *public office*.

Ainda segundo Roma (2006), o desenho organizativo está intrinsecamente vinculado ao modelo originário parlamentar do partido. Os militantes do PSDB não possuem

capacidade de exercer controle efetivo sobre as lideranças, particularmente no âmbito nacional. Desse modo, o partido prioriza a arena eleitoral e dispõe de baixos incentivos para adotar estratégias de enraizamento social, através da formação de redes de militantes ativos.

O desenvolvimento da questão ideológica dentro do PSDB possui leituras distintas, há certa concordância sobre o deslocamento de posições mais de esquerda (socialdemocrata) para posições mais centristas. De fato, a divergência está no momento em que ocorreram tais transformações: se essa questão já estava posta na gênese do partido ou foi se desdobrando no decorrer do tempo – principalmente com a chegada ao poder em 1994 – e a aliança construída com o PFL. Outro fator seria o incremento numérico das bancadas das regiões norte e nordeste nas fileiras tucanas, regiões caracterizadas pelos quadros com interesses menos “progressistas”.

Em relação ao contexto mais recente, indícios apontam que o partido sofreu transformações tanto no âmbito organizacional como no ideológico: o PSDB passou por um processo importante de realinhamento programático, expresso na atualização do programa partidário em 2007. O partido reavaliou o legado do governo Fernando Henrique Cardoso, incorporando no programa aquilo que considerou os principais “avanços” do período.

Em consonância com os achados da literatura, o programa partidário é deslocado *formalmente* para o *centro* em termos ideológicos, algo que aparenta, analisando o documento, grosso modo, como uma variação de “liberalismo social”. A oficialização do programa partidário ao centro pode ser avaliada como uma reação ao deslocamento do PT para centro-esquerda. O partido marca posição com propostas de cunho mais liberalizantes, defendendo, dentre outras coisas, a redução da carga tributária, estabilidade monetária e os processos de privatização (PSDB, 2007, p.10 e 11).

Em termos organizacionais, Ribeiro (2013, p.241) a partir da análise comparativa dos estatutos partidários, destaca tendências centralizadoras crescentes no partido. Houve aumento das prerrogativas formais e dos poderes efetivos dos órgãos de cúpula, atuando sobre coligações nos estados, intervindo em diretórios municipais, baixando normatizações no processo de seleção de candidatos, etc. Além disso, ainda segundo Ribeiro (2013), o PSDB fundou o Conselho Político Nacional (basicamente exclusivo aos mandatários e ex-mandatários), órgão altamente restrito, escolhido por critérios internos não eleitorais e com maiores prerrogativas comparativamente às executivas e ao Diretório Nacional.

Para o autor, tal estratégia mais centralizadora é uma reação à saída do governo federal, que impactou na disponibilidade de recursos eleitorais e motivou os dirigentes a investirem no fortalecimento da organização. Os desdobramentos do choque externo de 2002

não foram totalmente evidenciados, mas alguns indícios são observáveis: se por um lado, como aponta Ribeiro (2013), o partido está mais centralizado e compacto buscando enfrentar o “deserto da oposição”; por outro, isso reflete no aprofundamento das divisões e disputas internas entre facções.

O valor do prêmio pelo domínio das posições internas e zonas de incertezas na organização aumentou significativamente, ou seja, obter o controle dos postos internos relevantes significa dispor dos meios e recursos imprescindíveis para sobrevivência eleitoral e política. A situação é agravada no caso das facções alijadas de executivos importantes, tanto no âmbito estadual como nas grandes cidades.

O “faccionarismo” combinado ao aumento da centralização pode estimular o crescimento dos incentivos para participação e a expansão do peso da militância partidária: diante de um partido muito fracionado, torna-se mais custoso o habitual “acordo de cavalheiros”. As facções podem estimular o engajamento e abrir oportunidades de participação para militância vislumbrando o aumento do poder nas disputas internas, por exemplo, a realização de prévias na seleção do candidato à prefeitura de São Paulo em 2016³⁷. (PANEBIANCO, 2005; SCARROW, 1994). Ainda assim, comparativamente ao PT, estratégias desse tipo no PSDB são mais custosas, visto o modelo originário e o tipo de organização prévia do partido. (ROMA, 2006).

3.4 - H1: Os novos “velhos” partidos paulistas.

Em meados de Junho de 2013, milhares de jovens capitanearam grandes manifestações populares, inicialmente ocorridas na cidade de São Paulo e, posteriormente, difundidas por todo o Brasil. Como é notório, muitos dos cartazes empunhados pelos manifestantes declaravam não ser representados pelos partidos políticos (“o povo unido não precisa de partido”; “sem partido, sem partido!³⁸”). A “rebelião da juventude” não é novidade

³⁷ O conflito durante o processo de prévias fugiu ao controle das principais lideranças e culminou na saída do postulante Andrea Matarazzo para o PSD. Dai em diante a facção vitoriosa, capitaneada pelo governador Geraldo Alckmin, utiliza o “milho” (patronagem) e o “porrete” (sanções) para tentar imprimir unidade no partido em nível municipal e estadual. A facção do governador que controla o diretório estadual vem ameaçando com expulsão de filiados e intervenções nos setoriais como o de juventude (comandado pela facção jovem “Ação Popular” de José Serra, que apoia Matarazzo). A executiva baixou a resolução interna CEESP - 01/2016 que, dentre outras coisas, assinala: “os filiados tem o dever de votar, apoiar e empenhar-se” nas campanhas e ameaça punir aqueles que optem pelo apoio a candidatos de outros partidos.

³⁸ Folha de São Paulo 18/06/2013. “Em protesto maior não tem partido”. Segundo o Datafolha em pesquisa realizada dia 13/06/2016, 84% dos manifestantes não tinham preferência partidária, 77% possuíam nível superior, 22% são estudantes, 81% dos manifestantes foram mobilizados pelo Facebook e 53% tinham menos de 25 anos de idade.

na história brasileira recente, casos análogos ocorreram durante a resistência ao regime militar, “Luta pelas Diretas Já” e redemocratização, os “Caras Pintadas” no impeachment do presidente Collor e, recentemente, no impeachment da presidente Dilma Rousseff, que contou com movimentos encabeçados por novas lideranças jovens (UNE, Movimento Brasil Livre e Movimento Vem Pra Rua).

Norris (2002, p. 222) argumenta que em quase todas as democracias há tendências de queda nas formas tradicionais de participação, com inclinação mais acentuada nos casos europeus e nos EUA. As causas provêm de alterações comportamentais, suscitadas pela elevação dos padrões informacionais e de educação formal, que denota alterações na dinâmica de modernização social. Ao contrário dos seus avós e pais, os jovens optam por repertórios menos institucionalizados e mais autoexpressivos, tais como novos movimentos sociais, engajamento via internet e grupos de pressão transnacionais.

No caso dos partidos políticos, Katz (1990) sinaliza para relevância do *gap* geracional no engajamento na Europa com queda na participação dos jovens; em concordância Whiteley (2007) destaca que os jovens estão buscando formas de engajamento alternativas aos partidos. Scarrow e Gezgor (2010) corroboram tal hipótese verificando tendências de envelhecimento da membership em nove de doze países na Europa entre os anos de 1990 e 2000; segundo os autores os partidos europeus estão se transformando em uma espécie de clube para os idosos.

No caso das novas democracias, baseados no caso brasileiro, Ribeiro e Locatelli (2016) apontam para tendências de envelhecimento dos filiados, mesmo em contexto de crescimento dos níveis de filiação. Os autores, considerando o lado da demanda, também sugerem que a moldura e o desenvolvimento organizacional impactam na capacidade dos partidos de atraírem e reterem filiados jovens: partidos em processo de consolidação recrutam os filiados mais velhos, pois dispõem de maiores recursos econômicos e políticos em relação aos jovens, particularmente importantes para o fortalecimento da organização e expansão eleitoral.

Na linha sugerida pela literatura, passa-se a análise da hipótese I, comparando PT e PSDB no tocante à capacidade de recrutar e manter filiados jovens no estado de São Paulo. O objetivo é analisar de *forma agregada* como ambos os partidos se relacionam com a juventude no âmbito da participação partidária, visando traçar uma perspectiva ampla das estratégias desenvolvidas pelos partidos em relação aos jovens filiados e abrir caminho para introdução dos surveys com militantes nos próximos capítulos.

Para isso, foram utilizados dois bancos de dados, ambos obtidos no TSE: o

primeiro contém o quantitativo total de filiados em São Paulo divididos por faixas etárias entre os anos de 2008 e 2016; o segundo contém data de nascimento e de filiação de cada filiado paulista ativo no PT e PSDB em 2014, mas que se filiaram entre os anos de 1980-2014, posteriormente, divididos em faixas etárias, possibilitando avaliar a idade de filiação dos membros no tempo.

A tabela III demonstra que os filiados aos partidos paulistas (37 no total) apresentam tendência de crescimento nos últimos oitos anos, entretanto o aumento ocorre, sobretudo, na faixa etária dos 60+, que quase quadruplicou comparado à média de crescimento do total de filiados. As duas faixas de jovens tiveram reduções relevantes de cerca de 0,5%; os partidos já estavam envelhecidos em 2008, contudo esse processo acelerou ainda mais nos últimos anos. Por certo, o envelhecimento populacional atua de forma importante nessa dinâmica, entretanto todas as faixas etárias apresentaram variação significativa diferente da variação da população – principalmente dos 60+ – validando a hipótese de envelhecimento para todos os partidos paulistas.

Em que pese as limitações dessa abordagem empírica do fenômeno da *party memberships*, o que não descarta eventuais descompassos no repasse de informações dos partidos ao TSE, resultado de alguns fatores, tais como: prováveis insuficiências técnicas, baixo controle das organizações sobre os cadastros, além do possível interesse dos partidos em inflarem a quantidade de filiados, como uma demonstração de aprovação e legitimidade (VAN BIEZEN e MAIR, 2001, p.7). Todavia, seguindo as diretrizes inauguradas por Bartolini (1983) e Katz e Mair (1995); optou-se por essa via empírica, considerando que a alternativa oferecida pelos estudos eleitorais via surveys – notadamente também exploram questões sobre filiação partidária – possuem amostragens muito restritas; certamente algo que limita determinadas inferências, especialmente a verificação segura de tendências no tempo.

Tabela III - Filiados e Eleitores Paulistas por Faixas Etárias em 2008 e 2016 (%)

	2008			2016			Diferença 2008/2016
	Filiados ¹	Eleitorado	Filiados/ Eleitores	Filiados	Eleitorado	Filiados/ Eleitores	
16-24	3,69 (91.633)	17,3 (5.037.660)	1,81	1,91 (60.907)	13,7 (4.418.559)	1,37	-0,44*
25-34	13,8 (342.356)	24,01 (6.998.307)	4,89	10,4 (333.15)	21,9 (7.051.302)	4,72	-0,58*
35-44	23 (572.122)	20,5 (5.991.739)	9,54	17,5 (557.02)	20,4 (6.569.935)	8,47	-1,07*
45-59	38,86 (962.659)	23,6 (6.882.943)	13,98	37,24 (1.182.149)	25,1 (8.059.733)	14,6	0,68*
60+	20,51 (508.132)	14,5 (4.232.741)	12	32,7 (1.039.016)	18 (5.993.288)	17,3	5,3*
Total	100 (2.476.902)	100 (29.143.392)	8,49	100 (3.174.001)	100 (32.093.372)	9,88	1,39*

*Diferenças significantes entre população em filiados ao nível de 0,05 Fonte: TSE

Similarmente ao contexto geral dos filiados em São Paulo, o PT e o PSDB apresentam tendências de aprofundamento no processo de envelhecimento no decorrer dos anos, (tabelas IV e V) mesmo que de forma bastante atenuada em comparação ao total de filiados no estado. Ambos os partidos já possuíam memberships envelhecidas em 2008, mas a dinâmica vem se aprofundando no decorrer dos anos com os jovens deixando os partidos. A faixa etária dos 25-34 no PT-SP permaneceu estável comparativamente à variação no eleitorado, e os aumentos na faixa etária dos 60+, considerando os dois partidos, ocorreram em grau muito menor em relação ao nível estadual – cerca de sete vezes menor no PT-SP e quatorze vezes no PSDB-SP. Tais elementos estão relacionados às características organizacionais dos dois casos, evidenciadas, por exemplo, pela ampla penetração territorial no estado, projeção nacional, lideranças relevantes, ideologia e programas mais coesos, maiores níveis de democracia interna, enraizamento social etc.

Por esse ângulo, PSDB e PT possuem maior capacidade de mobilização dos jovens e podem alocar maiores recursos cultivando laços com essa fatia dos filiados, visto que muitos deles somente trarão maiores benefícios aos partidos no médio e longo prazo. Os demais partidos, que ainda estão em processo de construção e expansão das suas organizações, priorizam filiados mais velhos e detentores de maiores recursos, tais como:

viabilidade eleitoral, dinheiro, laços comunitários, oratória, experiência política pregressa etc. Desse modo, tal dinâmica aprofunda ainda mais o fosso existente entre juventude e os partidos. (RIBEIRO e LOCATELLI, 2016).

Tabela IV- Filiados ao PT e Eleitores Paulistas por Faixas Etárias em 2008 e 2016 (%)

	2008			2016			Diferença 2008/2016(%)
	Filiados	Eleitorado	Filiados/ Eleitores	Filiados	Eleitorado	Filiados/ Eleitores	
16-24	5,62 (15.937)	17,3 (5.037.660)	0,31	1,41 (5.422)	13,7 (4.418.559)	0,12	-0,19*
25-34	18,23 (51.711)	24,01 (6.998.307)	0,73	14,1 (54.198)	21,9 (7.051.302)	0,76	-0,03
35-44	23,84 (67.602)	20,5 (5.991.739)	1,12	20,27 (77.808)	20,4 (6.569.935)	1,18	0,06*
45-59	38,31 (108.641)	23,6 (6.882.943)	1,57	38,20 (145.902)	25,1 (8.059.733)	1,81	0,24*
60+	14 (39.659)	14,5 (4.232.741)	0,93	26,15 (100.37)	18 (5.993.288)	1,67	0,74*
Total	100 (283.550)	100 (29.143.392)	0,97	100 (383.701)	100 (32.093.32)	1,19	0,22*

*Diferenças significantes entre população em filiados ao nível de 0,05. Fonte: TSE

Tabela V - Filiados ao PSDB e Eleitores Paulistas por Faixa Etárias 2008 e 2016 (%)

	2008			2016			Diferença 2008/2016
	Filiados ¹	Eleitorado	Filiados/ Eleitores	Filiados	Eleitorado	Filiados/ Eleitores	
16-24	4,28 (10.958)	17,3 (5.037.660)	0,21	2,5 (7.810)	13,77 (4.418.559)	0,17	-0,04
25-34	16,19 (41.410)	24,01 (6.998.307)	0,59	8,26 (36.686)	21,97 (7.051.302)	0,52	-0,07*
35-44	25,9 (66.322)	20,5 (5.991.739)	1,1	19,94 (60.434)	20,47 (6.569.935)	0,91	-0,19*
45-59	35,89 (91.275)	23,6 (6.882.943)	1,32	36,58 (110.872)	23,11 (8.059.733)	1,84	0,52*
60+	17,8 (45.712)	14,5 (4.232.741)	1,07	28,79 (87.267)	18 (5.993.288)	1,45	0,38%*
Total	100 (255.677)	100 (29.143.392)	0,87	100 (1303.069)	100 (32.093.372)	0,94	0,07*

*Diferenças significantes entre população em filiados ao nível de 0,05. 1-valores absolutos entre parênteses. Fonte: TSE

A despeito de partilharem semelhanças relevantes, como o fato de ambos os partidos estarem envelhecidos em São Paulo, PT e PSDB possuem diferenças entre si não negligenciáveis na evolução da relação com os jovens filiados. Como demonstram os gráficos III e IV, o PSDB-SP possui larga prevalência nas faixas etárias dos 45-59 e dos 60+ e o PT na faixa dos 25-34. Na faixa dos 16-24 anos o PT demonstra trajetória importante de perda de filiados mais jovens nos últimos anos, caindo abaixo dos níveis do PSDB-SP que permaneceu relativamente estável no período.

Diferenças e aproximações dos dois casos possuem relações estreitas com as características genéticas e de desenvolvimento organizacional, amplamente discutido no tópico anterior. A predominância do PSDB-SP nas faixas de filiados mais velhos e menor inserção entre os mais jovens reverbera o pouco diálogo com setores estudantis e grupos de jovens organizados na trajetória do partido. Esse nicho de filiados era largamente ocupado por setores do PT e de partidos à esquerda, com sólidos vínculos com a UNE, UEE-SP, DCE(s) e centros acadêmicos tradicionais e importantes da USP, PUC-SP e UNICAMP. A existência de movimentos sociais de jovens de cunho mais liberal e mais próximo do PSDB-SP é algo extremamente recente, e ocorre na esteira do enfraquecimento dos vínculos do PT com setores jovens.

Por outro lado, o PSDB ascende à Presidência da República seis anos após sua fundação, com expansão territorial rápida e favorecida pelos recursos estatais. O crescimento do partido foi assentado nas conveniências eleitorais e na busca por filiados com maiores recursos e viabilidade eleitoral. Nesse sentido, não havia estímulos para concorrer em um mercado já monopolizado pelo PT e outros partidos menores, cuja clientela já “fidelizada” possuía baixo alinhamento com perspectivas ideológicas mais “centristas”, além de terem pouco a oferecer ao partido.

O PSDB-SP sempre foi mais reativo do que propriamente ativo em relação aos jovens, o órgão de juventude (JPSDB-SP) não dispõe de dotação orçamentaria própria garantida pelo estatuto, apresentado extrema dependência dos caciques e sujeito à fortíssima influência do personalismo, familismo, tutela e apadrinhamento.

O critério eleitoral é a forma usual de ascensão da juventude na hierarquia partidária, entretanto o PSDB-SP não disponibiliza muitos recursos para candidaturas jovens. O partido reproduz as assimetrias “externas”, ou seja, favorecendo aqueles com histórico familiar progresso de parentes inseridos na política ou detentores de maiores recursos financeiros. Há casos que escapam à regra, mas usualmente ocorrem por estrita afinidade pessoal entre elites e os membros “fiéis”, normalmente escolhidos para “cuidarem” dos outros

jovens militantes. O PSDB apresenta deficiências crônicas de *accountability* vertical entre bases jovens e elites; na ausência de melhores opções do que a *lealdade* quase irrestrita aos líderes, muitos jovens desistem de recorrerem à *voz* e optam pela *saída* (HIRSCHMAN, 1973). Depoimentos dos jovens tucanos paulistas apontam nessa direção, evidentemente diferenças entre facções no controle do partido podem afetar o julgamento dos militantes (depoimentos anônimos)³⁹:

“Os jovens são fracos, não ocupam espaço e quando resolvem fazê-lo já entram com cabeça de velhos. Há velhos mais legais que jovens no PSDB.”

“O futuro do PSDB é sombrio caso não haja uma renovação efetiva e maior valorização da sua juventude. Trata-se de um partido parlamentar e desconectado com suas bases, que só se move para acionar suas juventudes em épocas de campanha. O perfil dos jovens militantes é acentuadamente elitista, e a maioria busca apenas um bom relacionamento com algum dirigente/parlamentar para conseguir um cargo. São raros os que atuam de maneira mais ideológica e que valorizam o debate de ideias”.

“O futuro obscuro para o jovem que não se sujeita ao cerimonial do beija-mão dos grandes caciques do partido”.

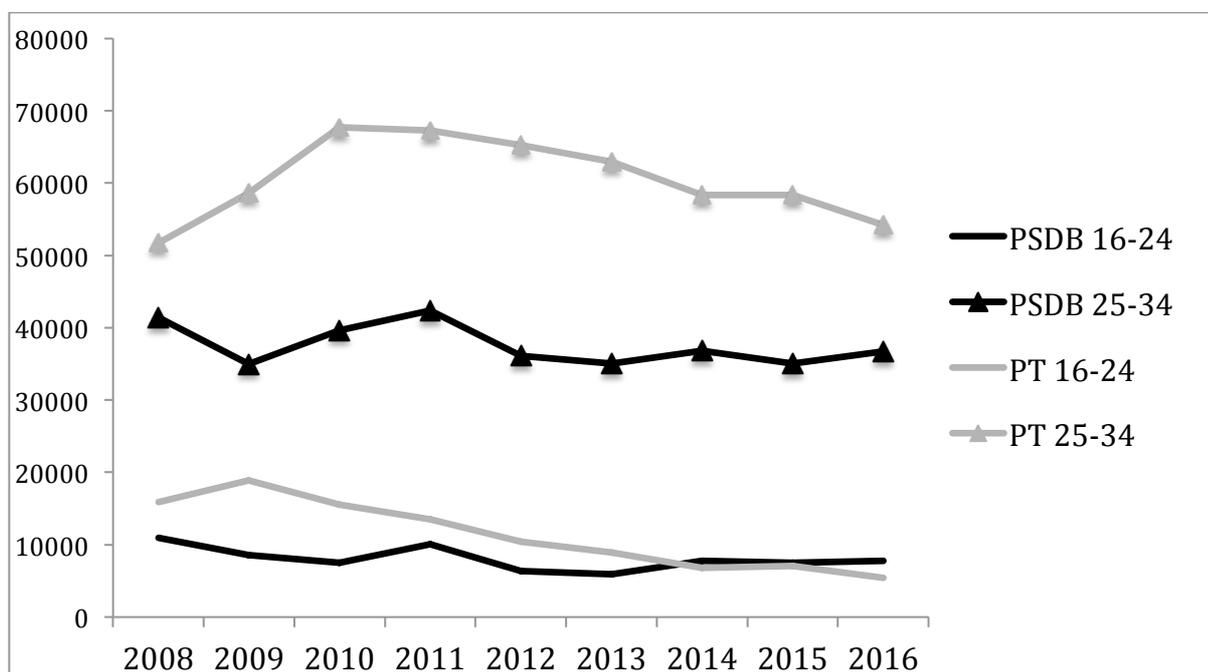
“A atuação dos jovens é muito condicionada pela direção do partido, havendo pouca autonomia e pouco diálogo real. Penso em continuar no partido e tentar uma participação maior, caso não consiga, penso em mudar de partido”.

Em São Paulo, a JPSDB Estadual e em muitas cidades, não tem uma receita para suas atividades, assim, em muitos casos, se Juventude quiser fazer algo, a mesma terá que financiar. Em sua isso mostrar que o partido não está interessado na Juventude, pois não financia a mesma. Ao meu ver, os dirigentes dos partidos acham que os jovens só servem para entregar jornal, e panfletos, principalmente em eleições”.

“Os partidos estão velhos, no sentido de não haver nunca mudanças significativas. As ideologias e os representantes ainda estão com a cabeça da época da ditadura, diretas já. Tem de haver uma renovação partidária. Dar opções de candidatos mais jovens para cargos de importância no partido. Espero que no futuro os partidos tenham mais proximidade com a população diretamente, chamando os jovens, desde a época de adolescência, para se envolverem com a política, se importarem com as decisões políticas que afetam o dia a dia de todos, não apenas o seu. Criar uma consciência democrática nessas pessoas. Os eleitos tem de se lembrar que não chegaram lá sozinhos, reuniões para discutir os mandatos seria um bom começo. Sei que alguns políticos já fazem isso, mas isso deveria ser requisito básico, e não uma coisa a mais.”

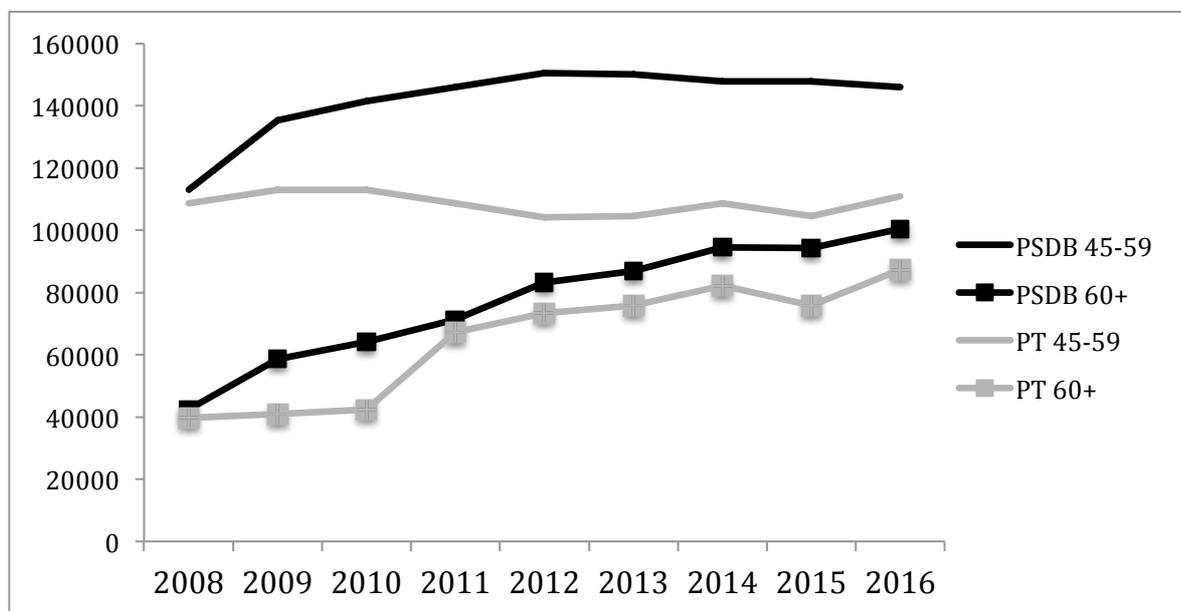
³⁹ Questão aberta: “Descreva em poucas palavras o que você pensa da atuação nos jovens no partido e suas expectativas em relação ao seu futuro no partido?”.

Gráfico III- Filiados do PT e PSDB por faixas etárias em São Paulo (2008,2016).



Fonte: TSE

Gráfico IV- Filiados do PT e PSDB por faixas etárias em São Paulo (2008,2016).



Fonte: TSE

De acordo com a literatura, o PT-SP possui lógica diferenciada no tocante à juventude, o partido foi largamente influenciado durante seu processo formativo pelas atuações dos jovens provenientes do movimento estudantil e das comunidades eclesiais de

base. Os jovens estudantes, das principais universidades paulistas, foram alguns dos mais relevantes agentes formadores do partido, grandes responsáveis pela sua militância mais atuante e convicta na origem. As greves estudantis de 1977, organizadas pelos estudantes contrários à ditadura militar, desaguaram também na criação do PT, através das correntes trotskistas e outros agrupamentos de esquerda – os mais expressivos são a Libelu (Liberdade e Luta) e membros da AP (Ação Popular). (MENEGUELLO, 1989; KECK,1991).

Essa trajetória possui reflexos na relação atual entre PT-SP e a juventude paulista, comparativamente ao PSDB-SP, o partido possui maior número de jovens absoluto na faixa etária dos 25-34, que também permanece estável (-0,03%) entre os anos de 2008 e 2016. Apesar do envelhecimento da membership, o PT-SP apresenta menor número de filiados na faixa etária dos 34-45 e dos 60+ – como demonstram os gráficos III e IV. O partido detém laços mais densos com os jovens, particularmente em razão da centralidade histórica desse ator político na sua trajetória e dos vínculos com movimentos de juventude. Todavia, mesmo partindo de certo patamar mais elevado em relação ao quantitativo total de jovens, o PT-SP apresenta níveis de envelhecimento mais acentuados no decorrer do tempo comparativamente aos tucanos.

Gráfico V - Membros que se filiaram ao PT e PSDB na faixa etária anos 24-35 (1980,2014)



Fonte: TSE – Banco de dados com idade dos entrantes do PT-SP e PSDB-SP em 2014 distribuídos ao longo dos anos, das respectivas fundações até 2014.

O gráfico IV apresenta a variação dos membros pela idade que possuíam no momento da filiação na faixa etária dos 25-34 anos, distribuídos desde a fundação até 2014. Entretanto,

nesse banco de dados apenas consta aqueles considerados filiados “ativos” em 2014, isso termina por excluir todos os outros que deixaram o partido formalmente ou morreram antes dessa data, originando um viés importante: à medida que os anos avançam, os membros jovens diminuem e à medida que os anos regridem, aumenta o número de filiados jovens. No entanto, é possível realizar inferências comparadas, visto que o viés está distribuído de forma equânime entre os dois partidos.

O gráfico apresenta o processo de “normalização” da capacidade do PT de atrair jovens, iniciando com espessa vantagem em 1988 e declinando até as linhas se cruzarem nos anos 2000, e ambos os partidos ficarem pareados a partir de 2002. Esse movimento possui clara correspondência com a literatura acerca da origem e das transformações do partido, e da sua trajetória de transferência de ênfase dos vínculos da sociedade para o Estado (RIBEIRO, 2010).

Amaral (2010, p.89) identifica nos delegados petistas clara tendência de envelhecimento, que atribui à impermeabilidade dos jovens na máquina partidária e ao enfraquecimento dos vínculos do PT com o movimento estudantil. O autor acredita que vínculos com os atores organizados tradicionais estão sendo deslocados/diversificados para novos movimentos da sociedade civil. A partir do diagnóstico de envelhecimento dos filiados, pode-se considerar que os delegados jovens estão diminuindo em razão da queda da população de filiados total de jovens no partido, certamente não é possível atribuir causa exclusiva ao afrouxamento dos vínculos com o movimento estudantil e à inserção do partido em outros grupos sociais alternativos. Na faixa etária dos mais jovens (16-24) – idade usual de trânsito pelo ambiente universitário – o PT-SP atingiu patamar de filiação inferior ao encontrado no PSDB-SP tanto em termos absolutos como relativos frente ao eleitorado, mesmo considerando que os tucanos não apresentam propriamente vínculos orgânicos históricos densos com o movimento estudantil, apenas apresentando alguma expansão recentemente.

O afastamento dos jovens é um fenômeno complexo, se por um lado, o PT diversificou seus laços com a sociedade civil, por outro, a juventude diversificou e muito os seus vínculos societários e de alternativas de associativismo. Em geral, os jovens tendem a possuir recursos de poder reduzidos e são os mais sensíveis às alterações na balança de custo-benefício da participação política. Assim como sugere Richard Katz (1990), ao observar tal fenômeno nos partidos europeus, o envelhecimento da membership é um importante indicador do afastamento dos partidos em relação à sociedade civil. O PT perdeu fôlego de mobilização dos jovens, sendo pouco competente em oferecer narrativas capazes de penetrar nas novas

gerações, espaço que paulatinamente é ocupado por outros atores políticos emergentes. Isso ocorre tanto nas universidades públicas com os grupos de orientação de esquerda mais radical e fragmentada, como pelos novos movimentos de rua com orientação liberal e de centro-direita.

O processo de transformação sofrido pelo PT levou ao sufocamento das tendências de esquerda, porta de entrada tradicional dos filiados jovens, diminuindo a atratividade do partido. Outros fatores também estão presentes, como arrefecimento ideológico, ênfase no processo eleitoral e atração de filiados mais velhos e com maiores recursos, profissionalização da militância, além do envelhecimento ser um importante indicador do processo de oligarquização (RIBEIRO, 2010). As nuances presentes no aumento do *gap* geracional dentro do PT e seus efeitos para militância serão discutidos e aprofundados nos próximos capítulos com auxílio dos *surveys*.

Abaixo os depoimentos de alguns militantes jovens petistas e suas percepções sobre as transformações ocorridas no partido. Os relatos demonstram profunda sensibilidade e parecem intuir o envelhecimento em curso, com suas causas e consequências para vida partidária. Alguns atribuem força restauradora aos jovens e outros são mais pessimistas:

Percebo, em muitos casos, que a questão ideológica está sendo deixada para segundo plano. Questões mais imediatas como eleições internas e externas ocupam mais a atenção do que projetos para o país e para a Classe Trabalhadora. Parece, muitas vezes, que há um conflito de gerações que vai para além da idade. Há quem pense como dirigente do partido e há quem pense como militante (o ideal seria todo militante ser dirigente de si e do mundo). Em suma: Falta socialismo no Partido dos Trabalhadores.

É uma atuação limitada em dois aspectos principais: a "inexistência" de ideologias ou sistemas ideológicos úteis, do ponto de vista prático deixa o jovem sem norte, sua atuação é desorientada, individualmente e em grupo. Outro aspecto é o caráter conservador que tem o PT a partir do momento em que ocupou governos. Muita gente ganha bem em governos petistas e isso construiu um status quo dentro do partido. Defendem o direito de estarem nesses cargos e arruinarem o país simplesmente porque estão filiados desde 1900 e bolinha.

Os jovens da JPT tem maior inclinação à esquerda e procuram, em geral, "desendireitar" o PT.

A atuação de jovens no pt reproduz a lógica das coerentes internas gerais. São burocráticas, pragmáticas, verticalizadas e sem conteúdo programático atualmente.

Atuação dos jovens dentro do PT é muito limitada pela falta de autonomia que essa Juventude tem. Falta de autonomia gerada diretamente pelas dirigências do partido ou indiretamente pela amarração com mandatos.

Embora pouco experientes, em relação à liderança do partido. Nós, jovens somos fundamentais para a

vida do partido, pois revigoramos seus ideais e somos o elo direto entre o partido e a realidade social contemporânea, uma vez que nossas atitudes são menos viciadas e burocratizadas

Retomando a hipótese I (H1) é possível concluir pela sua validade, o PSDB-SP possui quadro de filiados mais envelhecido do que o PT-SP e ambos estão em processo de envelhecimento no estado, permitindo concluir pela veracidade da dinâmica de distanciamento da juventude em relação aos partidos em São Paulo. Porém, dois apontamentos são relevantes: primeiro, os níveis de envelhecimento do PT-SP e do PSDB-SP partidos é inferior comparativamente ao total dos filiados no estado, algo que, como identificado anteriormente, é explicável pela força organizacional de ambos, tornando-os mais “resistentes” à tendência geral de envelhecimento. Segundo, o PT-SP possui nível de envelhecimento mais acentuado do que o PSDB-SP, achado que pode ser explicado de um lado pelo relativo fortalecimento do PSDB-SP, e do outro pela dinâmica de “normalização” do PT em relação à juventude – o aprofundamento das questões será feito via os surveys com militantes.

Assim, se o PT-SP “normalizou” as suas relações com os jovens, o PSDB-SP parece permeável aos novos ventos, algo que passaria pela maior integração da juventude, flexibilizando o cenário descrito anteriormente pelos jovens militantes tucanos. Ao passo que desde 2013 a Avenida Paulista “explode” politicamente com jovens engajados puxando multidões nos fins de semana, os dois maiores partidos políticos brasileiros, de raízes consolidadas em São Paulo, continuam envelhecendo de modo silencioso e acelerado. Na percepção dos filiados jovens as máquinas dos partidos paulistas são pouco permeáveis, autocráticas e, muitas vezes, suas principais lideranças dão as costas à juventude e seus interesses.

Os jovens nos partidos estão longe de aprenderem a liderar e desenvolverem plenamente suas potencialidades, talvez esse seja um dos motivos de partidos mais enrijecidos e juventude cada vez mais distante da vida política institucional. Os partidos estão distantes de desempenharem satisfatoriamente a incumbência propedêutica ao civismo democrático e à formação de lideranças. O caso paulista não parece uma anomalia diante das outras democracias consolidadas ou em consolidação, nota-se o crescimento do cinismo da juventude em relação aos partidos e o aumento dos movimentos de rua, por exemplo, Occupy Wall Street, rebelião da juventude londrina (2011), revoltas nos subúrbios franceses, etc. A queda no número de jovens filiados no Brasil, seus significados e consequências são relevantes para avaliar o desempenho das funções representativas dos partidos políticos.

4 - Quem são os militantes do PT e do PSDB em São Paulo? Militantes tucanos e petistas como membros das “elites” sociais.

4.1 Introdução

De acordo com Poguntke (2002, p.9), os filiados são a forma *tightly-knit* de relação entre os partidos e a sociedade, tal constatação possui longa ressonância nos estudos partidários. Eventuais flutuações na magnitude das *memberships* (M/E)⁴⁰ são compreendidas como indicativo de mutações relevantes nas organizações partidárias. Exemplo: o diagnóstico de declínio de filiados na Europa e os baixos níveis de filiação em novas democracias da Europa oriental. Dentre os desdobramentos recorrentes, o principal indica como transformações das *memberships* podem afetar a *linkage function* dos partidos e suas estratégias nas principais arenas (KATZ e MAIR, 1995; MAIR e VAN BIEZEN, 2001; VAN BIEZEN, 2005).

Entretanto, achados recentes na literatura comparada evidenciam a ocorrência de expressivo padrão desviante nas características sociais dos filiados em relação ao eleitorado (WHITELEY e SEYD, 1992; HEIDAR, 2007; SCARROW e GEZGOR, 2010; VAN HAUTE e GAUJA, 2015). A distribuição assimétrica dos recursos materiais, cognitivos e políticos na sociedade podem impactar nas características frequentemente encontradas nas *memberships*, ainda que em menor proporção entre os partidos detentores de vinculações históricas rígidas com determinados setores sociais menos abastados. Esse capítulo pretende verificar a existência de tal paradoxo nos partidos em São Paulo; à luz dos dados obtidos através de *surveys* com militantes e militantes jovens do PT-SP e PSDB-SP.

Considerando que os partidos possuem características organizacionais variadas e operam em condições ambientais similares (constrangimentos institucionais e sociais), espera-se que os padrões integração societais de filiação também sejam distintos. Os indicadores utilizados serão categóricos de feição mais “sociodemográfica”; no caso dos filiados em geral contemplam: escolaridade, etnia, gênero, renda, profissão; e no dos jovens: escolaridade, etnia, gênero, associativismo e ocupação. Isso propiciará avaliar o conjunto das relações entre os distintos eixos das desigualdades e as organizações, facultando acessar através das características dos filiados algumas das principais estratégias de integração social das

⁴⁰ *Membership/Voters* (M/V) indicador desenvolvido por Duverger em 1954 para medir a força das organizações partidárias de massas, devido a problemas de comparação pela volatilidade eleitoral, tal indicador foi posteriormente substituído por *Membership/Electorate* (M/E) desenvolvido por Bartolini (1983). Outros muitos trabalhos como de Katz (1990); Katz e Mair (1994); Mair e Van Biezen (2001); Mair, Van Biezen e Poguntke; Scarrow e Gezgor (2010); Whiteley (2010) e, recentemente, Van Haute e Gauja (2015) também recuperam o que talvez seja o mais difundido indicador dos estudos sobre organizações partidárias.

legendas, principalmente no tocante à tangente de relações entre partidos e sociedade.

4.2 - *Social Background e Membership*

De acordo com Van Haute e Gauja (2015, p.13), os estudos inaugurais e sistemáticos sobre *party membership* aconteceram no âmbito da participação política, possivelmente nos anos cinquenta. A principal convergência metodológica foi a ênfase quase que exclusiva em “medidas subjetivas” auferidas via surveys. Tais caminhos inaugurais foram fundamentais, especialmente para compreensão dos fatores que incidem no “lado da oferta”; ou seja, os atributos daqueles que buscam os partidos políticos. Nos anos setenta, enquanto reflexo do ganho de fôlego das chamadas formas alternativas de participação, houve o declínio do interesse pelas modalidades “tradicionais” de engajamento. As análises dos “participacionistas” foram aos poucos sendo substituídas pela emergente atenção entre os pesquisadores das organizações partidárias na Europa; o que na prática significou tratar a filiação não apenas como uma modalidade de “input”, mas como recurso de poder.

Inicialmente, os estudos organizacionais com algum foco em filiação privilegiaram indicadores “diretos”; fundamentalmente de natureza agregada (quantitativos de filiados) objetivando dimensionar quantitativamente o fenômeno. Os trabalhos inaugurais inspirados em Duverger – como à clássica análise de Bartolini (1983), que verificou a variação da *M/E* entre os anos de 1889-1978 nos partidos socialdemocratas europeus – dimensionavam o fenômeno através dos registros partidários ou de órgãos reguladores governamentais. Os estudos iniciais já postulavam a tendência de queda de filiações, baseando-se, sobretudo, nos picos de ingresso do pós-45 (SCARROW, 2000; 2007). A comparação entre países de modo sistemático via indicadores “diretos” de filiação foi somente realizada por Katz e Mair em 1994, sendo atualizada e ampliada nos demais trabalhos posteriores.

Whiteley e Seyd (1992; 1994) realizaram trabalhos inaugurais em âmbito nacional, que alternavam medidas “objetivas” e “subjetivas”. Os dados obtidos pelos registros nos partidos ingleses foram aprofundados com surveys sistemáticos, aplicados nos principais partidos: *Labour*, *Conservative* e *Liberal*. De certa forma, os estudos sobre filiação são recentes e crescem somente a partir dos anos 90, principalmente atrelado ao diagnóstico de declínio da filiação na maioria das democracias europeias.

A combinação de métodos “objetivos” e “subjetivos” buscava tanto inserir uma forma de triangulação dos dados, diante dos eventuais problemas nos registros dos partidos (ver Mair e Van Biezen, 2001), assim como aprofundar analiticamente desde o âmbito agregado

(*aggregate data*) para o individual (*individual data*). O “retorno” das medidas “subjetivas” implicou na recuperação de parte significativa das teorias participacionistas, assim como dos seus principais avanços recentes: *rational choice* e o *voluntarismo cívico*.

A regularidade encontrada reiteradamente pelos diversos *surveys* acerca do perfil dos filiados é a presença majoritária de membros detentores de elevados recursos cívicos. Os fatores vinculados ao SES ainda desempenham papel importante no engajamento partidário, ressoando pesquisas de participação política de décadas anteriores. O consistente *gap* entre cidadãos e filiados possui ao menos duas consequências relevantes: a primeira de natureza teórico-normativa e a segunda explicativa:

- A) Os achados contrariam expectativas de que os filiados deveriam ser representativos do eleitorado, facilitando o estabelecimento de elos entre os partidos e a sociedade. Tal axioma está ancorado nos seguintes pressupostos normativos: primeiro, a relevância do potencial conflitivo entre interesses, advindo das distintas posições derivadas das clivagens sociais, visto que a representatividade dos múltiplos grupos seria requisito para pluralidade de opiniões. Segundo resulta da complementariedade obtida pelas variadas origens sociais dos membros, que acumulam diferentes recursos e originam distintas trajetórias; enriquecendo percepções na criação de alternativas e nos debates internos. E por último, os ganhos de legitimidade originários da integração e abrangência dos diversos setores sociais (PEDERSEN, 2015, p.76). Diante disso, partidos com grande homogeneidade social dos membros possuem maiores dificuldades de desempenhar funções de *linkage* e de obter legitimidade social. Por outro lado, como sugerem Spier e Klain (2015, p.94), através da observação dos partidos alemães, análises comparativas permitem matizar o diagnóstico de homogeneidade das características dos filiados.
- B) A parcial incongruência entre as abordagens sistêmicas e individuais: a primeira assinala para a crescente busca de novas formas de participação e a relativa retração das formas *top-down* ou *citizens-oriented*. Tal perspectiva enfatiza alterações na dinâmica da modernização, relacionada aos ganhos educacionais e informacionais; com reflexos, por exemplo, no crescimento do ceticismo em relação aos partidos políticos – uma típica *bureaucratic mass-branch organization*. (DALTON e WATTEMBERG, 2000; NORRIS, 2002; INGLEHART e WELZEL, 2005).⁴¹ A

⁴¹ A formulação precisa dessa hipótese foi realizada por Dalton and Wattenberg (2000, p. 11) “Increasing educational levels have presumably improved the political and cognitive resources of contemporary electorates.

outra perspectiva, direcionada por abordagens da teoria do *voluntarismo cívico* e dos *recursos*, vastamente amparada em achados empíricos, aponta para discrepâncias – principalmente educacionais – entre o eleitorado e os filiados. Os cidadãos detentores de mais recursos cívicos são destacadamente os mais propensos ao engajamento partidário. (WHITELEY, 2010; SCARROW e GEZGOR, 2010; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

Ao analisar o perfil da “oferta”, encontram-se características indiretamente valorizadas pela “demanda”; afinal os partidos administram os custos da manutenção dos filiados e das estruturas de participação (KATZ, 1990; SCARROW, 1996; 2000; 2007). As organizações podem ser mais ou menos porosas à participação de determinados grupos, com estruturas hierárquicas e de oportunidades mais ou menos autônomas em relação aos estímulos ambientais. De acordo com Panebianco (2005, p.6), os partidos possuem sistemas de desigualdades organizativas que preservam certa autonomia em relação ao conjunto das assimetrias sociais. Em outros termos, organizações partidárias mantêm relações complexas com o ambiente e não redutíveis aos simples reflexos das condicionantes sociais.

Os sistemas autônomos de desigualdades organizativas estão vinculados à conformação das trocas com o ambiente, muitas vezes tecendo relações de interdependência. De fato, cabe aos partidos escolherem adotar estratégias de adaptação ou colonização nas suas diversas arenas de atuação. Ainda segundo Panebianco (2005, p.403 e 404), um exemplo ilustrativo de colonização ambiental está na delimitação do “território de caça”; fonte identitária e regular dos incentivos coletivos, geralmente circunscritos pela ideologia e aspectos doutrinários.

Para tanto, alguns partidos buscam o estabelecimento de vínculos mais sólidos com setores sociais específicos, mesmo que possuam menos recursos cívicos e outros requisitos importantes para o engajamento. Os casos históricos são os partidos socialistas e socialdemocratas europeus e seus vínculos com o operariado, construídos via sindicatos e oferta de redes de serviços não diretamente vinculados com atividades políticas. Esses partidos eram – e muitos ainda são – mais inclusivos e próximos ao perfil do eleitorado.

Atualmente, notam-se casos bastante ilustrativos de maior correspondência relativa entre eleitorado e filiados, exemplos: presença de minorias étnicas árabes nos partidos

With more political information available to a more educated electorate, more citizens now possess the political skills and resources necessary to become self-sufficient in politics. These changes mean that contemporary publics are less likely to defer to party elites or to support a party simply out of habit. Instead, people may question elites or resort to non-partisan forms of political expression.”.

Kadima e o Labour em Israel (centro e centro-esquerda); filiados *blue-collar*s no SPD e no *Linke* na Alemanha, maior proporção de jovens em partidos no M5S (Movimento Cinco Estrelas) na Itália; presença paridade de gênero no SF (Partido Popular Socialista) da Dinamarca ou nos Liberais da Inglaterra, ou mesmo superioridade do número de mulheres no Partido Socialista de Esquerda da Noruega (53% de mulheres) ⁴².

A “densidade” das organizações, suas trajetórias, identidades e estratégias de recrutamento e mobilização são fundamentais para explicar a maior participação de grupos portadores de menores recursos. De acordo com Scarrow (1996, p.46) “When party strategists determine how members can and should aid their parties, they are also making implicit calculations about the characteristics of the members the party should attempt to attract”.

Análises dos perfis sociais das *memberships* do PT e PSDB são limitadas, dificultando o estabelecimento de trajetórias, o que faculta apenas comparar *snapshots* de momentos específicos. Ao contrário do corrente em outras democracias, inexistem *surveys* nacionais exclusivos, regulares e padronizados com membros dos principais partidos brasileiros – algo que limita a expansão de tal agenda de pesquisa. Ainda assim, parece haver alguma correspondência entre os perfis socioeconômicos encontrados nas pesquisas com delegados (elites médias dos partidos), perfis baseados em *surveys* como o ESEB e os utilizados nesta análise.

Diante disso, considerando as trajetórias das organizações partidárias descritas no capítulo anterior, propõe-se a hipótese II: ambos partidos possuem militantes jovens com perfil socioeconômico elevado comparativamente ao eleitorado. Todavia, o PT-SP contém maior inserção entre aqueles membros com menores recursos, possivelmente reflexo da origem e desenvolvimento partidário, rente aos sindicatos e aos movimentos sociais, especialmente em São Paulo (MENEGUELLO, 1989; KECK, 1992; AMARAL, 2010; RIBEIRO, 2010).

4.3-Membership e gênero

A primeira assimetria identificada pela literatura internacional e nacional acerca das diferenças entre os filiados e a população é a de gênero. Os partidos tendem a ser

⁴² Ainda que o objetivo não seja de comparar sistematicamente o contexto paulista ou brasileiro com partidos em outros países, em especial democracias consolidadas, considera-se relevante abarcá-las como parâmetro, tendo em vista o carácter incipiente da pesquisa de sobre *party membership* no Brasil ou em novas democracias. Como sugerem Bartolini e Mair (2001, p.327) “It goes almost whitout saying that any discusion of the role and importance in new or developing democracies is unlikely to ensue without reference to their role and importance in the more established democracies, particulary those in Western Europe”.

majoritariamente compostos por homens; algo não restrito apenas às instâncias de comando e a *public office*. Interno à camada *rank and file*, parcela das desigualdades do topo também são reproduzidas. A despeito de PT e PSDB disporem de organizações ancilares destinadas ao recrutamento e socialização de mulheres – no caso petista que remonta à sua origem – ambos os partidos ainda permanecem sendo pouco receptivos às filiadas e militantes.

Discrepâncias de gênero no topo das organizações partidárias não surgem e operam no vácuo – são facilmente identificadas pelo número reduzido de mulheres parlamentares, membros das executivas ou ocupando apenas cargos alegóricos com pouco poder *de facto*. Há estreitos desdobramentos produtos das desigualdades acumuladas no recrutamento e socialização dos filiados ou outros meios de interação com a sociedade. Os canais de ascensão, como seleção de candidatos, escolha de delegados e de lideranças encetam de uma situação de desequilíbrio na base; ainda que medidas institucionais paliativas sejam patrocinadas.

Tabela VI – Filiados do PT e PSDB por gênero e grupos etários em São Paulo (%)

	PSDB-SP		PT	
	Survey Jovens	Survey (CESOP)	Survey Jovens	Survey (CESOP)
Homens	74,3 (52)	69,20 (36)	63,4 (45)	68,3 (43)
Mulheres	25,7 (18)	30,80 (16)	36,6 (21)	31,7 (20)
Total	100	100	100	100

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013 e Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015, (N=251).

Tabela VII - Filiadas ao PT e PSDB por faixa etária em São Paulo (%)

	PSDB-SP			PT-SP		
	2008	2016	Diferença 2008/2016	2008	2016	Diferença 2008/2016
16-24	46,74	39,5	-7,26	47,5	49	1,51
25-34	46,55	44,7	-1,85	46,5	50	3,44
35-44	44,72	45,53	0,81	43,8	49	5,2
45-59	44,48	44,8	0,32	42,9	45,5	2,66
60+	43,69	44,8	1,11	44,9	44,8	-0,10
Total	44,8	43,5	-1,3	44,37	47	+2,63

Fonte: TSE. As porcentagens correspondem ao total de filiadas em cada partido nos respectivos anos.

Conforme demonstra a tabela VI, ambos os *surveys* com filiados e filiados jovens

evidenciam existência de expressiva assimetria de gênero em relação ao total de respondentes em ambos os partidos. Por outro lado, há diferenças significativas entre os partidos e entre gerações de filiados. O PT-SP demonstra tênue superioridade em relação ao PSDB-SP em atrair mulheres no *surveys* realizados com o total de filiados e a maior diferença aparece no caso dos jovens, cerca de 12% de jovens filiadas a mais no PT-SP em relação ao PSDB-SP.

Percebem-se tendências opostas entre gerações; no PT-SP mulheres jovens é superior comparativamente ao total e o oposto ocorre no PSDB-SP, mulheres jovens estão em menor número relação ao total. Nesse caso, os partidos estão em caminhos opostos, e adotam estratégias distintas em relação às desigualdades de gênero.

A tabela VII avança ao *nível agregado*, estratificando o total de mulheres filiadas com registro no TSE por faixas etárias entre os anos de 2008 e 2016. Assim, identificam-se dois aspectos relevantes: o primeiro, corroborando o padrão delineado nos *surveys* entre os dois partidos. O PT-SP está estreitando distâncias entre homens e mulheres, sobretudo nas faixas etárias mais jovens; no caso do PSDB-SP ocorre precisamente o oposto, acarretando no alargamento das distâncias. O segundo aspecto relaciona-se à queda do número de mulheres na medida em que a idade aumenta, particularmente no caso do PT-SP.

Tais achados são congruentes com os estudos exclusivos sobre o PT e pesquisas comparativas entre PT e PSDB. Ribeiro (2010), analisando comparativamente os quatro níveis hierárquicos da organização petista até 2005 – filiados, delegados, diretório nacional e executivas; verificou disparidade de gênero em todos os âmbitos, mesmo após a instauração de cotas para os cargos de lideranças instaurada em 1991 no Iº Congresso do PT (30% das direções). Amaral e Meneguello (2008); Amaral (2010), Amaral, Meneguello e Bizarro (2014) também encontraram diferenças de gênero relevantes entre os delegados do PT e do PSDB em âmbito nacional.

Ao analisar os obstáculos da inserção das militantes na hierarquia petista, Ribeiro (2010, p.174 e 175) destaca dois fatores relevantes: o primeiro relacionado à própria conformação ecológica do mundo partidário e político; seus símbolos, atributos e expectativas cristalizadas desde a ótica masculina. E segundo, decorrentes das atividades vinculadas aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, uma vez que grande parte dessas tarefas ainda é socialmente atribuída às mulheres, culminando no acúmulo de atividades.

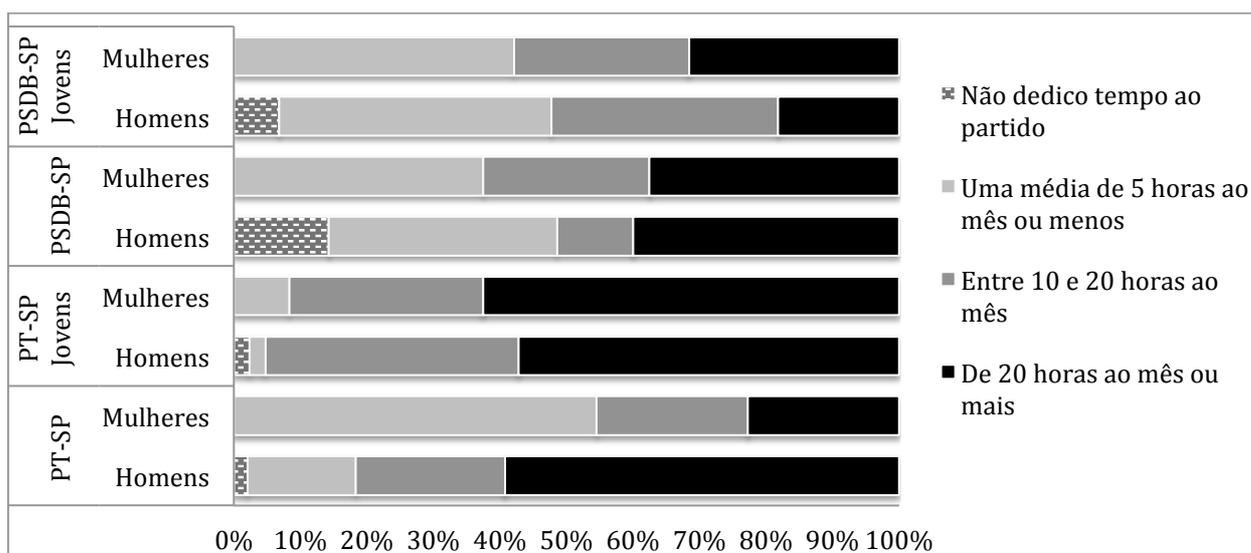
A “tripla jornada” – trabalhos domésticos, emprego e participação partidária – pode corroborar para explicar a redução da proporção de mulheres com o avanço da idade dos filiados. O acúmulo de tarefas funcionaria como um impeditivo importante ao ingresso e participação nas atividades partidárias; visto que o tempo – recurso básico do modelo do

voluntarismo cívico – fica relativamente escasso para mulheres com o avanço da idade e o surgimento de novas “frentes” de ocupação.

O gráfico VI verifica o nível de atividade em horas dos militantes e militantes jovens estratificados por sexo. No caso do PT-SP, as mulheres mais jovens apresentam níveis de participação muito similares aos dos homens; em sentido oposto às mulheres na fase adultas são menos ativas. Similarmente, ocorre no PSDB-SP, embora os níveis de participação sejam globalmente mais baixos e distribuídos de modo mais equânime entre os gêneros.

Em relação a outros partidos em diferentes democracias, PT e PSDB em São Paulo são parecidos. De acordo Van Haute e Gauja (2015) a média das principais democracias europeias, Canadá e Israel encontrada nos *surveys* é de 33,3% de mulheres nas *memberships* (com variação entre 5% e 53%).

Gráfico VI – Nível de atividade em horas no PT e PSDB por gênero em São Paulo.



Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013 e Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015. (N=140)

Tabela –VIII Filiados do PT e PSDB não ocupantes de cargos por gênero em São Paulo (%)

	PT-SP (CESOP)	PT-SP Jovens	PSDB-SP (CESOP)	PSDB-SP Jovens
Homens	68,3 (43)	63,4 (45)	68,6 (35)	74,3 (52)
Mulheres	31,7 (21)	36,6 (26)	31,4 (16)	25,7 (18)

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013 e Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=140).

Por outro lado, diferenças entre PT e PSDB em relação ao número de mulheres podem ser entendidas como desdobramento dos vínculos históricos do petismo com movimentos feministas. Tal relação de estreita proximidade tornou o partido comparativamente mais resistente às desigualdades de gênero, favorecendo que essa questão estivesse em debate mesmo que os ganhos fossem apenas efetivados paulatinamente. Dessa forma, os incentivos do “lado da demanda” acabaram sendo moldados para facilitar o engajamento e diminuir desigualdades de recursos cívicos vinculados ao gênero – seja no funcionamento das instituições representativas ou na sociedade.

Durante o 4º Congresso do PT em 2011, aprovou-se a paridade de gênero em todos os órgãos do partido, algo que teve efeito cascata nas direções estaduais, municipais e secretarias temáticas. A juventude do PT (JPT-SP), em seu primeiro Congresso Nacional em 2008, adiantou-se ao restante do partido e aprovou a paridade de gênero para lideranças jovens. De certo modo, os jovens filiados petistas, ao lado do próprio movimento de mulheres e outros setoriais, foi um dos grupos de pressão internos mais contundentes na apologia pela paridade de gênero, cooperando para canalização das pressões por maiores espaços.

A tabela VIII retrata diferenças entre homens e mulheres em relação à ocupação de cargos remunerados vinculados aos partidos em diversos níveis. O PT-SP demonstra maior equidade relativamente ao PSDB-SP; refletindo estruturas de oportunidades mais porosas e condições estabelecidas para a ascensão das militantes, tanto entre as jovens como em relação às filiadas mais velhas.

Em seu estatuto, o PSDB assegura apenas o cargo de vice-presidente nacional para mulheres (art. 64: parágrafo 1) ⁴³. Em São Paulo, considerando a presente formação (2016), não consta nenhuma mulher na Executiva Estadual, somente na fila dos suplentes. A despeito de o partido possuir setorial de mulheres (PSDB Mulher – SP) e professar programaticamente a defesa da igualdade de gênero; isso não se traduz em espaços claros e institucionalmente assegurados para o aumento dos níveis de filiação e ascensão vertical das militantes na hierarquia partidária.

Os avanços dos tucanos são tímidos ao piso determinado pela legislação – 5% do fundo partidário para viabilizar candidaturas e atividades de formação para mulheres, além da observância da cota mínima de candidaturas. As cotas de gênero, muitas criadas no interior dos próprios partidos, são uma realidade para facilitar o acesso à *public office* e/ou à *central*

⁴³ O estatuto aprovado em 2013 adiciona aos princípios programáticos do PSDB: “o respeito (...) às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero”

office na Europa desde os anos setenta em diversos países.

Nesse sentido, o PSDB se adapta às assimetrias presentes no meio político e na própria sociedade; em prejuízo das filiadas e militantes mulheres. Por conseguinte, observa-se que a isonomia de regras e incentivos pelo “lado da demanda”, acaba impondo barreiras e custos de participação semelhantes para atores com recursos cívicos desiguais, resultando em barreiras informais de acesso. Conforme aponta Avelar (2007, p.109)

No partido, vale mais quem tem mais poder, mais recursos de toda ordem, de modo que as elites partidárias lutam para excluir lideranças que ameacem a sua centralidade [...] A estratégia nos partidos é não só ignorar a presença das mulheres como desconhecer os avanços conquistados por elas no plano da cultura. Finge-se não saber que, na consciência moderna, afirmar o lugar subalterno da mulher é quase sinônimo de atraso. Tratar com essa modernidade significa, no caso dos partidos, admitir a necessidade de abrir espaço para a outra metade da humanidade.

4.4-Membership e etnias

O elemento étnico é o segundo eixo de assimetrias, que tende a apresentar relevante ressonância na composição das bases dos partidos; minorias étnicas são usualmente sub-representadas nas *memberships* partidárias em proporção existentes no eleitorado. Excetuando raríssimos casos em alguns países, expressiva maioria dos partidos europeus, canadenses e israelenses são sobre-representados por brancos de origem europeia – imigrantes ou cidadãos oriundos de outras etnias são largamente marginalizados entre os principais partidos políticos. A dimensão étnica não deve ser afastada da análise, em especial diante da estreita afinidade entre filiados e o desempenho da *linkage function* pelos partidos.

O predomínio da etnia branca é vastamente documentado pelos *surveys* existentes, aplicados em diferentes partidos de variadas famílias ideológicas. A ausência sistemática de determinados grupos minoritários e étnicos nas arenas representativas pode ser subproduto da “triagem” no acesso aos partidos políticos. Envolvendo, dentre outros aspectos, a dinâmica de interação entre barreiras de entrada e a distribuição de recursos cívicos na sociedade. O equilíbrio entre oferta e demanda tende a favorecer determinados grupos em detrimento de outros, desfalcando os setores minoritários (RAHAT e KENIG, 2015; NORRIS e LOVENDUSKI, 1995). Diante disso, os partidos terão mais dificuldades de compor listas de candidatos ou indicar ocupantes para cargos de determinados grupos não suficientemente integrados em suas *memberships*.

De acordo com Heidar (2007, p.7) grupos étnicos altamente organizados (interesses organizados) podem influenciar positivamente o ingresso nos partidos étnicos e negativamente a filiação em outros não *single-issue party*. O sistema partidário brasileiro não possui partidos diretamente vinculados às questões étnicas, cujo “território de caça” e “identidade étnica” estejam exclusivamente conectados.

Alguns partidos, como os casos de PT e PSDB, agregam núcleos e secretarias temáticas específicas, em especial no caso dos afro-brasileiros. Simetricamente às mulheres, determinados atores organizacionais atuam como grupos de pressão nas organizações; às vezes participam com direito à voz ou voto nas executivas em diversos níveis. Por outro lado, facilitam o estabelecimento de elos com *grupos latentes* ou mesmo objetivando compensarem a baixa organização desses interesses na sociedade⁴⁴ (POGUNTKE, 2006; ALLERN e VERGE, 2015).

Ainda em relação aos padrões étnicos encontrados em outras *memberships*, determinados partidos têm relativo sucesso em recrutar membros de minorias étnicas; o caso bastante surpreendente é o partido conservador inglês. De acordo com Whiteley (2009), os conservadores possuem maior quantidade de membros pertencentes a grupos minoritários relativamente ao Labour e os liberais, e também em proporção equivalente ao eleitorado, especialmente entre os filiados mais jovens; o que demonstra uma tendência de maior sucesso no recrutamento de minorias nos últimos anos.

No Brasil, sabe-se pouco sobre o perfil étnico das *memberships*; Speck *at al* (2015), com base no ESEB 2014, assinalam para maior presença de brancos entre aqueles que se autodeclararam filiados aos partidos políticos. A tabela IX abaixo demonstra a composição étnica dos filiados ao PT-SP e PSDB-SP encontrada nos *surveys* e sua comparação em relação à população do estado de São Paulo.

⁴⁴ Conservadores e Liberais na Inglaterra fundaram grupos especiais ou clubes não apenas para facilitar conexão com determinados grupos já organizados; mas, especialmente, para conferir organizacidae a determinados setores como classe média, camponeses, *lodges*, etc. (ALLERN e VERGE, 2015).

Tabela IX- Filiados ao PT e PSDB por etnia em São Paulo (%).

	Jovens PSDB-SP	PSDB-SP (CESOP)	PT-SP (CESOP)	Jovens PT-SP	População
Branco	73,2* (52)	75* (39)	61,9 (39)	54,1* (40)	63,91
Negro	2,8 (2)	3,8 (2)	9,5 (6)	28,4* (21)	5,52
Pardo	21,1* (15)	17,3* (9)	23,60* (15)	14,9* (11)	29,11
Amarelo	1,4 (1)	3,8 (2)	3,20 (2)	1,4 (1)	–
Indígena	1,4 (1)	0 (0)	1,60 (1)	1,4 (1)	–

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013, Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 e Fundação SEEAD – SP, 2010. (N=269). *Diferenças entre membros e a população superior a 0,05.

Em conformidade com a literatura internacional, o PSDB-SP apresenta sobre-representação de membros brancos comparativamente à população estadual; o mesmo ocorre também em relação aos jovens tucanos, sub-representados em todos os demais grupos étnicos. Mesmo considerando relevantes algumas ações internas empregadas pelo PSDB objetivando sedimentar os laços com outras etnias, especialmente os afro-brasileiros, embora relativamente recentes. O Tucanafro (secretariado de igualdade racial do PSDB) foi fundado nacionalmente em 2013 e o primeiro simpósio com secretariados estaduais foi realizado apenas em 2014.

Anteriormente, ações alternativas em âmbito local transcorriam de modo disperso, intermitente e apresentavam indícios de fraca consolidação. A partir dos discursos e entrevistas obtidos na mídia interna do partido, encontram-se narrativas contundentes contrárias às desigualdades étnicas e discriminatórias. Entretanto, a ênfase dos discursos é destinada ao âmbito exterior à organização. Em sentido amplo, pouca atenção é dispensada na ampliação dos canais internos capazes de tornarem os negros numerosos e politicamente mais relevantes. Exclui-se ainda, o lançamento e o suporte de candidaturas de negros. A esfera de

atuação do Tucanafro-SP é circunscrita às secretarias e aos conselhos de igualdade racial, com ações internas majoritariamente honoríficas e vinculadas à entrega de prêmios especiais⁴⁵.

Por outro lado, o PT-SP possui sobre-representação de negros comparativamente à composição étnica do eleitorado – especialmente entre os jovens – algo que destoia do padrão internacional de partidos não étnico, embora isso guarde relação com a mobilização dos negros em sua trajetória. O movimento negro é formativo do PT – a primeira comissão de negros aconteceu em 1982 – com a criação da subsecretaria de assuntos negros durante o Segundo Encontro Nacional: O PT e a questão racial em 1989. A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) e suas seções estaduais e municipais têm origem em 1995, em conjunto com o processo de centralização e aumento da inclusividade via instauração dos Encontros Nacionais e o PED.

A chegada ao governo federal em 2003 estreitou relações entre o partido e o ministério/secretarias de igualdade racial, irrigando esse segmento com incentivos seletivos e espaços no governo. Outro elemento foi à possibilidade de implementação de algumas das políticas públicas gestadas internamente pela militância ao longo de duas décadas (cotas em universidades públicas e concursos públicos, ensino de história africana, estatuto da igualdade racial, etc.).

O 4º Congresso do PT deliberou a reserva de vagas étnicas, com cota mínima de 20% para composição das direções de negros e outras minorias. Tal condição, estimula os diretórios municipais angariarem grupos minoritários, sob pena de serem punidos e rebaixados para comissões provisórias.

Durante o 5º Congresso do PT em 2014, mesmo com cerca de 22% do eleitorado petista participante (32.921 filiados) de negros ou índios; o partido apresentou dificuldades no cumprimento das cotas étnicas. De acordo com Florisvaldo Souza (secretário de organização nacional do PT), pelo menos 199 diretórios municipais foram transformados em comissões provisórias por não cumprirem as cotas étnicas, de gênero e etárias.

⁴⁵ Em conversas informais entre o pesquisador e filiados do Tucanafro-SP durante o campo, quando interrogados acerca da institucionalização dos espaços para os negros no PSDB-SP, as respostas eram dadas com o uso do verbo no futuro e não presente, algo que revela incipiência do grupo: “A luta é essa construir meios para ajudar os candidatos negros, não temos reserva de vagas para candidatura. E nossos vínculos com governo e secretarias são restritos, buscamos aumentar a participação de quadros negros no primeiro escalão”.

Há, pelo menos, 199 diretórios que devem voltar à condição de Comissão Provisória por não ter conseguido atender a todos os critérios de participação. Nesses municípios vamos precisar realizar campanhas específicas de filiação, estruturadas e com conteúdo para jovens, mulheres, negros e negras, índios e índias.⁴⁶

No caso petista, o “lado da demanda” apresenta estímulos comparativamente maiores aos dos tucanos para filiação de minorias étnicas. Permanecidas essas estratégias, molduras e estímulos institucionais; o PT-SP tende a ampliar sua presença entre os grupos minoritários, ressaltando representatividade da sua *membership*. Em contraste, o PSDB-SP possui maiores chances de aprofundar o distanciamento em relação às características do eleitorado ao longo do tempo. Entretanto, em face da crise pós-impeachment de 2016, emergiram posições contrárias à reserva de vagas no interior do PT. Os críticos, majoritariamente da CNB, alegam baixo desempenho e eficiência decisória, advindos da pouca experiência e incapacidade das novas lideranças de responderem aos desafios externos.

Outros críticos preferem salientar o caráter restrito das cotas, afirmando que os cargos ocupados pelos cotistas não dispõem da mesma relevância e que mulheres e/ou negros em cargos de real comando ainda são “unicórnios brancos”; difíceis de encontrar. De certo, em termos agregados, o efeito cumulativo dos incentivos institucionais é de ampliação dos filiados de minorias étnicas e sociais.

Algo distante, entretanto, é converter o potencial numérico em recurso político atrelado à identidade étnica, capaz de projetar internamente eventuais interesses partilhados de forma minimamente coesa. A questão central da equalização de oportunidades passa inevitavelmente pelo lançamento e viabilização das candidaturas de minorias, além da ocupação de cargos relevantes tanto nos partidos como no Estado.

A diluição das barreiras do racismo e diversas outras no interior dos partidos significa transcender os “lugares” usualmente destinados aos negros, índios e outras minorias – o elemento mais comum é as tais secretarias “especiais”. A diferença entre o “especial” e o “marginal” ainda é muito tênue na política partidária e governamental. Durante as eleições municipais de 2016, do total de candidaturas no estado de São Paulo, os tucanos lançaram 79,84% e os petistas 68,83% de brancos.

4.5 - *Membership*, educação, renda, profissão e associativismo.

⁴⁶ Souza, Florisvaldo, “PT tem novo perfil dirigente”, Teoria e Debate, 2014.

O terceiro sistema de desigualdades, que impacta na conformação das *memberships*, são os elementos constitutivos do modelo do *voluntarismo cívico*. Dentre eles, o principal é o elemento educacional; considerado especialmente associado ao engajamento em atividades políticas de elevada intensidade (WHITELEY, 2010, p.27). Partindo da perspectiva da “oferta”, os mais educados tendem a desenvolver maiores disposições ao engajamento partidário. E do lado da “demanda” representam uma *commodity* relevante no funcionamento da organização, dispondo de mais recursos do que a média do eleitorado.

Tal equilíbrio é favorável àqueles detentores de elevados níveis educacionais e fortemente excludentes em relação aos demais. Acerca do partidarismo, Samuels (2006, p.10) assinala que a identificação partidária em novas democracias como a brasileira apresenta estreita sensibilidade às desigualdades, devido ao “custo” relativo elevado da educação formal e informações, além da frágil “tradição democrática” – elementos que, em conjunto, podem ter efeitos ainda mais contundentes no engajamento em partidos políticos.

Em diversos partidos de diferentes democracias, o equilíbrio pode alternar dependendo dos atributos organizacionais e identitários dos partidos; aqueles que possuem identidades vinculadas aos setores caracterizados pelos baixos recursos cívicos, podem exibir parcela da *rank and file* constituída por cidadãos com pouca escolaridade. Atualmente, os partidos na Europa que engajam militantes de educação limitada são os classificados como “populistas”; o M5S (Movimento Cinco Estrelas) é o partido com filiados menos educados da Europa, composto de apenas 24,6% dos membros com graduação; em contraste com o mais educado, o Partido Social Liberal da Dinamarca com 87,5%. A média total de 56,5% dos filiados apresenta ensino superior (VAN HAUTE e GAUJA, 2015, p. 195).

Os partidos socialdemocratas acabaram paulatinamente perdendo capilaridade e a capacidade de cultivar vínculos, recrutar e mobilizar filiados entre o operariado e os sindicatos (*blue-collars*). Tal contração deu-se *vis-à-vis* à emergência dos partidos populistas e de extrema direita; especialmente junto aos desempregados, à baixa classe média pouco escolarizada e os ressentidos com a imigração (IGNAZI, 1992; SANDRI, SEDONNE e BULLI, 2015). Desse modo, os partidos de extrema direita congregam estratégias agressivas na promoção da mobilização dos setores pobres e pouco educados; avançando inclusive entre os jovens. Em diversas ocasiões, terminam por romper com tradições familiares relativamente arraigadas – famílias socialistas e social democratas de herança sindical e filhos militantes da Frente Nacional (FN), como demonstram os depoimentos apresentados por Bruter e Harrison (2009).

De modo semelhante ao contexto europeu, achados com delegados do PT e PSDB retratam elevada propensão de acúmulo educacional diante da média do eleitorado. Os delegados possuem majoritariamente ensino superior e, no caso petista, conforme demonstra Ribeiro (2010, p, 144), essa tendência apresenta crescimento ao longo dos anos. Recentemente, tomando como referência o indicador *identificação partidária*, conforme demonstra Veiga (2007, 2011), PT e PSDB apresentavam discrepâncias significativas até 2006; com os simpatizantes tucanos possuindo majoritariamente ensino superior e os petistas ensino fundamental, invertendo os padrões anteriores à chegada do PT à Presidência da República. Posteriormente em 2010, ambos os partidos convergiram para simpatizantes com ensino médio, embora o PT ainda evidenciasse declínio entre os mais escolarizados.

A tabela X abaixo demonstra o nível de escolaridade dos filiados petistas e tucanos no estado de São Paulo, comparativamente à média da população jovem e adulta.

Tabela X – Filiados do PT e PSDB por nível de escolaridade em São Paulo (%)

	PT-SP CESOP	Jovem PT-SP	PSDB-SP CESOP	Jovem PSDB-SP	População	População Jovem
Fundamental incompleto ou menos	–	–	–	–	34,7	9,9
Fundamental Completo	6,3 (4)	1,4* (1)	4 (2)	9,8* (7)	8	23,3
Médio Incompleto	3,2* (2)	1,4* (1)	0* (0)	1,4* (1)	21,8	23,3
Médio Completo	22,2 (14)	9,5* (7)	31,4* (16)	22,5* (16)	22,8	57,8
Superior Incompleto	19* (12)	44,6 (33)	15,7* (8)	38 (33)	4,6	–
Superior Completo ou Mais	50,8* (32)	43,2* (32)	49* (25)	28,1* (32)	7,8	12,6
Total	100 (63)	100 (74)	100 (51)	100 (71)	100	100

Fonte: Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 e DIEESE, 2013 e 2015. (N=327). *Diferenças entre membros e a população superior a 0,05.

Por razões óbvias, os jovens apresentam menores níveis de escolaridade; algo análogo a outros recursos políticos e materiais, com efeitos na tendência geral de envelhecimento dos partidos políticos em São Paulo – conforme observado no capítulo anterior. Em conformidade com os padrões de outras democracias, ambos os partidos e grupos etários apresentam larga assimetria em relação à média do eleitorado, contribuindo como substrato empírico favorável à afirmação de Van Haute e Gauja (2015), que os filiados são também fragmentos de “elites sociais”.

Comparativamente à média da Europa, Canadá e Israel; os filiados paulistas do PT e do PSDB possuem quantidade similar de graduados apresentando patamar em torno dos 50%, e nos casos internacionais dos 55%. Não obstante, deve-se considerar que as distâncias educacionais entre população e os filiados em São Paulo são relativamente maiores do que nos *surveys* nacionais em outros países.

O quadro de filiados do PSDB-SP é menos educado do que o PT-SP; tendência replicada entre os filiados jovens; mesmo agregando aqueles com curso superior completo e incompleto os números ainda são díspares. Ao contrário da identificação partidária em âmbito nacional, cujos indicadores apontam que os petistas são mais pobres (e menos educados), os filiados ao PT-SP são mais escolarizados do que os tucanos em São Paulo. No eixo educacional, os círculos entre filiados e simpatizantes petistas “deixaram” de ser sobrepostos ou correspondentes, permanecendo forte consonância intraorganizacional em relação aos filiados e delegados.

De acordo com Samuels (2006, p.21), os militantes ou ativistas são cruciais na manutenção de elevados e crescentes níveis de identificação partidária, atuando como vetores de difusão da mensagem do partido, deslocando o cidadão “comum” da situação de inércia acerca das questões políticas. Ou, de acordo com Scarrow (1994), atuando como “embaixadores” do partido na sociedade. Na atualidade, os vínculos identitários do PT podem estar mais frouxos no que diz respeito à organização, resultando em elos mais fluídos; visto que há pouca correspondência social entre filiados e simpatizantes, ambos ocupam posições diferentes na hierarquia social. Decerto, o elemento governo interage como variável interveniente na explicação dos vínculos entre o PT com seus “novos” e mais instáveis (pouco orgânicos) simpatizantes; encurtando o espaço de atuação da organização via militantes.

Admitindo o PSDB-SP como parâmetro comparativo, partido caracterizado pelos débeis vínculos com a sociedade civil, verifica-se o reduzido potencial do PT-SP em atrair filiados de baixo nível educacional. Melhor dizendo, o partido não equaliza oportunidades participativas dos cidadãos com recursos cívicos limitados, mesmo cultivando historicamente

identidade e laços com setores sindicais (especialmente a CUT, o seu braço sindical) e os movimentos sociais.

Em termos educacionais, o PT-SP apenas impulsiona (*to boost*) ainda mais a capacidade participativa e o engajamento dos cidadãos mais educados. Ainda que, conforme sugere Amaral (2010), o partido tenha reduzido determinadas barreiras de filiação; isso parece não ter afetado o lado da “oferta” em termos representativos frente aos eleitores – a resultante foi membros menos engajados, porém sociologicamente não representativos do eleitorado.

Tabela XI – Filiados do PT e PSDB por ocupação em São Paulo (%)

	PT-SP CESOP	Jovens PT-SP	PSDB-SP CESOP	Jovens PSDB-SP
Indústria	1,50 (1)	5,4 (4)	2 (1)	9,9 (7)
Comércio	4,80 (3)	13,5 (10)	5,9 (3)	21,1 (15)
Serviços	17,5 (13)	20,3 (15)	25,5 (13)	31 (22)
Fun. Público	50,8 (37)	40,5 (30)	52,9 (28)	15 (11)
Estatais/Emp.Públicas	6,3 (5)	1,4 (1)	11,8 (6)	4,2 (3)
“Estudante”	0 (0)	8,1 (6)	0 (0)	15,5 (11)
Agricultura	0 (0)	0 (0)	1,8 (1)	1,4 (0)
Outros	7,9 (6)	9,5 (7)	0 (0)	0 (0)
NãoTrabalha/	0 (0)	1,4 (1)	0 (0)	0 (0)

Fonte: Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=260)

Tabela XII-Filiados do PT e PSDB por ocupação nos partidos em São Paulo (%)

	Jovens PSDB-SP	PSDB-SP CESOP	PT-SP CESOP	Jovens PT-SP
Cargo no partido remunerado	5,6 (4)	7,8 (4)	14,1 (10)	5,4 (4)
Cargo no Partido voluntário ⁴⁷	18,3 (13)	-	-	10,8 (8)
Cargo de confiança na administração pública ou servidor legislativo.	5,6 (4)	37,3 (18)	38 (27)	24,3 (18)
Represente eleito	1,4 (1)	4,2 (3)	4,2 (3)	5,4 (4)

Fonte: Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=121).

Essa contradição é verificada também em termos profissionais e de ocupação, a quantidade de trabalhadores industriais entre jovens e não jovens é menor no PT-SP relativamente ao PSDB-SP. Os filiados *blue-collars* – base originária e identitária do partido – são numericamente irrelevantes; metade da *membership* possui vínculo com a burocracia estatal, característica reproduzida também no PSDB-SP, com exceção da juventude tucana, mais atrelada ao dinâmico setor dos serviços.

No caso dos tucanos, Meneguello, Amaral e Bizzaro (2014) encontraram semelhante padrão de inserção dos delegados na máquina pública, seguido pelos assalariados em geral e profissionais liberais. E no PT, Amaral (2011, p.28) ressalta o aumento expressivo dos funcionários públicos ao longo dos anos; fato que atribui, primeiro, às mutações no extrato sindical do partido, transitando de uma base sindical composta por metalúrgicos e bancários para o funcionalismo público, refratários às reformas de racionalização do Estado nos governos FHC – consequentemente, tal fenômeno estaria circunscrito ao PT. Segundo, trata-se do aprofundamento dos elos entre o partido e o Estado, principalmente após a chegada ao governo em 2003.

Tucanos e petistas partilham de estreitos vínculos profissionais com o Estado. O ingresso no partido pode acarretar em facilidades na entrada ou ascensão no serviço público. Entre os jovens petistas, 43% dos “*funcionários públicos*” ocupam cargos de confiança vinculados ao partido; a fração salta para 53,3% considerando aqueles que também estão em cargos no partido ou eleitos.

⁴⁷ Pergunta realizada apenas no survey dos jovens.

Observando os “*funcionários públicos*” mais velhos; o volume de ocupantes de cargos partidários é de 50%, somando eleitos e a burocracia partidária acresce para 60,4%. No tocante ao PSDB-SP, entre os jovens “*funcionários públicos*” a dimensão é substantivamente menor 27,3%; aumentando drasticamente entre os tucanos mais velhos para 48,1% e 66,5% considerando aqueles que também ocupam cargos no partido ou foram eleitos⁴⁸; a fração salta para 53,3% considerando aqueles que também estão em cargos no partido ou eleitos.

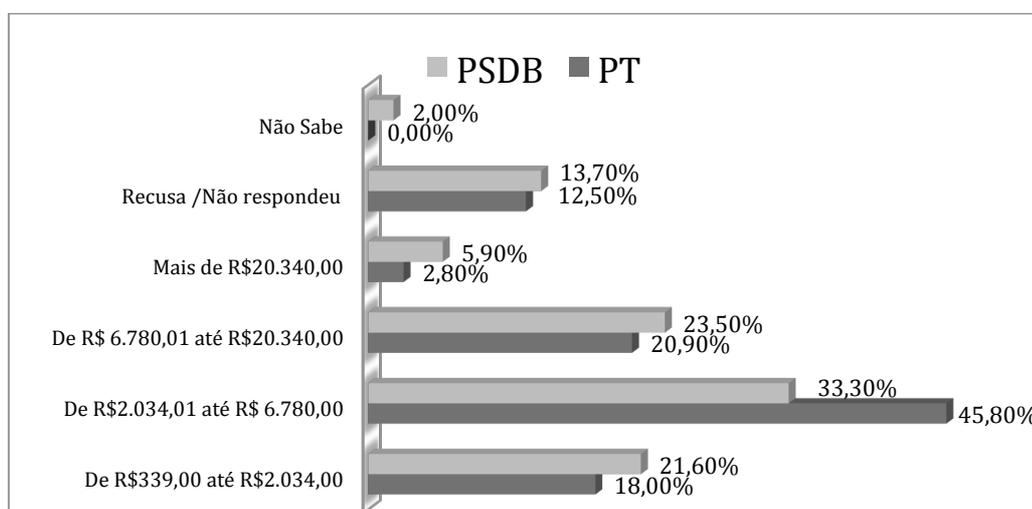
Analisando o caso do PT, Ribeiro (2010, p. 144) aponta para parcela substantiva da patronagem como veículo de profissionalização da militância. Os “profissionais camuflados”; assessores e ocupantes de outros cargos no setor público, que se dedicam parcial ou integralmente às atividades partidárias, evitando onerações aos cofres da organização. Esse fenômeno não é exclusividade petista e aparenta ter ressonância também no PSDB-SP; ainda que em menor escala na juventude, considerado o menor nível de profissionalização.

Um vetor de socialização política dos jovens filiados passa pela perspectiva da profissionalização e de auferir determinadas prebendas estatais via vínculo partidário; quaisquer expectativas de reversão dessa tendência no futuro parecem ser bastante improváveis. A juventude aguerrida, utópica, a favor das “lutas sociais” e que recupera narrativas do passado “combativo” pela redemocratização; agora dispõe de um rico cardápio de cargos para incender o engajamento: “a luta é tanto no social como no institucional”.

Em face de a categoria profissional moldar os interesses dos filiados, conforme sugerem alguns autores discutidos anteriormente; os adeptos de ambos os partidos em São Paulo estão mais vinculados à burocracia do que às forças sociais e econômicas exteriores ao Estado. O avanço do Estado, sua riqueza e tamanho podem ser interesses partilhados pelos filiados e adeptos em geral.

Os filiados dos dois partidos possuem renda acima da média do estado de São Paulo – aproximadamente R\$ 2486,99 em 2015. De acordo com gráfico VII, o PSDB-SP agrega membros com rendimentos maiores do que o PT-SP, ainda que com menor nível de escolaridade. Nos setores mais pobres, os tucanos também detém maioria em relação ao PT-SP, que agrega extensa faixa de filiados nos setores de rendimentos “*médio-baixo*”. Os petistas apresentam distribuição mais próxima da média da população paulista, contudo sem inserção robusta na *membership* nos setores de menor renda e trabalhadores mais pobres.

⁴⁸ Cargo de confiança na administração ou funcionário legislativo

Gráfico VII- Filiados ao PT e PSDB em São Paulo por rendimentos (%) ⁴⁹.

Fonte: Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013.

Tabela XIII – Filiados jovens do PT e PSDB por nível de associativismo em São Paulo (%)

	Jovens PSDB-SP	Jovens PT-SP		Jovens PSDB-SP	Jovens PT-SP
Clubes	25,3	14,9	Rotary Club	4,2	0
	(18)	(11)		(0)	(0)
Movimento Estudantil	33,8	13,5	Movimento Feminista	1,4	21,6
	(24)	(10)		(1)	(16)
Sindicato	4,2	6,8	Ordem Demolay	8,5	1,4
	(3)	(5)		(6)	(!)
ONG	17	1,4	Movimento Liberal	5,6	0
	(12)	(1)		(4)	(0)
Maçonaria	8,5	1,4	Movimento Marxista/Socialista	0	8,1
	(6)	(1)		(0)	(6)
Movimento Negro	1,4	13,5	Movimento pela legalização/liberalização das drogas	7	8,1
	(1)	(10)		(5)	(6)
Obras de Caridade	20,1	8,1	Movimento LGBT	0	14,9
	(15)	(6)		(0)	(11)
Igreja	43,7	33,8	Outro	0	8,1

⁴⁹ Não foram perguntados os rendimentos no Survey com jovens filiados.

(31)	(25)	(0)	(6)
------	------	-----	-----

Fonte: Survey Filiados jovens-SP.

Por fim, vinculações entre os membros e a sociedade civil; como já proposto no capítulo I, o associativismo é uma das variáveis fundamentais atreladas à filiação (ou *campaing activities*) e participação política de elevada intensidade (VERBA e NIE, 1973) – membros de partidos tendem a possuir elevada vida associativa. Os dados aqui apresentados estão circunscritos apenas aos jovens do PT-SP e PSDB-SP⁵⁰.

Em âmbito geral, em *survey* realizado pela Secretaria Nacional de Juventude (2013), cujo universo abrange a população brasileira de jovens até 29 anos; 46% dizem engajados em alguma forma de participação social ou política; entre os jovens mais ricos o número é maior 33%, estratos de renda média 22% e baixa 16% participam de alguma atividade associativa. Infelizmente, faltam informações sobre o associativismo da juventude em âmbito estadual.

Os jovens tucanos apresentam nível total de associativismo de 84,50% que dispõem algum elo com os corpos intermediários da sociedade civil, comparativamente maior aos petistas, que agregam cerca de 83,7% de membros com vínculos. Tal achado é bastante surpreendente frente aos apontamentos usuais da literatura sobre o PSDB; e assinala que os tucanos e petistas jovens não apresentam diferenças quantitativas relevantes de vínculos, mas características qualitativas distintas de associativismo.

O associativismo da juventude tucana aparece com maior força entre as modalidades como obras de caridade, movimento estudantil, ONG, igrejas, maçonaria, Rotary Club e clubes. Por outro lado, os petistas dispõem de vínculos mais substantivos de feição movimentalista, principalmente atrelados às minorias: feministas, LGBTs, negros, além dos sindicatos e de grupos intensamente ideologizados (possivelmente trotskistas remanescentes).

A diferença encontra-se no carácter reivindicatório da vida associativa do jovem do PT-SP, que aparenta pouco paralelo entre os filiados do PSDB-SP. De certo, os petistas apresentam maior aderência associativa em agendas pós-materialistas, sinalizando estreita conexão e coerência com tendências apresentadas anteriormente acerca das mulheres e negros.

Amaral (2011, p.34) utiliza o nível de associativismo dos delegados do PT e argumenta em favor da permanência dos fortes vínculos do partido na sociedade civil, especialmente com os movimentos sociais organizados. O autor sugere uma provável transição dos laços do partido com movimentos “tradicionalistas” da sua fundação – o sindical e

⁵⁰ O survey com filiados do CESOP, 2013 não abarcou questões sobre associativismo.

o estudantil – com consequências na redução do número de jovens petistas e o envelhecimento dos dirigentes

Observando o lado da “oferta”, destaca-se ampla riqueza e difusão dos vínculos de jovens petistas em movimentos “não tradicionais”; o movimento estudantil é somente um dentre os variados existentes no extenso “mercado de causas”. Os jovens, especialmente com perfil propenso à filiação, demonstram riqueza e plasticidade associativa, adaptando-se às novas formas de organização – podendo inclusive rejeitar o partidarismo. Dizendo-o de outro modo, na condição dos laços do PT estarem mais difusos em novos movimentos, os jovens também estão presentes em diferentes atividades e motivados por variadas *issues*.

O envelhecimento dos partidos – em especial do PT – não pode ser atribuído apenas às alterações no perfil associativo dos seus membros, mas é reflexo de um conjunto de metamorfoses que inevitavelmente abrangem o distanciamento progressivo da sociedade, sendo afetados pelo baixo *accountability* vertical interno dos filiados, profissionalização em larga escala, inclusive da juventude. O PT como veículo de consumação de ideologias e utopias, que possuíam forte apelo à juventude, passou por um longo e paulatino processo de “desencantamento” nas últimas décadas. Em síntese, ocorreu o avanço das funções *institucionais* sobre as *representativas* (KATZ e MAIR, 1994; BARTOLINI e MAIR, 2001; MAIR, 2005; KATZ, 2013) – algo que a profunda crise de 2016 pós-impeachment apenas escancarou.

Caso algum cientista político esteja disposto a realizar uma entrevista com algum filiado ativo do PT-SP ou do PSDB-SP, selecionando pessoas aleatoriamente, a probabilidade de encontrar um homem, de idade elevada, graduado, funcionário público, com padrão médio ou alto de rendimento é consideravelmente elevada. Nesse sentido, os filiados paulistas dos dois partidos não são anomalias frente ao perfil de filiados encontrados na Europa e em outros países como Canadá e Israel (SCARROW e GEZGOR, 2010; VAN BIEZEN *et al*, 2012; VAN HAUTE e GAUJA, 2015). Entre os jovens de ambos os partidos essa tendência também é válida; os filiados jovens diferem drasticamente do perfil do eleitorado, principalmente em termos de gênero, educacionais, étnicos, profissionais e associativos; elementos idênticos aos encontrados por Cross e Young (2008) no Canadá e Bruter e Harrison na Europa (2009).

Identificaram-se assimetrias substantivas de recursos cívicos vinculados ao fenômeno da filiação nos dois partidos em São Paulo frente ao eleitorado. A hipótese II apresenta validade apenas parcial, sua primeira parte pode ser aceita, uma vez documentado empiricamente a ampla distinção dos filiados e filiados jovens em termos de *recursos cívicos* em face do eleitorado. Os petistas e tucanos possuem *membership* pouco representativa da

população paulista; como principais consequências, alguns autores alegam possíveis distorções na formação de preferências das bases, impactando negativamente os partidos em termos de competitividade eleitoral. De outro ponto de vista, determinados autores, como Scarrow e Gezgor (2010), argumentam precisamente o oposto, certas características sociais dos filiados não impactam na radicalização ou especificidade das suas preferências (SCARROW, 2007; YOUNG; 2013; PEDERSEN, 2015).

A segunda parte da hipótese II não pode ser completamente validada; o PT-SP apresenta semelhanças com PSDB-SP em termos de perfis de filiação; principalmente em termos de ocupação, escolaridade e renda. Ao contrário do afirmado na hipótese, o partido não consegue integrar nas suas bases setores do eleitorado de menor renda e com menores recursos, mesmo possuindo origem sindical e identidade atrelada aos trabalhadores e aos mais pobres.

As diferenças existentes mais expressivas são em termos de gênero e etnias: os tucanos cada vez mais distantes e os petistas mais próximos do aumento da representatividade das minorias. Do lado da “oferta”, o PT-SP disponibiliza incentivos e constrangimentos institucionais expressivos objetivando fomentar o recrutamento de minorias pelos diretórios municipais, e também estabelecendo condições favoráveis à ascensão vertical via cotas na composição das direções. No caso da juventude os efeitos são ainda mais contundentes, principalmente devido à sobre-representação de filiados negros na proporção existente no eleitorado. Nesse sentido, existe grande probabilidade de aumento dessas diferenças entre os dois partidos, mantidos os mesmos incentivos.

O achado surpreendente foi o nível de associativismo dos jovens do PSDB-SP, revelando uma juventude tão integrada socialmente quanto à petista, inclusive apresentando nível de associativismo levemente superior. Os jovens do PT-SP possuem vínculos qualitativamente distintos da juventude do PSDB-SP; o ativismo dos petistas é marcado pelo “movimentalismo” de caráter “demandante”, além da associação com minorias e uma agenda de valores pós-materialistas.

Em resumo, considerando em termos da conformação sociológica da base ativa de filiados; o PT-SP partilha de robustas semelhanças em relação ao PSDB-SP, ambas são marcadas pelo exclusivismo no acesso, profissionalização estatal (inclusive dos jovens) e elevados recursos cívicos dos membros em relação ao eleitorado. O *background* ou determinadas credências de acesso refletem estruturas de oportunidades restritas em termos de recursos, sobretudo em relação aos cidadãos paulistas mais pobres.

5 - O porquê os militantes do PT e PSDB em São Paulo participam? Narrativas do engajamento partidário.

5.1-Introdução

Após investigar aqueles que participam dos partidos através das distâncias entre o perfil social dos filiados do PT e do PSDB em relação ao restante do eleitorado em São Paulo; enfatizando, em especial, determinadas consequências da distribuição desigual dos recursos cívicos e seus distintos reflexos na economia das *memberships* – promovendo, em síntese, uma análise da interação organização/ambiente via características dos membros e concluindo pela extrema desigualdade.

Agora, nesse capítulo, propõe-se compreender à dinâmica de interação entre organizações partidárias e indivíduos, analisando os incentivos organizacionais e suas consequências no engajamento, mediante o uso de medidas subjetivas (a percepção dos filiados). O intuito é deslocar-se decrescendo na escala de abstração e observar os caminhos até os partidos, as motivações predominantes dos filiados, o nível de engajamento, além das atividades rotineiramente desenvolvidas. O guia nesse trajeto serão os tipos/categorias ideais de membros, buscando enquadrá-los na taxonomia inicialmente proposta: *moral-*, *professional-* e *social-minded members*.

O segundo eixo de análise será o âmbito das crenças e ideologias, entendidas por meio das percepções ideológicas e dos valores dos filiados. A finalidade é verificar os efeitos do radicalismo sobre os níveis de engajamento, comparando os partidos e as gerações de filiados. Adjunto a isso, serão delineadas eventuais diferenças ideológicas entre PT e PSDB, com referência nas crenças dos membros e suas opiniões sobre políticas públicas e também de como veem os seus partidos.

Parcela majoritária dos indicadores utilizados será de natureza “indireta” obtidos via *surveys*, dando continuidade ao *blend* utilizado pelas pesquisas contemporâneas mais relevantes, que combinam indicadores “diretos” e “indiretos”. Todavia, deslocando o foco anterior do perfil e das características sociais dos membros para ação social: objetivos, estímulos e atividades diretamente correlatas com o ativismo.

O porquê os membros se tornam ativos uma vez filiados ao PT ou ao PSDB? E o que isso diz sobre eles e os seus partidos? Qual efeito das crenças sobre a participação? Os radicais são realmente os mais ativos? A essas questões se tentará delinear respostas razoavelmente sistemáticas a partir de descrições (frequências), análises estatísticas (regressões logísticas) e informações qualitativas. O capítulo seguirá certa linearidade:

inicialmente, considerarão trajetórias usuais que conduzem aos partidos; em seguida, os motivos que tornam os filiados ativos e, por último, as tarefas rotineiras que desempenham tendo em vista os seus custos para indivíduos e organizações partidárias.

5.2 - Os caminhos até os partidos.

A compreensão do “lado da demanda” passa pela análise das estratégias de recrutamento e mobilização partidárias, portanto entender como os filiados chegam até os partidos é imprescindível. Os canais mais efetivos pelos quais os incentivos iniciais chegam aos filiados em potencial revelam os meios usualmente empregados e o modo como os partidos captam os seus “recursos humanos”. De fato, idêntico a outras democracias, organizações partidárias aqui analisadas buscam filiados com maiores recursos cívicos comparativamente ao eleitorado. Ainda assim, isso pouco informa como a “mensagem” partidária circula, chega até o filiado e fomenta participação.

Conforme Whiteley, Seyd e Richardson (1994, p.77) o passo inicial para compreensão dos motivos que levam à participação, permeia o diagnóstico dos mecanismos de aproximação com os partidos. Tal qual Bruter e Harrison (2009) acredita-se que há, ao menos, três fatores catalíticos, que mais impactam regularmente na aproximação com os partidos. O primeiro, relacionado especialmente aos jovens, vinculado à relevância da família como reprodutora dos vínculos partidários; o ambiente familiar não apenas proporciona os recursos cívicos relevantes à filiação, como gesta percepções moldando preferências, via reforços psicológicos e constrangimentos voluntários e involuntários.

De acordo com Bruter e Harrison (2009), usualmente a família atua através de duas frentes na transmissão dos “genes” partidários:

- 1) O vetor ideológico; o indivíduo é catequizado dentro de um conjunto de valores e direcionado a integrar um partido, quase sempre objetivando dar continuidade à apologia de determinadas causas e crenças. A magnitude da influência varia conforme a proximidade do núcleo familiar.
- 2) Tradição organizacional: implica em seguir a tradição familiar no cumprimento de atividades participativas, algo não necessariamente vinculado à estrita partilha de crenças ou ideologias. De certa maneira, as atividades de participação possuem dinâmicas e fins em si.

A segunda modalidade são os amigos, colegas e pessoas que normalmente fazem parte do círculo de convivência cotidiana dos membros em potencial e que atuam difundindo

determinadas crenças e práticas atreladas aos partidos. O funcionamento desse canal de transmissão é análogo ao familiar: amigos e colegas mediam informações, discutindo sobre ideias, crenças, interesses e experiências ou ainda partilham notícias e informações sobre oportunidades de ganhos materiais.

Ocasionalmente, isso pode resultar em convites por parte dos iniciados para participação de reuniões e eventos do partido ou comícios em campanhas, etc. Como salientam Bruter e Harrison (2009), no ambiente familiar e entre amigos/colegas, pressões que usualmente atuam no indivíduo muitas vezes escapam à racionalidade, envolvendo aspectos como: admiração, afeição, pressão, exposição e até mesmo oposição – *social norms* como classificam Whiteley e Seyd (1992).

O último vetor de transmissão do vínculo partidário é através da ação de “recrutadores” e a participação em organizações na sociedade civil, particularmente, ONG(s), movimento estudantil, igrejas, sindicatos e grupos de pressão. Em parte, os indivíduos integrados nesses ambientes desenvolvem habilidades e recursos cívicos favoráveis à participação partidária, mas também propiciam maiores chances de receber os estímulos necessários à filiação.

Os “recrutadores” atuam identificando o membro “em potencial”, que usualmente partilham características e afinidades valorizadas pelas organizações partidárias. Desse modo, a participação ativa na sociedade civil funciona como um *hub social*, na qual a probabilidade do “estímulo” partidário circular é consideravelmente maior devido ao adensamento das relações interpessoais.

O “momento catalítico” de entrada não obrigatoriamente está conectado às razões individuais da filiação (os incentivos); o mecanismo parece relativamente idiossincrático na perspectiva da “oferta”. Apesar disso, é largamente informativo sobre as estratégias frequentes de abordagem pela “demanda”; em síntese, externa ao *modus operandi* de captação de recursos humanos pelas organizações partidárias. De um lado, os recursos cívicos e de outro incentivos e interesses; ambos são conectados pelos momentos contingentes na trajetória política de cada indivíduo que opta pela adesão.

A tabela XIV abaixo descreve algumas circunstâncias ligadas aos momentos/eventos da filiação dos membros e membros jovens ligados ao PT e PSDB em São Paulo:

Tabela XIV- Formas de ocorrência da filiação no PT e PSDB em São Paulo (%)

	PT-SP (CESOP)	PT-SP Jovens	PSDB-SP (CESOP)	PSDB-SP Jovens
1-Procurei o partido após assistir a propaganda partidária	1,6 (1)	8,1 (7)	7,8 (4)	11,3 (8)
2-Algum representante do partido me procurou/ sugeriu a filiação	22,2 (12)	9,5 (7)	39,2 (20)	22,5 (15)
3-Fui abordado durante um comício durante a campanha eleitoral	0 (0)	2,7 (2)	2 (1)	1,4 (1)
4-Eu me filiei em decorrência da minha participação em um conselho (ex: conselho municipal de saúde)	0 (0)	5,4 (4)	3,9 (2)	5,6 (4)
5-Eu me filiei em decorrência da minha participação em uma ONG	3,2 (2)	9,5 (7)	0 (0)	2,8 (2)
6-Eu me filiei em decorrência da minha participação em sindicato ou movimento social	27 (17)	24,5 (18)	2 (1)	5,6 (4)
7-Eu me filiei em decorrência da minha participação em uma rede social	0 (0)	6,8 (5)	2 (1)	1,4 (1)
8-Um amigo/ membro da família sugeriu a filiação	36,5 (26)	27 (20)	17,6 (9)	33,8 (22)
9-Um futuro candidato (ou assessor dele) me procurou	4,8 (3)	1,4 (1)	2 (1)	0 (0)
10-Um político eleito (ou assessor) me procurou	0 (0)	1,4 (1)	2 (1)	5,6 (4)
11-Um funcionário público me procurou	1,6 (1)	0 (0)	2 (1)	0 (0)
12-Fui me filiar porque planejei concorrer para um cargo eletivo	3,2 (2)	0 (0)	5,9 (3)	5,6 (4)
13-Outros	0, (0)	4,1 (3)	13,9 (7)	4,4 (3)
Total	100	100	100	100

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=266)
 “Questão: Abaixo há algumas situações e peço que você assinale qual delas se aproxima da forma como ocorreu sua filiação?”

Na tabela abaixo dividiu-se em quatro dimensões as formas de ocorrência da filiação, ou seja, os principais canais pelos quais os incentivos de filiação são disseminados, para isso foi agregando as respostas da tabela anterior:

Tabela XV- Principais métodos de recrutamento de filiados no PT e PSDB em São Paulo (%)

Total de filiados	Jovens PT-SP	PT-SP (CESOP)	Jovens PSDB-SP	PSDB-SP (CESOP)
<i>interpessoal</i>	37,6 (27)	60,3 (39)	61,9 (44)	60,6 (31)
<i>Associativista</i>	39,2 (29)	30,1 (19)	14 (10)	5,9 (3)
<i>Eleitoral</i>	4,1 (3)	8 (5)	7 (4)	9,8 (5)
Midiática	14,9 (12)	1,6 (1)	12,7 (9)	9,8 (5)
Outros	4,1 (3)	0 (0)	4,4 (3)	13,9 (7)
N	100	100	100	100

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=266) “Questão: Abaixo há algumas situações e peço que você assinale qual delas se aproxima da forma como ocorreu sua filiação? “. Na dimensão *Interpessoal* foram agregados as respostas da tabela XIV n°: 2,8,10,11; na dimensão *Associativa* as questões n°: 4,5,6,7; dimensão *Eleitoral* as respostas n°:3,9,12 e, finalmente, na dimensão *Midiática* as respostas n°:1 e 7

Como demonstra os dados, o núcleo familiar e os amigos são os principais reprodutores dos vínculos partidários, exceto para os tucanos, cuja ação de recrutadores aparece em primeiro plano. O grande diferencial petista é a filiação em decorrência da participação em sindicatos ou movimentos sociais, algo condizente com a trajetória do partido e suas vinculações originárias. De certo modo, isso também está ligado à qualidade das organizações sociais que os jovens petistas aparecem associados, próximas aos movimentos sociais de natureza “demandante”, e condizente com alguma *issue* específica, portanto mais “politizadas” e sujeitas aos estímulos partidários.

As novas tecnologias demonstram baixo impacto no estímulo decisivo à filiação, ainda que possam ser usadas para abordagens iniciais de recrutamento ou de outras maneiras ao longo do processo de participação. Da mesma forma, os ciclos eleitorais também parecem resultar em estímulos decisivos ao ingresso, corroborando os achados de Speck (2015), que com base em dados agregados, aponta para existência de picos de entrada nos momentos que antecedem às convenções partidárias.

A propaganda partidária na televisão apresentou efeito limitado na filiação; os membros do PSDB-SP são mais suscetíveis aos estímulos televisivos em comparação aos

petistas. Nesse sentido, ambos os partidos utilizam a *mass media* visando o reforço das suas marcas eleitorais do que propriamente a atração de filiados e militantes.

Os vínculos endógenos são a fonte predominante de captação dos filiados, algo profundamente associado à reprodução do perfil social dos membros discutidos anteriormente. Na perspectiva dos partidos, o entorno social dos adeptos impõem menores custos de atração dos indivíduos portadores de cívicos similares.

A presença da família entre os jovens não é exclusividade dos partidos em São Paulo, analisando o caso dos jovens filiados no Canadá, Cross e Young (2008, p. 365) concluem pela relevância fundamental da família na socialização política dos filiados e atribuem peso decisivo ao ambiente de socialização política. De modo idêntico Bruter e Harrison (2009) ao analisar jovens filiados na Europa, encontraram 53,4% dos respondentes com algum parente filiado aos partidos, desses 17,8 % os pais são filiados.

Tabela XVI – Jovens filiados ao PT-SP e PSDB-SP com familiares nos partidos (%)

	PSDB-SP Jovens	PT-SP Jovens	Total
Possui algum membro da família vinculado ao partido	49,3 (35)	60,8 (45)	55,2 (80)
Pais e irmãos	28,2 (20)	52,7 (39)	40,7 (59)
Avôs e Avós	3 (2)	7 (5)	3,2 (7)
Cônjuge	3 (2)	0 (0)	1,4 (2)

Fonte: Fonte: Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=148)

Em larga medida, os vínculos familiares possuem peso na filiação dos jovens, diretamente como *social norms incentives* ou indiretamente, conformando crenças e convicções ou ainda contribuindo na partilha de informações partidárias. Entre os jovens de ambos os partidos, mais da metade possuem familiares filiados; e espessa maioria são integrantes do núcleo duro da família: pai, mãe e irmãos.

Diante do ceticismo difuso sobre os partidos na juventude, a socialização familiar atua diluindo eventuais barreiras e resistências à penetração dos incentivos dos partidos entre os jovens. A família, como núcleo íntimo, é o *locus* de reprodução social por excelência nas diversas dimensões da vida social e política (recursos cívicos, disposições e reforços) e não

ocorreria diferente no caso dos partidos políticos⁵¹.

Dentre os jovens com parentes nos partidos: 16,2% dos familiares citados possuem algum cargo vinculado ao partido no PT e 19,7% entre os tucanos em São Paulo. A família pode influenciar na própria reprodução de algumas das desigualdades e hierarquias partidárias, facilitando o acesso aos cargos ou mesmo desenvolvendo disposições individuais indiretas, facilitando à emergência de lideranças e elites políticas, embora mais dados sejam necessários acerca dessa questão.

Dentre os muitos elementos catalíticos da filiação partidária, os mais próximos à esfera íntima demonstram maior eficácia em projetar os estímulos à filiação (mensagem partidária) em ambos os partidos; seguidos, no PT-SP pela participação em movimentos sociais, e através da ação de recrutadores e “iniciados”. Na perspectiva da demanda, isso permite concluir que os partidos buscam recrutar membros no entorno social dos seus filiados, com isso gastam poucos recursos organizacionais e conseguem indivíduos de características análogas aos membros atuais. A consequência imediata dessa estratégia é a cristalização e a reprodução das desigualdades nas oportunidades participativas na perspectiva dos cidadãos – o acesso aos incentivos partidários torna-se algo mais restrito e circula apenas no entorno social dos já “iniciados”.

5.3 As razões da participação e a taxonomia dos membros: o modelo tricotômico de engajamento partidário.

Os elevados custos individuais de engajamento são plenamente verificados empiricamente nos casos PT-SP e também no PSDB-SP; em que pese à atuação das diferenças encontradas entre os dois partidos: os filiados jovens e não jovens diferem substantivamente das características do eleitorado em geral. Ao contrário do voto, os custos de participação em partidos políticos não podem ser considerados desprezíveis, algo evidenciado pelo próprio perfil restrito dos integrantes.

No capítulo II, desenvolveu-se um *framework* teórico objetivando classificar os membros e explicar a participação em partidos; essa seção tentará dar substrato empírico ao argumento de causalidade da participação. Primeiramente, comparando o potencial

⁵¹ A literatura clássica sobre comportamento político já indicava tal impacto sobre as diversas formas de participação política; Mibrath (1971, p.43) apontou: “The most closely knit in-group of all is the family, and family experience has profound impact on a person’s exposure to political stimuli and on his activity level in politics. Children growing up in a home with a high incidence of political discussion and a high intake level for political stimuli are more likely to maintain a high level of exposure to stimuli about politics when adults”.

explicativo da *rational choice* “clássica” e o Modelo Geral dos Incentivos desenvolvidos por Whiteley e Seyd (1992; 1994). Depois, comparando a atuação dos incentivos entre as gerações de filiados e entre os partidos políticos. Em síntese, ambas as teorias concluem que a participação é obtida através dos incentivos, ofertados pelos partidos e recebidos por certos indivíduos.

A finalidade é testar hipótese III, na qual se argumenta que os militantes paulistas do PSDB-SP e do PT-SP participam dos partidos majoritariamente por motivações ideológicas e estão mais próximos do modelo de participação *moral-minded*, com diferenças entre militantes e militantes jovens, sendo os primeiros ainda mais próximos ao modelo de participação *moral-minded*.

Inspirado na “Lei de May” (1973), o segundo momento da hipótese é dedicado aos possíveis efeitos do radicalismo ideológico no engajamento partidário. Acredita-se que devido às características e trajetórias de ambas as organizações, os militantes petistas possuem posições ideológicas mais distantes do centro do espectro ideológico que os tucanos, aspecto correlacionado a um nível maior de participação interna, sendo os militantes jovens mais ativos que os demais, e os petistas mais ativos que os tucanos.

Como supõe a literatura e demonstra a tabela XVII abaixo, que apresenta o número de horas dedicadas pelos filiados; os membros possuem distintos níveis de comprometimento e participação em relação aos partidos. Valendo-se de semelhante critério delimitado por Amaral (2014), o ponto de secção escolhido entre “muito ativos” e “pouco ativos” foi de *vinte horas mensais* dedicadas às atividades partidárias. Assim como em outras democracias, os partidos em São Paulo possuem maiorias de filiados pouco ativos, com exceção dos jovens petistas, que congregam maiorias de muito ativos.

As evidências apontam que os tucanos são menos engajados do que os petistas; e os tucanos jovens paulistas participam igualmente menos do que os demais membros do partido, tendência diametralmente oposta entre os jovens petistas. O fato da juventude, em agregado, possuir nível de atividade estatisticamente semelhante aos demais membros, demonstra tendência destoante do contexto partidário internacional: Whiteley, Seyd e Richardson (1994, p.107) encontraram tendência oposta entre os jovens do *Conservative Party* britânico, que possuem duas vezes mais chances de serem ativos em relação aos demais membros.

Tabela XVII- Filiados ao PT-SP e PSDB-SP por níveis de engajamento em horas (%)

	Filiados jovens	Filiados (CESOP)	Jovens PT-SP	PT-SP (CESOP)	Jovens PSDB-SP	PSDB-SP (CESOP)
Menos de 20 horas ao mês	53,9 (76)	55,9 (62)	42,9 (30)	53,3 (32)	64,8 (46)	58,8 (30)
Mais de 20 horas ao mês	46,1 (65)	44,1 (49)	57,1 (40)	46,7 (28)	35,2 (25)	41,2 (21)
	$X^2 = 0,095/p=0,756$		$X^2 = 7,275/p=0,063$			

1- somando os respondentes do survey com os filiados e o aplicado pelo CESOP dos mesmos partidos. Fonte: Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015. (N=252). Questão: “Como filiado, quanto tempo você se dedica ao partido durante o mês?”. Resultados considerados significativo a 1%; 5% e 10%

A tabela XVIII classifica as categorias de membros com base nos tipos ideais definidos por Bruter e Harrison (2009), derivados do Modelo Geral dos Incentivos, cujos principais componentes são: incentivos coletivos, seletivos e de processo. No sentido de operacionalizar o indicador, baseado na tipologia teoricamente descrita e especificada no capítulo II, utilizou-se a questão nº11: “Qual motivo levou você a se filiar ao partido?” – aplicada em ambos os surveys (CESOP e Jovens filiados).

Os membros que responderam “o partido representa minhas convicções políticas” foram classificados como *moral-minded members*; aqueles que responderam “a tradição do envolvimento político da família” e “gosto da convivência e das atividades da vida partidária” foram classificados como *social-minded members*. Por fim, os que optaram pelas alternativas “ser filiado aumenta as chances de emprego” e “pretendo seguir uma carreira política” foram classificados como *professional-minded members* (WHITELEY e SEYD, 1992; WHITELEY, 1995; PANEBIANCO, 2005). A tabela XVIII abaixo apresenta as frequências de cada categoria em diferentes recortes amostrais:

Tabela XVIII – Tipos de filiados no PT-SP e PSDB-SP (%)

Total de filiados	Filiados Jovens	Filiados (CESOP)	Jovens PT-SP	PT-SP (CESOP)	Jovens PSDB-SP	PSDB-SP (CESOP)
<i>Moral-minded</i>	60,8 (87)	54,6 (59)	66,7 (48)	61 (36)	54,9 (39)	45,8 (22)
<i>Social-minded</i>	25,2 (36)	37 (40)	22,2 (16)	33,9 (20)	28,2 (20)	41,7 (20)
<i>Professional-minded</i>	14 (20)	8,3 (9)	11,1 (8)	5,1 (3)	17 (12)	12,5 (6)
$\chi^2 = 4,968/p=0,083$			$\chi^2 = 12,9936/p=0,043$			

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=251) Questão: Qual motivo levou você a se filiar ao partido? Construção da variável Modelo Tricotômico do engajamento, aqueles que responderam: 1-) “o partido representa minhas convicções políticas” foram classificados como *moral-minded*; 2-) “a tradição do envolvimento político da família” e “gosto da convivência e das atividades da vida partidária” foram classificados como *social-minded*; 3-) “ser filiado aumenta as chances de emprego” e “pretendo seguir uma carreira política” foram classificados como *professional-minded members*. . Resultados considerados significativo a 1%; 5% e 10%.

A despeito das diferenças na moldura, origem e trajetória de cada partido, os membros do PT e PSDB em São Paulo – jovens e os demais – tendem a ser majoritariamente motivados por incentivos coletivos, em contraposição aos seletivos e de processo. Assim como o esperado, os jovens de ambos os partidos são mais próximos do modelo *moral-minded* em relação aos filiados em geral, e os petistas em relação aos tucanos.

Entretanto, comparativamente, os dois partidos também possuem mais jovens membros *professional-minded*, sendo especialmente verificado no caso dos jovens tucanos. Esses achados confluem com os apontamentos teóricos e a vasta maioria dos achados empíricos na Europa, Canadá e Israel, que encontraram semelhante superioridade de membros *moral-minded* – ao menos no cenário paulista, os membros do PT e PSDB não diferem em nada nas motivações predominantes encontradas em filiados de outros partidos em outras democracias.

Um paradoxo interessante é que os jovens do PT-SP ocupam mais cargos vinculados ao partido e possuem menos o perfil “*political-climber*” em relação ao PSDB-SP, algo que pode ser entendido, como sugere Panebianco (2005), em razão da maior eficácia da organização petista em administrar os incentivos coletivos capazes de justificar ou ocultar os incentivos seletivos. De acordo com Panebianco (2005, p.50):

“Como foi dito, umas das funções da ideologia organizativa é ocultar os incentivos seletivos cuja excessiva visibilidade comprometeria a visibilidade do partido como organização dedicada à tentativa de obter uma “causa” (E, portanto, enfraqueceria a sua capacidade de distribuir incentivos coletivos de identidade)[...] Com efeito, a ideologia organizativa desempenha, dentre outras, a importante função de racionalizar e enobrecer as aspirações ao sucesso individual. Os aumentos de status podem estar relacionados às exigências superiores da “causa” e do “partido”.

Em termos de quantidade de membros, a faixa intermediária é ocupada pelos membros “*social-minded*”; sendo especialmente mais extensa entre os membros mais velhos e pertencentes ao PSDB-SP, – partido com a *membership* mais envelhecida. Usualmente, o jovem típico que participa dos partidos políticos, possui maiores alternativas de entretenimento, lazer, tempo e recursos disponíveis para diversas atividades. Em consequência, o partido como canal de convivência social possui significado mais restrito; algo que pode não ocorrer entre os outros filiados.

A fim de testar a capacidade explicativa do Modelo Geral dos Incentivos em contraposição à *rational choice* “clássica” na explicação do engajamento partidário, optou-se por utilizar a técnica de regressão logística. Outras variáveis relevantes de controle foram adicionadas, como senso de eficácia participativa, variáveis socioeconômicas, etc. Abaixo, apresentam-se os indicadores, todos correspondentes com o debate teórico no capítulo II, e serão utilizados para testar hipótese III. Algumas variáveis utilizam critérios próximos ou idênticos aos propostos por Amaral (2014).

- A. *Escolaridade*: variável dicotômica, seccionada entre os detentores de graduação ou mais e os demais respondentes.
- B. *Emprego*: variável dicotômica, membros que declararam possuir algum tipo de emprego foram separados dos demais.
- C. *Influência pessoal no partido*: variável dicotômica construída com base na seguinte questão: “Pensando nas decisões do seu partido, o quanto o Sr (a) considera que influencia nessas decisões do seu partido, considerando uma escala de 1 a 7, em que 1 significa que influencia pouco e 7, muito”. Separaram-se os respondentes entre os que responderam 6 e 7 e os demais.
- D. *Influência do partido no contexto político*: análoga à anterior, com base na questão: “Agora pensando na importância do seu partido, o quanto o Sr (a) considera que o seu partido tem influência na política do País, considerando uma escala de 1 a 7, em que 1 significa que tem pouca influência e 7, muita”.

- E. *Radicalismo ideológico*: variável dicotômica, que visa mensurar o efeito dos posicionamentos ideológicos sobre a participação partidária, inspirada na “Lei da disparidade Curvilinear”. A partir da questão de auto-localização ideológica, em uma escala que varia de zero até dez (0 esquerda -10 direita); os membros que se auto-localizaram entre zero até dois (0-2) e oito até dez (8-10) foram segregados dos demais.
- F. *Recrutamento via sociedade civil organizada e/ou amigos e família*: variável dicotômica; o momento catalítico da filiação pode ter algum tipo de impacto na atividade partidária; os indivíduos que se filiaram viam estímulos de amigos e/ou parentes, participação em ONG ou organizações da sociedade civil foram segregados daqueles que se filiaram de outra maneira.
- G. *Rational choice clássica*: variável dicotômica, os filiados classificados como *professional-minded* foram separados dos demais. Nessa variável, considera-se apenas a busca por *incentivos seletivos* como modo de conseguir cooperação (participação), tal qual proposto por *Mancur Olson*.
- H. *Modelo Geral dos Incentivos*: variável tricotômica, que compreendem os filiados classificados como *professional-*, *moral-*, *social-minded*. A categoria de referência utilizada na análise foram os *moral-minded members*.

A tabela XIX abaixo, que abrange os respondentes do *survey* aplicado pelo CESOP e representativo do total de filiados de cada partido em São Paulo, demonstra as variáveis decompostas pelos níveis de engajamento dos filiados: “baixa atividade” e “alta atividade” – com ponto de corte idêntico ao da tabela XVII: *vinte horas dedicadas* ao mês para atividades partidárias. Os testes de associação demonstram que a única variável estatisticamente associada com a participação de alta intensidade é o Modelo Geral dos Incentivos (analisados via testes de qui-quadrado).

Observando somente as frequências, nas dimensões socioestruturais, o nível educacional elevado parece não vinculado com a participação de alta intensidade; caso contrário da presença de vínculo empregatício. O número de filiados “muito ativo” detentores de elevado senso de eficácia individual é maior em relação aos demais; algo não replicado na percepção dos membros sobre a eficácia dos partidos no contexto político global.

O radicalismo ideológico apresenta maior número de adeptos entre os membros pouco ativos; caso contrário do recrutamento associado à família e aos vínculos sociais, cujo volume de membros de “alta atividade” é superior em relação aos de “baixa atividade”. No contexto do Modelo Geral dos Incentivos, os únicos tipos de membros que parecem associados à alta

atividade são os *moral-minded* e os *professional-minded* (embora o resíduo ajustado seja menor do que 1,96). Aqueles exclusivamente orientados por incentivos de processo, que compõem a categoria *social-minded*, aparentam apresentar tendência de baixa atividade participativa.

Tabela XIX – Características dos filiados ao PT-SP e ao PSDB-SP por nível de atividade – Survey CESOP (%)

Variáveis	Baixa atividade	Alta Atividade	Variáveis	Baixa atividade	Alta Atividade
Escolaridade:			Modelo geral dos Incentivos:		
ensino superior ou mais	50,9 (27)	49,1 (26)	<i>moral-minded</i>	47,5 (28)	52,5 (31)
$\chi^2 = 0,993/p=0,344$			Resíduo ajust. stand. <i>social-minded</i>	75 (30)	2,1 (10)
Emprego:			Resíduo ajust. stand. <i>profssional-minded</i>	33,3 (3)	- 3 (6)
Empregado	54,3 (57)	45,7 (48)	Resíduo ajust. stand.		1,5
$\chi^2 = 1,942/p=0,226$			$\chi^2 = 9,497/p=0,009$		
Eficácia pessoal no partido:			Recrutamento via sociedade civil organizada e/ou amigos e família:		
elevada percepção de eficácia	46,3 (19)	53,7 (22)	recrutamento via vínculos sociais	61,4 (27)	38,6 (17)
$\chi^2 = 2,367/p=0,166$			$\chi^2 = 0,897/p=445$		
Influência do partido no contexto político					
elavada percepção de influência	51,1 (45)	48,9 (43)			
$\chi^2 = 3,836/p= 0,061$					
Radicalismo ideológico					
Radicais	56,5 (35)	43,5 (27)			
$\chi^2 = 0,025/p=0,981$					

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013. (N=108). . Resultados considerados significativo a 1%; 5% e 10%

Análises bivariadas, embora úteis na descrição do fenômeno, são insuficientes para compor inferências causais e verificar o impacto real dos diferentes incentivos na participação dos filiados. À procura de validar a hipótese III e chegar ao mecanismo causal da participação nos partidos; inicialmente avaliou-se a capacidade explicativa do Modelo Geral dos Incentivos (modelo II) e também apenas o desempenho da categoria *professional-minded*, compreendida exclusivamente como o uso dos incentivos seletivos de participação (modelo I), tal qual teorizado por Olson (2011). A variável dependente de todos os modelos é o nível de participação, dividida de modo binário entre “alto nível” (1) e “baixo nível” (0), de acordo com o já apresentado na tabela XVIII. Os dois primeiros modelos (I e II) são compostos por membros de ambos os partidos políticos presentes no *survey* do CESOP; controlados pelas outras variáveis acima descritas. O terceiro modelo apenas modifica a variável de referência de *social-minded* para *professional-minded*. A tabela abaixo XX demonstra os resultados dos três modelos⁵²:

Tabela XX- Resultados das regressões logísticas em relação ao total de respondentes do PT e PSDB - Survey com filiados CESOP.

	Modelo I		Modelo II		Modelo III	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Escolaridade	0,686	0,385	0,695	0,430		
Emprego	0,418	0,462	0,228	0,225		
Eficácia individual no partido	0,586	0,210	0,518	0,137		
Influência do partido no contexto político	0,383	0,083	0,319	0,060		
Radicalismo ideológico	0,891	0,792	0,815	0,666		
Recrutamento via sociedade civil e/ou amigos e família	1,594	0,280	1,139	0,773		
<i>Modelo tricotômico do Engajamento¹</i>						
<i>Moral-Minded</i>	-	-	-	0,019	0,524	0,423
<i>Social-minded</i>	-	-	0,303	0,012	0,159	0,032
<i>Professional-minded</i>	2,382	0,081	1,908	0,434	-	0,019
Constante	0,678	0,570	2,575	0,423	4,914	0,095
R ²	0,143		0,217		0,217	
N	110		107		107	

1-Variável de referência: *Moral minded members*-Modelo II e *Professional minded members*-Modelo III. Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013. Resultados considerados significativo a 1%; 5% e 10% (N=110). Variável dependente: nível de engajamento (1) “alto nível de atividade” e (0) “baixo nível de atividade”.

⁵² Em ambos os casos o teste de Hosmer e Lemeshow não apresentou significância estatística, descartando a hipótese de que o modelo nulo é melhor do que as variáveis independentes apresentadas.

A conclusão preliminar é pela validade das proposições teóricas a respeito da maior capacidade de alguns componentes do Modelo Geral dos Incentivos – que abrange os incentivos coletivos e seletivos – em explicar a participação de elevada intensidade mais do que outros. Isso também é válido comparativamente ao modelo I, com apenas os membros *professional-minded*, que compreende somente as recompensas da participação em seu significado mais restrito, usualmente empregado pela teoria econômica.

As variáveis de carácter estrutural como educação e ocupação, embora associadas ao perfil típico dos filiados não apresentaram significância estatística em termos dos impactos na participação. Os modelos que apontam para relevância dos recursos individuais precisam ser complementados pelos mecanismos de mobilização e a conformação das estruturas institucionais. Diante disso, a presença dos recursos cívicos é condição necessária à participação nos partidos políticos, embora não suficiente para explicá-la. Outra variável com impacto não significativo foi o recrutamento advindo de grupos sociais.

Tanto os membros *moral-minded* quanto os *social-minded* apresentaram diferenças significantes entre si no modelo II, caso contrário ocorre com os *professional-minded*. A partir disso, conclui-se que os filiados *moral-minded* de ambos os partidos, quando agregados, participam mais ativamente de atividades de alto custo do que os e os *social-minded* e de modo análogo no caso dos *professional-minded* em relação aos *social-minded members*, considerando o modelo III. Esse achado possui correspondência com a literatura sobre filiados em outras democracias, Van Haute e Gauja (2015, p.8) argumentam:

The General Incentives Model includes elements from the rational choice model (selective incentives), but also elements of the socio-psychological model (collective incentives and norms), as well as socio-demographic characteristics from the resource model. The model has been tested with success in several contexts (Clarke et al. 2000; Gallagher et al. 2002; van Schuur 2007) and has also been used to explain variations in activism once affiliated to a party (Whiteley and Seyd 1998; Seyd and Whiteley 2004), with similar conclusive results. Typically, less active members would be guided by process incentives, whereas more active members would be guided by ideological incentives.

A variável radicalismo ideológico também não apresentou significância estatística no modelo II: ao constatar que os incentivos coletivos atuam como o principal motor do engajamento partidário, isso não guarda propriamente relação com o ativismo dos membros ideologicamente radicais. Os filiados altamente radicalizados, diante da impossibilidade de vislumbrarem nas organizações partidárias veículos capazes de concretizarem suas utopias, optam pelo baixo engajamento e não doam muito do seu tempo aos partidos.

Em contraste, os membros moderados, com objetivos mais palpáveis, demonstram

maior sensibilidade aos incentivos coletivos e participam de forma mais acentuada. Por conseguinte, a proposição de que militantes são extremistas e radicais carece de pleno substrato empírico no caso do PT-SP e do PSDB-SP. O potencial custo representado pelo radicalismo na perspectiva da “demanda”, com o prognóstico de desestimular o ativismo da base em face de torná-la menos radical, carece de evidências empíricas.

A tabela abaixo XXI descreve as variáveis segundo o nível de atividade dos membros, agora com base no *survey* conduzido junto aos jovens filiados do PT-SP e PSDB-SP. Em geral, as dimensões sociodemográficas, como educação e emprego, não parecem associadas à participação de alta atividade; o mesmo ocorre com as percepções de eficácia individual, partidária e com o tipo de recrutamento vinculado com grupos específicos, além do radicalismo ideológico.

A variável Modelo Geral dos Incentivos foi a única estatisticamente associada aos níveis de participação (testes de associação qui-quadrado); com base nas frequências a única categoria que aparece vinculada à participação de alta atividade são os *moral-minded members*. Em contraste, os *professional-minded* e os *social-minded members* parecem ser maioria entre os jovens menos ativos.

Tabela XXI – Características dos filiados ao PT-SP e ao PSDB-SP por nível de atividade – *Survey Jovens*. (%)

Variáveis	Baixa atividade	Alta Atividade	Variáveis	Baixa atividade	Alta Atividade
Escolaridade:			Modelo geral dos Incentivos:		
ensino superior ou mais	60,8 (31)	39,2 (20)	<i>moral-minded</i>	45,3 (39)	54,7 (47)
$\chi^2 = 1,524/p=0,225$			Resíduo ajust. stand		2,8
Emprego:			<i>social-minded</i>	70,6 (24)	29,4 (10)
			Resíduo ajust. stand		-2,1
Empregado	51,6 (63)	48,4 (59)	<i>professsional-minded</i>	68,4 (13)	31,6 (6)
$\chi^2 = 0,670/p=0,440$			Resíduo ajust. stand		-1,3
Eficácia pessoal no partido:			$\chi^2 = 7,941/p=0,019$		
elevada percepção de eficácia	56,7 (59)	43,3 (45)	Recrutamento via sociedade civil organizada e/ou amigos e família:		
$\chi^2 = 0,143/p=0,837$			recrutamento via vínculos sociais	53,3 (72)	46,7 (63)
Influência do partido no contexto político:			$\chi^2 = 0,386/p=606$		
elevada percepção de Influência	56,7 (17)	43,3 (13)			
$\chi^2 = 0,974/p= 0,339$					
Radicalismo ideológico					
Radicais	61,3 (49)	38,8 (31)			
$\chi^2 = 2,926/p=0,115$					

Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=122). Resultados considerados significativos a 1%; 5% e 10%

Em busca de validar a hipótese III, e verificar se os jovens respondem mais aos incentivos coletivos comparativamente aos filiados em geral (*survey* CESOP), replicaram-se os testes anteriores, agora no *survey* com jovens de ambos os partidos. Similarmente à regressão anterior, a variável dependente é o nível de engajamento dos filiados – segregados em “baixo nível” (0) e “alto nível” (1) – com os seguintes resultados:

Tabela XXII- Resultados das regressões logísticas com jovens filiados do PT e PSDB em São Paulo.

	Modelo I		Modelo II	
	Exp(B)	Sig.	Exp(B)	Sig.
Escolaridade	1,695	0,200	2,105	0,088
Emprego	0,832	0,759	0,757	0,652
Eficácia individual do partido	1,521	0,372	1,761	0,247
Influência do partido no contexto político	1,409	0,421	1,368	0,482
Radicalismo ideológico	1,981	0,089	1,472	0,353
Recrutamento via sociedade civil e/ou amigos e família	1,356	0,427	1,455	0,347
<i>Modelo tricotômico do Engajamento¹</i>				0,007
<i>Social-minded</i>	-	-	0,222	0,003
<i>Professional-minded</i>	1,942	0,274	0,340	0,064
Constante	0,144	0,023	0,340	0,123
R ²	0,077		0,171	
N	122		122	

1-Variável de referência: *Moral minded members*. Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.

Resultados considerados significativos a 1%; 5% e 10% Variável dependente: nível de engajamento: “alto nível de atividade” (1) e “baixo nível de atividade” (0) .

Considerando o modelo I, com apenas os *professional-minded* (incentivos seletivos) em conjunto com as demais variáveis; a única que apresentou alguma significância estatística foi o sentido de influência pessoal no partido, quanto maior o senso de eficácia da ação individual maior a probabilidade de participação de elevada intensidade. Isoladamente, os incentivos seletivos, quando estreitamente entendidos apenas como busca de benefícios materiais, são incapazes de explicar a participação de elevada intensidade entre os jovens.

No modelo II, a variável Modelo Geral dos Incentivos apresentou significância estatística e as categorias *moral-minded*, *professional* e *social-minded* demonstraram diferenças significantes entre si – as demais variáveis do modelo não apresentaram significância. De acordo com o esses resultados, é possível validar a primeira parte da hipótese III, visto que os membros *professional-minded* e os *social-minded* apresentaram tendência contrária à participação altamente “ativa” em relação aos *moral-minded* no caso dos jovens; do mesmo modo que no *survey* que abrange a totalidade dos filiados, que apresentou tendência semelhante em relação aos *social-minded*, embora sem diferenças significantes em relação aos *professional-minded*.

Os jovens respondem mais aos incentivos coletivos e ideológicos do que aos demais incentivos, corroborando na compreensão do êxodo da juventude das *memberships* partidárias, mesmo diante do aumento global dos níveis de filiação. Como relatado nos depoimentos do capítulo II, os filiados jovens demonstram reconhecer a pouca eficiência dos partidos como canais de representação política; esse ceticismo provém do aumento da percepção do engessamento da participação interna e das práticas correntes de “caciquismo” e/ou “dedaço” – baixa participação nas decisões mais relevantes e na ocupação de cargos. Todos esses elementos estão no cerne do ceticismo em relação aos partidos.

Por outro lado, os filiados em geral também participam, ainda que em menor nível, predominantemente motivados por incentivos coletivos e ideológicos, embora demonstrem motivações mais diversificada e relativa maior ambição ou desejo por incentivos de convivência. Nesse sentido, isso corrobora os achados das frequências: a busca por incentivos de processo atua mais em favor da participação dos membros em geral do que dos jovens.

A literatura vem demonstrando que os interesses e crenças que os partidos alegam representar encontram pouca ressonância na sociedade – com elevada ênfase no caso da juventude. (KATZ, 1990). Assim sendo, o êxodo dos filiados jovens (inclusive em números absolutos) do PT-SP e do PSDB-SP decorre da incapacidade da “oferta” de dispor de incentivos coletivos suficientemente capazes de mobilizá-los. Ao lado do ceticismo acerca dos objetivos oficiais dos partidos, encontra-se também a estratégia de recrutamento excessivamente endógena na transmissão e divulgação dos vínculos, crenças e ideologias partidárias, que transcorrem prioritariamente via laços familiares e de amizade.

Influenciada pela literatura clássica, a segunda parte da hipótese III examina a relação entre as variáveis radicalismo ideológico e a participação partidária (MAY, 1973; KITSCHOLT, 1989). Os Exp(B)s demonstram uma tendência diferente do esperado: o radicalismo atua de modo positivo na participação partidária no caso dos jovens no modelo II; contudo, a variável não apresentou significância estatística. O radicalismo ideológico não impacta de modo decisivo no engajamento. Os diferentes grupos de militantes ativos não possuem relações com extremismo ideológico em ambos os partidos, portanto tanto os filiados em geral como os jovens mais moderados possuem participação partidária mais ativa.

Há diferenças entre organizações partidárias, algo que resulta em estratégias distintas de obtenção da participação, moldando expectativas dos membros também de modos variados. Nesse sentido, determinados tipos de incentivos podem ser mais efetivos na aquisição da participação do que outros em diferentes partidos. De acordo com Scarrow (1994, p.52): “like good anglers, party organizers are probably aware that different types of

lures tend to attract different types of fish”.

Aplicar separadamente em cada partido a técnica de regressão no *survey* realizado pelo CESOP ficou pouco produtora devido ao baixo número de casos presentes na amostra (48 casos no PSDB e 56 casos no PT válidos). A estatística -2x-verossimilhança-log, que avalia a aderência global do modelo, não apresentou significância estatística. No caso do survey apenas com os jovens, considerando também a pouca quantidade de casos, optou-se pela regressão logística com entrada condicional de variáveis, restritas somente àquelas estatisticamente significativas. Com isso, encontraram-se os seguintes resultados:

Tabela XXIII- Resultados das regressões logísticas com jovens filiados do PT e PSDB em São Paulo (analisados separadamente).

PT	Exp(B)	Sig.	PSDB	Exp(B)	Sig.
Influência pessoal no partido	-	-		5,091	0,03
<i>Modelo tricotômico do Engajamento¹</i>		0,05		-	-
<i>Social-minded</i>	0,287	0,05		-	-
<i>Professional-minded</i>	0,206	0,077		-	-
Constante	1,937	0,032		0,306	0,001
R ²		0,121		5,091	0,171
N	68			65	

1-Variável de referência: *Moral minded members*. Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.. Resultados considerados significativos a 1%; 5% e 10%. Variável dependente: nível de engajamento: “alto nível de atividade” (1) e “baixo nível de atividade” (0).

Em face das especificidades de cada organização, verificam-se impactos diversos dos elementos que incidem na participação dos jovens: no caso do PT-SP, os resultados obtidos se assemelham aos anteriores, com os membros *moral-minded* participando mais comparativamente aos *social-minded* e os *professional-minded*. Por outro lado, os tucanos que apresentam elevado senso de eficácia são *de facto* os filiados mais ativos e os incentivos organizacionais não apresentaram significância estatística. Nesse sentido, aqueles jovens tucanos que se veem mais capazes de “fazer a diferença” são altamente propensos à participação de elevada intensidade; tal variável aparece normalmente vinculada à *rational choice* e também ao *voluntarismo cívico*, visto que afeta diretamente o cálculo individual sobre a probabilidade do bem buscado ser obtido. (WHITELEY, SEYD e RICHARDSON,

1994, p.110 e 115).

O radicalismo ideológico também não apresentou relação com a participação em ambos os partidos, tal como não existe impacto dessa variável tanto entre os filiados em geral, jovens e considerando os jovens dos partidos isoladamente. Em resumo, verificou-se até o momento que o PT-SP ainda possui como fonte relevante dos seus filiados, os movimentos sociais e sindicatos – principalmente aqueles de característica “demandante”, e membros jovens que respondem mais aos incentivos coletivos e ideológicos de participação.

O partido congrega maior diversidade entre os seus membros, agregando comparativamente grande número de mulheres, negros e outras minorias. Ao mesmo tempo, também apresenta substantiva profissionalização da militância em diversas frentes – especialmente na juventude – ao lado do nível de queda mais acentuado no número de filiados jovens em relação aos tucanos, destacadamente em decorrência da incapacidade do partido de promover à renovação das suas bases. Nesse aspecto, assim como demonstram as evidências, o partido difere pouco do PSDB-SP e também buscam jovens prioritariamente nas famílias já petistas.

A partir do caso paulista, vê-se que a *membership* não está imune às principais contradições do PT, compreendendo o partido como objeto de análise multifacetado. Os traços das suas “duas almas” ou de um “partido anfíbio” – com um braço no Estado e outro na sociedade civil – não são prerrogativas apenas dos órgãos de cúpula e reverberam nas próprias bases, inclusive na próxima geração de filiados (RIBEIRO, 2010; SINGER, 2010; POGUNTKE, 1995).

5.4 - Correntes facções e como participam os membros do PT-SP e PSDB-SP.

As correntes internas do PT podem atuar como vetores de engajamento, embora tenham perdido paulatinamente sua força nas últimas décadas, especialmente após a reconquista do partido pelo Campo Majoritário em 1995. Eventualmente, os filiados são motivados a participar pela dinâmica conflitiva, buscando evitar que determinado grupo rival assuma o controle de recursos, órgãos estratégicos, cargos e/ou modifiquem determinadas regras internas, etc.

Por outro lado, na perspectiva da demanda, a adoção de estratégias agressivas de mobilização, poderia abalar a ordem organizativa; impondo custos à coalizão dominante e

nutrindo de adeptos as coalizões minoritárias (SCARROW, 1996; 2000)⁵³. Para avaliar o impacto das correntes no engajamento dos filiados jovens do PT, separaram-se os respondentes em dois grupos: os que alegam integrar às correntes dos demais. Na tabela abaixo, os efeitos do pertencimento às correntes partidárias na participação.

Tabela XXIV- Resultado da regressão sobre os efeitos das correntes internas na participação dos jovens petistas em São Paulo.

PT-SP	Exp(B)	Sig.
Vinculação às correntes	0,332	0,036
Constante	1,937	0,032
R ²	0,084	
N	68	

Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015. Resultados considerados significativos a 1%; 5% e 10%. Variável dependente: nível de engajamento: “alto nível de atividade” (1) e “baixo nível de atividade” (0).

Tabela XXV- Membros jovens do PT-SP por correntes (%).

	CNB ⁵⁴	Avante	Mensagem ao partido	EPS ⁵⁵	Novo Rumo	PTLM ⁵⁶	DS ⁵⁷	Independentes (sem correntes)
Correntes	47,3 (35)	1,4 (1)	6,8 (5)	2,7 (2)	2,7 (2)	1,4 (1)	1,4 (1)	36,3% (27)

Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.

Ao contrário do esperado, pertencer às correntes de opinião diminui o ativismo entre os petistas jovens em São Paulo; duas razões podem estar associadas a esse fenômeno: a primeira, relacionada à própria dinâmica do conflito, que ao contrário de resultar em estímulos, termina desembocando em desengajamento. Os filiados mais ativos são aqueles motivados pelos incentivos coletivos, eventuais exageros nas divisões podem abalar o senso de cooperação inerente ao compartilhamento de crenças em busca dos objetivos oficiais.

⁵³ Panebianco (2005, p.188) salienta: “o ingresso de um número excessivo de novos filiados, pode produzir, potencialmente, alterações conspícuas e até inesperadas nas relações de poder no interior de cada federação; a diversidade de socialização política entre os antigos militantes e os recém-chegados pode dar lugar a conflitos violentos. Na pior das hipóteses, a expansão das filiações poderia levar à formação de grandes grupos de militantes disponíveis para uma mobilização política por parte das facções adversárias”.

⁵⁴ Construindo um Novo Brasil

⁵⁵ Esquerda Popular Socialista

⁵⁶ Partido de Lutas e de Massa

⁵⁷ Democracia Socialista

Desse modo, o limiar de solidariedade é enfraquecido em favor dos interesses particulares, culminando em avaliações individuais egoístas, que estimulam os “*free-riders*”.

A segunda razão pode estar associada à composição predominante dos respondentes como membros da corrente que atua como coalizão dominante, portanto possuem poucos incentivos para acirrar disputas internas e performarem uma militância demasiadamente ativa. Dentre os jovens respondentes petistas, os pertencentes à CNB (Construindo Um Novo Brasil) representam mais da metade dos detentores de cargos.

Diante da fartura de recursos e privilégios, o interesse pela militância pode arrefecer ao longo do tempo. Na dinâmica pela disputa do poder, cabe aos contendores à movimentação, os questionamentos e à produção de incertezas. Como demonstra Ribeiro (2010), o processo de centralização empenhado pelo Campo Majoritário, levou à desmobilização e à limitação da influência dos filiados. A continuidade do equilíbrio organizativo depende da manutenção de determinados níveis de inércia da *membership*, normalmente alcançados via cooptação das suas lideranças emergentes e a limitação dos direitos e recursos das oposições.

Por outro lado, no caso do PSDB-SP, as facções são altamente personalizadas e centralizadas nas figuras mais proeminentes, portanto são expressão dos conflitos e divisões da *public office*. A busca por cargos acontece através da inserção nas redes de relacionamento e afinidades, que normalmente circundam o entorno dessas lideranças. A disputa intra-facções acontece dentro de determinada lógica moldada pelo consenso prévio com o cabeça da facção, que normalmente possui a “palavra final”. As disputas mais acaloradas e abertas durante as convenções acontecem entre os grupos liderados pelas figuras proeminentes, principalmente quando não há costuras de acordos prévios firmados.

Nesse sentido, almejar algum cargo no PSDB significa “escalar” certas teias interpessoais de afinidade com os núcleos das facções. A adesão inicial a determinado grupo é a primeira etapa do carreirista tucano, ou seja, o pertencimento a determinado clã é condição indispensável para integrar o círculo interno daqueles que almejam viver da política no PSDB.

A substituição de disputas abertas e ordenadas pelas camufladas no interior do partido conflui para existência de debates “clandestinos” no seio das elites dominantes e seus seguidores mais próximos. Por outro lado, na medida em que os acordos entre lideranças ficam pouco prováveis em face da incompatibilidade profunda dos interesses; os filiados são “convocados” a corroborar nas decisões e aumentam o poder de influência no interior do partido – os jogos horizontais de poder são instrumentalizados para dar algum desfecho aos verticais, ou seja, as facções medem forças pela capacidade de mobilizar os filiados.

Em partidos como o PSDB, esses instrumentos institucionais internos, que permitem mediar tais conflitos (consulta, prévias, etc.), são utilizados apenas em determinadas ocasiões, pois impõem incertezas à coalizão dominante; além de gastos de recursos financeiros e políticos à organização – prévias e consultas aos filiados são instrumentos caros sob os mais diversos ângulos.

Mesmo não institucionalizadas, as facções utilizam regras e mecanismos institucionais para mediar conflitos e divisões internas, conseqüentemente a estrutura “formal”, que confere algumas prerrogativas decisórias aos filiados, apresenta papel imprescindível na dinâmica decisória interna, principalmente diante de determinados impasses – até mesmo a ameaça de deixar nas mãos das bases certas decisões pode levar ao consenso com absorção de perdas pelos grupos rivais – delegar certas decisões aos filiados têm atuado como válvula de escape para impedir o abandono de facções do partido, embora não se sabe por quanto tempo tal tendência continuará; visto que os custos da “saída” podem ficar mais baratos do que o da “voz” com o passar do tempo⁵⁸. De acordo com alguns jovens tucanos⁵⁹:

“O Partido tem donos, pequenos feudos que decidem que entra ou não em qualquer cargo, até a juventude. Então não acredito que seja boa pra juventude ou para o partido, apenas para o intitulado “Presidente”.

“Os jovens são submissos em sua maioria aos líderes, tanto que não se formam quadros novos na política do PSDB, sempre os mesmos”.

Frustra-me um pouco a divisão do partido por atuação de alguns componentes que trazem essa divisão. Acho muito importante a unidade do partido em ideologia, pensamentos e ações, principalmente no ano de eleições”.

O desafio colocado é justamente encontrar dados dessa dinâmica de laços políticos interpessoais, que resultam em baixa institucionalização dos conflitos partidários. As observações aqui colocadas possui origem em conversas informais com os filiados jovens, análises futuras podem aprofundar essa questão de modo qualitativo, com base em entrevistas abertas com filiados, em busca de novos achados e maior solidez empírica.

Os *surveys* periodicamente aplicados em diferentes países assinalam para certa peculiaridade: a maioria dos membros de diversos partidos se declara pouco ativos ou

⁵⁸ A dinâmica interna do PSDB, com disputas entre facções, que inclusive se sabotam eleitoralmente, pode ser muito bem enquadrada dentro do modelo proposto por Albert Hirschman (1970) de saída, voz e lealdade. O equilíbrio interno é tênue e altamente volátil, visto que nenhuma facção tem recursos políticos suficientes para subjugar a outra.

⁵⁹ Questão aberta: “Descreva em poucas palavras o que você pensa da atuação nos jovens no partido e suas expectativas em relação ao seu futuro no partido?”.

inativos. Apesar disso, tal como sugerem Van Haute e Gauja (2015), a participação varia a cada caso, de acordo com as estruturas das organizações partidárias, assim como da maturidade e também da relevância que as bases desempenham na “narrativa” dos partidos.

Em outras democracias, o constante é a maioria inativa contrastar com alguns núcleos altamente ativos de militantes envolvidos em diversas atividades e desenvolvendo uma rotina de ativismo político. Dentre as tarefas mais custosas usualmente desempenhadas pelos membros, destacam-se: reuniões com lideranças, contatos face a face, atuação como “embaixadores” dos partidos na sociedade, publicação de artigos opinativos em jornais locais ou auxílio nas campanhas eleitorais (SCARROW, 2000; 2007).

Assim como os padrões de interação social foram modificados pelo advento das novas tecnologias da informação; o modo como os filiados interagem com os partidos também está passando por transformações. Por esse ângulo, isso talvez imponha algumas transformações nos indicadores de ativismo partidário: o M5S (Movimento Cinco Estrelas) na Itália apresenta características peculiares e inovadoras; formado por estruturas organizacionais fluidas, os membros possuem baixíssimo comparecimento em reuniões e atividades não virtuais, porém mais de 67,5% dedicam mais de 5 horas semanais online ao partido. Esse valor representa três vezes mais do que foi encontrado no Partido Democrático (PD) – herdeiro do Partido Comunista Italiano. (SANRI, SEDONNE e BULLY, 2015).

No Brasil, mesmo ainda não existindo partidos com essas características, a internet e a comunicam de baixo custo apresenta reflexos nas *memberships*: os membros jovens do PT-SP e PSDB-SP possuem grupos em aplicativos de *WhatsApp* e páginas abertas e grupos fechados no *Facebook*, onde estão em contato entre si grande parte do tempo. O grupo fechado do Facebook para militantes da JPSDB-SP possui atualmente 1.216 membros jovens. O grupo da JPT-SP na cidade de São Paulo, congrega cerca de 1.114 membros conectados, além dos incontáveis grupos que são formados e que envolvem simpatizantes e filiados de ambos os partidos.

Ainda na Europa, os partidos mais ativos são os dinamarqueses e os noruegueses; os filiados nesses países possuem intenso papel embaixadorial na sociedade. Em outras democracias, atividades de menor custo possuem mais adesão dos filiados; os partidos de esquerda usualmente possuem nível de engajamento superior aos demais, tendência atribuída à trajetória, *ethos*, ideologia e os valores dessas organizações. Portanto, a predominância dos incentivos coletivos no PT-SP como indutores da participação é algo próximo dos demais partidos da sua família ideológica.

O tipo de participação também reflete as estruturas de oportunidades disponibilizadas

pelas organizações, partidos podem facilitar determinadas modalidades de participação e aumentar os custos para outras. Ainda assim, no contexto analisado, os dados sugerem que a filiação significa bem mais do que apenas um contrato de papel assinado por ambas as partes. Embora, os contatos mais usuais e cotidianos entre os membros e seus partidos transcorram pelos meios não diretamente pessoais como via e-mail, mala-direta, correspondências e pelas redes sociais.

A tabela XXVI abaixo demonstra as principais atividades desempenhadas pelos membros e membros jovens do PT-SP e PSDB-SP divididas pelo *continuum* de custos, com alguma correspondência com a escala de benefícios sugerida por Scarrow (1994, p.54), considerando os últimos doze meses antes da aplicação do questionário. A tentativa é traçar um cenário das *membership*, buscando traduzir o que realmente os membros fazem nas organizações; supondo que atividade de alto custo com adesão elevada significa que os partidos tendem a alocar ou investirem maiores recursos para obterem tais resultados em detrimento de outros.

Tabela XXVI- Atividades desempenhadas pelos filiados do PT-SP e PSDB-SP (%)

			PT-SP	PT-SP Jovens	PSDB-SP	PSDB-SP Jovens
1	Baixo Custo	Nenhuma atividade	8,3	2,7	9,6	7
			(6)	(2)	(5)	(5)
2		Reunião no diretório	64	91,9	73	71,8
			(46)	(68)	(38)	(51)
3		Encontro com representante eleito	47	55,4	55	63,4
			34	(41)	(29)	(45)
4		Distribuição de panfletos e materiais de propaganda	34	73	36	31
			25	(54)	(19)	(22)
5		Comício eleitoral organizado pelo partido	30	45,9	28	36,6
			21	(34)	15	26
6		Recrutamento de filiados	22	35,1	70	36,6
			16	(28)	(36)	(26)
7		Participação em atividades Administrativas (jornal, web site, revistas).	11	31,1	30	22,5
			8	(23)	(16)	(16)
8		Delegado em convenção	8,3	45,9	19	22,5
			6	(34)	(14)	(16)
9		Cargos no diretório	16,6	23	19	16,9
			12	(17)	14	(12)
10	Alto Custo	Candidato em eleição	8,3	12,2	5	5,6
			6	(9)	(3)	(4)
		Outras atividades	5	-	15	-
			(4)		(8)	
N			63	74	51	71

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=259)
 Questão: De quais atividades do partido listadas abaixo você participou nos últimos 12 meses?

Em ambos os casos, denota-se certa linearidade em termos de custos, tarefas menos custosas, quer para partidos ou filiados, abarcam um envolvimento maior dos adeptos. A participação em comícios eleitorais, atividade que impõe poucos custos aos filiados, foi à única que apresentou baixa adesão; algo possivelmente relacionado à obsolescência dessa prática na esteira das novas técnicas de campanhas eleitorais. Nas atividades rotineiramente desempenhadas pelos membros, encontrou-se um padrão semelhante ao do tempo dedicado

aos partidos: os petistas jovens possuem maior envolvimento do que os demais, caso oposto no PSDB-SP, com tênue superioridade participativa dos membros em geral sobre os jovens. Entre aqueles não ativos, os tucanos estão em maior número com menos casos de inatividade entre os jovens.

Outra correspondência relevante verificou-se em termos de recrutamento dos tucanos, considerando que a maioria dos membros do PSDB-SP alega ter sido recrutado por “representantes dos partidos”; fração também significativa dos filiados diz também dedicar-se às atividades de recrutamento, complementando, desse modo, o ciclo de mobilização e entrada. Fato idêntico não ocorre na juventude, possivelmente pelo caráter personalista e “íntimo” da transmissão dos vínculos partidários: os membros jovens podem não identificar como “recrutamento” eventuais conversas e discussões entre amigos e colegas, na qual acabam influenciando politicamente e transmitindo mensagens partidárias.

Há nuances entre os partidos, enquanto os jovens do PT-SP preferem atuar em atividades performáticas, como distribuir materiais de propaganda dos partidos e participando de comícios eleitorais; os jovens do PSDB-SP priorizam gastar parte do seu tempo tentando convencer outros jovens a participar. Acerca dos contatos diretos com as elites partidárias via reuniões, os jovens filiados atuam mais junto aos gabinetes, com especial ênfase no caso dos tucanos.

O núcleo duro das atividades desempenhadas pelos membros são tarefas voltadas para o interior das organizações, como reuniões, atuando enquanto delegados em convenções, participação de atividades administrativas e encontros com eleitos dos partidos. Tarefas externas, principalmente ligadas encontram menor adesão, como distribuição de panfletos e participação em comícios. Esse achado encontra correspondência com o de Speck (2015), que verificou picos de filiação nos momentos que antecedem as convenções partidárias no Brasil.

Verifica-se também a correspondência com algumas proposições de Scarrow (1996; 2000; 2007), que assinala para crescente relevância dos membros na dinâmica interna dos partidos, com ganhos de prerrogativas e direitos, e menos como recurso de campanha. Nos partidos menores, a proporção de filiados que disputam eleições pode ser comparativamente maior devido à necessidade das organizações encontrarem pessoas eleitoralmente viáveis. Portanto, os maiores partidos em termos de filiados podem apresentar disputas internas mais acirradas na composição das suas listas de candidatos.

Assim como os *professional-minded* são minorias em ambos os partidos – minoria ativa no PT-SP e super ativa no PSDB-SP – os membros que disputam eleições também são minoritários. O lançamento de candidaturas tende a ser muito oneroso em diversas dimensões

tanto para os partidos como para os filiados; dentre os principais custos, destacam-se: os financeiros, tempo e também os emocionais, graças à exposição pública diante da comunidade. Ademais, existem os custos de entrada extremamente elevados para os estreantes impostos pelo sistema eleitoral, com especial ênfase no caso dos jovens, que usualmente possuem poucos recursos materiais e cívicos.

No tocante às atividades participativas de custo intensivo, seja enquanto ocupantes de cargos nos diretórios e/ou atuação como delegados nas convenções, as atividades “internas” apresentam proeminência em relação às candidaturas – algo que expõe os traços restritivos existentes nas fronteiras da participação institucional, especialmente a partidária. Tal tendência demonstra ser predominante, sobretudo, diante da profissionalização acentuada dos membros; com grande propensão à continuidade, dado o seu caráter intergeracional. Os filiados estão às portas do “poder”; circulam-nos diversos âmbitos que os partidos perpassam, tanto no legislativo como na administração pública (secretarias, ministérios, empresas estatais) e, na maioria das vezes, sem passarem pessoalmente pelo crivo eleitoral.

Em face das particularidades dos tipos de membros, os partidos podem escolher delegar tarefas de maiores custos para determinados perfis de filiados; privilegiando certos atributos individuais, através da alocação estratégica dos interesses/perfis mais adequados para funções de custos intensivos. Assim, objetivando analisar o impacto dos diferentes filiados no desempenho de determinadas atividades pelos diferentes custos, dividiu-se os membros em três grupos; aqueles que desempenham atividades de baixos, médios e elevados custos.

O critério utilizado de separação das atividades acompanhou a escala na tabela anterior: os membros que participaram ao menos de duas atividades graus 10, 9 e 8 foram classificados como participantes de alto custo; já os que desempenharam pelo menos duas atividades 5,6,7 de médio custo; e os demais de participantes de baixo custo. A tabela abaixo descreve os diferentes tipos de filiados, segregados pelos custos das tarefas desempenhadas:

Tabela XXVII- Tipo de filiado pelos custos de participação desempenhada do PT e PSDB em São Paulo (%)

PSDB-SP	Alto Custo	Médio Custo	Baixo Custo	PT-SP	Alto Custo	Médio Custo	Baixo Custo
<i>Moral-minded</i>	54,5 (12)	18,2 (4)	27,3 (6)		25 (11)	44,4 (16)	30,6 (9)
<i>Social-minded</i>	30 (6)	10 (2)	60 (12)		25 (5)	35 (7)	40 (8)
<i>Professional-minded</i>	33,3 (2)	16,7 (1)	50 (3)		0 (0)	66,7 (2)	33,3 (1)
PSDB-SP Jovens				PT-SP Jovens			
<i>Moral-minded</i>	23,1 (9)	33,3 (13)	43,6 (17)		27,1 (13)	50 (24)	22,9 (11)
<i>Social-minded</i>	10,5 (2)	15,8 (3)	73,7 (14)		18,8 (3)	43,8 (7)	37,5 (6)
<i>Professional-minded</i>	8,3 (1)	27,1 (3)	66,7 (8)		0 (0)	37,5 (3)	62,5 (5)

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015. (N=212)

Em linhas gerais, as atividades de baixo e médio custo contam com substantiva adesão dos diferentes tipos de membros, tendência já delineada anteriormente na escala de atividades, com exceção dos tucanos *moral-minded*, que apresentam elevada participação em atividades de elevados custos. Nesse sentido, a proporção apresentada de *moral-minded members* que desempenham atividades de alto custo é maior em relação aos outros tipos de filiados, elemento coerente com os achados anteriores das regressões.

Os filiados que atuam em ao menos dois desses três tipos de atividades altamente custosas apresentam perspectivas e perfis diferenciados dos demais filiados. Ao contrário da maioria, tais membros já receberam ou recebem algum tipo de incentivo seletivo impactante, considerando que muitos deles ocuparam posições internas ou disputaram eleições.

Os *moral-minded* de ambos os partidos participam de atividades mais diretamente relacionadas aos interesses das lideranças: de um lado, os “crentes” buscam atividades mais próximas das instâncias decisórias na organização visando efetivar os seus objetivos, e do outro, as elites instrumentalizam esses interesses, destinando atividades mais custosas e de algum impacto interno, visto que podem ser mais leais comparativamente aos demais membros, relativizando os custos individuais – os carreiristas podem ser facilmente seduzidos pela melhor “proposta”.

Dentro do esquema conceitual duvergeriano de partido de massas, a figura do membro

pouco ativo e cotista é particularmente central, pois consiste no principal meio de sobrevivência das organizações partidárias e legitimam, com efeito, a própria existência da *membership*, conferindo aos membros caráter existencial imprescindível. Nos últimos sessenta anos, os partidos passaram por profundas transformações induzidas pelas mudanças sociais – ou ambientais. De acordo com Ignazi (2014,p.162), “the osmosis between society and a ‘porous’ organization such as the party is more pervasive than with other organizations”.

As alterações na relação partido/sociedade não foram favoráveis aos partidos, que aportaram no Estado objetivando assegurar, sobretudo sua sobrevivência, ainda segundo Ignazi (2014, p.163) “the fluidity of the post-modern society has left parties without any anchorage in society, forcing them to colonize the state instead. The state-centred party has penetrated the state without any other project than that of ensuring its immediate survival”.

O mosaico nas novas democracias demonstra maior complexidade, posto que o legado da “origem na sociedade” é quase inexistente, considerando que a gênese partidária decorre dos laços prioritariamente estatais, muitas vezes com exclusivos fins governativos (VAN BIEZEN, 2005). A legitimidade conferida aos partidos é indireta, em grande medida pela necessidade de construção ou reconstrução do regime democrático.

A relevância da *membership* reduzida tão somente ao seu papel financeiro é nula no Brasil, mesmo no PT dos anos oitenta, como demonstra Ribeiro (2010, p.105), as cotas nunca foram fontes de receitas predominantes: as maiores receitas ligadas aos filiados eram *contribuições estatutárias*, isso é, de filiados empregados na administração pública via vínculo partidário – o “*dizimo*”.

Nesse sentido, mesmo no partido brasileiro apresentado como “o mais enraizado socialmente”; os filiados eram/são também uma estratégia de extração dos recursos e adensamento dos laços com o Estado. O crescimento da profissionalização da militância é extremamente rentável, conformando um jogo de ganhos mútuos; tanto na perspectiva da “oferta” como da “demanda”: ganham diretamente os filiados (dinheiro e *status*), e ganham indiretamente os partidos (dinheiro e trabalho), acessando de forma indireta os recursos do Estado.

Ainda assim, parece válido analisar comparativamente entre PT-SP e PSDB-SP a quantidade de filiados que doam dinheiro aos partidos, mesmo considerando apenas o seu caráter simbólico (SCARROW, 1996) e, em específico no PT, também o papel histórico. Os filiados que alegam contribuir ao PT-SP somam 76,4% e ao PSDB-SP cerca de 26,9% dos respondentes. Todavia, a porcentagem declina entre os membros contribuintes que alegam

não possuem cargos no partido para 38,2% no PT-SP e sobe para 50% no caso do PSDB-SP. A contribuição partidária é especialmente vinculada à obtenção de cargos através dos partidos políticos, configurando-se mais como uma troca e não apenas uma doação.

Os membros somente contribuem financeiramente caso obtenham também benefícios monetários, principalmente via práticas de patronagem e ocupação de cargos burocráticos internos. Esse aspecto pode não estar vinculado exclusivamente ao ceticismo dos membros em relação aos partidos; alguns elementos culturais são importantes na compreensão desse fenômeno. Em geral no Brasil, contribuições mensais em dinheiro para associações, organizações e causas, ainda é algo muito restrito; diferente dos EUA e Europa, especialmente nos países e meios sociais de herança cultural protestante.

O objetivo principal desse capítulo foi tentar responder algumas questões básicas relacionadas ao ativismo partidário no contexto paulista, analisando: os caminhos pelos quais os filiados chegam até os partidos; o porquê e como participam. As hipóteses foram parcialmente validadas; primeiramente, acerca das diferentes modalidades de recrutamento, verificou-se o peso decisivo da família e das formas de engajamento social, como instrumento prioritário de reprodução da militância utilizado pelos partidos.

No caso da juventude, o papel da família adquire especial relevância, visto que cerca de metade dos membros jovens (no PT-SP 60%) alegaram possuir algum tipo de vínculo familiar com membros dos partidos. Outros contatos pessoais, como amigos e colegas, também são relevantes na dissipação dos incentivos e crenças partidárias.

Na perspectiva da demanda, isso demonstra o caráter altamente endógeno do recrutamento; os partidos preferem membros do entorno social dos seus adeptos, que usualmente partilham de crenças e características análogas. No caso do PT-SP, parcela importante do recrutamento também ocorre via vínculos sociais, dado o tipo específico de vinculação normalmente cultivada, com movimentos e organizações sociais mais “politizadas” e do tipo “demandante”; que usualmente estão mais sujeitas aos estímulos partidários. De acordo com Ribeiro (2010, p.162), a perspectiva historicamente sedimentada no PT passa não apenas pela inserção dos diferentes grupos, mas também pela colonização e o controle dos movimentos sociais adjacentes.

No âmbito das razões/interesses da filiação e a taxonomia dos membros, seguindo tendências encontradas em outras democracias, primeiro, notou-se a predominância dos membros pouco ativos. Assim, os membros altamente engajados representam a minoria dos filiados: os petistas são mais ativos do que os tucanos, e os jovens são mais ativos no PT-SP e menos no PSDB-SP. Dentro da tipologia proposta por Bruter e Harrison (2009), os *moral*

minded-members são maioria em ambos os partidos e gerações de filiados, seguido pelos *social-minded* e os *professional minded-members* – como também demonstrado, algo condizente com os achados internacionais.

Em grande parte dos diferentes recortes amostrais, análises estatísticas demonstraram os efeitos significativos da maioria das variáveis do Modelo Geral dos Incentivos na participação de elevada intensidade; considerando tanto *survey* representativo dos filiados do PT e PSDB-SP como o realizado com os jovens. Nesse sentido, constatou-se a proeminência dos incentivos coletivos e seletivos no *survey* (CESOP) considerando a totalidade dos filiados, seguido pelos incentivos de processo. Em relação aos jovens, os incentivos coletivos são predominantes, seguidos pelos seletivos e, por último, os incentivos de processo.

Isoladamente, apenas os *professional-minded members* não conseguem explicar o engajamento de alta intensidade, visto que não houve significância estatística nessa variável. Em alguns casos, a variável que também demonstrou impacto e significância positiva foi o elevado senso de eficácia individual. Outras variáveis, como educação, ocupação e senso de eficácia do partido no contexto político não apresentaram significância estatística.

No tocante aos filiados jovens, o mesmo padrão foi verificado, com maiores ganhos de efetividade na obtenção da participação pelos incentivos coletivos e ideológicos. No caso dos partidos analisados separadamente: os incentivos coletivos são mais eficazes entre os jovens petistas e o elevado senso de eficácia individual entre os jovens tucanos. Quando agrupados os filiados jovens e os demais membros, os incentivos seletivos ganham proeminência no PSDB-SP.

Assim, isso demonstra a existência de diferenças de estratégias de mobilização dos partidos e explica o nível maior de participação entre os petistas, visto que os *moral-minded* são maioria em ambos os partidos. Diante disso, validou-se a primeira parte da hipótese III, sobre a prevalência dos incentivos coletivos entre os jovens na participação de ambos os partidos.

A segunda parte da hipótese III não foi validada, visto que em alguns testes o radicalismo ideológico apresentou efeito estatisticamente oposto à participação de elevada intensidade ou não apresentou significância estatística, logo os membros mais radicais não participam com grande intensidade. Ao contrário do que parte importante da literatura supõe, os ideologicamente radicais veem menos o partido como canal efetivo na concretização dos seus objetivos/utopias.

Em diversas circunstâncias, é muito pouco provável que membros desse tipo elevem ao limite o uso dos seus recursos e capacidades, visto que a probabilidade de obterem sucesso

multiplicado pela capacidade de projeção das suas preferências é mínima diante dos custos. Rememorando, a ação participativa (assim como sua recusa) pode ser compreendida em termos da relação custos e benefícios, sendo ambos não necessariamente pecuniários.

Outro elemento de mobilização dos filiados é o fracionamento interno e, segundo Scarrow (1996), também pode resultar nos aumentos dos custos à coalizão dominante, favorecendo os interesses dos grupos minoritários. Os dados acerca dessa dimensão são restritos; no caso do PT-SP, as chances de participação de elevada intensidade diminuí entre os membros jovens que participam das correntes internas. Isso se relaciona tanto à fragmentação do limiar de solidariedade embutido na lógica dos incentivos coletivos; quanto ao resultado dos próprios processos de transformações internas, decorrência da desinstitucionalização das correntes de opinião (RIBEIRO, 2010).

Em decorrência dos dados escassos diretos sobre as facções tucanas e seus efeitos na *membership*; resultado, em parte, da ausência de institucionalização desses grupos internos; optou-se por analisar alguns depoimentos, material da imprensa interna e externa e vivências na participação de eventos, além de conversas informais com filiados, especialmente os jovens. Embora preliminares, os resultados apresentam indícios da formação de feudos, sugerindo uma provável competição dessas estruturas partidárias informais, e situações de disputa na mobilização e cooptação dos filiados.

Por fim, verificou-se que a maioria dos membros tende a participar de atividades menos custosas, com ênfase nas tarefas internas, como reuniões nos diretórios e com parlamentares. Ainda assim, quantidade relevante da juventude petista também desempenha atividades performáticas, com foco no ambiente externo ao partido. No que se refere aos tipos de membros e os custos de participação, os *moral-minded* tendem a desempenhar mais atividades de alto custo e impacto em relação aos demais membros, evidenciando certo alinhamento de interesses e lealdades com as lideranças. Em síntese, o filiado típico de ambos os partidos foi recrutado pela família ou amigos, possui baixo nível de atividade e participa de tarefas de pouco custo.

6- Entre regras e valores: estímulos e constrangimentos à participação dos filiados do PT e PSDB em São Paulo.

6.1-Introdução

A finalidade desse capítulo é avaliar as crenças e os valores das *memberships*, assim como as barreiras formais à filiação e à participação partidária. Ambas as dimensões são essenciais, posto que impulsionem e, ao mesmo tempo, constroem diretamente as ações dos diversos atores organizativos.

Desse modo, constituem-se em elementos intervenientes, que conectam os níveis individuais e agregados. Apenas a agregação pela somatória simples das preferências da “oferta” não abrangeria, de um lado, a interdependência/coesão entre os interesses/valores dos agentes; e do outro, a hierarquia e as barreiras institucionais, considerando que ambas as dimensões moldam e decantam os interesses. De fato, como anteriormente apresentado, do mesmo modo que em outras organizações, os partidos são também sistemas funcionais (apresentando interdependência entre os atores), portadores de agentes com alguma racionalidade estratégica. (PANEBIANCO, 2005).

A dimensão ideológica assumiu relevância no decorrer da análise; tendo em vista o peso dos incentivos coletivos e ideológicos na explicação da participação partidária. Algo evidenciado tanto no *survey* representativo dos filiados em geral, como no realizado com a juventude de ambos os partidos. Nesse sentido, ao analisar a coesão e o conteúdo das crenças ideológicas, confronta-se com ideias/valores que mobilizam e circulam pelos diretórios, reuniões e outras atividades. Os filiados são responsáveis por avivar e difundir ativamente aquilo que está posto nos programas e manifestos partidários. Na maioria das vezes, são eles que “retiram dos arquivos” determinadas convicções e acabam rememorando os outros atores acerca de determinadas *issues*, mesmo diante da aridez da competição política.

A literatura aponta que tanto o PT como o PSDB se transformaram ao longo das últimas décadas, com reflexos no âmbito dos valores e crenças. Apesar disso, pouco se sabe sobre quais as implicações disso nas *memberships*, e mais destacadamente entre os jovens, que estão sendo socializados já nesse novo contexto. São eles os “novos guardiões” dos valores e ideologias originárias? Ou, ao contrário, são eles síntese das transformações mais recentes? Como os filiados se veem e também avaliam os seus partidos em termos de crenças e ideologias? Existe variação nas posições ideológicas dos membros do mesmo e entre os partidos?

A segunda dimensão analisada neste capítulo relaciona-se aos direitos e deveres dos filiados, ou seja, as barreiras formais que moldam as ações estratégicas no interior das organizações. Como assinala Heidar (2006, p.301) “an organizational affiliation by an individual to a political party, assigning obligations and privileges to an individual”.

Com base nos achados anteriores, na qual se verificou que os filiados do PT-SP participam mais intensamente e de atividades mais diversificadas do que os tucanos paulistas; o objetivo é testar a hipótese IV: o PT apresenta regras de filiação menos fluídas e atribui maiores prerrogativas formais de participação aos filiados do que o PSDB, resultando em maiores *níveis* e *variedades* de formas de engajamento por parte dos militantes. A análise será realizada com base na comparação dos estatutos partidários

6.2 – Atitudes, opiniões e ideologias dos filiados do PT e PSDB em São Paulo.

Parcela significativa dos filiados do PT e PSDB em São Paulo é prioritariamente motivada a participarem ativamente dos partidos pelos incentivos coletivos e ideológicos. As crenças e a forma como os filiados veem os partidos são relevantes para compreensão das *memberships*, visto que afetam diretamente o comportamento e a participação interna.

Em geral, a análise da ideologia dos partidos pode ser feita de diferentes perspectivas, através da análise dos documentos partidários (manifestos e programas); comportamento e opiniões dos parlamentares, imagem projetada pelo partido na opinião pública, classificação realizada por especialistas, etc. (TAROUCO e MADEIRA, 2013). Diante desses múltiplos enfoques, optou-se por um caminho alternativo: observar ideologicamente os partidos com enfoque nas perspectivas e crenças expressas pelos filiados (*grass roots*) e seus efeitos na participação partidária.

Conforme observam Whiteley, Seyd e Richardson (1994, p.126), diferente dos grupos de pressão ou movimentos sociais usualmente orientados por *single-issues*; os partidos políticos tendem a articular diversas questões fundamentadas em determinadas diretrizes, que conformam um sistema de crenças⁶⁰, usualmente partilhados minimamente pelos seus membros. Tais estruturas são fundamentais para compreensão das estratégias organizacionais, pois são fontes dos incentivos coletivos e constroem a ação das elites partidárias, além de orientarem na elaboração de políticas públicas.

⁶⁰ O conceito de sistema de crenças foi definido por Converse (1964, p.209): “configuration of ideas and attitudes in which elements are bound together by some form constraint or functional interdependence”.

Desse modo, eventuais discussões sobre certas *issues* proeminentes podem evocar uma série de outros debates que estão inter-relacionados pelo sistema de crenças, por exemplo, caso um partido socialista resolva discutir questões/políticas trabalhistas também terá que debater questões de gênero, etc. – os temas são como “fios” enrolados num novelo de lã.

De acordo com Whiteley e Seyd (1992, p 118) o grau de coerência das opiniões partilhadas pelos filiados é relevante, uma vez que denotam o nível de coesão dos sistemas de crenças no interior das organizações. Os partidos detentores de membros com opiniões similares e coerentes revelam sistemas de crenças coesos e consistentes, capazes de plasmarem atitudes sobre determinadas *issues*. Nesse sentido, acabam afetando também a eficácia e a estabilidade dos incentivos coletivos. De acordo com Panebianco (2005, p. 20): “a primeira função interna da ideologia é manter a identidade da organização aos olhos dos seus defensores: a ideologia organizativa é a principal fonte dos incentivos coletivos”.

Dentro da escala esquerda e direita, os membros com opiniões fortemente entrelaçadas moldam barreiras em relação às lideranças, com efeito na posição programática ou na implementação de políticas públicas. Em sistemas muito rígidos, alterações bruscas das estruturas de crenças podem desencadear na militância sinais de dissonância cognitiva ou produzir grandes revoltas internas (WHITELEY e SEYD, 1992; WHITELEY, SEYD e RICHADSON, 1994; PANEBIANCO, 2005). Por outro lado, assim como os filiados possuem distintas motivações e objetivos, também são ideologicamente heterogêneos, algo que pode resultar em diferentes efeitos na participação. Eventuais instabilidades no provimento dos incentivos coletivos não necessariamente produzem apatia em todos os membros.

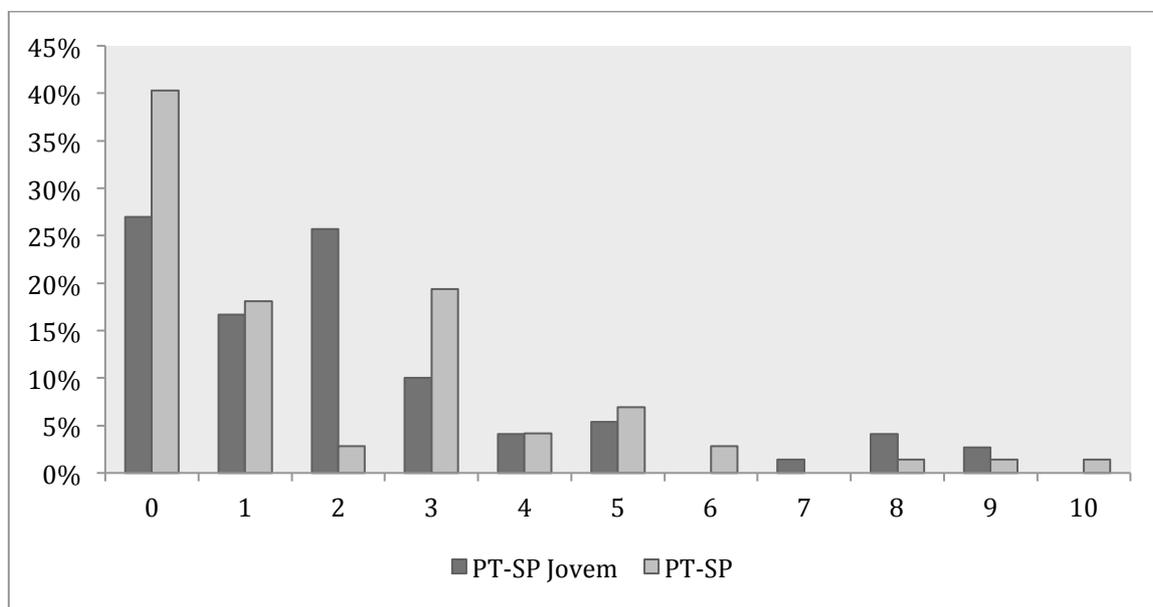
De acordo com Van Haute e Carty (2012, p.2), inspirados em Hirschman, existem três possíveis ações que os filiados podem desempenhar com base nas suas crenças: primeira, podem participar objetivando buscar realizar determinados fins congruentes com os partidários; segunda, buscar participar visando alterar determinadas posições dos partidos; e terceira, tornarem-se inativos ou deixarem os partidos diante das discordâncias. Os autores propõem uma classificação para designar os membros que apresentam posicionamentos dissonantes das crenças ideológicas dos partidos, ou seja, quando existe uma distância percebida pelos filiados entre sua avaliação dos partidos e suas visões ideológicas: os denominados membros incongruentes – *misfits members*⁶¹.

⁶¹ Tradução literal do conceito: membros “desajustados”. De acordo com Van Haute e Carty (2012, p.2): “Misfits can therefore be defined as individual members who recognize a marked distance between their own orientation and that of their party”.

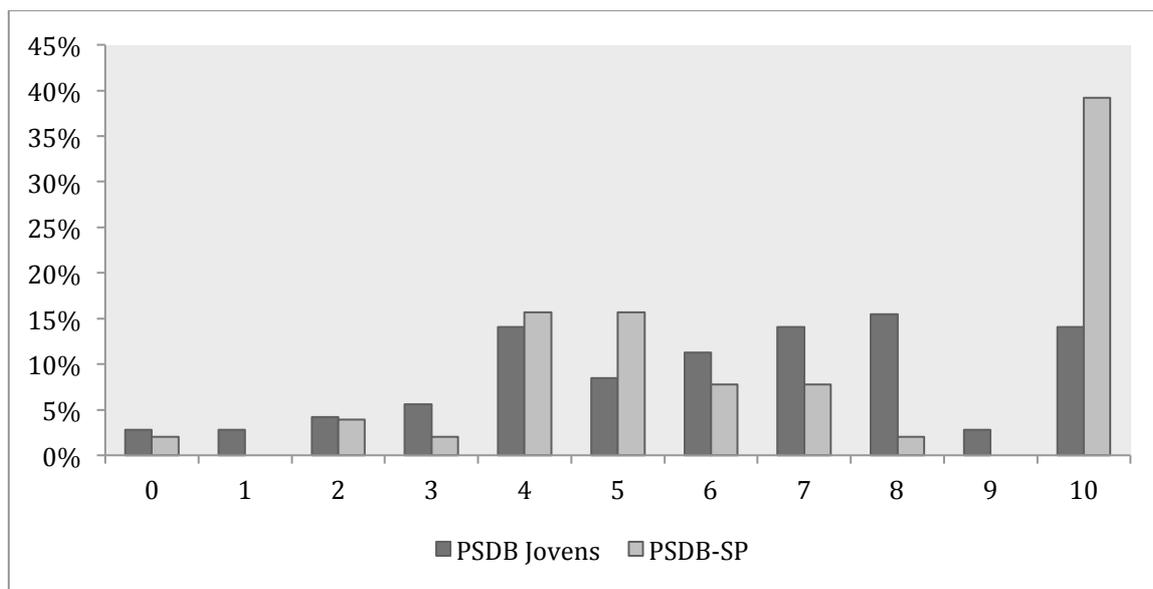
Os membros incongruentes são relevantes sob diversos aspectos, primeiro permitem verificar a consistência do sistema de crenças de determinado partido, quanto mais membros incongruentes mais fluídos é o sistema de crenças – como dito anteriormente, algo que pode afetar a estabilidade dos sistemas de incentivos coletivos e de identidade. Segundo, partidos com mais membros incongruentes denotam maior fragmentação interna e poder das correntes ou facções nos conflitos intrapartidários. Terceiro, os membros incongruentes podem afetar o processo decisório interno, participando ativamente para alterar o *status quo*. Por último, constituem-se em outro indicador útil para avaliar a “Lei de May”, permitindo comparar o auto-posicionamento ideológico dos filiados e aquele atribuído aos seus partidos (VAN HAUTE e CARTY, 2012; KOLLN e POLKE, 2016).

Os gráficos abaixo compararam a auto-localização ideológica dos filiados e membros jovens do PT e PSDB em São Paulo, a partir de uma escala em que 0 é próximo da posição de esquerda e 10 de direita. Assim como o esperado, as *memberships* apresentam grande variabilidade em termos de percepção ideológica dos seus membros, embora com vetores bem definidos em cada caso.

Gráfico VIII- Auto-localização ideológica dos filiados ao PT-SP.



Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.

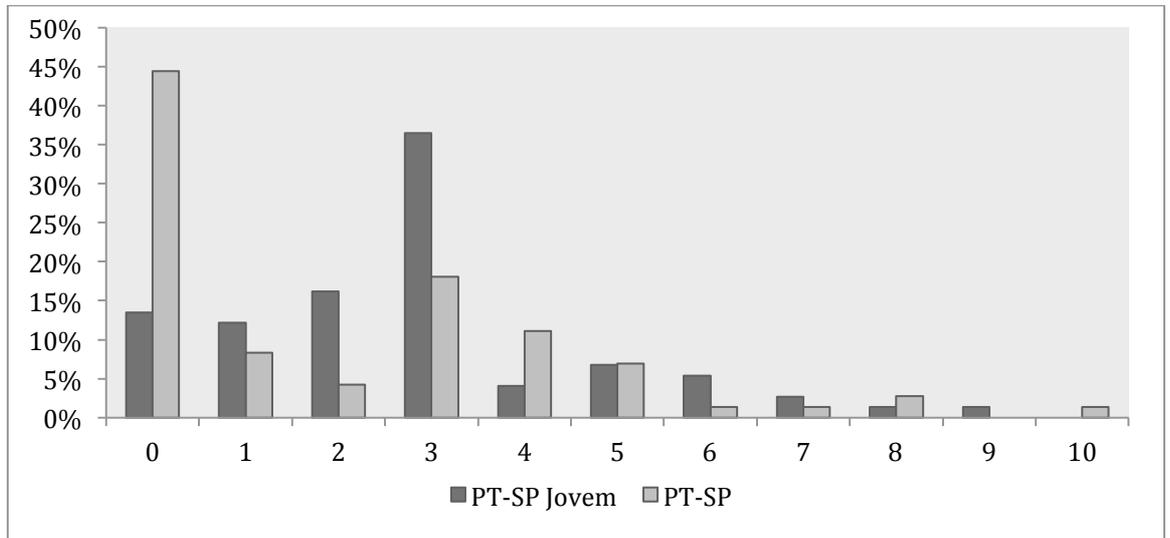
Gráfico IX – Auto-localização ideológica dos filiados ao PSDB-SP

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.

Há considerável tendência dos filiados ocuparem locais mais próximos aos extremos na distribuição ao longo da escala ideológica. O PT-SP apresenta distribuição mais uniforme e maior parte dos filiados auto-localizados do centro (5) até esquerda (0), com picos no ponto zero da escala no caso dos filiados em geral e dos jovens. Na direção contrária, o PSDB-SP demonstra distribuição mais irregular e majoritariamente localizada do centro (5) até a direita (10); com picos também próximos aos extremos. Em ambos os casos, os membros mais velhos possuem perspectivas ideológicas radicais mais acentuadas em relação aos filiados mais jovens, sendo os petistas mais de esquerda e os tucanos de direita.

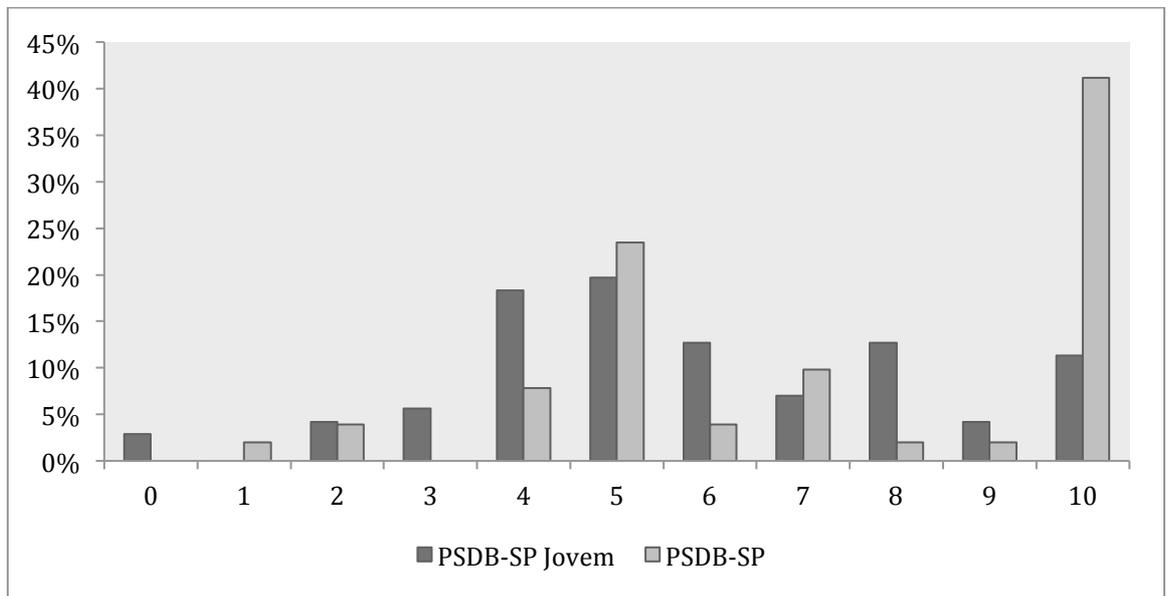
Os próximos gráficos abaixo abarcam como os membros classificam ideologicamente os seus partidos, seguindo idêntica escala, em que o zero equivale às posições de esquerda e o dez às posições de direita.

Gráfico X – Posicionamento ideológico do PT de acordo com seus filiados em São Paulo (%)



Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.

Gráfico XI - Posicionamento ideológico do PSDB de acordo com seus filiados em São Paulo (%)



Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015.

Os filiados, que tangenciam os extremos ideológicos, também compreendem os seus partidos ocupando posicionamentos mais radicais. No caso da juventude, mesmo que relativamente mais próxima do “centro” do espectro, existe uma tendência homóloga entre a percepção acerca do posicionamento do partido e a auto-localização ideológica. Tal correspondência, certamente está associada ao sistema de crenças, que intervém moldando as

percepções dos filiados e contribuindo para que os indivíduos associem suas crenças pessoais com os valores professados pelos partidos. Nesse sentido, tais estruturas atuam no cálculo individual imanente à lógica de mobilização dos incentivos coletivos, contribuindo, na perspectiva dos membros, para sobreposição dos seus interesses e os partidários.

As correlações de Spearman (coeficiente não paramétrico, dado a distribuição assimétrica das variáveis) entre a auto-percepção ideológica dos filiados jovens e não jovens e suas avaliações sobre o posicionamento dos partidos, possui significância estatística idêntica em todos os casos (sig: 0,000), com respectivamente: $r= 0,477$ no caso do PSDB-SP jovens; PT-SP jovens $r= 0,796$; PSDB-SP (CESOP) $r=0,843$ e PT-SP (CESOP) $r=0,747$. Os filiados ao apresentam grande correspondência entre suas auto-percepções ideológicas individuais e as projetadas nos partidos, denotam robusta capacidade do sistema de crenças em moldá-las.

A despeito das fortes associações identificadas, existe diferenças entre as curvas de auto-localização dos filiados e as posições atribuídas aos partidos, caracterizando a ocorrência dos *misfits members*, ou seja, membros que alegam possuir posicionamentos ideológicos diferentes dos seus partidos. Adotando o critério de classificação empírica empregados por Van Haute e Carty (2011, p.5), define-se como *misfit member* todo aquele filiado que ao apresentar diferença maior do que dois graus na escala ideológica de auto-posicionamento em relação à classificação atribuída por ele ao partido.

Outra medida complementar e útil para avaliar a coesão do sistema de crenças partidárias é a razão existente entre os membros que se auto-localizaram à esquerda ou à direita comparativamente às classificações atribuídas aos partidos. De acordo com Van Haute e Carty (2012), a presença de elevada assimetria e muitos *misfits members*, sinalizam a existência de uma grande heterogeneidade ideológica e crenças menos rígidas, que engendram custos menores no processo decisório interno. Os impactos são diversos, por exemplo, maior liberdade na confecção de alianças eleitorais, decisão de entrada em coalizões de governo consideradas ideologicamente heterodoxas, promoção de mudanças estatutárias e a facilidade de adoção de estratégias de caráter pragmático.

Conseqüentemente, a heterogeneidade interna não impõe apenas dificuldades aos partidos, outro benefício importante e frequentemente associado aos membros, como salientam Kolln e Polk (2016, p.20), é a capacidade de trazer novas ideias e demandas políticas, principalmente pela proximidade cotidiana com o eleitorado: *memberships* mais heterogêneas podem apresentar maior riqueza de ideias e opiniões. Porém, levadas a termo, situações extremadas de fragmentação também podem acarretar em efeito reverso na “governabilidade” interna, constringendo as opções das elites partidárias.

Tabela XXVIII- Membros do PT-SP e PSDB-SP: auto-percepções ideológicas e dos partidos (%)

	Membros Congruentes	Membros Esquerda Do partido	à Membros à Direita Do partido	Assimetria: Razão direita/esquerda	Membros "Misfits"	N
PT-SP	56,2	27,4	16,4	0,60	11	73
Jovens	(41)	(20)	(12)		(8)	
PT-SP	31,7	60,3	7,9	0,13	3,2	63
	(20)	(38)	(5)		(2)	
PSDB-SP	39%	30,9	29,4	0,95	17,2	68
Jovens	(27)	(21)	(20)		(20)	
PSDB-SP	58	12	30	2,5	12,2	50
	(29)	(6)	(15)		(6)	

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=254).

As evidências assinalam que parcela majoritária dos filiados não são perfeitamente congruentes em relação aos partidos. Assim como esperado, o PT-SP apresenta elevada assimetria entre direita e esquerda, e menor quantidade de membros congruentes do que o PSDB-SP. Substantivo seguimento dos petistas se veem mais à esquerda do que o partido, algo que não acontece com os membros do PSDB-SP; no qual os não congruentes possuem distribuição relativamente mais equânime por toda a extensão da escala ideológica.

Todavia, tal diferença não resulta no crescimento exponencial dos *misfits members* comparativamente ao PSDB, porquanto o filiado petista apresenta autoimagem mais próxima daquela que projeta no partido. Esse volume considerável de membros que se autoclassificam à esquerda do PT, pode estar associado com a percepção dos filiados acerca dos processos de transformação sofridos pelo partido nas últimas décadas. Ainda que maioria dos membros ainda compreenda o PT-SP como de esquerda; fração significativa da militância não encontra correspondência ideológica plena, admitindo que o partido demonstre pontos de divergência com algumas das suas crenças.

O sistema de crenças no PT é mais sólido e capaz de moldar as percepções dos filiados; evidências disso verificam-se no número menor de *misfits members* e na distribuição de filiados ao longo da escala ideológica, com casos concentrados majoritariamente à esquerda do espectro. De fato, os partidos com características remanescentes das estruturas de massas encontram maior facilidade de enquadrar ideologicamente os seus adeptos.

A tênue assimetria à esquerda presente em grande parte dos petistas, aparentemente não inviabiliza a participação de cunho ideológico no partido, ainda mais considerando o

desempenho demonstrado pelos incentivos coletivos na obtenção do engajamento de alta intensidade. Desde uma perspectiva “hirschmaniana”, esses membros incongruentes podem ser impelidos a participar buscando influenciar ou “empurrar” o partido para esquerda; em contraste, os mais dissonantes ideologicamente podem ter optado pela saída e/ou foram expelidos da organização.

A juventude demonstra distribuição ideológica mais equânime ao longo da escala em ambos os casos, sendo que a maior parte dos jovens não congruentes se vê à direita dos seus partidos. Atrelado a isso, nota-se um maior número de casos dos *misfits members*; ocorrendo mais entre os tucanos. Em termos ideológicos, a juventude demonstra ser mais autônoma e apresenta crenças menos vinculadas aos seus partidos.

Com isto, dois elementos explicativos podem ser elencados: primeiro, na perspectiva da demanda, as transformações deslocaram tanto os sistemas de crenças do PT como do PSDB para posições mais próximas ao centro, por conseguinte, os membros jovens mobilizados pelos partidos e com pouco tempo de filiação possuem características ideológicas distintas dos mais velhos.

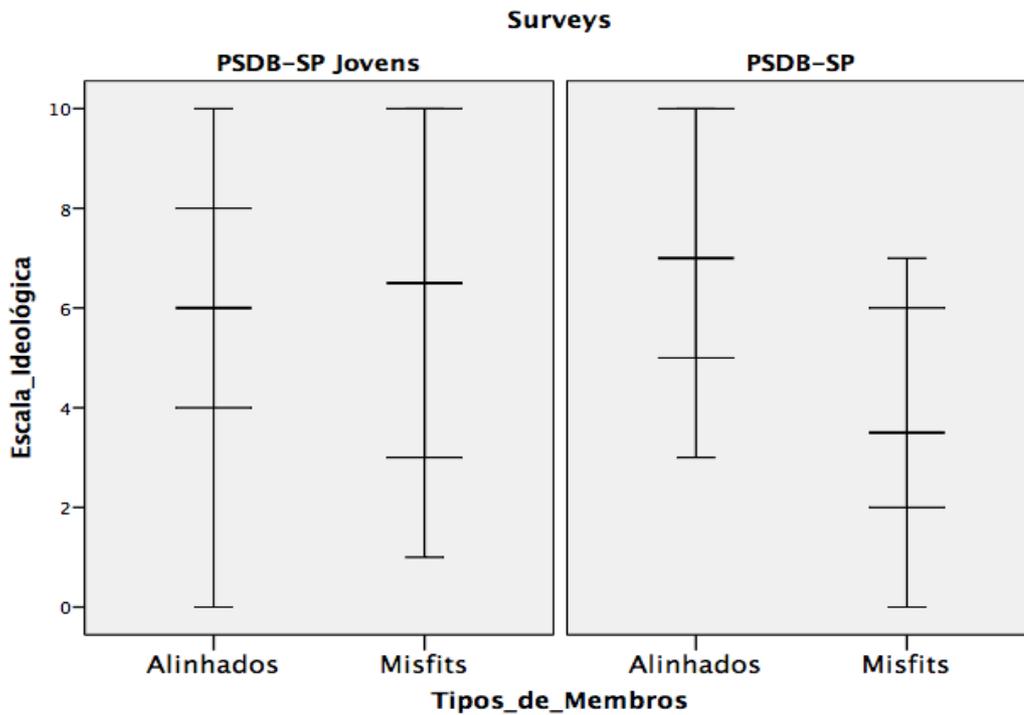
No âmbito da oferta, o segundo elemento se relaciona ao comportamento e o desenvolvimento da juventude; de acordo com Bruter e Harrison (2009, p.21), os jovens – especialmente entre 18 e 25 anos – apresentam densidade psicológica mais vívida e experiências dramáticas, típicas de um período de auto-definição e incertezas. É habitual nessa faixa etária a necessidade de buscar um “lugar social”; particularmente em termos de identidade, profissão, construção dos laços pessoais e afetivos. Portanto, isso pode afetar a recepção dos incentivos coletivos, levando às incongruências maiores nas crenças ideológicas.

No caso do PSDB, a quantidade elevada de *misfits members* é outro indicador indireto do processo de faccionismo interno; o partido, por não apresentar um sistema de crenças coeso, acaba estimulando a criação de facções e divisões internas. Complementarmente, os membros aderem com maior facilidade aos grupos criados, algo resultante das discordâncias ideológicas e de objetivos. Como destacado anteriormente, isso apresenta repercussão na efetividade dos incentivos coletivos, sobretudo fragmentando os laços de solidariedade interna e os objetivos comuns.

Os gráficos *blocksplots* abaixo apresentam a distribuição dos *misfits members* e os outros membros partidários (alinhados) na escala de auto-localização ideológica, no qual o zero é equivalente à esquerda e o dez à direita. Em razão do survey realizado com os filiados do PT-SP em geral ter apresentado somente dois casos de *misfits members* (3,2% do total); optou-se por apenas apresentar e analisar os gráficos dos respondentes do *survey* com jovens

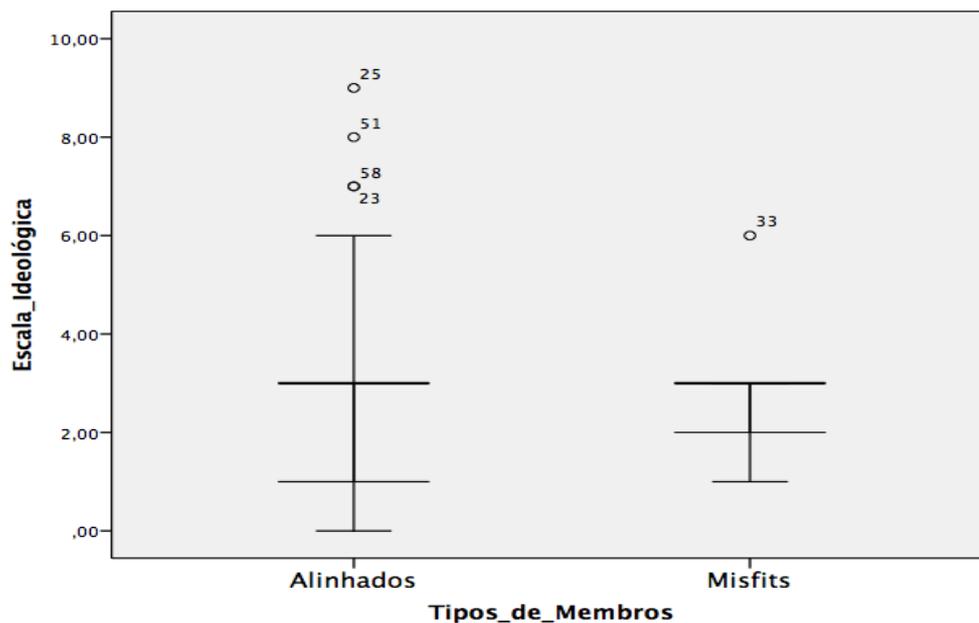
petistas em São Paulo.

Gráfico XII – *Misfits Members* do PSDB-SP distribuídos na escala de autolocalização ideológica



Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=118).

Gráfico XIII - *Misfits Members* jovens do PT-SP distribuídos na escala de autolocalização ideológica



Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=73).

No caso do PSDB, a distribuição dos *misfits members* está mais concentrada nas extremidades do espectro. Os filiados auto-localizados nos extremos da escala são os mais afetados pelas alterações no posicionamento ideológico, geralmente alegando perspectivas dissonantes dos seus partidos: os tucanos *misfits* jovens aparecem levemente mais concentrados à direita e os demais filiados mais à esquerda. De certo modo, os membros *misfits*, que possuem maior tempo de filiação no PSDB e posições de centro-esquerda, notaram o deslocamento ao centro do partido nos últimos anos – parece haver uma parcela substantiva de membros ideologicamente órfãos no PSDB-SP.

Por outro lado, os tucanos jovens *misfits* chegam ao PSDB requisitando um partido mais à direita, algo que no futuro pode emperrar o aprofundamento do deslocamento ideológico e aumentar o fracionamento interno. Em comparação, o PT-SP, que possui sistema de crenças mais coeso e capaz de formatar a identidade ideológica dos filiados, os jovens *misfits* estão chegando ao partido levemente mais ao centro. Em face das grandes transformações ideológicas, os filiados ao PT-SP ainda mantêm posicionamentos coesos de esquerda e também veem o partido mais à esquerda.

Em termos comparativos com partidos de outras democracias, a quantidade de membros congruentes encontrada em diversas *surveys* é bastante semelhante aos casos aqui analisados. Na Suíça, por exemplo, o número é próximo dos 33% da *memberships*, com os partidos de esquerda apresentando maior congruência, em particular os Social Democratas (KOLIN e POLLK, 2016).

Em democracias como a Bélgica e Canadá, os níveis de congruência variam entre 29,7% no PC (Progressive Conservative) canadense até 52,2% nos Democratas Cristãos belgas. Os níveis de *misfits members* também diferem muito, de acordo com Van Haute e Carty (2012), os sistemas partidários podem impactar na conformação ideológica da *memberships*; os partidos em sistemas multipartidários podem apresentar bases mais coesas, devido às diferentes opções ideológicas no mercado em razão do maior número de partidos – com grande variedade de narrativas, os filiados ideologicamente insatisfeitos podem deixar os partidos.

Por último, os aspectos ideológicos podem ser analisados com base em critérios objetivos, dentro de parâmetros definidos externamente aos membros, ou seja, delimitados pelo analista. Obviamente, análises subjetivas são ricas em termos de *memberships*, visto que possuem impactos imediatos na dinâmica da ação coletiva e dos incentivos de participação, além de afetar a própria permanência dos filiados nos partidos políticos. Ainda assim, medidas ideológicas “objetivas” podem ser interessantes para avaliar quais ideias/interesses

os filiados se alinham, além de permitir identificar a existência de diferenças/congruências na circulação de valores dentro dos partidos.

A dimensão direita/esquerda utilizada para avaliar o posicionamento dos membros é focada nas opiniões sobre a relação Estado/mercado, considerando de esquerda aqueles que preferem a prevalência do Estado diante das forças de mercado, e de direita, aqueles que advogam a prevalência do mercado na alocação de riquezas em face do Estado. Essa definição é limitada, visto que não contempla a possibilidade de avaliar a existência de membros de direita e estatistas (positivistas, ultranacionalistas, nacional-desenvolvimentistas e fascistas); e nem alguns de esquerda com juízos menos refratários ao mercado e a globalização (terceira-via, por exemplo).

Tal distinção liberal/não liberal em economia, como substrato teórico para definir esquerda e direita, encontra respaldo na definição clássica sugerida por Noberto Bobbio (2011), diante do debate suscitado no contexto da queda do muro de Berlim e do colapso da URSS, discutindo especialmente com Francis Fukuyama (1992). De acordo com Bobbio (2011, p.134 e 135), o critério que norteia tal distinção é a díade liberdade e igualdade. Algumas crenças de direita enfatizam a liberdade, particularmente em seu sentido negativo. E outras de esquerda, a valorização da igualdade.

Nesse sentido, o pressuposto é que a ação do Estado opera mitigando as desigualdades econômicas e sociais; em contraste com as forças de mercado, que atuariam potencializando tais assimetrias no âmbito social. Diante disso, optou-se por esse critério objetivo e “externo” para avaliar os posicionamentos dos filiados. A tabela XXIX apresenta o parecer dos membros jovens e não jovens, diante de algumas afirmações formuladas com base nas relações entre sociedade, Estado e mercado.

Os filiados petistas tendem a ter opiniões mais enfáticas sobre determinadas questões, concentrando suas respostas nas opções concordo e discordo muito, especialmente no caso dos jovens. A privatização e a redução do tamanho do Estado para reduzir impostos estão entre os principais pontos de discordância dos filiados ao PT-SP; algo que pode estar relacionado tanto ao fato de parcela da opinião pública imputar tais políticas como distintivas do PSDB, como também em razão da maioria da *membership* ser composta por funcionários públicos. A diminuição do Estado *vis-à-vis* ao crescimento do mercado comprometeria suas posições, empregos e privilégios dentro do setor público; ao contrário da auto-percepção ideológica mais moderada, a juventude petista tende a ser mais “estatizante” do que os membros em geral.

Entre os tucanos, as opiniões são menos demarcadas, com distribuição amostral ao

longo da escala mais simétrica. O número daqueles que não “concorda e nem discorda” ou possuem concordâncias ou discordâncias parciais é também maior; evidências que apontam para um sistema de crenças menos coeso. Assim como a juventude petista, os jovens do PSDB-SP possuem opiniões mais contundentes, porém no polo oposto, com membros mais favoráveis à prevalência do mercado em detrimento do Estado.

Notavelmente, parcela significativa dos filiados ao PSDB-SP, partido que a literatura atribui posições mais refratárias ao Estado, possui opiniões favoráveis ao avanço do Estado na economia. Dois elementos podem estar associados a esse fenômeno: primeiro, os filiados mais velhos tendem a ser mais “estatizantes”, membros com mais tempo de filiação podem ter opiniões menos impactadas pelo reposicionamento ideológico mais ao centro do espectro ideológico. Segundo, relaciona-se aos achados anteriores, que apontam para o grande volume de funcionários públicos também dentro do PSDB, por conseguinte, os filiados demonstrariam maior relutância em aderir às ideologias favoráveis ao mercado.

Tabela XXIX - Opiniões dos membros do PT-SP e PSDB-SP

	Partido	Discorda muito	Discorda um pouco	Nem discorda, nem concorda.	Concorda m pouco	Concorda muito	Partido	Discorda muito	Discorda um pouco	Nem discorda, nem concorda.	Concorda um pouco	Concorda muito
1)“A privatização das empresas estatais foi boa para o país”	PT	50,7 (35)	18,8 (13)	10,1 (7)	10,1 (7)	10,1 (7)	PSDB	25,50 (13)	13,70 (7)	11,8 (6)	15,7 (8)	33,3 (17)
2)“Para que o país cresça o governo deveria intervir mais na economia”		11,4 (8)	18,6 (13)	11,4 (8)	20 (8)	38,6 (27)		13,70 (7)	15,70 (8)	5,9 (3)	27,5 (14)	37,3 (19)
3)“Em um país como o Brasil é obrigação do governo diminuir a diferença entre os muito ricos e os muito pobres”		2,9 (2)	7,1 (5)	11,4 (8)	10 (7)	68,6 (48)		5,8 (3)	5,8 (3)	11,5 (6)	17,3 (9)	59,6 (31)
4)“O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir impostos”		64,8 (46)	7 (5)	9,9 (7)	8,5 (6)	9,9 (7)		47,1 (24)	11,8 (6)	11,3 (8)	28,2 (6)	25,5 (18)
1)“A privatização das empresas estatais foi boa para o país”	PT Jovens	82,4 (61)	10,8 (8)	2,7 (2)	1,4 (1)	2,7 (2)	PSDB Jovens	11,3 (8)	8,5 (6)	19,7 (14)	28,2 (20)	26,8 (19)
2)“Para que o país cresça o governo deveria intervir mais na economia”		4,1 (3)	5,4 (4)	6,8 (5)	8,1 (6)	73,3 (55)		15,5 (11)	19,7 (14)	11,3 (8)	28,2 (28)	25,4 (18)
3)“Em um país como o Brasil é obrigação do governo diminuir a diferença entre os muito ricos e os muito pobres”		4,1 (3)	2,7 (2)	2,7 (2)	8,1 (6)	74,3 (55)		38 (27)	15,5 (11)	18,3 (13)	11,3 (8)	15,5 (11)
4)“O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir impostos”		52,7 (39)	23 (17)	16,2 (12)	2,7 (2)	4,1 (3)		9,9 (7)	9,9 (7)	8,5 (6)	28,2 (20)	42,3 (30)

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015. (N=251)

Na esteira de Whiteley e Seyd (1994) e Cross e Young (2008), optou-se por empregar uma análise fatorial do tipo ortogonal, que supõe a independência dos fatores, tendo em vista as diferenças encontradas na tabela anterior. O objetivo é testar a associação/congruência das opiniões em dois polos opostos, direita e esquerda, e quais perguntas são capazes de distinguir os filiados ideologicamente. Assim como Whiteley, Seyd e Richardson (1995, p.136) o critério adotado é que o fator possua autovalor mínimo maior que 1⁶², e o método de rotação ortogonal empregado foram o *Varimax*, cuja finalidade é maximizar a dispersão das cargas dentro dos fatores. Aplicou-se dois testes, o primeiro considerando o *survey* representativo do total de filiados (CESOP) e o segundo realizado com jovens de ambos os partidos.

Tabela – XXX - Matriz Componente Rotativa

Componentes	Survey Jovens		Survey Filiados CESOP	
	I	11	I	11
A)“Privatização das empresas estatais foi boa para o Brasil ”	0,820	-0,321	0,867	0,281
B)“ Para que o país cresça o governo deveria intervir mais na economia”	0,019	0,877	-0,645	0,368
C)“Em um país como o Brasil é obrigação do governo diminuir a diferença entre os muito ricos e os muito pobres”	-0,112	0,690	-0,015	0,906
D)“O governo deveria oferecer menos serviços públicos para reduzir impostos”	0,795	0,120	-0,004	-0,328

Método de rotação: Varimax com normalização de Kaiser=1. Fatores: I- Direita, 2-Esquerda. Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=251).

Os resultados são confirmatórios sobre a existência da divisão de perspectivas ideológicas entre esquerda e direita em ambas as *memberships*, com base nas respostas das questões sobre as relações entre Estado e mercado. A análise resultou em dois fatores independentes (ou ortogonais) significativos com base no critério de Kaiser. A variância explicada pelos dois fatores considerando os filiados em geral foi de 68,44% e entre os jovens de 59,31%.

A questão com maior potencial de segregação ideológica na juventude é a vinculada à privatização das empresas estatais (questão B), conforme o esperado, os filiados jovens de direita tendem a avaliar positivamente, e a esquerda são mais refratários. No outro extremo, a questão de maior concordância aponta para a necessidade de redução dos serviços estatais

⁶² O critério de Kaiser compreende que autovalores maiores que 1 devem ser retidos, visto que explicam grande parte da variabilidade da amostra.

visando à redução da carga tributária (questão D). Os jovens ocupam menos cargos estatais, talvez em razão disso sejam mais favoráveis ao corte de impostos; considerando a regressividade elevada do sistema tributário brasileiro e a pouca eficiência dos serviços públicos, tal pleito pode não ser algo exclusivamente vinculado à direita.

No caso dos filiados em geral (*survey* CESOP), a questão acerca da intervenção do Estado na economia para promoção do crescimento (questão B) é a que mais polariza ideologicamente em termos econômicos; os membros de direita são altamente contrários, enquanto os de esquerda acenam moderadamente favoráveis. Similarmente aos jovens, a questão que menos distingue os filiados é a que assinala para necessidade de reduzir o acesso aos serviços públicos visando cortar tributos (questão D); entretanto, diferente da juventude, ambos os lados do espectro são contrários à proposta.

Conforme já assinalado anteriormente, tal convergência pode estar associada à elevada dependência dos filiados em relação aos recursos de patronagem, quando a ideologia afeta negativamente os interesses individuais mais imediatos, os posicionamentos tendem se revelar menos exacerbados – usualmente em política, na iminência de conflitos inconciliáveis entre valores e interesses: a racionalidade axiológica quase sempre se curva à racionalidade instrumental.

Em síntese, no âmbito das *memberships* existem diferenças ideológicas substantivas. A homogeneidade usualmente encontrada no perfil social e participativo dos filiados não se reproduz em termos de crenças e valores. Com a finalidade de confirmar as diferenças ideológicas existentes entre os partidos, aplicaram-se dois *testes t(s) de amostras independentes* com base nos *escores* produzidos pelas análises fatoriais; o primeiro no *survey* representativo de todos os filiados, e o segundo no aplicado junto aos jovens, ambos separados por partidos. A tabela abaixo apresenta os resultados:

Tabela XXXI: Teste T com amostras independentes com base nos escores dos fatores

Survey CESOP		N	Médias (escores)	Teste F	t	Survey Jovens	N	Médias (escores)	Teste F	t
Fator I Direita	PT	62	-0,1679	1,614 **	-1,994 **		71	-0,3708	21,426 ***	-4,838 ***
	PSDB	51	0,2041			67	0,3929			
Fator II Esquerda	PT	62	0,1854	4,161 **	2,221 **		71	0,5138	5,627 **	7,307 ***
	PSDB	51	-0,2254			67	-0,5445			

Fonte: Survey Filiados-SP, CESOP, 2013; Survey Filiados jovens-SP, aplicado pelo autor, 2015 (N=251).

Com base nos resultados dos testes, que apontam para diferenças significantes nas médias dos escores de cada fator, verificam-se indícios relevantes de polarização ideológica com diferenças entre os partidos. Nesse sentido, os filiados ao PSDB e ao PT em São Paulo possuem visões diversas no tocante à relação Estado e mercado: os tucanos possuem uma perspectiva mais favorável ao mercado, enquanto os petistas são mais “estatizantes”.

Em que pese as relevantes transformações experimentadas nos últimos anos, ambos os partidos, quando observados pelas suas bases, ainda apresentam fronteiras ideológicas razoavelmente delimitadas e distintas; sendo assim, continuam a oferecer escolhas reais de políticas aos filiados e eleitores. Apesar do ceticismo na opinião pública, tanto o PT como o PSDB ainda refletem em algum grau os interesses e valores difusos no tecido social; apresentando significativa correspondência entre os posicionamentos dos filiados e a localização ideológica ocupada por ambos os partidos no sistema partidário.

Com relação aos jovens, parecem reproduzir em grande medida tais diferenças ideológicas; de modo mais moderado considerando as medidas de auto-localização, e abrangendo os indicadores com critérios externamente definidos – algo que permite projetar algum fôlego na permanência dessas diferenças. Além de impactar os sistemas de incentivos, o grau de coesão ideológica presente no sistema de crenças, pode repercutir de diversas maneiras nas relações entre os atores partidários. Em partidos com elevada coesão ideológica na *membership*, Van Haute e Gauja (2015, p.197) sugerem algum intercâmbio com reforço mútuo entre os filiados e os parlamentares, que incidiriam na coesão das atitudes e comportamentos de ambos – os interesses e crenças da *party on the ground* também acabam compondo o cálculo estratégico da *public-office*.

6.3- As regras importam: direitos e deveres dos filiados tucanos e petistas em perspectiva comparada.

Os partidos como organizações de filiados estão historicamente assentados na dimensão liberal das instituições democráticas, relativas às liberdades de associação e reunião. Na esteira de Duverger (1980), Scarrow (1996, p 17), propõe que uma das formas de distinguir os filiados dos não filiados é observar comparativamente os seus direitos e deveres em relação aos demais cidadãos. Tal equação pode variar no tempo e entre as organizações; usualmente os partidos ajustam estrategicamente os benefícios da filiação e as barreiras de entrada conforme os seus interesses (principalmente das lideranças).

Exemplificando a proposição de Scarrow (1996), os partidos nos EUA seriam o caso

modelar de baixos direitos e privilégios, portanto a divisão entre membros e não membros é praticamente inexistente. Atualmente, no extremo oposto, outro exemplo seria a *Lega Nord* na Itália, que elenca uma série de requisitos e obrigações à filiação, como salienta Sandri *et al* (2015, p.122) “its not easy to become a member, but its even more difficult to remain one”.

Uma perspectiva alternativa e pertinente para avaliar o papel das regras internas é o modelo saída, voz, lealdade criado por Albert Hirschman (1973) pensado para compreender o declínio de desempenho das firmas. A escolha entre voz e saída são reações baseadas em cálculos estratégicos feitos pelos atores (no caso dos partidos também a inatividade), enquanto a lealdade é o artifício que evita protestos e a saída das organizações. A opção pela voz (ou a participação) é particularmente influenciada pelas regras internas, como observa o autor:

A propensão à escolha da voz depende também da disposição da população em geral para reclamar e da invenção de instituições ou mecanismos capazes de comunicar as reclamações de maneira barata e efetiva {...} os principais determinantes do uso da voz são: 1-) a disposição dos clientes-membros de trocar a segurança pela incerteza do produto degenerado; 2-) a estimativa que os clientes membros fazem de sua própria capacidade de influenciar a organização. {...} pagar caro pela entrada não implica necessariamente na aquiescência com aquilo por que se pagou, mas pode resultar num uso de voz mais determinado e melhor expresso. (HIRSCHMAN, 1973, p.50, 83 e 98).

O debate mais recente sobre os efeitos das regras de participação e as *memberships*, aparece vinculado ao diagnóstico do declínio da filiação na Europa e o crescimento da dependência dos partidos junto aos Estados. A discussão se desenvolve em torno da constatação de uma dinâmica de realocação do poder interno nas organizações, principalmente nas democracias europeias.

O paradoxo enunciado por Katz e Mair (1994, p.15 e 16) assinala para a crescente proeminência das lideranças frente às bases e, simultaneamente, ao ganho de novos direitos de participação pelos filiados, resultando no paulatino e variado aumento da inclusividade das bases nas decisões internas em diferentes partidos e democracias. Na perspectiva de Scarrow (1996; 2000; 2007), essa dinâmica pode ser avaliada como uma resposta adaptativa das elites ao declínio da filiação e do envolvimento partidário; através da transferência de maiores prerrogativas decisórias à *rank-and-file*. De acordo com Scarrow, Webb e Farwell (2000, p.149)

In brief, grass roots party members (and even non-member supporters sometimes) commonly play a significant role in selecting legislative candidates and in legitimizing election programmes, though party elites generally retain vetoes over candidate selection and enjoy considerable autonomy in shaping party policy. However, the remains of the classic mass party model are especially evident in the significant number of parties that have congress delegates decide on the question of leadership. In these cases, the influence of the sub-leadership stratum has not been completely eroded. Although patterns are mixed, there are now more instances around the democratic world where party leaders operate a coalition of power in which grassroots members are significant junior partners.

Por outro lado, Katz e Mair (1994) apresentam uma perspectiva mais cética vinculada ao modelo de partido cartel, salientando o potencial plebiscitário dessas novas prerrogativas, visto que os componentes da *membership* diretamente beneficiados são os filiados pouco ativos, em detrimento dos militantes e delegados, cujos poderes são fluídos em meio à nova maioria. Segundo Katz e Mair (1994, p.16)

“One possible answer is that the parties are actually making careful and conscious distinction between different elements within the party on the ground. In other words, it is not the party congress or the middle-level elite, or the activists, who are being empowered, but rather the ordinary members who are at once more docile and more likely to enforces the policies (and candidates) proposed by the party leadership and by the party in public office”

Assim como em muitos outros países, a filiação no Brasil é normalmente realizada no âmbito local, nos órgãos municipais dos partidos (diretórios e comissões provisórias) com aprovação também no órgão local; as listas com os filiados são atualizadas e remetidas periodicamente ao TSE via um sistema informatizado (FiliaWeb). Dado a relevância dos diretórios municipais no fenômeno da filiação, variáveis muitas vezes desconsideradas como a acessibilidade, condições das instalações, localização e clareza da fachada do prédio podem impor ou derrubar barreiras.

Acerca da relação entre os partidos, filiação e a legislação, conforme salienta Van Biezen (2005), muitas das constituições nas democracias mais consolidadas não fazem menção aos partidos. A constitucionalização é um fenômeno relativamente recente e característico das democracias do pós-guerra e das novas (terceira-onda de democratização). Ainda que, no tocante aos demais marcos regulatório e leis não constitucionais, de acordo com Van Biezen e Borz (2009), as atividades dos partidos em novas democracias são menos regulamentadas. No Brasil, a constituição assegura no artigo 17 ampla liberdade de criação e a autonomia organizativa dos partidos políticos (emenda aprovada em 1995); respeitada algumas restrições, como o caráter nacional dos partidos políticos e o veto aos grupos

paramilitares.

Excetuando algumas carreiras de Estado; cidadãos gozando de plenos direitos políticos estão aptos à filiação partidária pela legislação brasileira. A atual legislação também não obriga as legendas possuírem quantidade mínima de filiados, embora vete o lançamento de candidaturas independentes, criando um estímulo institucional poderoso à filiação.

Ao lado da legislação eleitoral, a LPP (Lei dos Partidos Políticos, nº. 9.096)⁶³ possui elevado impacto na relação entre filiados e partidos políticos. Por exemplo: em diversos países têm emergido novas modalidades formais de vínculos partidários: integrante com algum tipo de vínculo formalizado, porém com menores direitos e deveres. Isso fica inviabilizado no Brasil, tendo em vista que o artigo 4º da LPP que obriga que todos os partidos possuam igualdade estatutária formal entre os membros.

Como argumenta Scarrow (1996, p.23) a ênfase no legado institucional é a ênfase no poder da inércia; de fato, segundo Ribeiro (2010, 2013), a LOPP (Lei orgânica dos Partidos Políticos) pré-1995 manteve grande parte das tipificações sobre o funcionamento interno das organizações partidárias impostas pelo regime militar. A maior parte dos partidos emergiu e se expandiram com base nesse arcabouço institucional, muitos promovendo apenas alterações tópicas após a entrada em vigor da autonomia organizativa.

Sob a ótica das bases, duas questões merecem destaque acerca da LOPP pré-1995, que repercutem moldando a participação da sociedade nos partidos políticos:

- 1) Baixa inclusividade dos membros na estrutura decisória interna: estrutura delegativa pouco permeável aos filiados, estimulando baixo nível de democracia interna, com grande peso dos parlamentares durante as convenções partidárias – inclusive na seleção de candidatos e outras definições estratégicas como as coligações (RIBEIRO, 2013, p.234).
- 2) Organizações ancilares: a figura legal dos órgãos de cooperação, denominados pela lei como “departamentos trabalhistas, femininos e estudantis”, certamente foram explorados em graus distintos por cada partido. Todavia, acabaram resultando num legado estatutário, com a continuidade de organizações ancilares e órgãos específicos destinados à militância e atividades internas em

⁶³ A Lei orgânica dos Partidos de Políticos (LOPP) de 1971 foi substituída pela Lei dos Partidos Políticos (LPP) em 1995.

diversos partidos, muitos desses órgãos não foram completamente eliminados pelos partidos após a reforma de 1995⁶⁴.

Tanto o PT como o PSDB reformaram os seus estatutos após 1995; segundo Ribeiro (2013), os tucanos alteraram parte do equilíbrio dos seus órgãos de cúpula partidária. Houve uma realocação do poder interno, com ganhos de prerrogativas pelos seus quadros mais proeminentes abrigados no Conselho Político, em detrimento dos poderes do Diretório e da Executiva Nacional. Atrelado a isso, notou-se uma dinâmica relevante de centralização do partido, com perda parcial de autonomia dos Diretórios Estaduais e Municipais frente ao Diretório Nacional.

Por outro lado, há indícios recentes também de ganhos em termos de inclusividade dos órgãos de militância tucana: o estatuto de 2013 acrescentou a figura das chamadas Redes Temáticas⁶⁵, que são compostas prioritariamente pelos núcleos do PSDB Mulher, Juventude do PSDB e PSDB Sindical⁶⁶. Inicialmente, esses grupos conquistaram apenas o direito à voz e voto nas executivas em diferentes níveis, circunscrito apenas aos temas concernentes à sua esfera de atuação. Todavia, no estatuto de 2015, houve o aprofundamento desses novos direitos e cada liderança das Redes Temáticas passou a dispor do direito à voz e voto nas executivas, independente da questão ou temática abordadas⁶⁷.

Portanto, a queda relativa das incumbências exclusivas da Executiva Nacional ocorre *vis-à-vis* ao aumento da democratização do seu acesso pelos órgãos de militância. Ainda assim, considerando a extensão desses novos direitos das representações dos filiados também nas executivas estaduais e municipais, verifica-se um crescimento da influência das bases na estrutura decisória. Nesse sentido, há evidências de crescimento da centralização, com relativo aumento da inclusividade da militância, possivelmente efeito do prolongado período do partido na oposição, de 2003 até 2016.

Apesar disso, tais alterações repercutiram pouco no tucano típico: aquele que participa apenas sazonalmente das atividades partidárias. Na prática, sua prerrogativa formal para tentar influenciar no *policy-making* interno permanece sendo apenas via eleições dos membros dos diretórios municipais e zonais, além da escolha dos delegados para as

⁶⁴ LOPP, art.22, parágrafo IV. Os dez maiores partidos representados na Câmara dos Deputados contam com algum tipo de organização ancilar para facilitar a participação, mesmo os mais novos como o PSD.

⁶⁵ Seção V, Estatuto do PSDB.

⁶⁶ O núcleo sindical do PSDB foi fundado e teve o seu primeiro congresso em 2012, congregando diversos núcleos em todos os estados da federação. Em São Paulo, o núcleo sindical encontra-se especialmente vinculado ao setor da construção civil (Sintracon) e é liderado pelo ex-operário, sindicalista e atual deputado estadual Ramalho da Construção.

⁶⁷ Seção IV, parágrafo 3º, Estatuto do PSDB.

convenções estaduais.

No caso do PT, as alterações do desenho organizacional com impactos na distribuição do poder interno são maiores e extensamente discutidas pela literatura, considerando o debate sobre suas transformações internas nas últimas duas décadas. Em linhas gerais, a literatura que analisou o processo fundacional do PT, enfatizou suas diferenças em relação aos demais partidos, primeiro pela estrutura decisória permeável às *membership* – os Encontros – e também pelos núcleos de base, componente básico da organização petista, responsável pela mobilização interna e a interação imediata com os movimentos sociais.

Conforme demonstra Ribeiro (2010, p.263 e 264), os núcleos de base declinaram rapidamente em razão de uma convergência de fatores, os principais são a instrumentalização pelas facções, a ausência de recursos materiais básicos e a marginalização na estrutura decisória – durante os Encontros, os delegados dos núcleos possuíam apenas o direito à voz, portanto, acabavam desempenhando uma função mais alegórica, apenas para conferir o carimbo de “anuência social” nas decisões deliberadas. Ainda de acordo com Ribeiro (2010), os núcleos sempre foram vistos como potencialmente “perigosos” pelo Campo Majoritário por estarem mais suscetíveis às correntes minoritárias, principalmente de esquerda.

Amaral (2011) também integra variáveis exógenas para explicar o declínio dos núcleos, vinculadas ao refluxo das mobilizações sociais pós-redemocratização e a concorrência direta com as funções exercidas pelos Diretórios Municipais. A transformação dos núcleos em artefato histórico da organização demonstra ser um ponto razoavelmente pacificado na literatura; os jovens que entram hoje no PT estão mais envolvidos com a lógica dos setoriais, que ganhou maior ênfase no decorrer dos anos e que dão muito mais visibilidade interna e cargos – grande parte desconhece a figura dos núcleos de base.

Na esteira do debate internacional acerca da “democratização” nos partidos, outra transformação relevante, que impactou diretamente na forma de participação da *grass roots* petista, foi à introdução do processo de eleição direta (o PED) em 2001. Ao contrário do modelo decisório anterior, baseado na estrutura delegativa dos Encontros para os processos eleitorais internos (eleição dos diretórios e escolha de delegados); o PED conferiu ao filiado comum e pouco ativo o direito de escolher diretamente os cargos de direção nas diversas instâncias partidárias, porém separando as etapas de debates e tomada de decisão (decision-making). Trata-se de algo próximo da “presidencialização” da estrutura decisória, porém ausentes os reforços institucionais concomitantes por mecanismos de *checks and balances* internos, aproximando o partido de um modelo mais plebiscitário de democracia interna –

Plebiscitary IPD (POGUNTKE, SCARROW e WEBB, 2016,p.11)⁶⁸.

Com base na variante da literatura internacional mais “otimista” sobre os recentes ganhos de direitos pelos filiados, Amaral argumenta que o PED produziu consequências positivas sobre a inclusividade, representando um desdobramento das características peculiares do PT, que prioriza o envolvimento das bases. Segundo Amaral (2013)

O PED, outra inovação petista no cenário partidário brasileiro, simboliza essas mudanças. A implantação desse mecanismo, bem como suas regras, demonstra que o partido buscou, especialmente na última década, incluir o máximo possível de filiados ao seu processo decisório e fez isso sem incentivar, em contrapartida, um alto nível de ativismo. É importante destacar, porém, que a instituição das eleições diretas para a direção partidária reafirmou a preocupação do partido com a manutenção de um de seus principais diferenciais: a presença de mecanismos deliberativos participativos capazes de incorporar a base de filiados ao processo decisório interno.

Por outro lado, Ribeiro (2010) apresenta uma perspectiva menos otimista sobre a instauração do PED, mais próximo da interpretação de Katz e Mair (1994), o autor compreende o PED como a cristalização institucional de um longo processo de concentração decisória pelas executivas em detrimento das prerrogativas da militância; resultando em impactos diretos na participação. De militantes/delegados altamente ativos e com mecanismos capazes de contrabalancear as lideranças durante os Encontros, os militantes foram diluídos em meio aos filiados pouco ativos. De acordo com Ribeiro (2010, p. 280 e 282).

A nova democracia interna do PT, despida de pesos e contra pesos, possui um caráter altamente plebiscitário e algo *bonapartista*. As bases legitimam e referendam as decisões das cúpulas, que se veem livres de freios intermediários que bem ou mal exerciam algum grau de controle interno sobre seu poder. A democratização do PED não somente é ilusória como também é uma falsa democratização {...} Do partido de militantes e ativistas, o PT se transformou em partido de cidadãos votantes, chamados a se manifestar a cada três anos.

De fato, nota-se um evidente *trade-off* entre inclusão e participação: a diluição dos participantes de alta intensidade em meio aos filiados pouco ativos potencializa o efeito *free-rider*, diminuindo senso de eficácia da ação política dos muito ativos. Os membros que eram mais habilitados a exercer o uso da voz optam por não fazê-lo, culminando na redução agregada do ativismo e da influência das bases nas decisões internas.

⁶⁸ Inicialmente, embora o debate tenha colocado como perspectivas concorrentes o modelo plebiscitário de democracia interna e o mais próximo do deliberativo ou assembleial; análises recentes apresentam ambas as variantes como não excludentes. As estruturas decisórias dos partidos tendem a combinar tais feições institucionais, podendo apresentar predominância de determinado arranjo em certos momentos, assim como promover alterações e reformas em sentido oposto (POGUNTKE, SCARROW, WEBB, 2016).

A formação de expectativas dentro da racionalidade estratégica ou adaptativa, subjacente à lógica do *path dependence*, que orienta análises de mudança organizacional, envolvem um cálculo por parte do agente considerando as condições (ganhos) do presente à luz do passado. O fechamento dos canais de voz da militância de alto custo estimula a saída/inatividade dos membros “muito ativos” e a redução drástica do uso da voz, diante das estratégias pouco eficientes, tornando o partido mais vulnerável às crises. De acordo com Hirschman (1973, p.56): “o consumidor insensível aos aumentos dos preços é, em geral, altamente sensível ao declínio da qualidade”.

Diante disso, ainda cabe verificar comparativamente se o PT dispõe de regras de filiação mais rígidas e atribui maiores prerrogativas formais de participação aos filiados do que o PSDB, contribuindo para elevar os níveis de atividade. Como analisado no capítulo anterior, os filiados do PT-SP são mais ativos do que o PSDB-SP, e os jovens petistas também mais ativos do que os tucanos. Posto que a LPP regulamenta que os partidos devem especificar todos os direitos e deveres da *membership* nos estatutos, optou-se por comparar tais regras e avaliar qualitativamente as prerrogativas formais dos membros de ambos os casos.

Os quadros abaixo apresentam os principais requisitos, direitos e deveres formais que incidem sobre a filiação partidária do PSDB e do PT:

Quadro IV - Comparativo de requisitos, direitos e deveres para filiação e participação no PSDB.

Requisitos para filiação:
<p>1) Idade mínima: 16 anos (com possibilidade de redução da idade desde o jovem se demonstre expresse comprometimento com os aspectos doutrinários).</p> <p>2) Âmbito: local (com exceção para notoriedades públicas e cidadãos com mandatos)</p> <p>3) Prazo para impugnação: 5 dias úteis.</p>
Principais direitos:
<p>1) Participação das reuniões nas instâncias partidárias e atividades de campanha.</p> <p>2) Votar e ser votado para ocupação para nas convenções municipais, desde com no mínimo 6 meses de filiação (quando se tratar de mandatários esse prazo cai para 30 dias)</p> <p>3) Informações sobre resoluções, publicações, etc.</p> <p>4) Manifestar-se internamente sobre decisões já tomadas e publicamente sobre aspectos doutrinários.</p> <p>5) Ser informado da existência e participar de setoriais e núcleos de base.</p>
Principais deveres:
<p>1) Aderência aos princípios partidários e a aceitação das decisões partidárias.</p> <p>2) Participar do cadastramento partidário para renovação da filiação.</p> <p>3) Fidelidade eleitoral.</p> <p>4) Pagamento de cotas em dia (mesmo constando no estatuto, o PSDB nunca cobrou regulamente cotas e também não possui um valor fixado. O partido aceita doações voluntárias dos filiados).</p>

Fonte: Estatuto do PSDB, 2016.

Quadro III - Comparativo de requisitos, direitos e deveres para filiação e participação no PT.

<p>Requisitos para filiação:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Idade mínima: 16 anos 2) Âmbito de filiação: local (com exceção para notoriedades públicas e cidadãos com mandatos) 3) Prazo para impugnação: 7 dias úteis 4) Período probatório: até 30 dias. 5) Requisito para efetivação da filiação: comparecimento em uma reunião em quaisquer esferas para doutrinação e apresentação dos seus direitos e deveres. 6) Filiação coletiva é permitida apenas em campanhas de filiação autorizadas pelas Executivas Municipais.
<p>Principais direitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Participação e voto nas instâncias que os filiados integrarem. 2) Votar e ser votado para ocupação de cargos (Encontros, PED, prévias e plebiscitos) desde que possua o mínimo de 1 ano de filiação. 3) Formação política. 4) Participar diretamente da seleção de candidatos (abonando pré-candidaturas). 5) Formar tendências internas (desde que seguindo determinadas regras e registradas). 6) Informações sobre resoluções, publicações, etc. 7) Manifestar-se internamente sobre decisões já tomadas e publicamente sobre aspectos doutrinários. 8) Convocar plebiscitos ou referendos internos (desde com um número mínimo de assinaturas). 9) Participar de setoriais e núcleos de base (no caso de jovens, mulheres e negros com permissão de participar de mais de um setorial com direito de voz e voto). 10) Cotas de gênero (50% das filiadas); cor (20% dos filiados negros, pardos ou índios); idade (20% filiados até 30 anos) para composição de todos os cargos do partido. 11) Participar dos setoriais, núcleos de bases, etc. 12) Filiados com até 29 anos participarem da JPT com direito a voto.
<p>Principais deveres:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Aderência aos princípios partidários e aceitação das regras e decisões partidárias. 2) Participar do recadastramento partidário para renovação da filiação. 3) Fidelidade eleitoral. 4) Emitir opiniões ou votar quando solicitado. 5) Pagamento de cotas (para os membros sem cargos as contribuições são trimestrais com valor base de 1% da renda mensal, sendo o mínimo de R\$15,00 para aqueles que ganham até três salários mínimos. O teto nessa categoria é de 6% da renda mensal). Membros com cargos vinculados aos partido pagam valores maiores e mensais. 6) Estar em dia com as contribuições para participar do PED e dos Encontros. 7) Colaborar nas campanhas eleitorais e de arrecadação de fundos

Fonte: Estatuto do PT, 2015.

De fato, constatam-se diferenças relevantes de requisitos, direitos e deveres entre os partidos; as barreiras colocadas pelo PT são superiores às colocadas pelo PSDB para filiação, especialmente no tocante ao comparecimento às reuniões de doutrinação e conhecimento do partido. Em termos comparativos, os membros petistas ainda possuem mais prerrogativas formais do uso da voz (ou de comunicação das suas preferências), dispondo de mecanismos como: plebiscitos, consultas e influência direta na seleção de candidatos.

As cotas de 20% para jovens e minorias favorece a participação desses grupos na composição dos cargos internos, e também tornam o PT mais inclusivo do que o PSDB; o que pode acabar facilitando também a renovação das lideranças no longo prazo, embora crie um poderosíssimo estímulo a profissionalização da militância jovem, possivelmente corroborando para explicar o elevado nível de profissionalização entre os jovens petistas comparativamente aos tucanos.

Em que pese também que o PSDB tem aumentado sua inclusividade, os presidentes dos setoriais tucanos tenham adquirido direito de voz e voto nas executivas, enquanto os petistas possuem ainda somente o direito de voz. O PED produziu uma clara perda de qualidade democrática, *accountability* e de participação em relação aos Encontros dos anos 80 e 90. Todavia, ainda é superior em termos de inclusão em relação ao mecanismo adotado pelo PSDB, que apenas replica a dinâmica estipulada pela LOPP pré-1995 – com controle quase que total das Convenções pelos mandatários.

Sobre os deveres dos filiados, os dois partidos guardam muitas semelhanças, o diferencial petista é ainda o pagamento de cotas e o “dízimo” para os portadores de cargos, com real punição aos devedores – como a inviabilidade da participação no PED ou nos Encontros. O PSDB apresenta dificuldade de cobrar cotas, como falou em entrevista Mario Covas Neto⁶⁹: “Temos que preparar as prévias e não temos dinheiro. Em 2012, elas custaram 300 mil. Por isso, no ano que vem, vamos propor que os filiados contribuam o que não é uma tradição do partido”.

Na mesma reportagem, o ex-tesoureiro do PSDB da cidade de São Paulo, Felipe Sigollo, disse que são raros os filiados que contribuem. A lógica do discurso é clara na perspectiva da demanda: o aumento da participação produz mais custos e tensão para o aumento dos deveres.⁷⁰

Em síntese, o objetivo desse capítulo foi avaliar duas relevantes dimensões, que

⁶⁹ Presidente Municipal do PSDB de São Paulo e vice-prefeito de São Paulo

⁷⁰ Jornal O Globo de 26/12/2015 Site: <http://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2015/12/diretorio-municipal-do-psdb-em-sao-paulo-vai-cobrar-dizimo-dos-filiados-para-sair-do-vermelho.html>

incidem diretamente na *membership* e constroem/estimulam os filiados no nível individual e também impactam os resultados agregados da participação. No âmbito da ideologia, verificou-se que ambos os partidos apresentam diferenças tanto pelas medidas subjetivas, como definindo os critérios objetivamente pelo analista. Os membros do PT-SP possuem posicionamento ideológico à esquerda e também veem o partido ocupando posições mais à esquerda. O contrário ocorre com o PSDB, no qual se autotransformam como de direita e avaliam o partido também como de direita.

Os jovens tendem a ter auto-localização ideológica mais próxima do centro e maior volume de membros *misfits*, algo que denota uma autonomia das suas crenças em relação aos partidos. Tais características aparentemente contraditórias, de maior participação interna motivados por incentivos coletivos e menor definição das suas crenças, pode ser atribuída ao período de indefinições e formação da identidade, tal qual argumentado por Bruter e Harrison (2009).

Por outro lado, em termos de diferenças partidárias, o PT-SP apresenta um sistema de crenças mais coeso do que o PSDB-SP, com menos membros *misfits*, resultando tanto no aumento da efetividade dos incentivos coletivos em auferir participação de elevada intensidade, como na maior capacidade de imprimir coesão interna. Tais fatores impõem algumas barreiras às lideranças na adoção de medidas mais pragmáticas e dissonantes ideologicamente.

Em termos de ideologia, auferida com base em critérios externos, ambos os partidos apresentam sensível diferença: os membros do PT-SP demonstram posições claramente estatizantes em detrimento das políticas favoráveis ao mercado. No caso do PSDB-SP, verifica-se precisamente o oposto, com posições mais favoráveis ao livre mercado, ponderando, entretanto, que no survey com os filiados em geral (CESOP) tais diferenças são menos intensas do que nos jovens, principalmente em questões que envolvem cortes diretos no setor público, possivelmente em razão de muitos ocuparem cargos na administração pública.

Ambos os partidos apresentam *memberships* distintas e polarizadas em termos de valores e crenças: a ideia do aumento da homogeneidade ideológica não prospera analisando os partidos pela perspectiva dos seus filiados. De certo modo, as *memberships* colaboram por conferir tonalidades às disputas que vão além da mera competição por posições e refletem, em algum grau, os diferentes interesses e valores presentes na sociedade. Tendo em vista, que no âmbito das características sociodemográficas, os membros diferem e muito dos cidadãos comuns, ao contrário, em termos de valores parece haver uma maior correspondência, notada

pelos distintos interesses representados pelos filiados.

Na dimensão das regras e instituições relacionadas com a hipótese IV, apesar das transformações delineadas nos partidos quando analisados pelas suas trajetórias particulares, comparativamente ainda é possível validar a hipótese, visto que o PT possui maiores barreiras, direitos e deveres formais, terminando por ampliar os canais de voz e estimular a participação. Tais diferenças são reflexos do modelo originário e a trajetória petista com vínculos maiores com a sociedade. De certo modo, o partido ainda possui traços distintivos em relação ao PSDB, porém essas diferenças estão cada vez menos óbvias.

No âmbito do PSDB cabe ressaltar o processo de centralização crescente com *empowerment* dos órgãos de base, algo extremamente custoso para um partido com baixa tradição participativa das bases e de origem parlamentar. Os tucanos possuem uma militância ativa e que está conquistando espaços relevantes, parece equivocado classificá-los como um partido cartorial ou apenas como um clã de notáveis, sem considerar os seus milhares de filiados e a presença cada vez maior dos militantes nas decisões internas.

7- Considerações Finais

*“So stay at home and drink your beer
And let the neighbours’ vote”*

Willian Butler

Ao lado de outros relevantes e recentes esforços discutidos ao longo de toda análise, esse estudo busca colaborar para o desenvolvimento da recém-inaugurada agenda de pesquisa sobre party membership no Brasil. Como em todo início, os riscos e desafios são imensos e há ainda muito por realizar e construir em diversas frentes. Ao contrário da grande maioria das democracias estáveis e das novas democracias do sul e do leste europeu, os níveis de filiação na América Latina são elevados, lançando um verdadeiro puzzle de pesquisa sobre o desenvolvimento e as transformações das organizações partidárias na região. (NORRIS, 2002; DOSEK, 2014). A *grass roots face* é um componente crucial em todos os modelos heurísticos que buscam explicar as transformações dos partidos políticos nas últimas décadas, desde o clássico modelo de partido de massas, passando pelo catch-all party, profissional-eleitoral até o modelo partido cartel.

O percurso desse trabalho demonstrou, desde uma problemática razoavelmente original, as diferenças e semelhanças da party membership de dois dos mais importantes partidos brasileiros, abrangendo também a compreensão dos jovens que optam pelo engajamento, principalmente em face do diagnóstico do aumento do gap geracional na filiação. Os partidos políticos estão envelhecendo mais rapidamente que o eleitorado, tanto no âmbito nacional como no estado de São Paulo (RIBEIRO e LOCATELLI, 2016). Acerca da escolha dos casos, cabe rememorar que ambos os partidos possuem aspirações presidenciais e estão sujeitos aos mesmos constrangimentos ambientais: institucionais, sociais e culturais.

O ponto de partida teórico, que delimitou grande parte da pesquisa, foi compreender a relação entre partidos e filiados como uma dinâmica de troca institucionalmente mediada, seguindo a compreensão daquilo que Richard Katz (1990) nomeou como a economia da party membership. As duas questões amplas e centrais que nortearam essa pesquisa foram: 1) Quem são os filiados? O que motiva indivíduos a buscarem os partidos políticos? E se tornarem ativos? Quais são seus objetivos e crenças? 2) O que estimula as organizações partidárias a permitir a entrada de novos adeptos? Quais são a intensidade e o tipo da participação que buscam incentivar?

Seguindo as proposições de Scarrow (1994; 1996), sugeriram-se dois níveis

analíticos principais: o primeiro, que abrange a perspectiva dos partidos, o “lado da demanda”, a análise a partir dos custos e benefícios da organização sobre a filiação, observando como e quanto cada partido estimula ou não a participação dos diversos componentes das memberships. O segundo, o nível individual, perspectiva dos atores, isso é, o “lado da oferta”, seguindo especialmente as teorias do voluntarismo cívico e o modelo tricotômico do engajamento, observando, de um lado, os recursos e habilidades cívicas dos indivíduos e sua interação com o “ambiente”, e do outro os interesses e objetivos individuais, entendidos, sobretudo, como percepção dos custos e benefícios privados da participação. (WHITHELEY e SEYD, 1992; BRUTER e HARRISON, 2009; SCARROW e GEZGOR, 2010; KATZ, 2013; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

O envelhecimento do PT e PSDB em São Paulo

A primeira hipótese (H1), afirma a ocorrência de um processo de envelhecimento dos filiados em ambos os partidos, revelando uma dinâmica de dissociação entre jovens e organizações partidárias no estado de São Paulo. Salientando, contudo, diferenças de intensidade, dado as particularidades de cada organização: o PT-SP apresenta um quadro de filiados mais “jovem” do que o PSDB-SP, consequência do tipo de origem, trajetória e as características da inserção social do partido. Como foram demonstrados, os resultados corroboram tal hipótese, pois ambos os partidos estão envelhecendo mais do que o eleitorado, e o PT-SP possui maior proporção de filiados jovens do que o PSDB-SP.

No entanto, certas nuances são destacáveis: primeiro petistas e tucanos envelheceram menos do que o total de filiados no estado de São Paulo, observando o período dos últimos oito anos (2008 até 2016). Segundo, em idêntico intervalo de tempo, embora inicie de um patamar superior em relação ao total de filiados jovens (16-34 anos), o nível de envelhecimento no PT-SP ocorre de modo mais acelerado comparativamente ao PSDB-SP – respectivamente redução de 0,22% e de 0,11% em face do eleitorado de idêntica faixa etária. E finalmente, considerando a faixa etária mais jovem (16-24), a quantidade de filiados jovens do PT-SP declinou para níveis inferiores ao dos tucanos, tanto em proporção ao eleitorado como em números absolutos.

Baseando-se no PSDB-SP como referência, a capacidade do PT-SP de atração dos jovens também declinou ao longo do tempo, particularmente após a chegada à Presidência da República, na qual a capacidade de recrutamento de novos filiados jovens se aproximou do nível dos tucanos. O paulatino processo de perda de protagonismo do PT-SP como o principal

mobilizador dos jovens como no passado, possui efeitos significativos nesse amplo processo de distanciamento global dos jovens em relação aos partidos políticos.

Associado a isso, o espaço cedido pela “demanda” permite compreender o crescimento dos novos atores emergentes, que atualmente concorrem pela mobilização da juventude, principalmente os oriundos de campos ideológicos distintos da esquerda, como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Movimento VemPraRua. Por esse ângulo, a ascensão desses movimentos guarda relação com a retração da capacidade do PT-SP e o restante da esquerda “governista” na manutenção e atualização dos vínculos sociais com a juventude. Desde a redemocratização, os processos de mobilização popular quase sempre foram compreendidos, grosso modo, como fenômenos de esquerda, apresentando laços (conflituosos ou não) com a chamada “política institucional” através dos partidos políticos. Agora, após os movimentos de 2013, o padrão não é mais o mesmo, distintas forças estão concorrendo pelos corações e mentes dos jovens.

Na perspectiva dos tucanos, o arrefecimento do monopólio petista na mobilização dos jovens não resultou na aproximação automática do partido com esses novos setores disponíveis no mercado do ativismo político – algo que também não ocorre em relação aos demais partidos. Em síntese, observando o nível agregado, o espaço da juventude, que no passado era largamente dominado pelos setores partidarizados de esquerda e encabeçado pelo PT, agora demonstra ser um ambiente aberto a atores concorrentes disputando os espaços.

Tais achados também devem ser colocados em perspectiva frente às tendências encontradas em outras democracias, considerando que o envelhecimento da *party membership* ocorre em diversos países. De acordo com Scarrow e Gezgor (2010, p. 830) nove entre doze democracias europeias apresentam envelhecimento da membership. Para aqueles que atribuem essa dinâmica às transformações da “oferta”, ou seja, alterações no perfil participativo dos jovens, com deslocamento das formas tradicionais para as novas modalidades de engajamento, o crescimento do gap geracional nos partidos contribui para compreender o declínio da filiação. Nessa perspectiva, que dialoga com a teoria da modernização, os jovens preferem as novas modalidades de participação comparativamente às tradicionais, ou como argumenta Young (2013, p.73) ”generational change that is driving down electoral turnout is, not surprisingly, having similar effects on rates of party membership” (KATZ, 1990; NORRIS, 2002; WHITELEY, 2007).

Segundo Van Haute e Gauja (2015), tal explicação apresenta certas limitações, particularmente diante da incompatibilidade dos achados dos surveys com membros em filiados diante dos demais cidadãos – especialmente os recursos educacionais. Em São Paulo,

o processo de envelhecimento dos membros ocorre *pari passu* à expansão dos níveis de filiação: explicações relativas à perspectiva da “oferta”, que enfatizam o ceticismo dos jovens em relação aos partidos políticos, são centrais na compreensão da dinâmica do envelhecimento. Nessa perspectiva, o abandono dos partidos pela juventude seria produto de possíveis mutações dos valores e crenças, que poderiam impactar os perfis associativos nos meio sociais mais abastados – a clientela usual dos partidos políticos.

Todavia, é preciso considerar o papel decisivo da “demanda”: em face da necessidade da expansão das organizações, principalmente através da ocupação de cargos nos diferentes níveis de governo e a necessidade de promover o lançamento de candidaturas viáveis em centenas de municípios. Os partidos acabam optando por membros com maiores recursos (escolaridade, vínculos sociais, recursos materiais, viabilidade eleitoral, etc.) e terminam recrutando os cidadãos mais velhos, que normalmente dispõem de tais atributos em maior quantidade. Por outro lado, as organizações como PT e PSDB, mais coesas, amplamente difundidas territorialmente e com identidades sólidas no eleitorado, podem pensar em “investimentos” de longo prazo e têm mais espaço para o recrutamento dos mais jovens, sobretudo do entorno social dos seus membros (RIBEIRO e LOCATELLI, 2015).

Os recursos cívicos e as barreiras ao engajamento partidário

A segunda hipótese propõe analisar as relações partidos/ambiente social com base no perfil dos filiados, alegando que ambos os partidos possuem militantes jovens com perfil socioeconômico elevado comparativamente ao eleitorado; entretanto, era esperado que o PT apresentasse maior inserção entre os jovens com menores recursos cívicos, considerando a origem e o desenvolvimento do partido próximo aos sindicatos e os movimentos sociais, especialmente em São Paulo (MENEGUELLO, 1989). A primeira parte da hipótese foi corroborada pelos achados, acompanhando o mesmo padrão encontrado em diversos partidos de diferentes democracias, como na Europa, Canadá e Israel (HEIDAR, 2007; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

A filiação no PT-SP e PSDB-SP é uma forma de participação que exige pré-requisitos sociais exclusivos dos seus postulantes, ou seja, demanda elevados níveis de recursos cívicos; o meio social que os estímulos à participação circulam também são socialmente restritos. A constatação de Van Haute e Gauja (2015), que os filiados são componentes de estratos sociais abastados da Europa, pode ser estendida para os casos aqui analisados – especialmente na juventude, tendo em vista o caráter quase “hereditário” da transmissão do partidarismo.

A segunda parte da hipótese não pode ser integralmente corroborada: as evidências apontam que os jovens do PT-SP não apresentam menores recursos cívicos em relação aos tucanos. A diferença encontrada foi em relação à representatividade das minorias de gênero e étnicas; os petistas possuem uma membership mais próxima da composição do eleitorado, algo que guarda relação com a ligação histórica do partido com grupos minoritários e o esforço da “demanda” em abrir espaços na hierarquia partidária para tais grupos, estimulando a ascensão vertical via cotas.

Outras duas dimensões do perfil social dos membros são relevantes: primeiro, a elevada profissionalização da militância em ambos os partidos, inclusive abarcando os jovens, com ênfase no caso do PT-SP. Ante o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, a filiação partidária é um ótimo atalho para obter cargos estatais, e ainda confere uma narrativa “nobre” no desempenho dessas funções.

Na perspectiva da “demanda”, a profissionalização dos membros é extremamente vantajosa, além de estimular uma membership dócil e complacente com os interesses das lideranças, permite os partidos acessarem o trabalho e parte da renda dos filiados profissionalizados. Desse modo, a filiação pode ser não apenas uma estratégia de estreitamento dos laços partidários com a sociedade, mas um método vantajoso de aproximação com o Estado.

A segunda dimensão abordou o perfil associativo dos filiados jovens: ambos os partidos possuem níveis semelhantes de membros que participam de organizações da sociedade civil, achado particularmente interessante na perspectiva dos tucanos – partido usualmente caracterizado pela ausência de laços com corpos intermediários da sociedade. A diferença encontrada foi qualitativa: os petistas participam mais de movimentos sociais e associações do tipo “demandante”; já os tucanos priorizam clubes, igrejas, maçonaria e obras de caridade.

A taxonomia da *party membership*: o porquê e como os membros participam

Baseando-se no Modelo Tricotômico do Engajamento proposto por Bruter e Harrison (2009), derivado do Modelo Geral dos Incentivos de Whiteley e Seyd (1992) buscou responder o porquê e como os filiados participam dos partidos. A hipótese III propõe que os militantes paulistas do PSDB-SP e do PT-SP participam prioritariamente por motivações ideológicas e estão mais próximos do modelo de participação *moral-minded*, com diferenças entre militantes jovens e os demais membros, sendo os primeiros ainda mais próximos ao

modelo moral-minded. A segunda parte da hipótese III, afirma que os militantes petistas possuem posições ideológicas mais distantes do centro do espectro ideológico do que os tucanos, aspecto correlacionado a um nível maior de participação interna, sendo os jovens mais ativos que os demais.

Os partidos e surveys possuem maior quantidade de membros classificados como pouco ativos e do tipo *moral-minded*, seguido pelos *social-* e *professional-minded*. No survey representativo dos filiados (CESOP), quando considerados ambos os partidos em conjunto, variáveis do Modelo Geral dos Incentivos apresentaram impacto significativos sobre a participação de elevada intensidade. Os membros motivados por incentivos coletivos/ideológicos e seletivos não apresentaram diferenças significativas entre si, porém ambos participam mais comparativamente aos filiados motivados pelos incentivos de processo. Contudo, quando considerados isoladamente, a aderência geral do modelo de regressão logística não apresentou significância estatística, possivelmente em razão do número reduzido de casos

Em relação ao survey com a juventude, semelhante achado foi encontrado: quando observados conjuntamente, os jovens *moral-minded members* de ambos os partidos participam mais em relação aos outros tipos de jovens, e de modo ainda mais intenso considerando o conjunto dos membros – com diferenças significantes inclusive em relação aos incentivos seletivos. Avaliados por partido, os jovens petistas são mais motivados pelos incentivos coletivos comparativamente aos demais tipos de incentivos. No caso da juventude tucana, aqueles que apresentam elevado senso de eficácia da ação individual participam de forma mais intensa. A proeminência dos incentivos coletivos e ideológicos na explicação da participação possui grande correspondência com os postulados teóricos e os achados internacionais em diversas democracias. (PANEBIANCO, 2005; VAN HAUTE e GAUJA, 2015).

Na esteira dos achados de Norris (1995) na Inglaterra e Scarrow e Gezgor (2010) em diversos países europeus; a segunda parte da hipótese III foi completamente descartada, o radicalismo ideológico não impulsiona a participação de elevada intensidade dos membros e nem da juventude do PT e do PSDB em São Paulo. De acordo com as evidências, o radicalismo não está associado à participação de alta intensidade: os membros mais radicais não avaliam os partidos como meios capazes de consumir suas preferências, e optam pela participação de baixa intensidade. Nesse sentido, conforme pontuam Scarrow e Gezgor (2010,p.840), diante ausência de sectarização dos partidos europeus, verifica-se a emergência do “partido de médias”, condizente com as perspectivas do eleitorado.

Em oposição às expectativas da literatura (SCARROW, 1994; 1996), o fracionamento interno atua inibindo a participação de elevada intensidade; os jovens petistas pertencentes às correntes de opinião tendem a participar menos em relação aos demais jovens. Assim, diversamente de encorajar a solidariedade interna e os objetivos comuns, ambos próprios do funcionamento dos incentivos coletivos, as divisões terminam por estimular cálculos egoístas, o que fomenta o efeito *free-rider* na participação de elevada intensidade.

Acerca de como os filiados participam das atividades partidárias, os achados apontam para proeminência de tarefas internas às organizações, com baixo custo individual e partidário, como encontros no diretório e/ou reuniões com eleitos. Os jovens petistas participam mais de atividades de alto custo, tais como ocupar cargos nos diretórios, candidaturas e na atuação como delegados em convenções, enquanto os jovens tucanos participam menos dessas respectivas atividades. A respeito da relação entre os tipos de filiados e os custos das atividades desempenhadas: os *moral-minded members* em ambos os partidos participam com maior frequência de atividades mais custosas, seguidos pelos *social-* e os *professional-minded members*.

Ideologia e regras do jogo

As estruturas de oportunidades disponibilizadas pelas organizações influem no acesso, preferências e ações dos atores, constringendo e/ou estimulando a intensidade e a direção do engajamento. Dentre os diversos elementos que conformam tais estruturas, destacou-se a coesão do sistemas de crenças e as regras internas como fundamentais na compreensão da variação entre os casos.

Em termos de valores e crenças, os filiados ao PT-SP se autocalizam predominantemente à esquerda, e os tucanos à direita no espectro ideológico. Os indicadores subjetivos sugerem que os petistas possuem um sistema de crenças mais coeso; com parcela significativa dos membros autocalizados à esquerda do partido, além de contar com um montante menor de *misfits members* (VAN HAUTE e CARTY, 2012). Tais elementos estimulam o crescimento da capacidade dos incentivos coletivos na obtenção da cooperação, tal como demonstra os achados com jovens petistas, que apresentam crenças mais coesas frente aos tucanos e relacionadas com incentivos coletivos mais eficientes.

Os indicadores ideológicos objetivos, definidos com base em parâmetros externos aos filiados, também apresentaram variações relevantes entre ambos os casos; os filiados ao PT-SP possuem posicionamentos mais favoráveis à intervenção do Estado na economia,

enquanto os tucanos são mais favoráveis ao livre mercado. Ao contrário da autolocalização, em que os jovens aparecem como mais moderados, os indicadores objetivos demonstram posicionamentos mais polarizados, especialmente a juventude tucana, menos “estatizante” do que os demais membros.

A convergência encontrada no perfil sociodemográfico não encontra ressonância na esfera dos valores; os membros de ambos os partidos possuem auto-percepções distintas em termos de crenças e interesses. Além disso, demonstram coerência com os posicionamentos ocupados pelos partidos no sistema partidário. Assim sendo, as *memberships* não são compostas por sectores de radicais impermeáveis à “realidade política”; corroboram influenciando na manutenção das diferenças ideológicas entre os partidos, algo que impacta, por exemplo, na arena eleitoral, visto que diferenças ideológicas são fundamentais na estruturação das preferências do eleitorado.

Ao lado das crenças e dos valores, as regras e instituições internas também desempenham função crucial nos estímulos à participação, moldando as oportunidades da grass roots face de influenciar nas decisões internas. A última hipótese afirma que o PT dispõe de regras de filiação menos fluídas e atribui maiores prerrogativas formais de participação aos filiados do que o PSDB, resultando em maiores níveis e variedades de formas de engajamento por parte dos militantes.

Tal hipótese foi amplamente corroborada, considerando os direitos e deveres dos membros, os petistas possuem prerrogativas substantivamente maiores do que os tucanos. O filiado comum pode influir votando nas eleições das lideranças partidárias – PED, indicando nomes para seleção de candidatos, participando e propondo consultas e referendos internos. Em termos de deveres, a principal diferença é o pagamento de cotas – algo que não é “letra morta” no estatuto do PT – havendo um controle razoavelmente efetivo na quitação dos débitos.

As prerrogativas dos filiados são comparativamente menores no PSDB, a participação dos filiados é circunscrita apenas às eleições dos diretórios zonais e municipais – o processo decisório interno é rigidamente controlado pelos mandatários. Porém, destacam-se alguns ganhos recentes e relevantes dos órgãos de militância: as chamadas Redes Temáticas, vinculadas às mulheres, sindicalistas e juventude, que passaram a dispor de influência nas executivas em diferentes esferas, com direito à voz e voto. Em síntese, os petistas possuem mais direitos e deveres, ampliando as oportunidades de participação e impactando diretamente nos níveis de atividade da militância.

Cidadãos e partidos do futuro

De modo geral, os achados mostram que nos casos analisados, a party membership apresenta relevância, os filiados participam de diversas atividades e possuem distintas motivações e crenças. Tal riqueza na vida interna corrobora para questionar a compreensão dos partidos políticos apenas como cartoriais – especialmente no caso do PSDB. A ideia central é tratar as diferenças encontradas na esfera extraparlamentar como diversidade, flexibilizando determinados parâmetros normativos, que atribuem à presença da *party on the ground* apenas às organizações com características próximas ao modelo de massas. Além disso, rejeitaram-se eventuais noções rígidas da existência de peculiaridades nacionais, sempre colocando em perspectiva os casos analisados frente aos partidos de outros países. As dificuldades enfrentadas pelos partidos políticos brasileiros são partilhadas pela maioria das democracias; o ceticismo do eleitorado, principalmente dos mais jovens, é o grande desafio externo posto aos partidos políticos e a continuidade da democracia liberal. Um dos grandes paradoxos e desafios das novas democracias é a busca por consolidar instituições que são objeto de dúvidas, ceticismos e incertezas nas democracias mais consolidadas. Embora frustrante, tal posição possibilita oportunidades e caminhos para criatividade institucional e política, mantendo sempre o compromisso com os ganhos arduamente conquistados. Em recente livro, Peter Mair (2013, p.1) fez uma observação melancólica acerca do futuro dos partidos políticos:

The age of party democracy has passed. Although the parties themselves remain, they have become so disconnected from the wider society, and pursue a form of competition that is so lacking in meaning, that they no longer seem capable of sustaining democracy in its present form.

Essa pesquisa busca colaborar de forma limitada para o debate sobre partidos como organizações de filiados em São Paulo e no Brasil. Destacam-se diversas restrições metodológicas que limitam as generalizações, as principais são: circunscrição do número de partidos analisados, escopo limitado da pesquisa apenas ao estado de São Paulo, survey com a juventude realizado no âmbito das convenções sub-representando os membros completamente inativos, ausência de séries históricas com dados sobre filiação. Tais complicações e dificuldades são típicas de uma agenda de pesquisa ainda em gestação. Análises futuras, possivelmente mais apuradas, com dados melhores e recursos mais

abundantes podem rever alguns dos principais achados.

O avanço desse campo de pesquisa passa pela realização de surveys nacionais periódicos e exclusivos com os filiados dos maiores partidos brasileiros e a análise comparada com países latino americanos. No âmbito da juventude, a comparação entre os jovens filiados e os participantes de grupos e movimentos sociais também parece relevante, principalmente os novos movimentos emergentes. Nesse sentido, como ocorre em outros países, a pluralidade teórica e metodológica deve ser o caminho para análises futuras, englobando entrevistas, estudos biográficos, observação participante, surveys e análises de dados agregados.

Bibliografia:

- ALDRICH, J. H. "Racional choice and turnout". *American Journal of Political Science*. 37, p. 246-278. 1993.
- ALLER, E; VERGE T. "Still Connecting with Society? Political Parties' Formal Links with Social Groups in the 21st century", in: Annual Meeting of APSA, San Francisco, 2015.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture*. New Jersey: PUP, 1963.
- AMARAL, O., Por dentro as bases partidárias: uma análise do perfil dos filiados a partidos políticos no estado de São Paulo, 12º Congresso da Brazilian Studies Association (Brasa),2014.
- _____. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, 2011.
- _____. As transformações nas formas de militância no interior do PT: Maior inclusão e menor intensidade. *RBCS* Vol. 28 n° 82, p. 67-86, 2013.
- _____.As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. Tese Doutorado. UNICAMP: Campinas,2010.
- AMES, B. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.
- AVELAR, L. Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal. *Revista Política e Sociedade*. Nº 11, p. 101-116, 2007.
- BARTOLINI S., 'The Membership of Mass Parties: The Social Democratic Experience 1889-1978', *In* Daalder H. and Mair P. (eds), *Western European Party System. Continuity and Change*, Beverly Hills, Sage, p. 177-220, 1983.
- BARTOLINI, S.; MAIR. P. 'Challenges to Contemporary Political Parties', in Larry Diamond and Richard Gunther (eds) *Political Parties and Democracy*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, p.327-343, 2001.
- BOBBIO, N. *Direita e Esquerda. Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 2011.
- BORBA, J. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e estado*. vol.27, n.2, p.263-288. 2012
- BRAGA, M. S. S.; RODRIGUES-SILVEIRA, R.; BORGES, T. "Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil". *América Latina Hoy, Revista de Ciencias Sociales*, v.62,p.15-45, 2012
- BRAGA, M. S. S. *Eleições e Democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema*

- partidário institucionalizados. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 4, p. 43-73, 2010.
- _____. “Organização Partidária e Seleção de Candidatos no Estado de São Paulo”. *Opinião Pública*, vol. 14, no 2, pp. 454-485, 2008.
- _____; RIBEIRO, Pedro; AMARAL, Oswaldo E. *El sistema de partidos em Brasil: Estabilidad e institucionalización*. Quito, Paper apresentado no VI Congresso Latino americano de Ciência Política. 2012.
- BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL, J. Jr. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, nov. 2011.
- BRUTER, M.; HARRISON S. *The Future of our Democracy*. Londres, Palgrave Macmillan 2009.
- CARREIRÃO, Y. S.; KINZO, M. D., Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*, 47(1), p.131-168, 2004
- CLARK, P. B.; WILSON, J. Q. Incentive system: A theory of organization. *Administrative Science Quarterly* 6, p.129- 166,1961.
- CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. E. (Ed.). *Ideology and discontent*. New York: The Frie Press, 1964.
- CROSS W.; R. KATZ, *The Challenges of Intra-Party Democracy*, Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CROSS, W.; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. *Party Politics*, v. 14, p.345-369, 2008
- D’ARAUJO, M C. PSDB e PT e o Poder Executivo. *Desigualdade e Diversidade*, Rio de Janeiro, Dossiê Especial, p. 65-100, 2011.
- DALTON, R. *Citizen Politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 5. Ed. Washington, DC: CQ Press, 2008
- DALTON, R. J.; WATTEMBERG M. Eds. *Parties without Partisans*. New York: Oxford University Press, 2000.
- DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: USP,1999.
- DUVERGER, M. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.
- FIGUEIREDO, A; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. São Paulo, FGV,1999.
- FINKEL, S. E.; MULLER E. N.; OPP K.D. “Personal Influence, Collective Rationality, and Mass Political Action”. *American Political Science Review*, n. 83, p. 885–903,1989.
- FIORINA, M.P. *Retrospective Voting in American National Elections*. New Haven: Yale

University Press.1981.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

HARMEL, R. Party organizational change: competing explanations?, em Luther, Kurt Richard & MÜLLER-Rommel, Ferdinand (eds.). *Political parties in the new Europe: political and analytical challenges*, Oxford, Oxford University.2002.

HEIDAR, K. "Party membership and participation". In: Katz, Richard S. and Crotty, William J. (Eds.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage Publications, 301-315.2006.

_____. The Polymorphic Nature of Party Membership, *European Journal of Political Research* 25, p. 61–86,1994.

_____. 'What would be nice to know about party members in European democracies?', Paper presented at the ECPR Joint Session of Workshops, Helsinki, 2007.

HIRSCHMAN, A. O. *Saída, Voz e Lealdade - Reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. Trad. de Ângela de Assis Melim. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1973.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. São Paulo, Francis, 2005.

IGNAZI, P. The Silent Counter-Revolution. Hypotheses on the Emergence of Extreme Right-Wing Parties, "European Journal of Political Research", 22: 3-34.1992.

IGNAZI, P., Power and the (il)legitimacy of political parties: an unavoidable paradox of contemporary democracy? *Party Politics*, 2015.

JENNINGS, M. K.; NIEMI. *Generations and Politics: A Panel Study of Young Adults and Their Parents*. Princeton, Princeton University Press,1981.

_____. Political Socialization, *The Oxford Handbook of Political Behaviour*, edited by Russell J. Dalton and Hans-Dieter Klingemann, OxfordUniversity Press, 2007.

KATZ, R., Party as linkage: A vestigial function?. *European Journal of Political Research*, Issue 18, pp. 143-161,1990.

KATZ, R. S. "Should we believe that improved intra-party democracy would arrest party decline?" In *The Challenges of Intra-Party Democracy*, eds. William P. Cross and Richard S. Katz. Oxford: OxfordUniversity Press. 2013.

KATZ, R. S. "No man can serve two masters: Party politicians, party members, citizens and principal-agent models of democracy." *Party Politics* 20(2): 183-193, 2014.

KATZ, R.; MAIR, P., *Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party*. *Party Politics*, 1(1), 1995, pp. 5-28.

KATZ, R.; MAIR, P., *The Cartel Party Thesis: A Restatement*. *Perspectives on Politics*, 7(4),

p. 753-766, 2008.

KATZ, R.; MAIR, P., The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (ed.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: OUP, p. 113-135, 2002.

KECK, M. E. PT – a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KINZO, M. D. "Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 57, p. 65-81, 2005.

KINZO, M. D. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo, 1989.

KITSCHOLT, Herbert. "The Internal Politics of Parties: The Law of Curvilinear Disparity Revisited". *Political Studies*, 37 (3): 400-421, 1989.

KLOSKO G.; MULLER E. N.; OPP K.-D. *Rebellious Collective Action Revisited*. *The American Political Science Review*, v. 81, p. 557-564, 1987.

KOLL, A.; POLK, A. J. *Emancipated party members: Examining ideological incongruence within political parties*. *Party Politics*, 2016.

LIJPHART, A. "Comparative politics and the comparative method." *American Political Science Review*. v. 65, p. 6682 – 6693, 1971.

LAMOUNIER, B. , *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo, Loyola, 1989.

_____; MENEGUELLO, R., *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

LEIGHLEY, J. E. "Attitudes, opportunities and incentives: a field essay on political participation". *Political Research Quarterly*, 48, p. 181-209, 1995.

LIMONGI, F.; CORTEZ, R.; *As eleições de 2010 e o quadro partidário*. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 88, 2010.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

MAIR, P. *Democracy Beyond Parties*. Working Paper 05/06 - Center for the Study of Democracy, University of California, 2005

MAIR, P.; VAN BIEZEN, I., *Party Membership in Twenty European Democracies, 1980-2000*. *Party Politics*, 7(1), p. 5-21, 2001.

- MAIR, P. 2013. *Ruling the Void. The Hollowing of Western Democracy*. London: Verso, 2013
- MARQUES, J. R.; FLEISCHER, D. *PSDB: de facção a partido*. Brasília, Instituto Teotônio Vilela, Editora Positiva, 1996.
- MAY, J. D. Opinion structure of political parties: The special law of curvilinear disparity. *Political Studies*, v. 21, n. 2, p. 135-151, 1973.
- MÉNDEZ LAGO, M. *La estrategia organizativa del Partido Socialista Obrero Español (1975-1996)*. Madrid, Siglo XXI, 2000
- MENEGUELLO, R. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *PT: A formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____; AMARAL, O; BIZZARRO NETO, F. *A semelhança dos adversários: Uma análise do perfil das elites intermediárias do PT e do PSDB*. 2014 Lasa Congress, Chicago, 2014
- MILBRATH, L. W., *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.
- MILL, J. S. *Considerações sobre o governo representativo*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MULLER, E. N.; OPP K D. "Rational Choice and Rebellious Collective Action." *American Political Science Review* 80, p.471-89, 1986.
- MULLER, W. C.; KATZ R.S. "Nominations and Reflections: Party as Linkage." *European Journal of Political Research*, v. 31, p.169-178, 1997.
- Norris P., Lovenduski J., *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- NORRIS, P. *Democratic Phoenix: Reinventing political activism*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- NORRIS, P. 'May's Law of Curvilinear Disparity revisited: officers, members and voters in British political parties', *Party Politics* 1:1, p. 29-48, 1995.
- NOVAES, C. A. M. *PT: Dilemas da Burocratização*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 35, p. 217-237, 1993.
- OLSON, M. *A Lógica da Ação Coletiva*. São Paulo. Edusp, 2011.
- PANEBIANCO, A. *Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- PEDERSEN, K. *Party membership in Denmark Fluctuating membership figures and organizational stability*. In: Emile Van Haule e Anika Gauja (eds) *Party Members and Activists*, London, Routledge, 2015.

- PIZZORNO, A. Introduccion al estudio de La participacion política. In: Participación y cambio social em lá problemática contemporânea. Buenos Aires, SIAP, 1975.
- POGUNTKE, T., 'Party Organizational Linkage: Parties without Firm Social Roots?', in Luther K.R. and Müller-Rommel F. (eds), *Political Parties in the New Europe*, Oxford, OxfordUniversity Press, 2002.
- POGUNTKE, T., SCARROW, S.E., WEBB, P.D., Party Rules, Party Resources, and the Politics of Parliamentary Democracies: How Parties Organize in the 21st Century. Party Politics, 2016.
- PRZEWORSKI, A. Capitalismo e Social- Democracia . São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RAHAT, G.; KENIG, O. Party membership in Israel: the era of party primaries. In: Emile Van Haute e Anika Gauja (eds.), *Party Members and Activists*, London, Routledge, 2015.
- RIBEIRO, P. F. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.
- _____. What Do These People Want? Membership and Activism in Brazilian Political Parties. Salamanca, 42nd ECPR Joint Sessions of Workshops, 2014.
- _____. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (10), pp.225–265. 2013
- _____. LOCATELI L.G.B. “Party Membership in Brazil: Age and Polity Size in a Longitudinal Perspective (1980-2014), 3rd Forum of Sociology, International Sociological Association (ISA), Vienna, 2016.
- ROMA, C. A. institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002.
- _____. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006.
- ROKKAN, S.; CAMPBELL, A. “Citizen Participation in Political Life: Norway and the United States of America”, *International Social Science Journal* 12,1960.
- ROSENSTONE S. J.; HANSEN J. M. *Mobilization, Participation, and Democracy in America*. MacMillan, New York, 1993.
- SAMUELS, D. “From Socialism to Social Democracy: Party Organization and the Transformation of the Workers’ Party in Brazil. *Comparative Political Studies* 37 (9) (November): 999–1024. 2004
- _____. A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, 14(2), pp.302-318. 2008.
- SAMUELS, D; SHUGART, M., Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation

- of Powers Affects Party Organization and Behavior. Cambridge: CUP, 2010.
- SAMUELS, D; ZUCCO, C. Party-building in Brazil: The rise of the PT in perspective. 2014 Lasa Congress, Chicago, 2014.
- SAMUELS, D. Sources of Mass Partisanship in Brazil. Inédito, University of Minnesota, 2004
- SAMUELSON, P. A, The pure theory of public expenditures, *Review of Economics and Statistics* 36, 387-389. 1954.
- SANDRI, J. SEDDONE A. BULLI G. Party membership in Italy In: Emile Van Haute e Anika Gauja (eds.), *Party Members and Activists*, London, Routledge, 2015.
- SCARROW, S. The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships. *European Journal of Political Research*, 25(1), p. 41-60,1994
- .SCARROW, S. Parties without Members? Party Organization in a Changing Electoral Environment. In: Russell Dalton and Martin Wattenberg (eds.), *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press, p, 79–101, 2000
- SCARROW. S. 'Political Activism and Party Members', In: Dalton R. J., Klingemann H.- D. (eds.), *Oxford Handbook of Political Behavior* . Oxford: Oxford University Press,p. 636–654, 2007
- _____. Multi-Speed Membership Parties: Evidence and Implications. Salamanca, 42nd ECPR Joint Sessions of Workshops, 2014.
- SCARROW, S.; GEZGOR, B. Declining memberships, changing members? European political party members in a new era. *Party Politics OnlineFirst*, London, p. 1-21, 2010.
- SCARROW, S., *Parties and Their Members*. Oxford: OUP, 1996.
- SCARROW, S. E.; WEBB, P.; FARRELL D. F. From Social Integration to Electoral Contestation: The Changing Distribution of Power within Political Parties, in: Russell Dalton and Martin Wattenberg (eds) *Parties without Partisans*. Oxford, OxfordUniversity Press, 2000.
- SEYD, P; WHITELEY, P. *Labour's Grass Roots: The Politics of Party Membership*. Oxford: Clarendon, 1992.
- SINGER. A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. *Novos Estudos Cebrap*, n. 88. 2010.
- SPECK, B. Political ambition and the spoils of victory: An exploratory analysis of party membership in Brazil. Salamanca, 42nd ECPR Joint Sessions of Workshops, 2014.
- SPECK B., et al., Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), 2015, p. 125-148, 2015.

SPIER, T.; KLEIN, M. Party Membership in Germany: Rather Formal, therefore uncool? In: Emile Van Haule e Anika Gauja (eds.), *Party Members and Activists*, London, Routledge, 2015.

TAROUCO, G.; MADEIRA, R. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45, p. 149-165, 2013

VAN BIEZEN, I. On the Internal Balance of Party Power: Party Organizations in New Democracies, *Party Politics*, p.395-417, 2000.

_____. On the theory and practice of party formation and adaptation in new democracies. *European Journal of Political Research*, 44(1), 147-174, 2005.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P.; POGUNTKE, T. Going, going,...gone? The decline of party membership in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, 51, p. 24-56, 2012.

VAN BIEZEN I.; BORZ G. 'The place of political parties in national constitutions: A European overview', Working Paper Series on the Legal Regulation of Political, 2009.

VAN HAUTE, E., CARTY R. K., 'Ideological Misfits: A Distinctive Class of Party Members', *Party Politics* 18(6), p. 885-895. 2012.

VAN HAUTE E.; GAUJA A. (eds), *Party Members and Activists*. London: Routledge.2015

VAN HAUTE E.; K.; PEDERSEN, K. K.; SCARROW S., "Variations in Party Affiliation: Does Form Shape Content?" Paper prepared for presented at ECPR Joint Session of Workshops. 2014

_____. et all, *Explaining Recent Variations in Party Membership Levels*, 3rd Forum of Sociology, International Sociological Association (ISA), Vienna, 2016.

VERBA, S.; NIE, N. *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. Chicago: UCP, 1972.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. *Voice and equality. Civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

_____. "Beyond SES: a resource model of political participation". In: *The American Political Science Review*, Vol. 89, No. 2 ,p. 271-294, 1995.

_____. "Prospecting for Participants: Rational Expectations and the Recruitment of Political Activists." *American Political Science Review* 93. p.153-168, 1999.

VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J. O. *The modes of democratic participation: a cross-national comparison*. Sage, Beverly Hills, California, 1971.

WARE, A. *Political Parties and Party Systems*. Oxford: OUP, 2004.

WELDON, S. *Downsize my Polity? The Impact of Size on Party Membership and Member*

Activism. *Party Politics*, 12(4), pp. 467-481, 2006.

WHITELEY, P.; P. SEYD; J. RICHARDSON, *True Blues: the Politics of Conservative Party Membership*, Oxford University Press, 1994.

WHITELEY, P. *Are Groups Replacing Parties? A Multi-Level Analysis of Party and Group Membership in the European Democracies*. Paper Presented at 'Britain After Blair' Conference. Chicago, British Politics Group of the American Political Science Association, 2007.

WHITELEY, P. F. "Rational choice and political participation - evaluating the debate". In: *Political Research Quarterly*, 48, , p. 211-233, 1995.

WHITELEY, P. *Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world*. *Party Politics*, London, v. 17, n. 1, p. 21-44, 2011.

YOUNG, L. *Party Membership and Intra-Party Democracy*. In: Willian Cross and Richard Katz (eds.), *The Challenges of Intra-Party Democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Legislação

Constituição da República Federativa do Brasil

Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos - LOPP).

Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos - LPP).

Principais Documentos Partidários analisados

Estatuto do Partido dos Trabalhadores

Estatuto do Partido da Social Democracia Brasileira.

Principais sites consultados:

www.pt.org.br

www.psdb.org.br

www.tse.jus.br/

Anexo I

Questionário e estatísticas descritivas

1. Você é filiado ao PT/PSDB? (em caso de resposta negativa o questionário não era aplicado)
2. Você participa da JPT-SP?
3. Sexo
4. Idade
5. Estado em que você reside?
6. Em qual cidade em que você reside?
7. Grau de escolaridade?
8. Como você se define em termos de cor? Você diria que é?
9. Qual é o tipo de lugar em que você trabalha?
10. Você já foi filiado a algum outro partido político?
11. Qual motivo levou você a se filiar ao partido?
12. Você já se candidatou em alguma eleição?
13. Abaixo há algumas situações e peço que você assinale qual delas se aproxima da forma como ocorreu sua filiação? (opções de respostas na tabela 13)
14. Você já teve algum cargo vinculado ao partido?
15. Há quanto tempo você é filiado ao PT?
16. Você tem algum familiar que pertence ao partido?
17. Seu familiar já ocupou algum cargo no partido? Qual?
18. Como filiado, quanto tempo você se dedica ao partido durante o mês (em média)?
19. De quais atividades do partido listadas abaixo você participou nos últimos 12 meses?
20. Hoje em dia, muito se fala que os partidos políticos se transformaram. Em sua opinião, dentre as opções abaixo, quais as duas principais funções dos partidos políticos (o respondente era orientado a assinalar duas opções)
21. Pensando nas decisões do seu partido, o quanto você considera que influencia nessas decisões do seu partido, considerando uma escala de 1 a 7, onde 1 significa que você influencia POUCO e 7 que influencia você MUITO?
22. Agora pensando na importância do PSDB (ou PT), o quanto o você considera o seu partido tem influência na política do país, considerando uma escala de 1 a 7, onde 1

significa que tem POUCA influencia e 7 MUITA influencia?

23. Na política, é comum as pessoas falarem muito de *esquerda* e de *direita*. Gostaria que você usasse a escala de ZERO a 10 para dizer se o PT é de esquerda ou de direita. ZERO significa que o PT é de ESQUERDA e 10 que é de DIREITA.

24. Utilizando essa mesma escala, onde você se coloca? Lembrando 0 equivale a ESQUERDA e 10 DIREITA?

25. Abaixo há algumas frases e gostaria que o você marcasse concorda ou não utilizando a escala de 1 a 5, onde 1 significa **Discorda Muito** e 5 significa **Concorda Muito**.

a-) É obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres

b-) A privatização das empresas estatais é bom para o país.

b-) Para que o país cresça, o governo deveria intervir mais na economia.

c-) O Brasil estaria bem melhor se nós nos preocupássemos menos com que todo mundo seja igual

d-) É obrigação do governo diminuir as diferenças entre os muito ricos e os muito pobres

26. Você participa de algum movimento social ou organização abaixo?

27. Qual corrente do PT você integra ou milita? (somente no questionário do PT)

28. Questão aberta: “Descreva em poucas palavras o que você pensa da atuação nos jovens no partido e suas expectativas em relação ao seu futuro no partido?”

Anexo II

Quadro IV - Matriz comparativa entre questões de pesquisa, hipóteses, tipos de variáveis e indicadores.

Características dos militantes.	Militantes PT-SP (CESOP)	Militantes PSDB-SP (CESOP)	Militantes Jovens do PT-SP	Militantes jovens do PSDB-SP	Questões Dos Surveys
Quem são? H2					Q4,Q7,Q8,Q9,Q12, Q14,Q26
O Porquê participam? (dimensão individual - (modelo tricotômico de engajamento) H3					Q11,Q12, Q13,Q16,Q17, Q18,Q19,Q21,Q22.
Opiniões (ideologia e valores). H3					Q23,Q23,Q24,Q25.
Como participam? Ou o que fazem? (variável organizacional) e possíveis efeitos da participação. H3 e H4					Q11,Q18,Q19
Como participam? Ou o que fazem? (variável organizacional) e possíveis efeitos da participação. H3 e H4					Q11,Q18,Q19

Fonte: elaboração própria, H = n° da hipótese, Q(n) = n° da questão do *survey* (questionário no Anexo I).